

## **PREGÃO ELETRÔNICO**

90110/2025

### **CONTRATANTE (UASG)**

**Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente – Fundação CASA-SP**  
(990202)

### **OBJETO**

Contratação de prestação de serviços de nutrição e alimentação aos adolescentes sob a tutela do Estado atendidos pela Fundação CASA, na área de abrangência da Divisão Regional Campinas e Vale do Paraíba – DR 3.

### **VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

**R\$ 27.113.726,38**

### **DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

**Dia 20/02/2026 às 09:30h (horário de Brasília)**

### **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

menor preço por lote

### **MODO DE DISPUTA:**

aberto

### **PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

**NÃO**

## PREÂMBULO

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90110/2025

Processo Administrativo SEI nº 161.00159179/2025-89

Código Único nº 20250790521

Torna-se público que a Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente – **Fundação CASA-SP**, por meio da Divisão de Suprimentos, sediada na **Rua Florêncio de Abreu, n.º 848 - 7º andar - Luz - São Paulo - SP - CEP 01030-001**, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Portaria Normativa nº 509/2025 e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

### 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de serviços de nutrição e alimentação aos adolescentes sob a tutela do Estado atendidos pela Fundação CASA, na área de abrangência da Divisão Regional Campinas e Vale do Paraíba – DR 3, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será dividida em lotes, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

### 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no subitem anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.3. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.4. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

2.4.1. Para o lote 2, a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.4.2. Considerando o valor estimado dos lotes 1, 3 e 4, objeto desta licitação, não se aplicam a eles as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, nos termos dos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.5. Não poderão disputar esta licitação:

2.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

2.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

2.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

2.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.5.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.



2.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.6.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata o subitem anterior estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.7. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o subitem 2.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. No que concerne aos subitens 2.5.2 e 2.5.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.9. Não poderão disputar esta licitação sociedades cooperativas, tendo em vista o disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e no art. 5º da Lei nº 12.690, de 2012.

2.10. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.10.1. Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

3.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que item objeto desta licitação tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, no item 2.

3.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte que, no

ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4.3. Na hipótese de se verificar a exceção especificada no subitem 3.4.1 ou no subitem 3.4.2, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.4.4. No item exclusivo para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

3.4.5. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada.

3.5. A falsidade da declaração de que trata os subitens 3.3 a 3.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.10. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

3.11. O valor final mínimo parametrizado na forma do subitem 3.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos campos relacionados ao valor unitário e total do item.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

4.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

4.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita no subitem anterior deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

4.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata o subitem anterior, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **180 (cento e oitenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

**4.9. As propostas de preços unitários das refeições de mesma natureza devem ter os mesmos valores. Entende-se como de mesma natureza os seguintes itens:**

**a) “Almoço” e “Jantar”;**

**b) “Desjejum” e “Lanche da Tarde”.**

**4.9.1. Os itens “Almoço”, devem ter preços absolutamente iguais aos itens “Jantar”, e os itens “Desjejum”, devem ter preços absolutamente iguais aos itens “Lanche da Tarde” em todas as planilhas de proposta de preços.**

**4.9.2. Caso sejam propostos preços sem a observância da regra de absoluta equivalência entre itens de mesma categoria, conforme estipulado no subitem anterior, fica estabelecido que o licitante, deverá efetuar a readequação de seus preços, prevalecendo, em todos os itens de mesma categoria, o de menor valor proposto nas Planilhas de Proposta de Preços.**

**4.9.3. Referida readequação será processada, obrigatoriamente, na apresentação de Planilha de Proposta de Preços definitiva, na forma prevista no item 5.21.4 e seguintes deste edital.**

4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

4.11. O descumprimento das regras supramencionadas por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

**5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total de cada planilha que compõem os lotes.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de:

<u>Lote</u>	<u>Planilha</u>	<u>Valor total</u>	<u>Intervalo mínimo de valores</u>
<b>1</b>	A	1.337.354,62	3.000,00
	B	1.337.354,62	3.000,00
	C	1.632.808,95	3.000,00
	D	1.337.354,62	3.000,00
	E	1.575.856,32	3.000,00
<b>2</b>	A	1.337.354,62	3.000,00
	B	1.337.354,62	3.000,00

	C	1.328.691,98	3.000,00
	D	1.337.354,62	3.000,00
<b>3</b>	A	1.337.354,62	3.000,00
	B	1.337.354,62	3.000,00
	C	1.337.354,62	3.000,00
	D	1.337.354,62	3.000,00
	E	2.890.607,59	7.000,00
<b>4</b>	A	6.312.215,34	15.000,00

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa “**aberto**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.



5.10.5. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.14. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.17. Uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.17.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa “aberto e fechado”.

5.19. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.19.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.19.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021;

5.19.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.19.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.20. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.20.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

5.20.2. empresas brasileiras;

5.20.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.20.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.20.5. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

5.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.21.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada,

acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**5.21.4.1. É obrigatória a compatibilidade dos preços unitários de todos os itens integrante do lote com os valores referenciais estabelecidos pela Administração. Proposta(s) que apresentar(em) preços unitários superiores aos valores referenciais deverão ser ajustados, sob pena de desclassificação. Tal requisito visa assegurar a razoabilidade e a conformidade dos custos ofertados em relação aos parâmetros estabelecidos.**

5.21.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

5.22. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6. DA FASE DE JULGAMENTO**

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no subitem 2.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

6.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

6.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

6.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

6.2. A consulta ao cadastro CNCIAI será realizada em nome da pessoa jurídica licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os subitens 2.4 e 3.5 deste Edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

6.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o subitem 6.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 7.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. conter vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

6.8. Serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexecução, na hipótese de que trata o subitem anterior, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. O licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha de Custos e Formação de Preços, com o custo global estimado do objeto licitado decomposto em seus respectivos custos unitários e com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.10. Considerando que o objeto da licitação consiste em prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva e predominância de mão de obra, além das disposições acima, deverão ser observados os seguintes preceitos:

6.10.1. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio de planilha de custos e formação de preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme modelo constante de Anexo deste Edital.

6.10.2. A apresentação de valores abaixo dos respectivos custos referentes a itens isolados da planilha de custos e formação de preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

6.10.3. A fim de assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, informa-se que foi(ram) utilizado(s) o(s) seguinte(s) acordo(s), dissídio(s) ou convenção(ões) coletiva(s) de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

a) Convenção Coletiva / Acordo / Dissídio: Registro no MTE: SP006574/2024  
- Número do Processo: 19980.273998/2024-87;

b) Convenção Coletiva / Acordo / Dissídio: Registro no MTE: SP006573/2024  
- Número do Processo: 19980.273737/2024-67;

c) Convenção Coletiva / Acordo / Dissídio: Registro no MTE: SP006517/2024  
- Número do Processo: 19980.272173/2024-45.

6.10.3.1. O(s) sindicato(s) e instrumento(s) coletivo(s) indicado(s) no subitem acima não são de utilização obrigatória pelos fornecedores, tendo em vista que a definição do(s) sindicato(s) e instrumento(s) coletivo(s) adequado(s) a cada fornecedor depende do enquadramento sindical a ele aplicável nos termos da legislação vigente. Ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas aos quais o contratado estiver vinculado nos termos da legislação vigente.

6.10.4. É vedado ao licitante incluir na planilha de custos e formação de preços:

a) item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade (art. 135, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021);

b) item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública (art. 135, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.10.5. A inclusão na proposta de item de custo vedado não acarretará a desclassificação do licitante, devendo o pregoeiro determinar que o respectivo custo seja excluído da planilha, observando-se o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.10.6. Na hipótese de contratação com a previsão de itens de custos vedados, tais valores serão glosados e os itens serão excluídos da planilha, garantidos ampla defesa e contraditório.



6.10.7. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

6.10.8. Será solicitado que o licitante mais bem classificado envie, junto com sua proposta adequada ao último lance ofertado, declaração informando o enquadramento sindical do licitante, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do(s) instrumento(s) coletivo(s) do trabalho em que se baseia sua proposta.

6.10.8.1. O licitante mais bem classificado deverá indicar os sindicatos, acordo(s) coletivo(s), convenção(ões) coletiva(s) ou sentença(s) normativa(s) que regem a(s) categoria(s) profissional(is) que executará(ão) o serviço e a(s) respectiva(s) data(s)-base(s) e vigência(s), com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

6.10.9. Anteriormente à celebração da contratação, o licitante vencedor deverá apresentar:

6.10.9.1. cópia da carta ou registro sindical do sindicato no qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou por força de decisão judicial;

6.10.9.2. comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019, de 1974.

6.10.10. O licitante se responsabiliza pelas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual o licitante não tenha sido representado por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando o Contratado às sanções previstas no art. 156, caput, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

6.10.11. O Contratado possui responsabilidade exclusiva pelo cometimento de erro ou fraude no enquadramento sindical e pelo eventual ônus financeiro decorrente, por repactuação ou por força de decisão judicial, em razão da necessidade de se proceder ao pagamento de diferenças salariais e de outras vantagens, ou ainda por intercorrências na execução dos serviços contratados, resultante da adoção de instrumento coletivo do trabalho inadequado.

6.10.12. Deverá ser observada a aderência ao instrumento coletivo do trabalho ao qual a proposta do licitante esteja vinculada para fins de atendimento à eventual necessidade de repactuação dos valores decorrentes da mão de obra, consignados na planilha de custos e formação de preços do contrato, em observância ao disposto no inc. II do art. 135 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.11. Erros no preenchimento de planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

6.11.1. O ajuste de que trata o subitem anterior se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.12. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta

6.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## **7. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

7.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados na documentação que constitui Anexo deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.1.2. Considerando que na presente licitação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia, ou de apresentar declaração de conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, observando-se o disposto na documentação que integra este Edital como Anexo.

7.1.3. Para pessoas jurídicas em consórcio, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado para efeito de habilitação técnica e, para efeito de habilitação econômico-financeira, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado.

7.1.3.1. Para a comprovação da exigência dos requisitos de habilitação econômico-financeira das pessoas jurídicas em consórcio, conforme subitem anterior, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido dos licitantes individuais para habilitação econômico-financeira, salvo se o consórcio for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte.

7.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

7.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.8.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

7.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no subitem 7.9.1.

7.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e

3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 2.5.

7.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições do subitem anterior deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

7.16. A disciplina da adjudicação, da homologação e da contratação encontra-se no item 11 deste Edital.

## 8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo sistema SEI/SP.

## **9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou contratado que, com dolo ou culpa:

9.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

9.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

9.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

9.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

9.1.5. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:

9.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível; ou

9.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva.

9.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

9.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

9.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

9.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

9.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

9.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.



9.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com a Portaria Normativa nº 509/2025, que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

9.6. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no subitem 9.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 9.1.2, 9.1.3, 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6 e 9.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 9.1.8, 9.1.9, 9.1.10, 9.1.11 e 9.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos subitens 9.1.2, 9.1.3, 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6 e 9.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no subitem 9.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.10. Os procedimentos para apuração e aplicação das sanções administrativas relacionadas à presente licitação estão previstos na Portaria Normativa nº 509/2025, que integra este instrumento.

9.11. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

9.12. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

9.13. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.14. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

9.15. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

9.16. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

## 10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelo seguinte meio: [slicp@fundacaocasa.sp.gov.br](mailto:slicp@fundacaocasa.sp.gov.br)*.

10.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

10.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado no subitem subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas *no sistema e no endereço eletrônico na Internet [www.fundacaocasa.sp.gov.br](http://www.fundacaocasa.sp.gov.br), opção Transparência*, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

10.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

10.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

## 11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

11.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de termo de contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

11.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

11.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos no subitem anterior por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

11.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

11.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 6.1 deste Edital.

11.2.2. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

11.2.2.1. a apresentação do(s) documento(s) que o adjudicatário, à época do certame licitatório, houver se comprometido a exibir por ocasião da celebração da contratação por meio de declaração específica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo;

11.2.3. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2.3.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

11.2.3.2. O prazo para assinatura previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

11.2.3.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

11.2.4. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2.5. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

11.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

11.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

11.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

11.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos endereços eletrônico [www.fundacaocasa.sp.gov.br](http://www.fundacaocasa.sp.gov.br), opção *Transparência* e [www.imprensaoficial.com.br](http://www.imprensaoficial.com.br), opção *e-negociospublicos*.

11.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

11.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

11.15.1. Termo de Referência – Anexo I do Edital;

11.15.1.1. Estudo Técnico Preliminar – Anexo do Termo de Referência;

11.15.2. Minuta de Contrato - Anexo II do Edital;

11.15.3. Cópia da Portaria Normativa nº 509/2025 - Anexo III do Edital;

11.15.4. Modelos referente a planilha de proposta - Anexo IV do Edital;

11.15.5. Modelo de Declaração exigida para Habilitação - Anexo V do Edital;

11.15.6. **Modelo de Declaração de Inexistência de vínculo com agentes públicos - Anexo VI do Edital;**

11.15.7. Modelo de Declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública - Anexo VII do Edital;

11.15.8. Modelos referentes à vistoria prévia - Anexo VIII do Edital;



11.15.9. Modelo de Declaração de comprometimento em apresentar documentação para celebração do contrato - Anexo IX do Edital;

11.15.10. Modelo de Declaração de disponibilidade de escritório - Anexo X do Edital;

11.15.11. Modelos referente a planilha orçamentária - Anexo XI do Edital.

São Paulo, 30 de janeiro de 2025.

Amanda Aparecida Moraes Salazar

Diretora de Divisão

## ESP-FUNDAÇÃO C.A.S.A. - SEDE ADMINISTRAÇÃO

## Termo de Referência 152/2025

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
152/2025	990202-ESP-FUNDAÇÃO C.A.S.A. - SEDE ADMINISTRAÇÃO	CLAUDIA PASQUINI DE ALMEIDA FRANCO DE GODOY	27/01/2026 11:24 (v 1.7)
Status	ASSINADO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		161.000159179 /2025-89

## 1. Definição do objeto

## 1. Condições gerais da contratação

1.1. Contratação da prestação de Serviços de Nutrição e Alimentação aos Adolescentes sob a Tutela do Estado Atendidos pela Fundação CASA, na Regional DR 03 – Campinas / Vale do Paraíba, no(s) Centro (s) de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente – CASA, de acordo com os lotes e as tabelas abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE 1: 309 adolescentes - refeições/dia

## PLANILHA DE QUANTITATIVOS ESTIMADOS DE REFEIÇÕES E SERVIÇOS COMPLEMENTARES E FREQUENCIA DE FORNECIMENTO

## CASA LIMEIRA

REFEIÇÕES / SERVIÇOS		Nº DE COMENSAS PREVISITOS	MÉDIA DIÁRIA ESTIMADA DE REFEIÇÕES	FREQUÊNCIA	QUANTITATIVO ESTIMADO DE REFEIÇÕES	
1 - ADOLESCENTES - 58		CASA LIMEIRA				
A) ALIMENTAÇÃO NORMAL - 54					MENSAL	16 MESES
DESJEJUM	54	54	diário	1.544	24.660	
ALMOÇO	54	54	diário	1.544	24.660	
LANCHE DA TARDE	54	54	diário	1.544	24.660	
JANTAR	54	54	diário	1.544	24.660	
B) DIETA ESPECIAL - 2						
DESJEJUM	2	2	diário	61	915	
COLAÇÃO	1	1	diário	30	450	
ALMOÇO	2	2	diário	61	915	
LANCHE DA TARDE	2	2	diário	61	915	
JANTAR	2	2	diário	61	915	
C) FESTAS, EVENTOS, COMEMORAÇÕES E ATIVIDADES						
NATAL	56	-	* 2 vezes	-	112	
LANCHE ESPECIAL ( Período Parcial )	14	-	mensal	14	210	
LANCHE ESPECIAL ( Período Integral)	14	-	mensal	14	210	
2 - FAMILIARES						
A) PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS EDUCATIVOS ( 01 por adolescente )		14	-	mensal	14	210
B) FESTIVIDADES ( 02 por adolescente )						
ALMOÇO	112	-	* 2 vezes	-	224	
3 - POLICIAIS E FUNCIONÁRIOS						
DESJEJUM	1	-	eventual	-	15	
ALMOÇO	1	-	eventual	-	15	
LANCHE DA TARDE	1	-	eventual	-	15	
JANTAR	1	-	eventual	-	15	

(\*) A frequência de fornecimento refere-se ao período de 16 meses.

**PLANILHA DE QUANTITATIVOS ESTIMADOS DE REFEIÇÕES E SERVIÇOS COMPLEMENTARES E FREQUENCIA DE FORNECIMENTO****CASA MORRO AZUL**

REFEIÇÕES / SERVIÇOS		Nº DE COMENSAIS PREVISTOS	MÉDIA DIÁRIA ESTIMADA DE REFEIÇÕES	FREQUÊNCIA	QUANTITATIVO ESTIMADO DE REFEIÇÕES	
1 - ADOLESCENTES - 68		CASA MORRO AZUL				
A) ALIMENTAÇÃO NORMAL - 64					MENSAL	16 MESES
	DESJEJUM	54	54	diário	1.544	24.660
	ALMOÇO	54	54	diário	1.544	24.660
	LANCHE DA TARDE	54	54	diário	1.544	24.660
	JANTAR	54	54	diário	1.544	24.660
B) DIETA ESPECIAL - 2						
	DESJEJUM	2	2	diário	61	915
	COLAÇÃO	1	1	diário	30	450
	ALMOÇO	2	2	diário	61	915
	LANCHE DA TARDE	2	2	diário	61	915
	JANTAR	2	2	diário	61	915
C) FESTAS, EVENTOS, COMEMORAÇÕES E ATIVIDADES						
	NATAL	56	-	*2 vezes	-	112
	LANCHE ESPECIAL ( Período Parcial )	14	-	mensal	14	210
	LANCHE ESPECIAL ( Período Integral)	14	-	mensal	14	210
2 - FAMILIARES						
	A) PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS EDUCATIVOS ( 01 por adolescente )					
	ALMOÇO	14	-	mensal	14	210
	B) FESTIVIDADES ( 02 por adolescente )					
	ALMOÇO	112	-	* 2 vezes	-	224
3 - POLICIAIS E FUNCIONÁRIOS						
	DESJEJUM	1		eventual	-	15
	ALMOÇO	1	-	eventual	-	15
	LANCHE DA TARDE	1	-	eventual	-	15
	JANTAR	1		eventual	-	15

(\*) A frequência de fornecimento refere-se ao período de 16 meses.

**PLANILHA DE QUANTITATIVOS ESTIMADOS DE REFEIÇÕES E SERVIÇOS COMPLEMENTARES E FREQUENCIA DE FORNECIMENTO****CASA PIRACICABA**

REFEIÇÕES / SERVIÇOS		Nº DE COMENSAIS PREVISTOS	MÉDIA DIÁRIA ESTIMADA DE REFEIÇÕES	FREQUÊNCIA	QUANTITATIVO ESTIMADO DE REFEIÇÕES	
1 - ADOLESCENTES - 75		CASA PIRACICABA				
A) ALIMENTAÇÃO NORMAL - 73					MENSAL	15 MESES
DESJEJUM	73	73	diário	2.222	33.330	
ALMOÇO	73	73	diário	2.222	33.330	
LANCHE DA TARDE	73	73	diário	2.222	33.330	
JANTAR	73	73	diário	2.222	33.330	
B) DIETA ESPECIAL - 2						
DESJEJUM	2	2	diário	61	915	
COLAÇÃO	1	1	diário	30	450	
ALMOÇO	2	2	diário	61	915	
LANCHE DA TARDE	2	2	diário	61	915	
JANTAR	2	2	diário	61	915	
C) FESTAS, EVENTOS, COMEMORAÇÕES E ATIVIDADES						
NATAL	75	-	+ 2 vezes	-	150	
LANCHE ESPECIAL ( Período Parotal )	19	-	mensal	19	285	
LANCHE ESPECIAL ( Período Integral)	19	-	mensal	19	285	
2 - FAMILIARES						
A) PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS EDUCATIVOS ( 01 por adolescente )						
ALMOÇO	11	-	mensal	11	165	
B) FESTIVIDADES ( 02 por adolescente )						
ALMOÇO	90	-	+ 2 vezes	-	180	
3 - POLICIAIS E FUNCIONÁRIOS						
DESJEJUM	1		eventual	-	15	
ALMOÇO	1	-	eventual	-	15	
LANCHE DA TARDE	1	-	eventual	-	15	
JANTAR	1		eventual	-	15	

(\*) A frequência de fornecimento refere-se ao período de 15 meses.

#### PLANILHA DE QUANTITATIVOS ESTIMADOS DE REFEIÇÕES E SERVIÇOS COMPLEMENTARES E FREQUENCIA DE FORNECIMENTO

## CASA MOGI MIRIM

REFEIÇÕES / SERVIÇOS		Nº DE COMENSAS PREVISITOS	MÉDIA DIÁRIA ESTIMADA DE REFEIÇÕES	FREQUÊNCIA	QUANTITATIVO ESTIMADO DE REFEIÇÕES	
1 - ADOLESCENTES - 68		CASA MOGI MIRIM			15 MESES	15 MESES
A) ALIMENTAÇÃO NORMAL - 64						
DESJEJUM		54	54	diário	1.644	24.660
ALMOÇO		54	54	diário	1.644	24.660
LANCHE DA TARDE		54	54	diário	1.644	24.660
JANTAR		54	54	diário	1.644	24.660
B) DIETA ESPECIAL - 2						
DESJEJUM		2	2	diário	61	915
COLAÇÃO		1	1	diário	30	450
ALMOÇO		2	2	diário	61	915
LANCHE DA TARDE		2	2	diário	61	915
JANTAR		2	2	diário	61	915
C) FESTAS, EVENTOS, COMEMORAÇÕES E ATIVIDADES						
NATAL		56	-	+ 2 vezes	-	112
LANCHE ESPECIAL ( Período Parcial )		14	-	mensal	14	210
LANCHE ESPECIAL ( Período Integral)		14	-	mensal	14	210
2 - FAMILIARES						
A) PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS EDUCATIVOS ( 01 por adolescente )						
ALMOÇO		14	-	mensal	14	210
B) FESTIVIDADES ( 02 por adolescente )						
ALMOÇO		112	-	+ 2 vezes	-	224
3 - POLICIAIS E FUNCIONÁRIOS						
DESJEJUM		1	-	eventual	-	15
ALMOÇO		1	-	eventual	-	15
LANCHE DA TARDE		1	-	eventual	-	15
JANTAR		1	-	eventual	-	15

(\*) A frequência de fornecimento refere-se ao período de 16 meses

PLANILHA DE QUANTITATIVOS ESTIMADOS DE REFEIÇÕES E SERVIÇOS COMPLEMENTARES E FREQUENCIA DE FORNECIMENTO

**CASA LARANJEIRAS**

REFEIÇÕES / SERVIÇOS		Nº DE COMENSALIS PREVISTOS	MEDIA DIÁRIA ESTIMADA DE REFEIÇÕES	FREQUÊNCIA	QUANTITATIVO ESTIMADO DE REFEIÇÕES	
1 - ADOLESCENTES - 88	CASA LARANJEIRAS				MENSAL	16 MESES
<b>A) ALIMENTAÇÃO NORMAL - 84</b>						
DESJEJUM	64	64	diário	1.948	29.220	
ALMOÇO	64	64	diário	1.948	29.220	
LANCHE DA TARDE	64	64	diário	1.948	29.220	
JANTAR	64	64	diário	1.948	29.220	
<b>B) DIETA ESPECIAL - 2</b>						
DESJEJUM	2	2	diário	61	915	
COLAÇÃO	1	1	diário	30	450	
ALMOÇO	2	2	diário	61	915	
LANCHE DA TARDE	2	2	diário	61	915	
JANTAR	2	2	diário	61	915	
<b>C) FESTAS, EVENTOS, COMEMORAÇÕES E ATIVIDADES</b>						
NATAL	66	-	+ 2 vezes	-	132	
LANCHE ESPECIAL ( Período Parcial )	17	-	mensal	17	255	
LANCHE ESPECIAL ( Período Integral)	17	-	mensal	17	255	
<b>2 - FAMILIARES</b>						
<b>A) PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS EDUCATIVOS ( 01 por adolescente )</b>						
ALMOÇO	17	-	mensal	17	255	
<b>B) FESTIVIDADES ( 02 por adolescente )</b>						
ALMOÇO	132	-	+ 2 vezes	-	264	
<b>3 - POLICIAIS E FUNCIONÁRIOS</b>						
DESJEJUM	1	-	eventual	-	15	
ALMOÇO	1	-	eventual	-	15	
LANCHE DA TARDE	1	-	eventual	-	15	
JANTAR	1	-	eventual	-	15	

(\*) A frequência de fornecimento refere-se ao período de 16 meses.

### TIPOS DE REFEIÇÕES CONTRATADAS LOTE 1:

**a) CONTRATANTE – CASA Limeira**

TIPO	Código (SIAFÍSICO)	CATSER (COMPRAS)	UNIDADE DE FORNECIMENTO	FAIXA CADTERC	Natureza de Despesa
Desjejum	185566	5320	Comensais		33903972
Almoço	185574	5320	Comensais		33903972
Lanche da tarde	185582	5320	Comensais		33903972









Almoço Familiar Projeto	246735	5320	Comensais	33903972
Almoço Familiar Festividade	246727	5320	Comensais	33903972

e) CONTRATANTE – CASA Laranjeiras

TIPO	Código (SIAFÍSICO)	CATSER (COMPRAS)	UNIDADE DE FORNECIMENTO	FAIXA CADTERC	Natureza de Despesa
Desjejum	185566	532	Comensais	Até 70 comensais	33903972
Almoço	185574	5320	Comensais		33903972
Lanche da tarde	185582	5320	Comensais		33903972
Colação	164186	5320	Comensais		33903972
Lanche Especial - Parcial	163945	5320	Comensais		33903972
Lanche Especial - Integral	163937	5320	Comensais		33903972
Natal	163988	5320	Comensais		33903972
Almoço Familiar Projeto	246735	5320	Comensais		33903972

Almoço Familiar Festividade	246727	5320	Comensais	33903972
--------------------------------	--------	------	-----------	----------

LOTE 2: 224 adolescentes - refeições/dia



DR 03 - LOTE 2 - PLANILHA A

PLANILHA DE QUANTITATIVOS ESTIMADOS DE REFEIÇÕES E SERVIÇOS COMPLEMENTARES E FREQUENCIA DE FORNECIMENTO

CASA CAMPINAS

REFEIÇÕES / SERVIÇOS	Nº DE COMENSAIS PREVISTOS	MÉDIA DIÁRIA ESTIMADA DE REFEIÇÕES	FREQUÊNCIA	QUANTITATIVO ESTIMADO DE REFEIÇÕES	
1 - ADOLESCENTES - 68	CASA CAMPINAS			MENSAL	15 MESES
A) ALIMENTAÇÃO NORMAL - 64					
DESEJUM				1.644	24.660
ALMOÇO				1.644	24.660
LANCHE DA TARDE				1.644	24.660
JANTAR				1.644	24.660
B) DIETA ESPECIAL - 2					
DESEJUM				61	915
COLAÇÃO				30	450
ALMOÇO				61	915
LANCHE DA TARDE				61	915
JANTAR				61	915
C) FESTAS, EVENTOS, COMEMORAÇÕES E ATIVIDADES					
NATAL				-	112
LANCHE ESPECIAL ( Período Parotal )				14	210
LANCHE ESPECIAL ( Período Integral)				14	210
2 - FAMILIARES					
A) PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS EDUCATIVOS ( 01 por adolescente )					
ALMOÇO				14	210
B) FESTIVIDADES ( 02 por adolescente )					
ALMOÇO				-	224
3 - POLICIAIS E FUNCIONÁRIOS					
DESEJUM				-	15
ALMOÇO				-	15
LANCHE DA TARDE				-	15
JANTAR				-	15

(\*) A frequência de fornecimento refere-se ao período de 15 meses



**PLANILHA DE QUANTITATIVOS ESTIMADOS DE REFEIÇÕES E SERVIÇOS COMPLEMENTARES E FREQUÊNCIA DE FORNECIMENTO**

## CASA ATIBAIA

REFEIÇÕES / SERVIÇOS		Nº DE COMENSALIS PREVISTOS	MÉDIA DIÁRIA ESTIMADA DE REFEIÇÕES	FREQUÊNCIA	QUANTITATIVO ESTIMADO DE REFEIÇÕES	
1 - ADOLESCENTES – 58	CASA ATIBAIA				MENSAL	16 MESES
A) ALIMENTAÇÃO NORMAL – 64						
DESJEJUM	54	54	diário	1.544	24.660	
ALMOÇO	54	54	diário	1.544	24.660	
LANCHE DA TARDE	54	54	diário	1.544	24.660	
JANTAR	54	54	diário	1.544	24.660	
B) DIETA ESPECIAL – 2						
DESJEJUM	2	2	diário	61	915	
COLAÇÃO	1	1	diário	30	450	
ALMOÇO	2	2	diário	61	915	
LANCHE DA TARDE	2	2	diário	61	915	
JANTAR	2	2	diário	61	915	
C) FESTAS, EVENTOS, COMEMORAÇÕES E ATIVIDADES						
NATAL	56	-	+ 2 vezes	-	112	
LANCHE ESPECIAL ( Período Parotal )	14	-	mensal	14	210	
LANCHE ESPECIAL ( Período Integral)	14	-	mensal	14	210	
2 - FAMILIARES						
A) PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS EDUCATIVOS ( 01 por adolescente )						
ALMOÇO	14	-	mensal	14	210	
B) FESTIVIDADES ( 02 por adolescente )						
ALMOÇO	112	-	+ 2 vezes	-	224	
3 - POLICIAIS E FUNCIONÁRIOS						
DESJEJUM	1	-	eventual	-	15	
ALMOÇO	1	-	eventual	-	15	
LANCHE DA TARDE	1	-	eventual	-	15	
JANTAR	1	-	eventual	-	15	

(\*) A frequência de fornecimento refere-se ao período de 16 meses.

### TIPOS DE REFEIÇÕES CONTRATADAS LOTE 2:

**a) CONTRATANTE - CASA Campinas**

TIPO	Código (SIAFÍSICO)	CATSER (COMPRAS)	UNIDADE DE FORNECIMENTO	FAIXA CADTERC	Natureza de Despesa
Desjejum	185566	5320	Comensais		33903972
Almoço	185574	5320	Comensais		33903972
Lanche da tarde	185582	5320	Comensais		33903972
Jantar	185590	5320	Comensais		33903972

Colação	164186	5320	Comensais	Até 70 comensais	33903972
Lanche Especial - Parcial	163945	5320	Comensais		33903972

Lanche Especial - Integral	163937	5320	Comensais		33903972
Natal	163988	5320	Comensais		33903972
Almoço Familiar Projeto	246735	5320	Comensais		33903972
Almoço Familiar Festividade	246727	5320	Comensais		33903972

**b) CONTRATANTE - CASA Maestro Carlos Gomes**

TIPO	Código (SIAFÍSICO)	CATSER (COMPRAS)	UNIDADE DE FORNECIMENTO	FAIXA CADTER	Natureza de Despesa
Desjejum	185566	5320	Comensais		33903972



Desjejum	185566	5320	Comensais	Até 70 comensais	33903972
Almoço	185574	5320	Comensais		33903972
Lanche da tarde	185582	5320	Comensais		33903972
Jantar	185590	5320	Comensais		33903972
Colação	164186	5320	Comensais		33903972
Lanche Especial - Parcial	163945	5320	Comensais		33903972
Lanche Especial - Integral	163937	5320	Comensais		33903972
Natal	163988	5320	Comensais		33903972
Almoço Familiar Projeto	246735	5320	Comensais		33903972
Almoço Familiar Festividade	246727	5320	Comensais		33903972

d) CONTRATANTE – CASA Atibaia

TIPO					
------	--	--	--	--	--



	Código (SIAFÍSICO)	CATSER (COMPRAS)	UNIDADE DE FORNECIMENTO	FAIXA CADTERC	Natureza de Despesa
Desjejum	185566	5320	Comensais	Até 70 comensais	33903972
Almoço	185574	5320	Comensais		33903972
Lanche da tarde	185582	5320	Comensais		33903972
Jantar	185590	5320	Comensais		33903972
Colação	164186	5320	Comensais		33903972
Lanche Especial - Parcial	163945	5320	Comensais		33903972
Lanche Especial - Integral	163937	5320	Comensais		33903972
Natal	163988	5320	Comensais		33903972
Almoço Familiar Projeto	246735	5320	Comensais		33903972
Almoço Familiar Festividade	246727	5320	Comensais		33903972

**LOTE 3: 338 adolescentes - refeições/dia**

**PLANILHA DE QUANTITATIVOS ESTIMADOS DE REFEIÇÕES E SERVIÇOS COMPLEMENTARES E FREQUÊNCIA DE FORNECIMENTO**

## CASA CARAGUATATUBA

REFEIÇÕES / SERVIÇOS		Nº DE COMENSALIS PREVISTOS	MÉDIA DIÁRIA ESTIMADA DE REFEIÇÕES	FREQUÊNCIA	QUANTITATIVO ESTIMADO DE REFEIÇÕES	
		CAISA CARAGUATUBA			MENSAL	15 MESES
<b>1 - ADOLESCENTES - 58</b>						
<b>A) ALIMENTAÇÃO NORMAL - 54</b>						
DESJEJUM		54	54	diário	1.544	24.660
ALMOÇO		54	54	diário	1.544	24.660
LANCHE DA TARDE		54	54	diário	1.544	24.660
JANTAR		54	54	diário	1.544	24.660
<b>B) DIETA ESPECIAL - 2</b>						
DESJEJUM		2	2	diário	61	915
COLAÇÃO		1	1	diário	30	450
ALMOÇO		2	2	diário	61	915
LANCHE DA TARDE		2	2	diário	61	915
JANTAR		2	2	diário	61	915
<b>C) FESTAS, EVENTOS, COMEMORAÇÕES E ATIVIDADES</b>						
NATAL		56	-	* 2 vezes	-	112
LANCHE ESPECIAL ( Período Parcial )		14	-	mensal	14	210
LANCHE ESPECIAL ( Período Integral)		14	-	mensal	14	210
<b>2 - FAMILIARES</b>						
<b>A) PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS EDUCATIVOS ( 01 por adolescente )</b>						
ALMOÇO		14	-	mensal	14	210
<b>B) FESTIVIDADES ( 02 por adolescente )</b>						
ALMOÇO		112	-	* 2 vezes	-	224
<b>3 - POLICIAIS E FUNCIONÁRIOS</b>						
DESJEJUM		1	-	eventual	-	15
ALMOÇO		1	-	eventual	-	15
LANCHE DA TARDE		1	-	eventual	-	15
JANTAR		1	-	eventual	-	15

(\*) A frequência de fornecimento refere-se ao período de 16 meses.

**PLANILHA DE QUANTITATIVOS ESTIMADOS DE REFEIÇÕES E SERVIÇOS COMPLEMENTARES E FREQUÊNCIA DE FORNECIMENTO**

## CASA TAURATÉ

REFEIÇÕES / SERVIÇOS		Nº DE COMENSALIS PREVISTOS	MÉDIA DIÁRIA ESTIMADA DE REFEIÇÕES	FREQUÊNCIA	QUANTITATIVO ESTIMADO DE REFEIÇÕES	
1 - ADOLESCENTES - 68		CASA TAUBATÉ				
A) ALIMENTAÇÃO NORMAL - 64					MENSAL	15 MESES
DESJEJUM		54	54	diário	1.544	24.660
ALMOÇO		54	54	diário	1.544	24.660
LANCHE DA TARDE		54	54	diário	1.544	24.660
JANTAR		54	54	diário	1.544	24.660
B) DIETA ESPECIAL - 2						
DESJEJUM		2	2	diário	61	915
COLAÇÃO		1	1	diário	30	450
ALMOÇO		2	2	diário	61	915
LANCHE DA TARDE		2	2	diário	61	915
JANTAR		2	2	diário	61	915
C) FESTAS, EVENTOS, COMEMORAÇÕES E ATIVIDADES						
NATAL		56	-	+ 2 vezes	-	112
LANCHE ESPECIAL ( Período Parotal )		14	-	mensal	14	210
LANCHE ESPECIAL ( Período Integral)		14	-	mensal	14	210
2 - FAMILIARES						
A) PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS EDUCATIVOS ( 01 por adolescente )						
ALMOÇO		14	-	mensal	14	210
B) FESTIVIDADES ( 02 por adolescente )						
ALMOÇO		112	-	+2 vezes	-	224
3 - POLICIAIS E FUNCIONÁRIOS						
DESJEJUM		1	-	eventual	-	15
ALMOÇO		1	-	eventual	-	15
LANCHE DA TARDE		1	-	eventual	-	15
JANTAR		1	-	eventual	-	15

(\*) A frequência de fornecimento refere-se ao período de 15 meses.

**PLANILHA DE QUANTITATIVOS ESTIMADOS DE REFEIÇÕES E SERVIÇOS COMPLEMENTARES E FREQUÊNCIA DE FORNECIMENTO****CASA JACAREI**

REFEIÇÕES / SERVIÇOS	Nº DE COMENSAIS PREVISTOS	MÉDIA DIÁRIA ESTIMADA DE REFEIÇÕES	FREQUÊNCIA	QUANTITATIVO ESTIMADO DE REFEIÇÕES	
<b>1 - ADOLESCENTES - 68</b>	<b>CASA JACAREÍ</b>			<b> Mensal</b>	<b> 16 MESES</b>
<b>A) ALIMENTAÇÃO NORMAL – 64</b>					
DESJEJUM	54	54	diário	1.644	24.660
ALMOÇO	54	54	diário	1.644	24.660
LANCHE DA TARDE	54	54	diário	1.644	24.660
JANTAR	54	54	diário	1.644	24.660
<b>B) DIETA ESPECIAL – 2</b>					
DESJEJUM	2	2	diário	61	915
COLAÇÃO	1	1	diário	30	450
ALMOÇO	2	2	diário	61	915
LANCHE DA TARDE	2	2	diário	61	915
JANTAR	2	2	diário	61	915
<b>C) FESTAS, EVENTOS, COMEMORAÇÕES E ATIVIDADES</b>					
NATAL	56	-	* 2 vezes	-	112
LANCHE ESPECIAL ( Período Parcial )	14	-	mensal	14	210
LANCHE ESPECIAL ( Período Integral)	14	-	mensal	14	210
<b>2 - FAMILIARES</b>					
<b>A) PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS EDUCATIVOS ( 01 por adolescente )</b>					
ALMOÇO	14	-	mensal	14	210
<b>B) FESTIVIDADES ( 02 por adolescente )</b>					
ALMOÇO	112	-	* 2 vezes	-	224
<b>3 - POLICIAIS E FUNCIONÁRIOS</b>					
DESJEJUM	1	-	eventual	-	15
ALMOÇO	1	-	eventual	-	15
LANCHE DA TARDE	1	-	eventual	-	15
JANTAR	1	-	eventual	-	15

(\*) A frequência de fornecimento refere-se ao período de 16 meses.

**POLO 3 - LOTE 3 - PLANILHA D**

PLANILHA DE QUANTITATIVOS ESTIMADOS DE REFEIÇÕES E SERVIÇOS COMPLEMENTARES E FREQUÊNCIA DE FORNECIMENTO

**CASA LORENA**

REFEIÇÕES / SERVIÇOS		Nº DE COMENSAS PREVISTOS	MÉDIA DIÁRIA ESTIMADA DE REFEIÇÕES	FREQUÊNCIA	QUANTITATIVO ESTIMADO DE REFEIÇÕES	
1 - ADOLESCENTES - 68		CASA LORENA				
A) ALIMENTAÇÃO NORMAL - 64					MENSAL	16 MESES
DESJEJUM		54	54	diário	1.544	24.660
ALMOÇO		54	54	diário	1.544	24.660
LANCHE DA TARDE		54	54	diário	1.544	24.660
JANTAR		54	54	diário	1.544	24.660
B) DIETA ESPECIAL - 2						
DESJEJUM		2	2	diário	61	915
COLAÇÃO		1	1	diário	30	450
ALMOÇO		2	2	diário	61	915
LANCHE DA TARDE		2	2	diário	61	915
JANTAR		2	2	diário	61	915
C) FESTAS, EVENTOS, COMEMORAÇÕES E ATIVIDADES						
NATAL		56	-	*2 vezes	-	112
LANCHE ESPECIAL ( Período Parcial )		14	-	mensal	14	210
LANCHE ESPECIAL ( Período Integral)		14	-	mensal	14	210
2 - FAMILIARES						
A) PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS EDUCATIVOS ( 01 por adolescente )						
ALMOÇO		14	-	mensal	14	210
B) FESTIVIDADES ( 02 por adolescente )						
ALMOÇO		112	-	* 2 vezes	-	224
3 - POLICIAIS E FUNCIONÁRIOS						
DESJEJUM		1	-	eventual	-	15
ALMOÇO		1	-	eventual	-	15
LANCHE DA TARDE		1	-	eventual	-	15
JANTAR		1	-	eventual	-	15

(\*) A frequência de fornecimento refere-se ao período de 15 meses.

**PLANILHA DE QUANTITATIVOS ESTIMADOS DE REFEIÇÕES E SERVIÇOS COMPLEMENTARES E FREQUÊNCIA DE FORNECIMENTO**

CASA E TAMOIOS, SERRA DA MANTIQUEIRA E SEMILIBERDADE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

REFEIÇÕES / SERVIÇOS		Nº DE COMENSAS PREVISTOS			MÉDIA DIÁRIA ESTIMADA DE REFEIÇÕES	FREQÜÊNCIA	QUANTITATIVO ESTIMADO DE REFEIÇÕES	
1 - ADOLESCENTES – 114		CASA TAMOIÓS	CASA SERRA DA MANTIQUEIRA	CASA DE SEMILIBERDADE SÃO JOSÉ CAMPOS			mensal	16 MESES
A) ALIMENTAÇÃO NORMAL – 108								
DESJEJUM		38	46	24	108	diário	3.288	49.320
ALMOÇO		38	46	24	108	diário	3.288	49.320
LANCHE DA TARDE		38	46	24	108	diário	3.288	49.320
JANTAR		38	46	24	108	diário	3.288	49.320
B) DIETA ESPECIAL – 8								
DESJEJUM		2	2	2	6	diário	183	2.745
COLAÇÃO		1	1	1	3	diário	91	1.365
ALMOÇO		2	2	2	6	diário	183	2.745
LANCHE DA TARDE		2	2	2	6	diário	183	2.745
JANTAR		2	2	2	6	diário	183	2.745
C) FESTAS, EVENTOS, COMEMORAÇÕES E ATIVIDADES								
NATAL		40	48	0	-	* 2 vezes	-	176
LANCHE ESPECIAL ( Período Parcial )		10	12	7	-	mensal	29	435
LANCHE ESPECIAL ( Período Integral)		10	12	7	-	mensal	29	435
2 - FAMILIARES								
A) PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS EDUCATIVOS ( 01 por adolescente )								
ALMOÇO		10	0	0	-	mensal	10	150
B) FESTIVIDADES ( 02 por adolescente )								
ALMOÇO		80	0	0	-	* 2 vezes	-	160
3 - POLICIAIS E FUNCIONÁRIOS								
DESJEJUM		1	1	0	-	eventual	-	30
ALMOÇO		1	1	0	-	eventual	-	30
LANCHE DA TARDE		1	1	0	-	eventual	-	30
JANTAR		1	1	0	-	eventual	-	30

(\*) A frequência de fornecimento refere-se ao período de 16 meses.

**a) CONTRATANTE – CASA Caraguatatuba**

TIPO	Código (SIAFÍSICO)	CATSER (COMPRAS)	UNIDADE DE FORNECIMENTO	FAIXA CADTERC	Natureza de Despesa
Desjejum	185566	5320	Comensais	Até 70 comensais	33903972
Almoço	185574	5320	Comensais		33903972
Lanche da tarde	185582	5320	Comensais		33903972
Jantar	185590	5320	Comensais		33903972
Colação	164186	5320	Comensais		33903972
Lanche Especial - Parcial	163945	5320	Comensais		33903972
Lanche Especial - Integral	163937	5320	Comensais		33903972
Natal	163988	5320	Comensais		33903972
Almoço Familiar Projeto	246735	5320	Comensais		33903972











e) **CONTRATANTE e TRANSPORTADA** – CASA's Tamoios, Serra da Mantiqueira e Semiliberdade São José dos Campos

TIPO	Código (SIAFÍSICO)	CATSER (COMPRAS)	UNIDADE DE FORNECIMENTO	FAIXA CADTERC	Natureza de Despesa
Desjejum	163619	5320	Comensais	Até 100 comensais	33903972
Almoço	163732	5320	Comensais		33903972
Lanche da tarde	169080	5320	Comensais		33903972
Jantar	169145	5320	Comensais		33903972
Colação	164186	5320	Comensais		33903972
Lanche Especial - Parcial	163945	5320	Comensais		33903972
Lanche Especial - Integral	163937	5320	Comensais		33903972
Natal	163998	5320	Comensais		33903972
Almoço Familiar Projeto	246735	5320	Comensais		33903972





1.1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no *Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023*.

1.2. Para operacionalização desses serviços deverão ser previstos:

- O fornecimento de gêneros e produtos alimentícios, materiais de consumo em geral necessários para a execução dos serviços (equipamentos, utensílios, descartáveis, materiais de higiene e limpeza, entre outros);
- A disponibilização de mão de obra especializada, pessoal técnico, operacional e administrativo, em número suficiente para desenvolver todas as atividades previstas, observadas as normas vigentes;
- A disponibilização e a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos e utensílios utilizados, inclusive dos equipamentos do Contratante à disposição da Contratada;
  - A manutenção, adaptação e adequação que se fizerem necessárias nas dependências e instalações do serviço de nutrição do Contratante;
- Recolhimento e destinação adequada dos resíduos e lixo provenientes do processo produtivo, copa de distribuição e refeitórios;
- Higienização e limpeza de todas as dependências utilizadas, dos equipamentos, utensílios de cozinha e dos utensílios utilizados pelos adolescentes; e
- Despesas decorrentes do consumo de gás (GLP) utilizado na cozinha;

Para a execução dos Serviços B – Prestação de Serviços de Nutrição e Alimentação Elaboradas nas Dependências do Contratante e Transportada para as Unidades Receptoras :

1.3. Deverá estar prevista a disponibilização de veículos para o transporte das refeições, que deverão ser acondicionadas em recipientes isotérmicos até os centros de atendimento indicados pelo Contratante, observadas as normas vigentes da Vigilância Sanitária.

1.4. O objeto desta contratação deverá ser executado em conformidade com a legislação aplicável aos serviços de Nutrição e Alimentação, em especial as normas vigentes estabelecidas pelos Conselho Federal de Nutricionistas – CFN, Conselho Regional de Nutricionistas 3º Região – CRN3, Vigilância Sanitária e ainda os parâmetros constantes do Estudo Técnico de Serviços Terceirizados (CADTERC) – Prestação de Serviços de Nutrição e Alimentação aos Adolescentes, sob Tutela do Estado atendidos pela Fundação CASA – SP Volume 06 – junho/2024 – Secretaria de Gestão e Governo Digital, entre outros atos normativos.

1.5. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como serviços comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017 , de 11 de outubro de 2023.

1.6. Os serviços a serem prestados são de natureza continuada com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, pois, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando uma alimentação balanceada, dentro dos padrões de segurança alimentar, com as condições higiênico-sanitárias adequadas e o funcionamento das atividades finalísticas da Administração, de modo que sua interrupção pode comprometer a prestação do atendimento ao público e o cumprimento da missão institucional desta Fundação CASA/SP.

1.7 O prazo de vigência da contratação é de 15 (quinze) meses, a contar da data estabelecida para início dos serviços, prorrogável por até 10 anos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosos para a Administração, na forma dos *artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021*.



4.1.1. Devem ser atendidos os requisitos de sustentabilidade previstos no Estudo Técnico de Serviços Terceirizados (CADTERC) – Prestação de Serviços de Nutrição e Alimentação aos Adolescentes, sob Tutela do Estado atendidos pela Fundação CASA – SP Volume 06 – junho/2024 – Secretaria de Gestão e Governo Digital ([www.bec.sp.gov.br](http://www.bec.sp.gov.br)), também presentes em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, anexo deste Termo de Referência.

## 4.2. Garantia da contratação

4.2.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam o art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, em valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor anual do contrato, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

4.2.2. Dentro do prazo estabelecido para a formalização da contratação, e antes da assinatura do contrato, o fornecedor deverá apresentar garantia contratual, podendo optar por uma das seguintes modalidades:

I - **Caução em dinheiro.** A garantia em dinheiro deverá ser efetuada mediante depósito bancário em favor do Contratante no Banco do Brasil, em conta que contemple a correção monetária do valor depositado;

II - **Caução em títulos da dívida pública.** Serão admitidos apenas títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente;

III - **Fiança bancária.** Feita a opção pela fiança bancária, no instrumento deverá constar a renúncia expressa do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil. Será admitida fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

IV - **Seguro-garantia.** A apólice de seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados em conformidade com a subdivisão posterior, observada a legislação que rege a matéria. Caso tal cobertura não conste expressamente da apólice, o fornecedor vencedor poderá apresentar declaração firmada pela seguradora emitente afirmando que o seguro-garantia apresentado é suficiente para a cobertura de todos os eventos indicados em conformidade com a subdivisão posterior, observada a legislação que rege a matéria;

V - **Título de capitalização.** Serão admitidos apenas títulos de capitalização conforme a modalidade instrumento de garantia custeados por pagamento único, com resgate pelo valor total, emitidos com observância da legislação que rege a matéria.

4.2.3. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária terá prazo de um mês, contado da data de homologação da licitação, para sua apresentação, que deve ocorrer antes da assinatura do contrato.

4.2.4. A não apresentação da garantia no prazo estabelecido será considerada recusa injustificada à formalização do contrato, configurando descumprimento integral da obrigação assumida. Tal conduta sujeitará o fornecedor vencedor às sanções previstas na legislação aplicável.

4.2.5. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à garantia da contratação.

## 4.3. Vistoria

4.3.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim.

4.3.1.1. Cada vistoria deverá ser agendada com o(s) servidor(es):

a) LOTE 01: Carla Branco ou Sandra Chichito – e-mail: [nutridr3@fundacaocasa.sp.gov.br](mailto:nutridr3@fundacaocasa.sp.gov.br) – Telefones: (11) 4635-3505 e (19) 2117-2614;

b) LOTE 02: Carla Branco ou Sandra Chichito – e-mail: [nutridr3@fundacaocasa.sp.gov.br](mailto:nutridr3@fundacaocasa.sp.gov.br) – Telefones: (11) 4635-3505 e (19) 2117-2614;

c) LOTE 03: Natalia Salmazo ou Zilda Lopes – e-mail: [nutrisubdr3@fundacaocasa.sp.gov.br](mailto:nutrisubdr3@fundacaocasa.sp.gov.br) – Telefone: (12) 2127-4613;

d) LOTE 04: Carla Branco ou Sandra Chichito – e-mail: [nutridr3@fundacaocasa.sp.gov.br](mailto:nutridr3@fundacaocasa.sp.gov.br) – Telefones: (11) 4635-3505 e (19) 2117-2614.

4.3.2. Poderão ser feitas tantas vistorias quantas cada interessado considerar necessário.

4.3.3. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.3.4. Para a vistoria, o representante legal do fornecedor ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pelo fornecedor comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.3.5. Caso o fornecedor opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal de seu representante legal de que conhece o local e as condições da realização do objeto, ou declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.3.6. O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que será realizado o objeto da contratação.

#### **4.4. Transferência ou subcontratação**

4.4.1. A CONTRATADA não poderá ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

4.4.2 A CONTRATADA não poderá subcontratar os serviços que compõem o escopo principal.

4.4.2.1. Excepcionalmente, será admitida a subcontratação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos e instalações disponibilizadas para a execução do objeto e o transporte das refeições, desde que com prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.

4.4.2.2. Ao solicitar a autorização, a CONTRATADA deverá informar o nome e endereço da empresa a ser subcontratada, o nome dos titulares e prepostos.

4.4.2.3. No caso de transporte de refeições, quando couber, a CONTRATADA deverá fornecer:

4.4.2.3.1. Cópia do Instrumento Contratual formalizado com a subcontratada.

4.4.2.3.2. Certificados de Vistoria de Veículo para o fim que se destina.

### **5. Modelo de execução do objeto**

#### **5.1. Condições de execução**

5.1.1. Os serviços serão executados observando-se os prazos e condições previstos no Estudo Técnico Preliminar, Estudo Técnico de Serviços Terceirizados (CADTERC) – Prestação de Serviços de Nutrição e Alimentação aos Adolescentes, sob Tutela do Estado atendidos pela Fundação CASA – SP Volume 06 – junho/2024 – Secretaria de Gestão e Governo Digital, Especificação Técnica anexa, normas estabelecidas pelo CRN-3 e Legislações Vigentes, bem como os indicados a seguir.

#### **5.2. Caracterização dos Centros e dos serviços prestados, sistema de distribuição e local.**

##### **5.2.1. O LOTE 1:**

5.2.1.1. Especificações da prestação de serviços:











5.2.3.5.1. O sistema de distribuição de refeições aos adolescentes atendidos nos CASA's JACAREÍ, TAUBATÉ, LORENA, CARAGUATATUBA, TAMOIOS E SERRA DA MANTIQUEIRA será a granel, cujas refeições deverão ser acondicionadas em recipientes isotérmicos, transportadas através de carro tipo plataforma até a copa de apoio do refeitório e as cubas devem ser acondicionadas em balcão térmico para manutenção da temperatura.

durante a distribuição, conforme os padrões estabelecidos pela legislação vigente e porcionadas para consumo imediato.

5.2.3.5.2. No CASA de Semiliberdade São José dos Campos, o sistema de distribuição de refeições aos adolescentes será em recipientes individuais descartáveis (marmite), acondicionados em caixas isotérmicas, sendo transportadas através de veículo automotor até o centro externo.

5.2.3.5.3. No sistema a granel as refeições (almoço e jantar) devem ser servidas em pratos de mesa de polipropileno com capacidade de 700 ml, acompanhadas de talheres (colher e/ou garfo e faca) do mesmo material, dispostos em bandeja lisa de polipropileno visando facilitar o transporte dos alimentos da área de distribuição até a mesa, proporcionando melhoria na qualidade do atendimento.

5.2.3.5.4. A salada deve ser porcionada em recipientes de polipropileno com capacidade para 300 ml individualmente, acrescentando-se temperos em sachê por ocasião do consumo.

5.2.3.4.5. Em situações que não for possível o atendimento das refeições a granel, por razões de segurança do Centro, calamidades públicas, pandemias, doenças contagiosas e/ou condições inadequadas, o atendimento deve ser em recipientes descartáveis e individuais, assegurando a salada separada dos alimentos quentes.

5.2.3.6. Os serviços serão prestados no (s) seguinte (s) endereço (s) do lote 3:

CASA JACAREÍ - Rodovia Presidente Dutra, Km 173, Bairro Chácaras Reunidas – Igarapés – Jacareí/SP.

CASA TAUBATÉ - Avenida Amador Bueno da Veiga, 5050, Km 138,5 (Rodovia SP 091 Km 138 + 600m), Bairro Jd Jaraguá – Taubaté/SP.

CASA LORENA - Estrada Chiquito de Aquino, Km 002 + 100m, Bairro Santa Lucrécia – Lorena /SP.

CASA CARAGUATATUBA - Estrada Pirassununga, 600, Bairro Rio Claro – Caraguatatuba/SP.

5.2.3.6.1. COZINHA CENTRAL TAMOIOS - Rodovia dos Tamoios, Km 12, Bairro da Pernambucana – São José dos Campos/SP.

### Centros internos:

CASA TAMOIOS - Rodovia dos Tamoios, Km 12, Bairro da Pernambucana – São José dos Campos/SP.

CASA SERRA DA MANTIQUEIRA - Rodovia dos Tamoios, Km 12, Bairro da Pernambucana – São José dos Campos/SP.

Centro externo:

CASA DE SEMILIBERDADE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - Rua Sebastião Humel, 920, Centro – São José dos Campos.

#### 5.2.4. O LOTE 04

#### 5.2.4.1.especificações da prestação de serviços:

5.2.4.1.1.A Prestação de Serviços de Nutrição e Alimentação realizar-se-á mediante a utilização das dependências da Cozinha Central da CONTRATANTE, no Serviço de Nutrição do COMPLEXO FRANCO DA ROCHA, localizada à Estrada do Governo S/Nº – Pouso Alegre – Franco da Rocha, onde a alimentação será preparada, transportada e distribuída até as copas de distribuição dos centros, CASA TAPAJÓS, CAIP JACARANDÁ, CASA MANACÁ DA SERRA, CASA NOVO TEMPO E CASA SEMILIBERDADE JUNDIAÍ.

#### 5.2.4.2. A caracterização dos Centros que compõe o lote 4:



#### 5.2.4.6.1. COZINHA CENTRAL COMPLEXO FRANCO DA ROCHA – Estrada do Governo S/Nº.





5.5.4. A aceitabilidade dos preços será aferida com base nos valores referenciais constantes do Estudo Técnico de Serviços Terceirizados (CADTERC) – Prestação de Serviços de Nutrição e Alimentação aos Adolescentes, sob Tutela do Estado atendidos pela Fundação CASA – SP Volume 06 – junho/2024 – Secretaria de Gestão e Governo Digital, correspondente ao objeto licitado e vigente no mês de referência dos preços.

## 5.6. Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.6.1. A CONTRATADA será oficiada sobre o término do Contrato com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência;

5.6.2. As instalações serão avaliadas para que a entrega do espaço seja feita nas mesmas condições em que foram assumidas pela CONTRATADA no início da prestação dos serviços;

5.6.3. A CONTRATADA deverá apresentar cronograma para retirada de seus equipamentos e utensílios com anuência da CONTRATANTE e sem que haja interrupção da prestação dos serviços;

5.6.4. A CONTRATADA deverá apresentar documentos rescisórios comprobatórios do cumprimento de todas as obrigações trabalhistas de seus empregados que atuaram sob a égide desde contrato, em até 15 (quinze) dias após o término da vigência do Contrato, e quaisquer outros documentos solicitados pelo Gestores ou Fiscais, inclusive os previstos no item 6.9.4 e seus subitens deste Termo de Referência.

5.6.5. A Contratante realizará tratativas com a Empresa vencedora do certame no que tange a todo o processo de transição da prestação dos serviços de alimentação.

## 6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas ajustadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. A CONTRATANTE poderá convocar o preposto da CONTRATADA para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato, a CONTRATANTE poderá convocar o representante da CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### 6.6. Preposto (Pessoa física que representa formalmente a CONTRATADA)

6.6.1. A CONTRATADA designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto CONTRATADA.

6.6.2. A CONTRATANTE poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da CONTRATADA, hipótese em que a CONTRATADA designará outro para o exercício da atividade.

## 6.7. Rotinas de Fiscalização

**6.7.1.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

## 6.8. Fiscalização Técnica

- 6.8.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, quanto aos aspectos técnicos, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).
- 6.8.2. O fiscal técnico do contrato registrará em relatórios de visita técnica, todas as ocorrências relacionadas à prestação dos serviços, com a descrição dos prazos necessários para a regularização das faltas ou irregularidades verificadas, encaminhando-os à Contratada para ciência e providências e posteriormente ao Gestor do Contrato. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).
- 6.8.3. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pela CONTRATADA (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, III).
- 6.8.4. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV).
- 6.8.5. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).
- 6.8.6. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas marcadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).
- 6.8.7. A fiscalização técnica dos contratos deve avaliar constantemente a execução dos serviços através de supervisões, relatório das mesmas e Avaliação de Qualidade dos Serviços, conforme previsto no Anexo II deste Termo de Referência para aferição da qualidade da prestação dos serviços, e, se for o caso, encaminhar proposta de penalidade a autoridade competente.
- 6.8.8. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 6.8.9. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados.
- 6.8.10. O preposto deverá assinar o documento, tomando ciência da avaliação realizada.
- 6.8.11. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador e deverá apresentar plano de ação com medidas corretivas e providenciar as adequações que se fizerem necessárias.
- 6.8.12. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, devem ser aplicadas sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- 6.8.13. É vedada a atribuição à CONTRATADA da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ele realizada.
- 6.8.14. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 6.8.15. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando se os limites de alteração dos



6.9.4.1. No 1º (primeiro) mês da prestação dos serviços, a Contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

A) Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, número da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

B) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA; C) Exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços;

D) Cópia de Acordo Coletivo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Sentença Normativa vigentes, e, ao longo da vigência da contratação, do(s) instrumento(s) que o suceda(m);

E) Comprovação de capital social integrado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019, de 1974.

6.9.4.2. Até o dia 30 (trinta) do mês seguinte ao da prestação dos serviços (ou último dia do mês seguinte ao da prestação dos serviços, se não houver equivalente), a CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato os seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf) ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações:

A) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

B) Certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Municipal/Distrital do domicílio ou sede da CONTRATADA que tenham sido exigidas para fins de habilitação neste instrumento;

C) Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF - FGTS);

D) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas (CNDT);

6.9.4.3. Quando solicitado pela CONTRATANTE e no prazo fixado, a CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização da contratação os documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação a qualquer dos empregados diretamente envolvidos na execução da contratação, em especial quanto aos seguintes documentos, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços (artigo 50 da Lei nº 14.133, de 2021):

A) Extrato da conta do INSS e do FGTS do empregado;

B) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a CONTRATANTE;

C) cópia dos contracheques dos empregados ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

D) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale- alimentação, entre outros) e de cumprimento de outras exigências a que estiver obrigada por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho;

E) comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato;

6.9.4.4. A CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização da contratação cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção do contrato, até 10 (dez) dias após o último mês de prestação dos serviços:



6.9.14. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS, ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento da contratação e na legislação vigente, podendo culminar em extinção contratual, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, com base nos artigos 50 e 121 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.9.15. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, até que a situação seja regularizada (artigo 121, § 3º, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.9.15.1. Não havendo quitação das verbas trabalhistas por parte da CONTRATADA no prazo de 15 (quinze) dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das verbas trabalhistas diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, que serão deduzidas do pagamento devido à CONTRATADA.

6.9.15.1.1. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela CONTRATANTE para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas na subdivisão acima.

6.9.15.1.2. Os pagamentos das verbas trabalhistas diretamente aos empregados da CONTRATADA não configuram vínculo empregatício, tampouco implicam a assunção de responsabilidade pela CONTRATANTE em relação aos empregados da CONTRATADA por quaisquer obrigações dele decorrentes.

6.9.16. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

6.9.17. A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.9.18. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

6.9.19. Sempre que solicitado pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.9.20. As disposições previstas neste Termo de Referência quanto à fiscalização administrativa não excluem a incidência de outras regras da legislação que disciplina a fiscalização contratual.

6.9.21. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

## **6.10. Gestor do Contrato**

6.10.1. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso I do art. 2º).

6.10.2. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX).

6.10.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).

6.10.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso ( Decreto estadual nº 68.220, de 2023. art. 16. VIII).

6.10.5. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único).

6.10.6. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.10.7. Este escopo contempla a fiscalização das condições de higiene e de conservação dos veículos utilizados para o transporte das refeições.

## 7. Critérios de medição e pagamento

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Procedimento de Avaliação da Qualidade dos Serviços de Nutrição e Alimentação aos Adolescentes sob a Tutela do Estado Atendidos pela Fundação CASA, conforme previsto em Anexo do Edital, para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

7.1.1. Aplica-se eventual desconto nas faturas mensais em função da pontuação final obtida na Avaliação da Qualidade dos Serviços. Os critérios, conceitos e itens que serão objeto de avaliação mensal estão descritos em Anexo do Edital.

7.2. O Contratante executará mensalmente a medição dos serviços considerando a quantidade de serviços efetivamente executados, descontando-se do valor devido, quando houver, as importâncias relativas às quantidades de serviços não aceitas e glosadas pelo Contratante por motivos imputáveis à Contratada, bem como percentual decorrente de avaliação da qualidade dos serviços, sem prejuízo das sanções disciplinadas em contrato e no Edital.

## Do recebimento

7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 04 (quatro) dias, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021, e arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.4. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 17, X, Decreto estadual 68.220, de 2023).



7.14.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.14.4. Comunicar a contratada para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.14.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.15. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.16. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.17. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético- profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

7.18. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.18.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.19. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

7.19.1. o prazo de validade;

7.19.2. a data da emissão;

7.19.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.19.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.19.5. o valor a pagar; e

7.19.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.20. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

7.21. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on- line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.22. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.23. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.24. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.25. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.26. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.27. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.27.1. A Contratada deverá emitir nota fiscal ou documento de cobrança equivalente separadas por local de prestação de serviços, ou seja, um documento fiscal individual para cada localidade prevista no Termo de Referência, conforme orientação do gestor do Contrato, que informará a relação de números de inscrição de cada local no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ).

7.28. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (artigo 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, 2023, c/c o artigo 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

### **Forma de pagamento**

7.29. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do contratado no Banco do Brasil S/A.

7.29.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 10º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.30. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.31. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.31.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.32. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 8. Critérios de seleção do fornecedor

8.1. Modalidade, critério de julgamento e modo de disputa:

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO do Lote e modo de disputa aberto

8.2. Se almeja gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração, considerado todo o ciclo de vida do objeto.

8.3. Lei Complementar Federal nº 123/2006

8.3.1. Considerando a natureza do objeto a ser licitado e em conformidade com as conclusões alcançadas no Estudo Técnico Preliminar, verifica-se a impossibilidade de divisão do objeto em cotas de participação ampla e restrita. Portanto, nos termos do artigo 49, inciso III da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e no artigo 3º inciso II da Lei Estadual nº 16.928/2019, a presente licitação será de participação ampla.

### 8.4. Regime de Execução

8.4.1. O regime de execução do contrato será de empreitada por preço unitário.

### 8.5. Exigências de habilitação

8.5.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica

8.6. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.7. **Sociedade empresária:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. Ato de autorização para o exercício da atividade, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.18.1. Para fins de comprovação de regularidade para com a Fazenda Estadual, na forma do presente item, serão considerados apenas os débitos inscritos em dívida ativa.

8.18.2. Nas localidades onde as certidões de débitos inscritos em dívida ativa sejam expedidas de forma separada em relação aos débitos ainda não inscritos, deverá ser apresentada apenas a que se enquadre nas condições do item 8.18.1.

8.18.3. Nas localidades onde a certidão de regularidade é emitida de forma conjunta, será possibilitado ao licitante que apresente comprovação de que eventual certidão positiva ou outro documento restritivo correspondem a débitos ainda não inscritos em dívida ativa, hipótese em que o licitante será considerado como regular perante a Fazenda Estadual."

8.19. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.20. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;

8.21. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

8.22. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.22.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um)

8.22.2. Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação;

8.22.3. Patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado para 12 (doze) meses de contratação.

8.22.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

8.22.5. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.22.6. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, quando for o caso, ou outro limite estabelecido pela legislação aplicável.

8.23. Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante em edital, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data da apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante, observados os seguintes requisitos:

8.23.1. A declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

8.23.2. Caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.

8.23.3. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.24. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.25. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia;

8.25.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Qualificação Técnico-Operacional

8.26. Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.26.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) com a(s) seguinte(s) característica(s) mínima(s):

8.26.1.1. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 15 (quinze) meses na prestação de serviços similares, sendo aceito o somatório de atestados ou certidões de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os meses serem ininterruptos;

8.26.1.2. Comprovação de que já executou contrato(s) com um mínimo de **50% (cinquenta por cento) da quantidade de grandes refeições/dia** (almoço ou jantar) a serem contratadas, conforme abaixo:

		QUANTIDADE A SER
--	--	------------------







9.1. O custo estimado total da contratação é R\$ R\$ 27.113.726,38 (vinte e sete milhões, cento e treze, setecentos e vinte e seis reais e trinta e oito centavos.), conforme custos unitários apostos na TABELA:

LOTE	LOCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	VALOR
1	CASA LIMEIRA CASA MORRO AZUL CASA RIO PIRACICABA CASA MOGI MIRIM CASA LARANJEIRAS	R\$ 7.220.729,13
2	CASA CAMPINAS CASA MAESTRO CARLOS GOMES CASA ANDORINHAS CASA ATIBAIA	R\$ 5.340.755,84
3	CASA JACAREÍ CASA LORENA CASA CARAGUATATUBA CASA TAMOIOS CASA SEMILIBERDADE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS CASA SERRA DA MANTIQUEIRA CASA TAUBATÉ	R\$ 8.240.026,07
4	CAIP JACARANDÁ CASA NOVO TEMPO CASA TAPAJÓS CASA JACARANDÁ CASA SEMILIBERDADE JUNDIAÍ	R\$6.312.215,34

9.2. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

## 10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: SEC. DA JUSTIÇA E CIDADANIA/FUNDAÇÃO CASA - SEDE ADMINISTRAÇÃO - 990202;

**II) Fonte de Recursos:** 1.500.1.0.001;

**III) Programa de Trabalho: 14.243.1729.5907.0000;**

**IV) Elemento de Despesa: 3.3.90.39.72.**

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**CLAUDIA PASQUINI DE ALMEIDA FRANCO DE GODOY**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 27/01/2026 às 11:18:13.*

**THIAGO HENRIQUE PERAZZO**

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 27/01/2026 às 11:24:05.

## **ANEXO I**

### **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

#### **1. DO OBJETO**

1.1. Prestação de Serviços de Nutrição e Alimentação, para fornecimento de refeições/serviços complementares destinados aos adolescentes sob a tutela do Estado, aos familiares em datas comemorativas e a outros em situações emergenciais, devidamente autorizados, mediante a operacionalização e desenvolvimento de atividades de produção, administrativas, proporcionando alimentação balanceada e em condições higiênicas sanitárias adequadas, em conformidade com as especificações que seguem formalizadas nos termos da legislação vigente.

1.2. As especificações técnicas tratadas neste documento são usuais a todos os lotes e centros.

#### **2. DAS ESPECIFICAÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

##### **2.1. A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS INCLUI:**

2.1.1. O fornecimento de gêneros e produtos alimentícios;

2.1.2. A disponibilização de mão de obra especializada: pessoal técnico, operacional e administrativo em número suficiente para desenvolver todas as atividades previstas, objeto do Contrato, observadas as normas vigentes estabelecidas pelos Conselho Federal de Nutricionistas – CFN, Conselho Regional de Nutricionistas 3º Região – CRN3, Vigilância Sanitária e ainda os parâmetros constantes do Estudo Técnico de Serviços Terceirizados (CADTERC) – Prestação de Serviços de Nutrição e Alimentação aos Adolescentes, sob Tutela do Estado atendidos pela Fundação CASA – SP Volume 06 – junho/2024 – Secretaria de Gestão e Governo Digital, entre outros atos normativos.

2.1.3. O fornecimento de materiais de consumo em geral: descartáveis, materiais de limpeza e de higiene (para a área de produção, bem como para a higienização dos utensílios utilizados pelos adolescentes e mesa dos refeitórios), utensílios em geral para a área de produção, recipientes para acondicionamento das refeições, recipientes isotérmicos para transporte das refeições, bem como utensílios para atendimento aos adolescentes (pratos, canecas, talheres, cumbucas, bandejas), toalhas de mesa, panos descartáveis e sacos de lixo para os refeitórios entre outros, necessários à execução dos serviços;

2.1.4. Recolhimento e destinação adequada dos resíduos e lixo provenientes do processo produtivo;

2.1.5. Higienização e limpeza de todas as dependências utilizadas, dos equipamentos, dos utensílios de cozinha e dos utensílios utilizados pelos adolescentes;

2.1.6. A disponibilização e instalação, às suas expensas, de equipamentos e mobiliários, necessários, à execução dos serviços, (nas áreas de guarda, higienização, pré-preparo, preparo e distribuição), filtros de água, refresqueiras, carro tipo plataforma, para transportar as refeições até os refeitórios, balcão térmico, balança eletrônica, refrigerador, termômetro, entre outros, os quais serão devolvidos no final do Contrato;

2.1.7. A manutenção preventiva e corretiva das instalações e equipamentos utilizados na execução dos serviços, inclusive os da CONTRATANTE à disposição da CONTRATADA;

2.1.8. A execução, às suas custas, das adaptações que se fizerem necessárias e ou ações visando a melhoria na prestação de serviços, nas dependências da CONTRATANTE, objeto do Contrato, observadas as exigências estabelecidas pelo Centro de Vigilância Sanitária, mediante prévia autorização da CONTRATANTE, tais como a instalação de lavatório para higienização das mãos e

acessórios (papel toalha, sabão líquido, entre outros); mobiliário para guarda dos utensílios em uso pelo adolescente, entre outras.

2.1.9. Uma vez autorizada e executada, as mesmas, passam a incorporar o imóvel, sem qualquer ônus à CONTRATANTE. A partir da realização de Vistoria Técnica e/ou conhecimento do local, a CONTRATADA, ciente das condições das instalações e edificação, tem conhecimento das adaptações que se fazem necessárias;

2.1.10. A instalação de telas milimétricas de proteção nas janelas do Serviço de Nutrição (cozinha, estoque e copa de distribuição); nos refeitórios e nas portas de acesso à área externa;

2.1.11. A colocação de proteção contra explosão e queda nas luminárias, protetor nos rodapés das portas que dão acesso ao serviço e demais adaptações que se façam necessárias, seguindo as normas da legislação vigente da CVS nº 5/13 e demais legislações vigentes dos referidos Municípios;

2.1.12. A disponibilização de linha telefônica própria, às suas expensas, ou as despesas decorrentes do uso de linha telefônica da CONTRATANTE;

2.1.13. As despesas decorrentes do consumo de gás (GLP) utilizado na cozinha;

2.1.14. As despesas decorrentes da higienização periódica da caixa de gordura (e rede na qual estão interligadas) e do sistema de exaustão (coifas, dutos e exaustor);

2.1.15. A disponibilização de veículo automotor, em número adequado, para transporte da alimentação das Cozinhas Centrais da CONTRATANTE para os Centros de Atendimento CASAs em condições adequadas, conforme legislação sanitária vigente.

### 3. DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. A alimentação fornecida deve ser equilibrada, racional e estar em condições higiênico-sanitárias adequadas.

3.2. Os serviços deverão estar sob a responsabilidade técnica de nutricionista, com experiência comprovada e cujas funções abrangem o desenvolvimento de todas as atividades técnico-administrativas, inerentes ao Serviço de Nutrição. O Responsável Técnico (RT) deve estar com a inscrição ativa no respectivo conselho de classe e possuir atestado de responsabilidade técnica emitido pelo conselho de classe da jurisdição.

3.3. Os serviços deverão ser prestados nos padrões técnicos recomendados e contar com quadro de pessoal técnico, operacional e administrativo qualificado e em número suficiente, conforme descrito no Estudo Técnico de Serviços Terceirizados (CADTERC) – Prestação de Serviços de Nutrição e Alimentação aos Adolescentes, sob Tutela do Estado atendidos pela Fundação CASA – SP Volume 06 – junho/2024 – Secretaria de Gestão e Governo Digital.

3.4. A operacionalização, distribuição e porcionamento das refeições deverão ser supervisionadas pelo responsável técnico da CONTRATADA, de maneira a observar sua aceitação, análise da apresentação, porcionamento e temperatura das refeições servidas, para possíveis alterações ou adaptações, visando atendimento adequado e satisfatório.

3.5. Para a execução dos serviços, a CONTRATADA deve executar todas as atividades necessárias à obtenção do escopo contratado, dentre as quais destacam-se:

3.5.1. Programação das atividades de Nutrição e Alimentação;

3.5.2. Elaboração de cardápio diário completo - mensal;

3.5.3. Aquisição de gêneros e produtos alimentícios e materiais de consumo em geral;

3.5.4. Armazenamento de gêneros e produtos alimentícios e materiais de consumo;

3.5.5. Controle quantitativo e qualitativo dos gêneros alimentícios e materiais de consumo, prevendo estoque mínimo para atender eventuais emergências;

3.5.6. Pré-preparos, preparos e cocção da alimentação;

3.5.7. Coleta diária de amostras da alimentação preparada, em todas as refeições;

3.5.8. Transporte das refeições, devidamente acondicionadas em recipientes isotérmicos com uso de veículos automotores até os locais indicados para distribuição das refeições;

3.5.9. Distribuição das refeições nos refeitórios, devidamente acondicionadas em recipientes térmicos e em balcão térmico quando puder, devendo a apresentação, temperatura e qualidade serem mantidas em condições adequadas;

3.5.10. Porcionamento uniforme das refeições aos adolescentes, utilizando-se de utensílios apropriados (concha, escumadeira, colher de servir e pegadores);

3.5.10.1. Nos CASAs em que não há copa de distribuição, o porcionamento será realizado pelos adolescentes, devidamente paramentados com luva, toucas descartáveis e avental, disponibilizados pela Contratada, utilizando-se de utensílios apropriados para manter a uniformidade;

3.5.11. Higienização e limpeza de todas as dependências utilizadas, dos equipamentos, dos utensílios de cozinha e dos utensílios utilizados pelos adolescentes disponibilizando material para limpeza das mesas dos refeitórios, quando não for possível realizar;

3.5.12. Recolhimento dos resíduos/ restos alimentares com destinação adequada;

#### **4. ATENDIMENTO A ADOLESCENTES**

4.1. A alimentação dos adolescentes é constituída de 04 (quatro) refeições diárias: desjejum, almoço, lanche da tarde e jantar.

4.2. Estão previstos serviços complementares constituídos de lanches especiais quando em atividades externas e kit Natal.

4.3. Fornecimento de refeições e/ou lanches aos adolescentes da Fundação CASA, participantes de eventos esportivos e culturais, inclusive de outras Regionais, mediante solicitação da CONTRATANTE.

#### **5. ATENDIMENTO A FAMILIARES**

5.1. Visando à integração adolescente/família, foram previstos:

5.2. Fornecimento de almoço ao familiar participante do atendimento socioeducativo no plano individual de atendimento do adolescente, em número de 01 (um) familiar por adolescente, conforme

quantitativo estimado de refeições/serviços complementares e frequência de fornecimento constante no Termo de Referência.

5.3. Fornecimento de almoço aos familiares, em data comemorativa no mês de dezembro (Natal), em número de até 02 (dois) familiares por adolescente atendidos no programa de internação, conforme quantitativo estimado de refeições/serviços complementares e frequência de fornecimento constante no Termo de Referência.

## **6. SITUAÇÕES EMERGENCIAIS**

6.1. Para situações emergenciais, estão previstas refeições a policiais e a funcionários, com prévia autorização da Diretoria de Gestão e Articulação Regional e/ou Superintendência de Saúde.

6.1.1. Entendem-se situações emergenciais aquelas que fogem a rotina de trabalho do funcionário, que se faz necessária à presença ininterrupta em situações de agravos e contenção de conflitos entre outros, no Centro.

6.1.2. O padrão de alimentação destinado aos familiares e eventualmente aos policiais e funcionários do Centro será o mesmo estabelecido aos adolescentes. As refeições quando fornecidas, não serão objeto de acréscimos ou supressões de preços, portanto, para efeito de preços, serão praticados os mesmos correspondentes às refeições normais.

6.1.3. Quantitativo estimado de comensais, número de refeições/serviços complementares e frequência de fornecimento, conforme Termo de Referência.

## **7. DO HORÁRIO DAS REFEIÇÕES**

7.1. O horário das refeições deve adequar-se à dinâmica de cada Centro, sendo preferencialmente:

7.1.1. Desjejum: 06h00 às 08h00

7.1.2. Almoço: 11h00 às 12h30

7.1.3. Lanche da Tarde: 14h30 às 15h00

7.1.4. Jantar: 18h00 às 19h00

7.2. O lanche da tarde, a critério do Centro de Atendimento Socioeducativo da CONTRATANTE, poderá ser fornecido às 21 horas ou adequado a necessidade dos Centros.

7.3. No cardápio mensal deverá constar, o lanche correspondente ao período fornecido.

7.4. Os horários das refeições nos finais de semana, feriados e período de férias escolares poderão ser diferenciados, de acordo com a dinâmica de cada Centro.

## **8. DO TRANSPORTE**

8.1. Estabelecer e cumprir horários de entrega das refeições nos Centros, de forma que atenda aos horários estabelecidos pelas Diretorias dos Centros.

8.2. Os veículos automotores devem possuir o Certificado de Vistoria atualizado, emitido pelo Centro de Vigilância Sanitária, conforme Portarias CVS nº 15/1991, de 07/11/91 e CVS nº 5/2013 de 09/04/13. A CONTRATADA, em posse deste documento deve apresentá-lo à CONTRATANTE;

8.3. Executar a higienização diária e conservação dos veículos automotores utilizados para transporte da alimentação de acordo com as Portarias CVS nº 15/1991 e CVS nº 5/2013, no que couber.

8.4. Os veículos automotores devem estar em condições adequadas de higiene, conservação, limpos, organizados, livres de produtos, substâncias, animais, pessoas e objetos estranhos à atividade de transporte de alimentos, além de garantir a integridade e a qualidade das refeições, conforme legislação sanitária vigente.

8.5. Os veículos automotores transportadores de refeições prontas para o consumo, devem possuir a cabine do condutor isolada de um compartimento de carga fechado, conforme Portaria CVS nº 5/2013.

8.6. O compartimento de carga deve possuir revestimento interno deve ser liso, impermeável, atóxico e resistente aos procedimentos de higienização, para transporte alimentos prontos para consumo, conforme Portaria CVS nº 5/2013.

8.7. Refeições e alimentos prontos para o consumo, não devem ser transportados em contato direto com o piso do compartimento de carga. Para evitar contaminação, eles devem estar separados e protegidos sobre prateleiras, estrados ou paletes e estes, assim como todos os materiais usados para separar, proteger e fixar as cargas, não devem constituir fonte de contaminação aos produtos, conforme Portarias CVS nº 5/2013.

8.8. O transporte do alimento deve ser realizado em condições de tempo e temperatura que impeçam a contaminação e o desenvolvimento de microrganismos patogênicos ao homem, conforme Portaria CVS nº 5/2013.

8.9. Manter a quantidade de veículos automotores para transporte da alimentação, em número suficiente para atendimento do objeto de Contrato.

## **9. DA COMPOSIÇÃO DO CARDÁPIO**

9.1. Modelo de Cardápio Diário Básico Padrão em consonância com Portaria Normativa nº 317/2018.

REFEIÇÃO	C O M P O S I Ç Ã O
<b>DESJEJUM</b>	Leite com café ou achocolatado Pão francês ou pão doce com margarina com queijo muçarela ou presunto ou mortadela
<b>ALMOÇO</b>	Arroz Feijão comum ou feijão preto Carne bovina ou salsicha ou linguiça ou peixe ou frango, entre outros. Guarnições: abobrinha ou vagem ou brócolis ou cenoura, entre outros. Salada: tomate ou alface ou agrião ou beterraba, entre outros. Sobremesa: Fruta: abacaxi ou caqui ou maçã ou laranja, entre outros. Ou doce: gelatina ou pudim ou sagu ou goiabada entre outros. Preparo sólido artificial para refresco – sabores diversos Pão Francês (mini)
<b>LANCHE DA TARDE</b>	Leite com café ou achocolatado Pão francês ou pão doce com margarina com queijo muçarela ou presunto ou mortadela, biscoito doce, biscoito salgado, bolo, entre outros.
<b>JANTAR</b>	Arroz Feijão comum ou feijão preto Carne bovina ou fígado ou salsicha ou peixe ou frango ou linguiça, entre outros. Guarnições: batata ou cenoura ou abobrinha ou vagem ou espinafre, entre outros. Salada: alface ou tomate ou rúcula, entre outros. Sobremesa: Doce – gelatina ou goiabada ou marmelada ou canjica ou pudim. Ou fruta: maçã ou mamão ou melão ou pera, entre outros. Preparo sólido artificial para refresco – sabores diversos Pão Francês (mini)

## 9.2. RECOMENDAÇÕES

9.2.1. Para a composição e execução do cardápio diário deve ser observada a relação de gêneros e produtos alimentícios com respectivos consumos do per capita estabelecida e frequência de utilização, constante na referida Portaria Normativa nº 317/2018.

9.2.1.1. A forma de preparo ficará a critério da CONTRATADA com anuência da CONTRATANTE, a fim de atender aos hábitos e preferências alimentares, objetivando melhor aceitação pelos adolescentes dos Centros.

9.2.1.2. Para assegurar as necessidades nutricionais diárias recomendadas, devem ser elaborados cardápios equilibrados e variados, observados a frequência de utilização e alguns aspectos devem ser enfatizados:

9.2.1.3. Obrigatoriedade, no cardápio diário, do item leite na quantidade, frequência e padrão estabelecido na referida Portaria Normativa nº 317/2018.

9.2.1.4. Carne bovina ou substitutos, legumes, saladas devem estar presentes no almoço e no jantar.

9.2.1.5. Uma fruta ou doce, deve constituir a sobremesa, alternadamente.



9.2.1.6. O quantitativo previsto de suco de fruta – preparo sólido artificial para refresco – sabores diversos é de 250ml no almoço e no jantar.

9.2.1.7. Para atendimento de dietas especiais, se houver, estão contemplados os gêneros e produtos, cuja relação e frequência de utilização constam no item – Dietas Especiais da referida Portaria, além dos já citados.

9.2.1.8. No atendimento aos adolescentes com dietas especiais, e se for necessário incluir colação, deve ser observada a composição: suco de fruta natural ou vitamina ou mingau, entre outros, previstos no Estudo Técnico de Serviços Terceirizados (CADTERC) – Prestação de Serviços de Nutrição e Alimentação aos Adolescentes, sob Tutela do Estado atendidos pela Fundação CASA – SP Volume 06 – junho/2024 – Secretaria de Gestão e Governo Digital.

9.2.1.9. Para atendimento dos serviços complementares tais como lanches especiais e kit Natal, devem ser utilizados os itens da relação prevista para o preparo da alimentação normal dos adolescentes, além dos itens previstos para festas e eventos, constantes na referida Portaria Normativa nº 317/2018.

### **9.3. QUANTO A SOBREMESA:**

9.3.1. Se for fruta inteira deve estar previamente higienizada, no caso da laranja ou tangerina já descascadas. Fruta em pedaços devem ser embaladas individualmente ou porcionadas em recipientes individuais de polipropileno ou descartável com tampa compatível com a porção estabelecida pela Portaria Normativa nº 317/2018, devidamente identificada com data de manipulação e validade.

9.3.2. Se for doce cremoso: pudim, gelatina, sagu, entre outros deve estar acondicionado em recipiente descartável com tampa ou recipiente similar, com capacidade adequada (100 ml) à quantidade estabelecida pela Portaria Normativa nº 317/2018, devidamente identificado com data de fabricação e validade.

9.3.3. Quando houver preparações que não se adaptam ao anteriormente definido, devem ser acondicionadas em monoblocos, cobertos com fita filme, para serem distribuídas.

### **9.4. QUANTO AOS LÍQUIDOS, DEVEM:**

9.4.1. Estar acondicionados em recipientes com capacidade compatível ao número de adolescentes e que mantenham a temperatura adequada até o final da distribuição.

9.4.2. Os recipientes utilizados deverão ser diferenciados e identificados para cada tipo de bebida fornecida (leite e sucos).

9.4.3. Ser porcionados, quando bebida a base de leite, em canecas de polipropileno com capacidade de 300ml e quando suco distribuídos em copos de polipropileno de 250ml.

### **9.5. QUANTO AOS PÃES, BOLOS E BOLACHAS, DEVEM:**

9.5.1. Estar embalado individualmente, observando as gramaturas determinadas pela Portaria Normativa nº 317/2018. Deverá estar acondicionado em recipientes próprios para transportar até os

refeitórios devendo permanecer em recipientes isotérmicos quando o recheio do pão for presunto, queijo ou mortadela, salsicha.

#### **9.6. QUANTO AS DIETAS ESPECIAIS, SE HOUVER, DEVEM:**

9.6.1. Ser fornecida (almoço e jantar) em embalagem descartável com divisórias (3 ou 4), conforme a necessidade, ou recipiente similar, com tampa, exceto as dietas líquidas, cujo recipiente deve estar adequado a sua característica.

9.6.2. As dietas especiais devem estar identificadas com nome, tipo de dieta e horário, acompanhadas de talheres.

9.6.3. Os líquidos destinados às dietas especiais devem ser fornecidos em copos descartáveis com tampa, possuir capacidade adequada e devidamente identificados com nome do adolescente, tipo de dieta e horário, este último se necessário.

9.6.4. As dietas especiais, devem ser atendidas mediante prescrição médica, odontológica ou de nutricionista. Realizar a substituição de alimentos ou preparações, observadas as características da dieta prescrita, elaborando cardápios observados os produtos e gêneros alimentícios constantes na Portaria Normativa nº 317/2018 – Dietas especiais.

#### **9.7. QUANTO À ALIMENTAÇÃO PARA ADOLESCENTES COM MOLÉSTIAS INFECTO-CONTAGIOSAS, SE HOUVER, E SE NECESSÁRIA, DEVE:**

9.7.1. Ser fornecida (almoço e jantar) em recipientes descartáveis com divisórias, com tampa, exceto as dietas líquidas cujo recipiente deve estar adequado a sua característica.

9.7.2. Os líquidos devem ser fornecidos em copos descartáveis com tampa e capacidade adequada, devidamente identificados.

9.7.3. Para atendimento de dietas especiais, se houver, estão contemplados os gêneros e produtos, cuja relação e frequência de utilização constam no item – Dietas Especiais da referida Portaria, além dos já citados.

9.7.4. Identificar com nome, tipo de dieta, horário, acompanhado de utensílios totalmente descartáveis, inclusive talher.

#### **9.8. COMPOSIÇÃO DOS LANCHES ESPECIAIS:**

##### **9.8.1. LANCHE ESPECIAL PERÍODO PARCIAL (PARA ATIVIDADES EXTERNAS – COM DURAÇÃO DE ATÉ 6 HORAS):**

– 02 unidades de pão com recheio proteico.

– 01 unidade de suco de fruta em embalagem tetra brik, pronto para beber (200ml) ou 01 unidade de bebida láctea em embalagem tetra brik, pronta para beber (200ml).

– 01 unidade de Fruta.

### **9.8.2. LANCHE ESPECIAL PERÍODO INTEGRAL (PARA ATIVIDADES EXTERNAS – COM DURAÇÃO ACIMA DE 6 HORAS):**

- 03 unidades de pão com recheio proteico.
- 01 unidade de bebida láctea em embalagem tetra brik, pronta para beber (200ml).
- 01 unidade de suco de fruta em embalagem tetra brik, pronto para beber (200ml).
- 01 unidade de Fruta.
- 01 unidade de chocolate ao leite em tablete – 25g.

9.8.3. Os Lanches Especiais a serem fornecidos em atividades externas (eventos esportivos e culturais, audiências, transferências, entre outros) devem estar embalados, acondicionados e transportados em recipientes isotérmicos, em bom estado de conservação e higiene, que garantam a integridade e qualidade higiênico-sanitárias dos alimentos fornecidos.

### **9.9. COMPOSIÇÃO DE KIT PARA FESTIVIDADE:**

#### **9.9.1. NATAL**

- Panetone – per capita de 200g.
- Refrigerante – 250ml.

9.9.2. A frequência de utilização dos Lanches Especiais e Kit Festa – Natal, constam no **Termo de Referência**.

9.9.3. Para atendimento dos serviços complementares tais como lanches especiais e kit Natal, devem ser utilizados os itens e porção da relação prevista para o preparo da alimentação normal dos adolescentes, além dos itens previstos para festas e eventos, constantes na referida Portaria Normativa nº 317/2018.

### **9.10. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

#### **9.10.1. DOS CARDÁPIOS**

9.10.1.1. O cardápio diário padrão completo e recomendações definidos nas Especificações Técnicas deverão nortear a elaboração dos cardápios para atendimento a adolescentes com alimentação normal e dietas especiais, estas, se houver.

9.10.1.2. A técnica dietética de preparo ficará a critério da CONTRATADA, observado o cardápio previamente aprovado pela CONTRATANTE.

9.10.1.3. Os cardápios elaborados deverão obedecer aos critérios de sazonalidades, e planejados, atendendo às leis fundamentais de alimentação de Escudero (quantidade, qualidade, harmonia e adequação).

9.10.1.4. Para a elaboração do cardápio diário deverá ser observada a relação de gêneros e produtos alimentícios com as respectivas porções e frequência de utilização, constantes na Portaria Normativa nº 317/2018.

9.10.1.5. Na elaboração dos cardápios devem ser considerados: Fatores sensoriais: sabor, cor, odor, textura; o valor nutricional dentro do binômio variedade x equilíbrio; a safra de alimentos, observados o aspecto qualidade; adequação ao clima; e digestibilidade do alimento.

9.10.1.6. Deverão ser previstos cardápios diferenciados, se necessário, aos adolescentes cujo padrão alimentar tenha influência de preceitos religiosos, tabus, hábitos alimentares e socioculturais.

9.10.1.7. Os cardápios poderão ser elaborados trimestralmente e compatíveis com as estações climáticas.

9.10.1.8. Os cardápios devem ser planejados completos (desjejum, almoço, lanche da tarde e jantar) pela CONTRATADA, e submetidos com antecedência mínima de 30 (trinta) dias e máxima de 60 (sessenta) dias de sua utilização, para devida aprovação pela CONTRATANTE.

9.10.1.9. Os cardápios aprovados, só poderão ser alterados pela CONTRATADA com anuência da CONTRATANTE, após análise das motivações formais.

9.10.1.10. O cardápio para atendimento de familiares em datas comemorativas e a funcionários e policiais em situações emergenciais, estes desde que autorizados, será o mesmo previsto para os adolescentes.

9.10.1.11. Deverão ser elaborados cardápios diferenciados para atendimento em datas comemorativas tais como: Páscoa (almoço), Festa Junina (almoço e lanche da tarde), Dia do Adolescente (almoço de 21/09), Natal (jantar de 24/12, desjejum e almoço de 25/12) e Ano Novo (jantar de 31/12, desjejum e almoço do dia 01/01).

9.10.1.12. Os cardápios mensais a serem executados, alimentação normal e dietas especiais, estas, se houver, devem ser calculados, constando de valor calórico total diário, macronutrientes e micronutrientes, este se necessário.

9.10.1.13. Dietas especiais se houver, inclusive para adolescentes com moléstias infectocontagiosas, devem ser atendidas mediante prescrição médica, elaborando cardápios observados os produtos e gêneros alimentícios constantes na referida PORTARIA NORMATIVA – Dietas Especiais; sem custos adicionais, sendo os utensílios para atendimento destes, totalmente descartáveis.

9.10.1.13.1. As dietas especiais, quando houver, não serão objeto de acréscimos ou supressões de preços decorrentes das substituições de gêneros similares para suas adequações.

## **10. DOS GÊNEROS E PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO:**

10.1. Para a utilização de gêneros e produtos alimentícios devem ser observadas as especificações técnicas com base na legislação vigente – Código Sanitário (Decreto Estadual N.º 12.342/78), atualizada pela Lei n.º 10.083, de 23/09/98, no que couber.

10.2. Os materiais de consumo, necessários à execução dos serviços tais como: descartáveis, utensílios, produtos de higiene e limpeza (saneantes), entre outros, devem ser de qualidade comprovada, devendo estes últimos possuir número de notificação ou registro na Agência Nacional

de Vigilância Sanitária – ANVISA e o fabricante dos produtos deve possuir número de Autorização de Funcionamento (AFE) junto ao órgão sanitário competente.

10.3. Os gêneros, os produtos alimentícios e os materiais de consumo em geral, necessários à execução dos serviços, devem estar estocados em local apropriado, observando a legislação vigente – Portaria CVS nº 5/13 e Resolução RDC – ANVISA nº 216 de 15 de setembro de 2004; no que couber.

10.4. Deve ser previsto estoque mínimo tanto de gêneros e produtos alimentícios quanto de materiais de consumo em geral: higiene, limpeza e descartáveis, destinado a substituir eventuais falhas no fornecimento, como em situações emergenciais e de calamidade pública (pandemia, enchentes, greves, entre outros) de forma a atender objeto do Contrato.

10.5. Quanto aos utensílios de uso dos adolescentes deve ser prevista uma quantidade reserva de todos os itens canecas, copos, talheres, saladeiras, pratos, entre outros, de forma a atender prontamente os Centros de Atendimento quando da solicitação por quebra, aumento populacional ou desgaste natural dos mesmos.

## **11. DO PREPARO DA ALIMENTAÇÃO**

11.1. O preparo das refeições, em todas as suas etapas deve ser executado observando-se as técnicas culinárias, nos padrões de higiene e segurança, e no que couber a Portaria CVS nº 5/13 e Resolução RDC - ANVISA nº 216/04. Os alimentos não consumidos de imediato após o preparo devem ser mantidos a uma temperatura superior a 60°C ou inferior a 10°C (saladas e sobremesas) até o momento de serem servidos.

11.2. Os vegetais consumidos crus devem obrigatoriamente ser sanitizados em solução clorada e conservados sob refrigeração até o momento do consumo.

11.3. Todos os alimentos prontos para distribuição devem ser mantidos em recipientes tampados ou cobertos com fita filme de PVC e mantidos em temperaturas recomendadas conforme legislação sanitária vigente.

11.4. O refresco servido aos adolescentes deverá ser de preparo sólido artificial para refresco. A água utilizada para diluição de sucos deve ser filtrada, sendo necessária à instalação e manutenção de filtro de água, às expensas da CONTRATADA.

11.5. Submeter às preparações de todas as refeições para degustação, ao (s) elemento (s) designado (as) pela CONTRATANTE, com antecedência do horário das refeições aos adolescentes.

11.5.1. O responsável pela degustação deve comunicar a CONTRATADA sobre a aprovação ou não das preparações, indicando as inadequações e/ou melhorias a serem realizadas.

11.6. Realizar imediata retirada e substituição de preparações e/ ou alimentos que forem considerados inadequados ao consumo e encaminhar para análise microbiológica laboratorial, cujos laudos devem ser apresentados à nutricionista da CONTRATANTE, assim que concluídos.

## **12. DA DISTRIBUIÇÃO DE REFEIÇÕES**

12.1. A distribuição e o porcionamento das refeições são de responsabilidade da CONTRATADA, atendendo aos horários estabelecidos pela CONTRATANTE.

12.2. No porcionamento das refeições devem ser observadas: porção estabelecido para cada tipo de alimento, conforme Portaria Normativa nº 317/2018, uniformidade, temperatura e apresentação.

12.3. Todos os componentes do cardápio, de todas as refeições do dia, devem estar disponíveis para servir do primeiro ao último comensal.

12.4. Os utensílios e recipientes a serem utilizados pelos adolescentes, devem estar em condições adequadas de uso e em quantidade suficiente ao número de adolescentes do Centro, tendo substituição imediata quando necessária.

### **13. DO CONTROLE BACTERIOLÓGICO DOS ALIMENTOS:**

13.1. É de responsabilidade da CONTRATADA executar e manter o controle de qualidade em todas as etapas de processamento dos alimentos fornecidos a adolescentes, através do método “APPCC” (Análise de Perigo dos Pontos Críticos de Controle).

13.2. Deverão ser coletadas diariamente pela CONTRATADA amostras de todas as preparações fornecidas, as quais deverão ser armazenadas em temperaturas adequadas de acordo com o prazo estabelecido nas legislações pertinentes/vigentes.

13.3. Encaminhar, semestralmente, amostras de uma grande refeição completa (almoço ou jantar) e uma pequena refeição completa (desjejum ou lanche da tarde) para análise microbiológica, a fim de avaliar a segurança do alimento e detectar possíveis falhas no processamento. Estas amostras devem ser colhidas, responsabilizando-se (a CONTRATADA) pelo custo das análises realizadas. Os laudos assim que concluídos, devem ser apresentados à nutricionista da CONTRATANTE.

13.4. Em casos de suspeita de toxi-infecções de origem alimentar, as amostras dos alimentos fornecidos deverão ser encaminhadas imediatamente para análise microbiológica, sendo o custo das análises de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA. Os resultados das análises deverão ser entregues à nutricionista da CONTRATANTE.

13.5. O laboratório será de livre escolha da CONTRATADA, porém, o mesmo deverá ser especializado nessa área, a fim de realizar as análises microbiológicas e físico-químicas dos alimentos de acordo com a Resolução RDC nº 724/2022 e demais legislações sanitárias vigentes, ou as que vierem substituir as mesmas, sendo o custo das análises de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA e os resultados com parecer deverão ser entregues à nutricionista da CONTRATANTE assim que concluídos.

13.6. A água utilizada no Serviço de Nutrição deve ser coletada, semestralmente, e encaminhada para análise microbiológica, a fim de monitorar sua potabilidade, de acordo com as normativas descritas nas legislações vigentes.

### **14. DA HIGIENE:**

14.1. Controlar e manter a higienização completa das dependências, incluindo refeitório, equipamentos, instalações e utensílios utilizados na execução dos serviços e pelos adolescentes, observada a legislação vigente, com base na Portaria CVS nº 5/13 e Resolução RDC – ANVISA nº 216/04.

14.2. Os produtos utilizados na higienização e limpeza (saneantes) deverão estar registrados na ANVISA, contendo rótulo com a identificação do produto, composição, validade e forma de utilização.

14.3. Realizar controle integrado de pragas, sempre que necessário, em todas as dependências utilizadas para a execução dos serviços inclusive copas de distribuição, por pessoal treinado, ou empresa qualificada, utilizando-se produtos autorizados pela ANVISA. Deixar comprovantes da aplicação no Centro. O laudo da aplicação deverá permanecer de fácil acesso para consulta quando solicitado.

14.4. Recolher resíduos, restos e sobras de alimentos e lixo das dependências utilizadas, quantas vezes se fizerem necessário, devendo estar devidamente acondicionado e vedado, inclusive restos alimentares dos refeitórios, transportando até o local destinado.

14.5. Os vasilhames, caixotes e outros, pertencentes da CONTRATADA deverão estar dispostos em local apropriado e retirados periodicamente, a fim de prevenir e evitar a proliferação de insetos e roedores.

14.6. Destinar corretamente o óleo residual proveniente do processo produtivo. O mesmo em hipótese alguma poderá ser descartado na rede pública de esgoto, devendo ser recolhido por uma empresa especializada, às expensas da CONTRATADA, para transporte e destinação final. A CONTRATADA deve apresentar à CONTRATANTE documento atualizado que comprove a prestação de serviços e a regularidade da empresa coletora junto ao órgão sanitário e ambiental competente.

14.7. A limpeza e a devida higienização das áreas adjacentes à cozinha, utilizadas pela CONTRATADA também é de sua responsabilidade.

## **15. DA EQUIPE DE TRABALHO**

15.1. Manter quadro completo de pessoal técnico, operacional e administrativo, de forma a atender o cumprimento das obrigações assumidas, no geral e nos detalhamentos, inclusive no período noturno, fim de semana e feriados, substituindo prontamente nos casos de folgas, férias, afastamento, demissões e absenteísmos.

15.2. Possuir Responsável Técnico Nutricionista com inscrição ativa e regular junto ao Conselho Regional de Nutricionistas 3ª Região – CRN-3, com experiência, cujas funções abrangem o desenvolvimento de todas as atividades técnicas e administrativas inerentes ao Serviço de Nutrição. A CONTRATADA deve apresentar à CONTRATANTE, o Atestado de Responsabilidade Técnica, Carteira de Identidade Profissional e Certidão de Regularidade Cadastral, Financeira, Fiscal e Ética do RT, emitido pelo mesmo órgão. Garantir a efetiva e imediata substituição nos impedimentos, conforme previsto na Lei nº 8.234/91 e Resolução CFN nº 702/2021.

15.3. Prever Técnico(s) em Nutrição e Dietética (TND) no Serviço de Nutrição com base nos parâmetros estabelecidos pela Portaria CRN-3 nº 341/2018, para execução dos serviços objeto do Contrato, sob supervisão de nutricionista, Responsável Técnico. O TND deve estar com a inscrição ativa e regular junto ao Conselho Regional de Nutricionistas 3ª Região – CRN-3. A CONTRATADA deve apresentar à CONTRATANTE, a Carteira de Identidade Profissional e Certidão de Regularidade Cadastral, Financeira, Fiscal e Ética do(s) técnico(s), emitido pelo mesmo órgão.

15.4. O número de funcionários deve estar adequado quantitativa e qualitativamente a Prestação de Serviços, objeto do Contrato, com base nos parâmetros estabelecidos pelo estudo Estudo Técnico de Serviços Terceirizados (CADTERC) – Prestação de Serviços de Nutrição e Alimentação aos Adolescentes, sob Tutela do Estado atendidos pela Fundação CASA – SP Volume 06 – junho/2024 – Secretaria de Gestão e Governo Digital, Resoluções e/ou Portarias – CRN3 referente ao assunto.

15.5. Afixar em local visível, a escala de serviço de seus funcionários, por categoria, função, horário de trabalho, prevendo um número de empregados, que garantam a execução dos serviços, objeto do contrato, em condições adequadas.

15.6. Fornecer uniformes completos e específicos para o desempenho das funções, crachá de identificação e equipamentos de proteção individual específico (EPIs) aos seus funcionários, bem como luvas descartáveis, para o pessoal que manuseia alimentos nas fases de preparação e distribuição. A CONTRATADA, quando solicitado, deve apresentar à CONTRATANTE documento atualizado que comprove tanto a entrega de uniformes quanto de EPIs de cada colaborador.

15.7. Os funcionários devem higienizar as mãos, adotando técnicas de assepsia sempre que necessário. O uso de luvas, não implica na eliminação de processo de higienização e assepsia das mãos.

15.8. Manter seus funcionários uniformizados e limpos, com unhas aparadas, isentas de esmalte, barbeados, cabelos penteados, e totalmente cobertos, sendo obrigatório o uso de rede protetora de malha fina, independente de touca, bibico ou qualquer outra peça que complete o uniforme.

15.9. Realizar o controle de saúde dos funcionários bem como cumprir todas as exigências de legislação sanitária, trabalhista, relativo aos exames médicos periódicos, admissionais e demissionais, arcando com as despesas.

15.10. Promover, as suas expensas, treinamentos periódicos e específicos aos seus funcionários, enviando comprovante do treinamento e cronograma à nutricionista da CONTRATANTE.

15.11. Cumprir e fazer com que seus funcionários cumpram as normas de segurança emanadas pela CONTRATANTE, quando da permanência no recinto dos Centros.

15.12. Responsabilizar-se por todos os encargos e despesas decorrentes de alimentação de seus funcionários.

15.13. Manter a qualidade e uniformidade do padrão da alimentação e do serviço, independente das escalas de serviço adotadas.

15.14. Não utilizar estagiários ou aprendizes na execução dos serviços. Identificar, acompanhar e orientar adequadamente, os funcionários em período de experiência.

15.15. Assumir total e exclusiva responsabilidade por qualquer ônus ou encargos, relacionados aos seus funcionários, utilizados na execução dos serviços que sejam decorrentes de legislação social, previdenciária e ambiental, incluídas as indenizações por acidentes, moléstias ou outras de natureza profissional.

15.16. Informar a CONTRATANTE sempre que houver qualquer alteração no quadro funcional.

15.17. Enviar relatório, todo primeiro dia útil do mês, ao CONTRATANTE, indicando o quadro de funcionários que prestaram serviços na unidade no mês anterior.

## **16. DO CRITÉRIO DE BOAS PRÁTICAS**

### **16.1. Recebimento de produtos alimentícios, observar:**

16.1.1. As condições higiênicas dos veículos dos fornecedores;

16.1.2. A existência de Certificado atualizado de Vistoria do veículo de transporte, conforme Portarias CVS nº 15/1991, de 07/11/91 e CVS nº 5/2013 de 09/04/13, quando se tratar de transporte de produtos e gêneros alimentícios;



16.1.3. Higiene pessoal e a adequação do uniforme do entregador;

16.1.4. A integridade e a higiene da embalagem;

16.1.5. A adequação da embalagem, de modo que o alimento não mantenha contato direto com papel, papelão ou plástico reciclado;

16.1.6. A realização da avaliação sensorial dos produtos, de acordo com os critérios definidos pela ABNT- Associação Brasileira de Normas Técnicas;

16.1.7. As características específicas de cada produto, conforme Decreto n.º 12.486 de 20/10/78 da Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo, bem como controle de temperatura no recebimento dos gêneros alimentícios, de acordo com os critérios técnicos estabelecidos pela Portaria CVS nº 5/13,

16.1.8. A correta identificação do produto no rótulo: nome, composição do produto e lote: número do registro no Órgão Oficial: CNPJ, endereço e outros dados do fabricante e do distribuidor: temperatura recomendada pelo fabricante e condições de armazenamento; quantidade (peso) e datas de validade, de fabricação de todos os alimentos e respectivo registro nos órgãos competentes de fiscalização;

16.1.9. A CONTRATADA deverá programar o recebimento dos gêneros alimentícios e produtos em horários que não coincidam com os horários de distribuição de refeições e/ou recolhimento de resíduos e lixo. Devem ser programados em horários administrativos, o recebimento de gêneros e produtos alimentícios e demais materiais necessários à execução dos serviços.

## **16.2. Recebimento de produtos de origem animal (bovina, suína, aves, pescados etc.)**

16.2.1. Deverá ser de procedência idônea, com carimbo de fiscalização do SIF, MS ou órgão competente, transportado em carros fechados refrigerados, acondicionados em monoblocos ou caixas de papelão lacradas, embalados em sacos plásticos ou a vácuo, em condições corretas e adequadas de temperatura, respeitando-se as características organolépticas próprias de cada produto.

**16.2.2. Temperaturas recomendadas para o recebimento de carnes:**

16.2.2.1. Carnes refrigeradas: de 04 a 07°C ou conforme recomendação do fabricante;

16.2.2.2. Congeladas: - 12°C ou temperatura menor ou conforme recomendação do fabricante;

16.2.2.3. Pescados refrigerados: de 02 a 03°C ou conforme recomendação do fabricante;

16.2.2.4. Demais produtos: de 04 a 10°C ou conforme recomendação do fabricante;

16.2.2.5. Produtos salgados, curados ou defumados: temperatura ambiente ou recomendada pelo fabricante.

**16.2.3. Recebimento de hortifrutigranjeiros:**

16.2.3.1. Deverão ser observados tamanho, cor, odor, grau de maturação, ausência de danos físicos e mecânicos. A triagem deve ser feita retirando-se folhas velhas, frutos verdes e deteriorados, antes da pré-higienização e do acondicionamento em embalagens adequadas.

16.2.3.1. Os ovos devem estar em caixas de papelão, acondicionados em bandejas alveolares encaixáveis, apresentando a casca íntegra e sem resíduos.

**16.2.4. Recebimento de leite e derivados**

16.2.4.1. Deverão ser de procedência idônea, com carimbo de fiscalização do SIF/DIPOA, MS ou órgão competente, transportados em carros fechados refrigerados, em embalagens e temperaturas corretas e adequadas, respeitando as características do produto.

16.2.4.2. Deverá ser conferido rigorosamente:

16.2.4.2.1. O prazo de validade do leite e derivados, combinado com o prazo de planejamento de consumo e as condições das embalagens, de modo que não se apresentem indícios de violação, estufadas ou alteradas.

**16.2.5. Temperaturas recomendadas para o recebimento de leite e derivados:**

16.2.5.1. Leite *in natura* e seus derivados (laticínios etc.): até 10°C ou de acordo com o fabricante;

16.2.5.2. Embalagens ipo longa vida: temperatura ambiente.

16.2.5.2.1. Os laticínios (leite *in natura*, bebidas lácteas em sachê individual, queijo, entre outros) após recebimento do fornecedor e conferência devem ser devidamente higienizados antes de serem acondicionados.

**16.2.6. Recebimento de estocáveis**

16.2.6.1. Devem apresentar-se com embalagens íntegras, próprias para cada tipo, dentro do prazo

de validade e com identificações corretas no rótulo: nome do produto, lista de ingredientes, CNPJ, endereço e outros dados do fabricante e/ ou distribuidor, conteúdo líquido, data de fabricação, número do lote, data ou prazo de validade e respectivo registro nos órgãos competentes de fiscalização, sendo este último quando pertinente.

16.2.6.2. Os cereais, farináceos e leguminosas não devem apresentar vestígios de insetos, umidade excessiva e objetos estranhos. As latas não devem estar enferrujadas, estufadas ou amassadas e os vidros não devem apresentar vazamentos nas tampas, formação de espumas, ou qualquer outro sinal de alteração ou violação do produto.

#### **16.2.7. Temperatura recomendada para o recebimento de estocáveis:**

16.2.7.1. Produtos estocáveis: temperatura ambiente.

#### **16.2.8. Recebimento de sucos e demais produtos industrializados**

16.2.8.1. Deverão ser de procedência idônea, de boa qualidade, com embalagens íntegras, não estufadas e não violadas, dentro do prazo de validade e com identificações corretas no rótulo.

#### **16.2.9. Recebimento de descartáveis, produtos e materiais de limpeza**

16.2.9.1. Os materiais de limpeza e os descartáveis devem apresentar-se com embalagens íntegras, próprias para cada produto e com identificação correta no rótulo.

16.2.9.2. No caso de utilização dos saneantes domissanitários, deve-se observar ainda, o prazo de validade, combinado com o prazo de planejamento de consumo.

16.2.9.3. Cada produto domissanitário deverá possuir registro atualizado na ANVISA e atender a legislação vigente.

#### **16.2.10. Armazenamento de gêneros alimentícios, materiais entre outros, observar:**

16.2.10.1. Não manter caixas de madeira na área do estoque ou em qualquer outra área do Serviço de Nutrição;

16.2.10.2. Manusear caixas com cuidado, evitando submetê-las a peso excessivo;

16.2.10.3. Apoiar alimentos, ou recipientes com alimentos, sobre pallets ou em prateleiras, não permitindo o contato direto com o piso. Os gêneros alimentícios devem ficar afastados a uma altura mínima de 25 cm do piso;

16.2.10.4. Dispor os alimentos em pallets, garantindo boa circulação de ar, mantendo-os afastados da parede e entre si;

16.2.10.5. Organizar os produtos de acordo com as suas características: enlatados, farináceos, grãos, garrafas materiais de limpeza e descartáveis em locais separados;

16.2.10.6. Dispor os produtos obedecendo à data de vencimento, sendo que os produtos com data de vencimento mais próxima devem ser posicionados a serem consumidos em primeiro lugar (sistema PVPS);

16.2.10.7. Os produtos de prateleira devem ser mantidos distantes do teto no mínimo 60 cm e afastados da parede em 35 cm, sendo 10 cm o mínimo aceitável, conforme o tamanho da área do estoque, a fim de favorecer a ventilação;

16.2.10.8. Manter sempre limpas as embalagens dos produtos, higienizando-as por ocasião do recebimento;

16.2.10.9. Conservar alinhado o empilhamento de sacarias, em altura que não prejudique as características do produto e com amarração em forma de cruz, para proporcionar uma boa ventilação;

16.2.10.10. Atentar para eventuais e quaisquer irregularidades com os produtos;

16.2.10.11. Identificar todos os alimentos armazenados, sendo que, na impossibilidade de se manter o rótulo original do produto, as informações devem ser transcritas em etiquetas, de acordo com a legislação pertinente;

16.2.10.12. Depois de abertos, os alimentos devem ser transferidos das embalagens originais e acondicionados em contentores higienizados, adequados (impermeáveis, laváveis e atóxicos), cobertos e devidamente identificados;

16.2.10.13. Os sacos plásticos apropriados ou os papéis impermeáveis utilizados para a proteção dos alimentos devem ser de uso único e exclusivo para este fim e jamais devem ser reaproveitados;

16.2.10.14. Armazenar os diferentes gêneros alimentícios nos refrigeradores, respeitando a seguinte disposição:

- a) Alimentos prontos para o consumo nas prateleiras superiores;
- b) Os semiprontos e/ou pré-preparados nas prateleiras do meio;
- c) Restante, como produtos crus e outros, nas prateleiras inferiores.

Todos separados entre si e dos demais produtos.

16.2.10.15. Refrigerar ou congelar os alimentos em volumes com altura máxima de 10 cm ou em peças de até 02 Kg (porções menores favorecem o resfriamento, descongelamento e a própria cocção);

16.2.10.16. Caixas de papelão podem permanecer sob refrigeração ou congelamento, se armazenadas em local delimitado, ou num equipamento exclusivo para este fim e não devem apresentar sinais de umidade ou bolores;

16.2.10.17. Podem-se armazenar tipos diferentes de alimentos no mesmo equipamento para congelamento, desde que devidamente embalados e separados;

16.2.10.18. Colocar os produtos destinados à devolução em locais apropriados, devidamente identificados por fornecedor, para que não comprometam a qualidade dos demais;

16.2.10.19. Respeitar rigorosamente as recomendações do fornecedor para o adequado armazenamento dos alimentos;

16.2.10.20. Atentar que, após a abertura das embalagens originais, perde-se imediatamente o prazo da validade do fabricante;

16.2.10.21. É proibido recongelar os alimentos que tenham sido descongelados anteriormente para serem manipulados;

16.2.10.22. Programar o uso das carnes congeladas: após o seu descongelamento estas somente podem ser armazenadas sob refrigeração até 4°C até 72 horas para bovinos e aves e por até 24 horas para os pescados;

16.2.10.23. Observar que os alimentos retirados de suas embalagens originais para serem manipulados crus poderão ser armazenados sob refrigeração (até 4°C) ou sob congelamento (-18°C), desde que devidamente etiquetados;

16.2.10.24. Respeitar os critérios de temperatura e de tempo para o armazenamento dos alimentos, de acordo com a legislação vigente.

16.2.10.25. Os descartáveis, produtos e materiais de limpeza devem ser armazenados à temperatura ambiente, em locais adequados, sendo que os produtos de limpeza devem ser armazenados separados dos produtos alimentícios, em locais diferentes, para evitar contaminação ou impregnação com odores estranhos.

## **16.2.11. Pré-preparo e preparo dos alimentos**

16.2.11.1. Devem ser observados os seguintes procedimentos e critérios técnicos em relação ao pré-preparo e preparo dos alimentos:

16.2.11.2. Garantir que todos os manipuladores higienizem as mãos antes de manusear qualquer alimento, durante os diferentes estágios do processamento e a cada mudança de tarefa de manipulação;

16.2.11.3. Atentar para que não ocorra a contaminação cruzada entre os vários gêneros de alimentos durante a manipulação, no pré-preparo e preparo final;

16.2.11.4. Proteger os alimentos em preparação ou prontos, garantindo que estejam sempre cobertos com tampas, filmes plásticos ou papéis impermeáveis, os quais não devem ser reutilizados;

16.2.11.5. Manter os alimentos em preparação ou preparados sob temperaturas de segurança, ou seja, inferior a 10°C ou superior a 60°C;

16.2.11.6. Planejar o processo de cocção para que mantenha, tanto quanto possível, todas as qualidades nutritivas dos alimentos;

16.2.11.7. Garantir que os alimentos no processo de cocção cheguem a atingir 74°C no seu centro geométrico ou combinações conhecidas de tempo e temperatura que confirmam a mesma segurança;

16.2.11.8. Elevar a temperatura de molhos quentes a serem adicionadas em alguma preparação, garantindo que ambos (molhos e alimentos) atinjam 74°C no seu interior;

16.2.11.9. Atentar para que os óleos e gorduras utilizados nas frituras não sejam aquecidos a mais de 180°C. Fica proibido o reaproveitamento de óleos e gorduras;

16.2.11.10. Realizar o pré-preparo de carnes em pequenos lotes, ou seja, retirar da refrigeração apenas a quantidade suficiente de matéria prima a ser preparada por 30 minutos sob temperatura ambiente. Após a manipulação, retorná-la à refrigeração (até 4°C), devidamente identificada, assim que estiver pronta. Retirar nova partida e prosseguir sucessivamente;

16.2.11.11. Grelhar, fritar ou cozinhar as carnes ou outros produtos perecíveis em lotes adequados, isto é, retirar da refrigeração, apenas a quantidade suficiente para trabalhar por 30 minutos por lote. Atentar para as temperaturas de segurança nas etapas de espera: carne crua = abaixo de 4°C e carne pronta = acima de 60°C;

16.2.11.12. Evitar preparações com demasiada manipulação das carnes, especialmente nos casos de frangos e pescados;

16.2.11.13. Utilizar somente maionese industrializada, NÃO utilizar ovos crus para as preparações (maionese caseira, mousses etc.);

16.2.11.14. Garantir 74°C na cocção dos empanados (dorê, milanesa), bolos, doces etc;

## **17. HIGIENIZAÇÃO DOS ALIMENTOS**

### **17.1. REGRAS BÁSICAS:**

17.1.1. Higienizar corretamente as superfícies, equipamentos e utensílios, antes de iniciar as tarefas;

17.1.2. Os alimentos prontos devem ser manipulados somente com garfos, pinças ou com as mãos protegidas com luvas descartáveis;

17.1.3. Evitar o contato entre os alimentos crus e os cozidos, em todas as fases de armazenamento, preparo, cozimento e no momento de servir;

17.1.4. As portas dos refrigeradores devem ser mantidas bem fechadas e possuir vedação adequada;

17.1.5. Reaquecer adequadamente os alimentos cozidos, segundo os critérios tempo e temperatura (74°C por 05 minutos);

17.1.6. Utilizar água potável;

17.1.7. Os funcionários não devem falar, tossir ou espirrar sobre os alimentos e utensílios;

17.1.8. Para a degustação do alimento, devem ser usados talheres e pratinho, que não devem voltar a tocar os alimentos;

17.1.9. Os alimentos que sobraem nas latas devem ser transferidos para recipientes de plástico branco atóxico ou de inox e cobertos com tampas, ou filme plástico; identificados através de etiquetas. O prazo de validade dos enlatados, depois de abertos, é de 24 horas, desde que armazenados a no máximo 6º C.

## **18. HORTIFRUTIGRANJEIROS**

18.1. Os vegetais folhosos deverão ser lavados folha a folha e os legumes e frutas um a um, retirando as partes estragadas e danificadas, e colocados em imersão de água clorada a 200 ppm, no mínimo por 15 minutos;

18.2. Corte, montagem e decoração com o uso de luvas descartáveis;

18.3. Espera para distribuição sob refrigeração, no máximo, 10º C;

18.4. Os ovos deverão ser lavados em água corrente antes da sua utilização.

## **19. CEREAIS E LEGUMINOSAS**

19.1. Escolher os grãos a seco (arroz, feijão entre outros).

19.2. Lavar em água corrente antes de levar para cocção.

## **20. PORCIONAMENTO**

20.1. O processo de porcionamento da alimentação deve ser efetuado sob rigoroso controle de tempo de exposição e temperatura a fim de não ocorrer multiplicação microbiana;

20.2. As refeições deverão ser porcionadas, distribuídas e servidas, em recipientes individuais (prato de mesa);

20.3. Porcionar uniformemente as refeições, seguindo a porção estabelecida, pela Portaria Normativa nº 317/2018, utilizando-se de utensílios apropriados (concha, escumadeira, colher de servir e pegadores) para cada tipo de preparação, devendo a apresentação, temperatura e qualidade serem mantidas em condições adequadas

## **21. DISTRIBUIÇÃO DAS REFEIÇÕES**

21.1. Os alimentos devem ser mantidos sob rigoroso controle de tempo de exposição e temperatura a fim de não ocorrer crescimento microbiano.

21.2. Para a distribuição dos alimentos quentes deve-se observar os seguintes critérios de tempo e temperatura: manter as preparações a 60 °C ou mais por no máximo 6 horas; ou manter as preparações abaixo de 60°C por no máximo 01 hora.

21.3. Para a distribuição de alimentos refrigerados devem ser observados os seguintes critérios de tempo e temperatura: manter as preparações em temperatura inferiores a 10 °C no máximo 4 horas ou quando a temperatura estiver entre 10 e 21 °C, esses alimentos só podem permanecer na distribuição até 2 horas.

21.4. A temperatura dos alimentos servidos, norteados pelos parâmetros estabelecidos na Portaria CVS nº 05/13. Contudo, os recipientes isotérmicos devem estar em bom estado de conservação e higiene que garantam a qualidade da alimentação fornecida aos adolescentes.

21.5. Transporte de alimentos e outros devem ser efetuados em carros fechados e apropriados em número suficiente, em condições adequadas de higiene, conforme legislação sanitária vigente e cumprindo os horários estabelecidos pela CONTRATANTE.

## **22. HIGIENIZAÇÃO**

### **22.1. HIGIENE PESSOAL**

22.1.1. Nas atividades diárias, o funcionário da CONTRATADA deverá:

22.1.1.1. Usar uniformes completos, limpos, passados e identificados com crachá da empresa;

22.1.1.2. Fazer a barba diariamente;

22.1.1.3. Não aplicar maquiagem em excesso;

22.1.1.4. Conservar as unhas curtas, limpas e sem esmalte;

22.1.1.5. Utilizar rede de cabelo e touca, de maneira que os cabelos permaneçam totalmente cobertos;

22.1.1.6. Manter os sapatos e botas limpas;

22.1.1.7. Limpar, cobrir e proteger qualquer ferimento;

22.1.1.8. Manter a higiene adequada das mãos;

22.1.1.9. Os funcionários deverão higienizar as mãos adotando técnicas e produtos de assepsia de acordo com a Portaria n.º 930 de 27/08/92 – Ministério da Saúde e CVS 05/2013.

22.1.1.10. Usar luvas descartáveis sempre que manipular alimentos ou trocar de função ou atividade e não dispensar a lavagem frequente das mãos, devendo as luvas ser descartadas ao final do procedimento.

22.1.1.11. Não usar joias, bijuterias, relógios e outros adereços.

## **22.2. HIGIENE DAS INSTALAÇÕES**

22.2.1. A CONTRATADA deverá apresentar um cronograma de higienização das diversas áreas da cozinha, equipamentos, copas, estas se houverem.

22.2.2. Os produtos utilizados na higienização deverão ser de boa qualidade e adequados a higienização das diversas áreas e das superfícies, de maneira a não causar danos às dependências e aos equipamentos, não deixando resíduos ou cheiros, podendo ser vetado pelo CONTRATANTE;

22.2.3. O piso deverá permanecer sempre seco, sem acúmulos de água;

22.2.4. Realizar polimento nas bancadas, cubas, mesas de apoio, portas;

22.2.5. Deverão ser higienizadas periodicamente as grelhas, colméias do sistema de exaustão da cozinha;

22.2.6. A CONTRATADA deverá instalar pia em ponto adequado da cozinha, abastecê-los, com produtos próprios e adequados a higienização das mãos.

22.2.7. O quadro, apresentado a seguir, exemplifica e especifica os procedimentos básicos de boas práticas de higienização que deverão ser seguidos pela CONTRATADA nos processos operacionais de higienização no Serviço de Nutrição:

LOCAL	FREQUENCIA	PRODUTOS
Pisos e ralos	Diariamente e sempre que necessário	Detergente <del>caústico</del> e hipoclorito de sódio a 200 <del>ppm</del> de cloro ativo
Azulejos	Diário e mensal	Detergente neutro e hipoclorito de sódio a 200 <del>ppm</del> de cloro ativo
Janelas, portas e telas	Mensalmente ou de acordo com a necessidade	Detergente neutro
Luminárias, interruptores, tomadas e teto	De acordo com a necessidade	Detergente neutro e hipoclorito de sódio a 200 <del>ppm</del> de cloro ativo
Bancadas e mesas de apoio	Após utilização	Detergente neutro e hipoclorito de sódio a 200 <del>ppm</del> de cloro ativo ou álcool a 70%
Tubulações externas	Bimestral	Detergente neutro e hipoclorito de sódio a 200 <del>ppm</del> de cloro ativo
Caixa de gordura	Mensal ou conforme a natureza das atividades	Esgotamento, desengordurante próprio
Tubulações internas	Semestral	Desengraxante e <del>desencrustante</del>
Sanitários e vestiários	Diariamente e conforme a necessidade	Detergente neutro e desinfetante clorado a 200 <del>ppm</del> de cloro ativo

## 22.3. HIGIENIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS

22.3.1. Todos os equipamentos, utensílios ou materiais deverão ser higienizados diariamente, após o uso e semanalmente com detergente neutro, desincrustante, quando for o caso, o enxágue final deverá ser feito com hipoclorito de sódio a 200 ppm de cloro ativo.

22.3.2. Os equipamentos e utensílios, carrinhos de transporte e de distribuição deverão ser higienizados diariamente;

22.3.3. As painéis, placas de alumínio, tampas entre outros recipientes, sempre que estiverem amassadas, deverão ser substituídas a fim de evitar incrustações de gordura e sujeira;

22.3.4. Os utensílios, os equipamentos e o local de preparação dos alimentos deverão estar rigorosamente higienizados antes e após a sua utilização. Deverá ser utilizado detergente neutro, e



após enxágue pulverizar com uma solução de hipoclorito de sódio a 200 ppm de cloro ou álcool a 70°;

22.3.5. Após o processo de higienização, os utensílios e equipamentos devem permanecer cobertos com filme ou saco plástico transparente em toda a sua extensão ou superfície;

22.3.6. Remover o lixo em sacos plásticos resistentes e devidamente vedados, sempre que necessário;

22.3.7. Utilizar pano de limpeza de boa qualidade como do sistema “cross hatch “. Deverá ser desprezado após sua utilização.

22.3.8. O quadro apresentado a seguir exemplifica e especifica os procedimentos básicos de boas práticas de higienização que deverão ser seguidos pela **CONTRATADA** nos processos operacionais de higienização no Serviço de Nutrição:

EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS	FREQUÊNCIA	PRODUTOS
Pratos e talheres	Após o uso	Detergente sanitizante, secante e álcool 70°GL
Placas, formas, assadeiras, etc. (lavagem manual)	Após o uso	Detergente neutro e desinfetante clorado a 200 ppm e álcool 70°GL
Fritadeira	Diária e após o uso	Desincrustante e desinfetante clorado a 200 ppm de cloro ativo
Chapa	Após o uso	Desincrustante e desinfetante clorado a 200 ppm de cloro ativo
Fogão	Diário e após o uso	Desincrustante
Forno	Diário e após o uso	Desincrustante
Carrinhos de transporte em geral	Diário e após o uso	Detergente neutro, desinfetante clorado a 200 ppm de cloro ativo
Placas de corte de polietileno	Após o uso	Detergente neutro, desinfetante clorado a 200 ppm de cloro ativo
Máquinas (moedor de carne, cortador de frios, liquidificadores, batadeiras, amaciador de carnes e outros)	Após o uso	Detergente neutro, desinfetante clorado a 200 ppm de cloro ativo
Refresqueira	Após o uso	Detergente neutro e desinfetante clorado a 200 ppm de cloro ativo

Balanças	Antes e após o uso	Desinfetante clorado a 200 ppm de cloro ativo
Refrigeradores e Câmaras Frigoríficas (se houver)	Semanal	Detergente neutro, desinfetante clorado a 200 ppm de cloro ativo
Freezer	Semanal	Detergente neutro, desinfetante clorado a 200 ppm de cloro ativo
Prateleiras de apoio	Semanal ou antes, se necessário	Desinfetante clorado a 200 ppm de cloro ativo
Palletes	Mensal	Desinfetante clorado a 200 ppm de cloro ativo
Caixas de polietileno e grades	Diário e semanal	Detergente neutro, desinfetante clorado e desincrustante
Exaustão (colmeias, coifas) telas	Semanal	Desincrustante, detergente neutro e desinfetante clorado
Depósito de lixo próprio, se houver	Diário, no início de cada turno	Sacos plásticos, desincrustante, detergente cáustico e quaternário de amônio a 4000 ppm

## 23. EMBALAGENS

23.1. Deverão ser lavadas em água corrente, antes de serem armazenados sob refrigeração (sacos de leite e garrafas). E deverá ser identificado quanto ao tipo e à composição do produto, datas de fabricação, lote e data de validade.

23.2. Os produtos e gêneros alimentícios após abertos e quando na impossibilidade de serem mantidos em suas embalagens originais, devem ser transferidos para contentores higienizados, impermeáveis, atóxicos e cobertos, devidamente identificados com as seguintes informações: nome do produto, marca, lote, data de abertura da embalagem e nova data de validade, indicada pelo fabricante. Respeitar as condições de armazenamento conforme recomendação do fabricante.

## 24. CONTROLE INTEGRADO DE PRAGAS

24.1. Realizar, por meio de empresa devidamente habilitada nos termos da portaria CVS nº 9/2000, de 16/11/2000, controle integrado de pragas na periodicidade recomendada pelos órgãos reguladores da matéria pertinente.

24.2. O controle integrado de pragas será realizado, sempre que necessário, em todas as dependências utilizadas para a execução dos serviços inclusive copa de distribuição e áreas adjacentes à cozinha às expensas da Contratada, por empresa qualificada, cuja aplicação de produtos só deve ser realizada quando adotadas todas as medidas de prevenção nas instalações, insumos e alimentos, só podendo ser utilizados produtos registrados na ANVISA.

24.3. O programa de controle de pragas deve contemplar todas as medidas preventivas necessárias para minimizar a necessidade da aplicação de desinfestantes domissanitários.

24.4. O serviço de aplicação de desinfestante domissanitário deve ser executado por empresa controladora de vetores e pragas urbanas devidamente licenciada e/ou cadastrada pela Vigilância Sanitária.

24.5. A escolha de técnicas de controle de pragas de caráter preventivo, bem como a disposição das armadilhas e iscas, é responsabilidade da empresa controladora de pragas urbanas. A CONTRATADA deverá cumprir as recomendações contidas no relatório técnico elaborado pela empresa controladora de pragas urbanas.

24.6. A manipulação e aplicação de produtos desinfetantes deverão ser efetuadas de modo a garantir a segurança dos produtos, dos operadores, dos usuários do serviço e do meio ambiente.

24.7. A CONTRATADA deverá apresentar à autoridade sanitária, os seguintes documentos:

24.7.1. Proposta ou contrato de serviço, elaborada pela empresa controladora de pragas, contendo, entre outras, as medidas preventivas a serem adotadas pela CONTRATADA e relatório técnico de visita.

24.7.2. Certificado ou Comprovante de Execução do Serviço, contendo as informações:

- a) Identificação completa da empresa aplicadora;
- b) Número da licença de funcionamento;
- c) Identificação da empresa usuária do serviço;
- d) Execução do serviço;
- e) Produtos utilizados, informando:
  - i. Número do registro na ANVISA;
  - ii. Composição e concentração;
  - iii. Quantidade aplicada;
  - iv. Indicações para uso do médico, informando o grupo químico, a ação tóxica, o antídoto e o tratamento adequado;
  - v. Pragas alvo;
- f) Assinatura do Responsável Técnico e inscrição no Conselho Regional de Classe.

## **25. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:**

25.1. A CONTRATADA deve responsabilizar-se integralmente pelo serviço, objeto do Contrato, nos termos da legislação vigente, pela operacionalização, preparo das refeições e serviços complementares, distribuição, porcionamento da alimentação aos adolescentes e higienização dos utensílios utilizados, observando-se o estabelecido nos itens a seguir:

25.2. Realizar as adaptações que se fizerem necessárias, às suas expensas, nas dependências do Serviço de Nutrição, do Centro, com prévia autorização da CONTRATANTE, uma vez executada, as mesmas passam a incorporar o imóvel, sem qualquer ônus à CONTRATANTE.

25.3. Disponibilizar e instalar, às suas expensas, equipamentos e mobiliários adicionais necessários à execução dos serviços, objeto do Contrato, que serão devolvidos no final do Contrato.

25.4. Garantir que as dependências vinculadas à execução dos serviços, bem como as instalações e equipamentos colocados à disposição, sejam de uso exclusivo para atender o objeto do Contrato.

25.5. Manter em perfeitas condições de uso e controle das dependências, dos equipamentos e dos utensílios vinculados à execução do serviço, responsabilizando-se por eventuais extravios ou quebras.

25.6. Responsabilizar-se pela manutenção preventiva e corretiva das instalações e dos equipamentos vinculados à execução dos serviços.

25.7. Executar a manutenção corretiva, dos equipamentos e instalações danificadas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, e ou substituindo-os de imediato quando necessário a fim de garantir a continuidade dos serviços.

25.8. Manter todos os equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços, em perfeitas condições de uso, devendo substituir aqueles que vierem a ser considerados impróprios devido ao mau estado de conservação e/ou que coloquem em risco a qualidade higiênico-sanitária das refeições fornecidas.

25.9. Devolver no final do Contrato, as instalações e dependências, colocadas a sua disposição, bem como, equipamentos nas mesmas condições de uso e funcionamento. Os que forem considerados impróprios pela CONTRATANTE deverão ser substituídos.

25.9.1. As instalações, dependências e equipamentos devem estar em condições adequadas e prontas para vistoria com 30 dias de antecedência ao término do Contrato.

25.10. Responsabilizar-se pela manutenção predial (elétrica, hidráulica, alvenaria, pintura entre outros) das dependências colocadas à sua disposição, realizando os reparos e manutenção necessários, periodicamente.

25.11. Responsabilizar-se pelos entupimentos causados na rede de esgotos, vinculados à prestação dos serviços realizando reparos imediatos, às suas expensas; incluindo a limpeza periódica da caixa de gordura e do sistema de exaustão.

25.12. Fornecer todos os utensílios e materiais de consumo em geral, inclusive toalhas de mesa dos refeitórios, material de limpeza para higienização dos utensílios utilizados pelos adolescentes e aqueles necessários à execução dos serviços, devendo repô-los sempre que necessário ou solicitado, sem ônus à CONTRATANTE.

25.13. Manter os utensílios e recipientes a serem utilizados pelos adolescentes (pratos, canecas, talheres, entre outros) em condições adequadas de uso e em quantidade compatível ao número de adolescentes a serem atendidos, realizando a substituição e reposição imediata quando necessário.

25.14. Controlar a entrega e o recolhimento dos utensílios utilizados durante as refeições, não sendo responsabilidade da CONTRATANTE o extravio ou perda dos mesmos.

25.15. Responsabilizar-se pelas despesas correspondentes às ligações telefônicas externas, quando não dispor de linha telefônica própria.

25.16. Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes do consumo de gás (GLP), utilizados na cozinha.

25.17. Manter quadro completo de pessoal: técnico, operacional e administrativo, em número suficiente e qualificado, a fim de atender o cumprimento das obrigações assumidas, conforme objeto do Contrato.

25.17.1. Assegurar em conjunto com a CONTRATANTE, a observância e atendimento dos parâmetros quantitativos de profissionais e de empregados, em número suficiente em serviços no Centro, cujos parâmetros constam no Estudo Técnico de Serviços Terceirizados (CADTERC) - volume 6 - Prestação de Serviços de Nutrição–Junho/24– Secretaria da Fazenda e Planejamento e Resoluções/ Portarias CFN, CRN 3, referente ao assunto.

25.18. Manter nutricionista responsável técnico pelo Serviço, com respectivo CRN, estar com a inscrição ativa, e garantir a efetiva e imediata substituição nos impedimentos, conforme previsto na Lei n.º 8.234/91 e Resolução CFN nº 702/2021. O RT deve estar com a inscrição ativa no respectivo conselho de classe e possuir atestado de responsabilidade técnica emitido pelo Conselho de Classe da jurisdição.

25.18.1. Comprovar, quando solicitado, o registro e regularidade de seu(s) nutricionista(s) e técnico(s), envolvidos na prestação dos serviços, junto ao Conselho Regional.

25.18.2. Eventual alteração do titular da Responsabilidade Técnica deve ser comunicada à nutricionista da CONTRATANTE, acompanhada da respectiva documentação.

25.19. Prever Técnico de Nutrição no Centro com base nos parâmetros estabelecidos pelo Portaria CRN3 nº 341/2018, para execução dos serviços objeto do Contrato, sob supervisão da(o) Nutricionista.

25.20. Providenciar a imediata reposição de funcionários para cobrir folgas, faltas, férias, demissões, licença saúde, afastamentos, mantendo quadro completo necessário à execução dos serviços, objeto do Contrato.

25.21. Exercer controle sobre a assiduidade e pontualidade dos seus funcionários. A CONTRATADA deve apresentar estes controles quando solicitado pela CONTRATANTE.

25.22. Manter a qualidade e uniformidade do padrão de alimentação e do serviço, independente da escala de serviço adotada.

25.23. Afixar a escala de serviço do pessoal, com nome completo, cargo ou função, horário de trabalho, abrangendo do início até o término das atividades, objeto do Contrato.

25.24. Realizar exames de saúde, periodicamente de acordo com a legislação vigente, além dos exames admissionais, periódicos, inclusive exames específicos de acordo com as normas vigentes, e demissionais, de todo pessoal do serviço, as suas expensas, e apresentar os laudos dos exames de seus empregados à nutricionista da CONTRATANTE.

25.25. Manter os funcionários dentro de padrão de higiene recomendado pela legislação vigente, fornecendo uniformes e equipamentos de proteção individual específicos (EPIs), inclusive crachá de identificação, para desempenho das funções.

25.26. Identificar, acompanhar e orientar adequadamente o funcionário em período de experiência.

25.27. Promover, treinamentos periódicos específicos, teóricos e práticos a toda equipe de trabalho, por meio de programa de treinamento com abordagem dos aspectos de higiene pessoal, ambiental, dos alimentos, técnicas culinárias e obrigatoriamente prevenção de acidentes de trabalho, combate a incêndio, biossegurança.

25.28. Apresentar à nutricionista da CONTRATANTE o cronograma de treinamento, com pauta, a periodicidade e lista de presença com ciência dos funcionários.

25.29. Não contratar estagiários ou aprendizes na execução dos serviços. Identificar, acompanhar e orientar adequadamente, os funcionários em período de experiência.

25.30. Evitar a circulação desnecessária dos seus funcionários, fora da área que lhes forem destinadas.

25.31. Responder pela disciplina de seus funcionários durante a permanência nas dependências da CONTRATANTE.

25.32. Permitir o acesso de pessoas externas ao serviço, somente com a autorização expressa da CONTRATANTE ou da CONTRATADA.

25.33. Disponibilizar avental e touca descartáveis às pessoas externas ao serviço, quando autorizadas sua entrada.

25.34. Elaborar cardápios diários completos, trimestralmente, compatíveis com as estações climáticas, em consonância com a Portaria Normativa nº 317/2018, submetendo à apreciação da CONTRATANTE, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias e máxima de 60 (sessenta) dias de sua utilização. O cardápio aprovado, somente poderá ser alterado, mediante justificativa e anuência da CONTRATANTE.

25.35. Fornecer cópia do cardápio mensal aprovado, com as devidas assinaturas, a ser executado, aos Centros.

25.36. Atender as solicitações de dietas especiais, mediante prescrição médica, odontológica ou de nutricionista e se necessário, realizar a substituição de alimentos ou preparações, observadas as características da dieta prescrita, visando favorecer sua aceitação, não representando custos adicionais à CONTRATANTE, sendo os utensílios para atendimento destes, totalmente descartáveis.

25.37. Quando houver dietas especiais; deve ser elaborado cardápio diário completo, para o período solicitado, para cada tipo de dieta especial solicitada, e manter afixado na cozinha, no local do preparo das dietas.

25.38. As Dietas Especiais não serão objeto de acréscimo ou supressão de preços decorrentes das substituições de gêneros similares para suas adequações.

25.39. Elaborar e manter atualizado, manual de dietas especiais, com cálculos de macro e micro nutrientes, valor calórico total, tabela de substituições e recomendações, para utilização no atendimento dos adolescentes, devidamente aprovado pela equipe de nutricionistas da CONTRATANTE.

25.40. Elaborar Manual de Normas de Boas Práticas de Elaboração de Alimentos e Prestação de Serviços, de acordo com a Portaria CVS nº 05/13, e Resolução RDC -ANVISA nº 216/04; adequando-o à execução dos serviços do Centro, objeto do Contrato, de comum acordo com a Nutricionista da CONTRATANTE.

25.41. Estabelecer controle de qualidade em todas as etapas e processos de operacionalização do serviço, através do método A.P.P.C.C. (Avaliação dos Perigos em Pontos Críticos de Controle).

25.42. Fornecer e utilizar gêneros e produtos alimentícios de primeira qualidade, observando o registro nos órgãos competentes e prazo de validade, sendo vedada à utilização de produtos com alterações de características, ainda que, dentro do prazo de validade.

25.43. Manter a área de guarda de gêneros e produtos alimentícios (despensa, refrigeradores, freezer), bem como, as de materiais de consumo, em condições adequadas, com base nas normas técnicas e sanitárias vigentes.

25.44. Realizar o controle higiênico sanitário dos alimentos, em todas as suas etapas.

25.45. Realizar o pré-preparo dos alimentos, observando os critérios de higienização, ressaltando que os vegetais crus e frutas devem sofrer processo de desinfecção com solução clorada, de acordo com as normas vigentes.

25.46. Prevenir a ocorrência de contaminação cruzada dos alimentos durante o pré-preparo, o preparo final e armazenamento.

25.47. Realizar a manipulação dos alimentos prontos, somente com utensílios e/ou mãos protegidas com luvas descartáveis, ressaltando que o uso de luvas, não implica na eliminação do processo de higienização e assepsia das mãos.

25.48. Coletar, diariamente, amostras dos componentes do cardápio de cada refeição, transcorrido 2/3 do tempo de distribuição, mantendo-as sob refrigeração/congelamento de acordo com o prazo estabelecido nas legislações pertinentes /vigentes.

25.49. Realizar, semestralmente, às suas expensas, análise microbiológica das preparações servidas, para cada unidade produtora, visando assegurar a qualidade da alimentação fornecida, cujos laudos devem ser fornecidos à nutricionista da CONTRATANTE.

25.50. Responsabilizar-se pela qualidade da alimentação fornecida, inclusive perante as autoridades sanitárias competentes. Sempre que houver suspeita de deterioração ou contaminação de alimentos "in natura" ou preparados, os mesmos deverão ser suspensos do consumo, e em seguida, proceder o encaminhamento de amostra para análise, cujos laudos devem ser encaminhados à nutricionista da CONTRATANTE.

25.51. Acondicionar as refeições em recipientes isotérmicos; e transportar até o(s) refeitório(s), para atendimento dos adolescentes, observadas as características dos Centros, objeto do Contrato.

25.52. Supervisionar, nas etapas de distribuição e porcionamento, a qualidade, a apresentação, a temperatura e a aceitação das refeições fornecidas.

25.53. Almoço para familiares, em data comemorativa deverá ser servido no mesmo local, juntamente com os adolescentes.

25.54. Distribuir as refeições aos adolescentes em recipientes e utensílios apropriados à faixa etária atendida, principalmente pratos, e de acordo com a especificidade do alimento e/ ou preparação e padrão estabelecido pela CONTRATANTE.

25.55. Observar a aceitação das preparações servidas, e no caso de aceitação inferior a 70% por parte dos adolescentes, a preparação deverá ser excluída dos cardápios futuros.

25.56. Recolher e proceder a higienização dos utensílios usados pelos adolescentes, na área destinada para esse fim, observadas as normas sanitárias vigentes, inclusive o local adequado para a guarda.

25.57. Proceder ao recolhimento de restos alimentares e de descartáveis, se houver, acondicionando-os de forma adequada, e transportando-os ao local, para o destino final.

25.58. Manter os utensílios, os equipamentos e os locais de preparação, rigorosamente higienizados, antes e após sua utilização, com uso de produtos registrados na ANVISA e observada a Portaria C.V.S. n.º 5/13.

25.59. Proceder a higienização e desinfecção de pisos, ralos, paredes, janelas, inclusive área externa (local de recebimento de gêneros e de materiais), das dependências vinculadas ao serviço, observada as normas sanitárias vigentes e boas práticas.

25.60. Recolher diariamente e quantas vezes se fizerem necessárias, resíduos alimentares, materiais inservíveis e outros, devidamente acondicionados e vedados, transportando até o local, para o destino final.

25.61. Realizar controle integrado de pragas, procedimentos de prevenção de insetos e roedores, sempre que necessário, em todas as dependências utilizadas para a execução dos serviços, por pessoal treinado, ou empresa qualificada, utilizando-se produtos autorizados pela ANVISA, mantendo o certificado no Centro. O laudo da aplicação deverá permanecer de fácil acesso para consulta quando solicitado.

25.62. Cumprir e fazer cumprir pelos seus funcionários, o regulamento interno do Centro, referente às normas de segurança.

25.63. Observar as regras de Boas Práticas e de segurança, em relação aos utensílios de uso no Serviço de Nutrição, de distribuição e porcionamento, mantendo rigoroso controle, de forma a garantir que não seja possível sua utilização para outros fins.

25.64. Apresentar cópia, quando solicitada, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO e o Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR, ambos atualizados, conforme Norma Reguladoras nº 7 (NR-7) e Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1), Portaria nº 3.214, de 08/06/1978, do Ministério do Trabalho e da Previdência Social e Portaria nº 6.730/2020, de 09/03/2020, da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.

25.65. Apresentar à CONTRATANTE, quando solicitados, comprovante de pagamentos de salários, apólices de seguro contra acidentes de trabalho, quitação de suas obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas aos funcionários que estejam ou tenham estado a serviço da CONTRATANTE.

25.66. Assumir total e exclusiva responsabilidade por qualquer ônus ou encargos, relacionados com seus funcionários, na prestação dos serviços objeto do Contrato, sejam eles decorrentes de legislação social, previdenciária e ambiental, incluídas as indenizações por acidentes, moléstias ou outras de natureza profissional.

25.67. Manter esquemas alternativos de trabalho, e plano de contingência para situações de emergência, tais como faltas: de água, de energia elétrica, gás, quebra de equipamentos, greves, pandemia, entre outros, de forma a garantir a continuidade na execução dos serviços (preparo e distribuição das refeições) de forma ininterrupta.

25.68. Responsabilizar-se pelo abastecimento de água potável necessária ao preparo das refeições e higienização em geral, em caso de falta da mesma na rede pública de abastecimento, sem qualquer ônus à CONTRATANTE.

25.69. Desenvolver junto a seus funcionários as Boas Práticas Ambientais Específicas, conforme item Obrigações e Responsabilidades da CONTRATADA do Estudo Técnico de Serviços Terceirizados (CADTERC) – Prestação de Serviços de Nutrição e Alimentação aos adolescentes, sob Tutela do Estado, atendidos pela Fundação CASA junho/24 - volume 6 – Secretaria de Gestão e Governo Digital.

25.70. Reparar ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, as refeições fornecidas, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou de materiais funcionários.

25.71. Comunicar à CONTRATANTE, quando da existência de ações trabalhistas decorrentes da execução do Contrato, que direta ou indiretamente responsabilizem a CONTRATANTE em seus processos.



25.72. Reconhecer que é a única e exclusiva responsável por danos ou prejuízos que vier a causar à CONTRATANTE, coisa, propriedade ou pessoa de terceiros em decorrência da execução do objeto, ou danos advindos de qualquer comportamento de seus funcionários em serviço, correndo as suas expensas, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE, ressarcimento ou indenizações que tais danos ou prejuízos possam causar.

25.73. Responsabilizar-se integralmente pela inscrição e regularização, às suas expensas, junto ao Centro de Vigilância Sanitária do município da prestação de serviços, nos termos da legislação sanitária vigente. A CONTRATADA em posse deste documento deve apresentá-lo à CONTRATANTE.

25.74. Designar por escrito, Preposto para resolução de possíveis ocorrências durante a execução deste Contrato.

25.75. Manter, o registro/controle diário de refeições e serviços efetivamente prestados e conferência com os registros da CONTRATANTE. No caso de divergências de quantitativos, prevalecerão os registros da CONTRATANTE.

25.76. Conferir o número real de adolescentes para fornecimento da alimentação.

25.77. Para efeito de pagamento serão consideradas somente as refeições efetivamente fornecidas; com base no número de adolescentes existentes no Centro. As refeições fornecidas acima do número real serão glosadas e sendo de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

25.78. Emitir a nota fiscal/fatura, de acordo com o estabelecido em Contrato, considerando as refeições e serviços efetivamente fornecidos a adolescentes existentes e comensais autorizados, se houver.

25.79. Comunicar ao CONTRATANTE, sempre que ocorrer quaisquer mudanças no Contrato Social da Empresa, após a assinatura deste Contrato, devendo encaminhar através de Ofício, cópia autenticada do instrumento de alteração, devidamente protocolado pelo órgão fiscalizador competente.

25.80. Comprovar a regularidade das obrigações previdenciárias durante todo o período de execução do Contrato (lei Federal nº 8212/91). Encaminhar ao CONTRATANTE mensalmente antes do vencimento da primeira fatura.

25.81. Encaminhar, após a aprovação da medição, as notas fiscais, fatura, comprovante da regularidade do GPS (Guia de Previdência Social) e GRF (Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por tempo de Serviço) referente aos serviços prestados para efetivação do pagamento pelo CONTRATANTE.

25.82. A fiscalização, controle dos serviços pela CONTRATANTE não exime nem diminui a completa responsabilidade da CONTRATADA por qualquer inobservância ou omissão na prestação dos serviços, objeto do Contrato.

## **26. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE:**

26.1. Indicar gestor e fiscais para acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços, objeto do Contrato.

26.2. Exercer a supervisão de modo a assegurar a execução do serviço contratado, cumprimento dos horários estabelecidos, fornecimento, porcionamento, e aceitação das refeições, bem como o cumprimento dos cardápios estabelecidos e outros que julgar necessário.

26.3. Disponibilizar à **CONTRATADA** as dependências e equipamentos existentes para execução dos serviços, objeto do Contrato.

26.4. Fornecer no início da prestação dos serviços a relação dos equipamentos disponibilizados, que deverão ser devolvidos no final do Contrato, nas mesmas condições de uso.

26.5. Autorizar à **CONTRATADA**, se necessário, a realizar adaptações nas instalações e dependências (cozinha, refeitórios, copas, entre outros) dos locais da prestação dos Serviços, objeto do Contrato.

26.6. Arcar com as despesas de consumo de água e energia elétrica das dependências colocadas à disposição da **CONTRATADA**.

26.7. Realizar controle diário das refeições (desjejum, almoço, lanche da tarde e jantar) e demais serviços efetivamente fornecidos com base no número real de adolescentes do Centro e dados do Boletim Diário de Lotação – Banco de Dados, e manter registro desses dados.

26.8. Encaminhar a **CONTRATADA** a Requisição de Refeições em tempo hábil para execução dos serviços, de acordo com o número de adolescentes no centro.

26.9. Realizar a conferência com os dados da **CONTRATADA**. No caso de divergências nos quantitativos, prevalecerão os dados da **CONTRATANTE**.

26.10. Estabelecer o padrão de qualidade dos gêneros e produtos alimentícios, equipamentos, utensílios e materiais de consumo em geral, utilizados na prestação de Serviços de Nutrição, bem como, do atendimento e da assistência nutricional aos adolescentes.

26.11. Analisar e aprovar os cardápios elaborados pela **CONTRATADA**, assim como as eventuais alterações que se fizerem necessárias, a qualquer tempo.

26.12. Proceder diariamente à degustação das refeições fornecidas, previamente à distribuição e porcionamento aos adolescentes.

26.13. Rever, sempre que necessário, as rotinas e mecanismos de distribuição de refeições aos adolescentes, bem como demais serviços previstos, visando a adequação às características dos Centros.

26.14. Supervisionar todas as atividades desenvolvidas pela **CONTRATADA**, realizando avaliações periódicas em formulário próprio, conforme APÊNDICE I, item 7. ANEXOS, do Estudo Técnico de Serviços Terceirizados (CADTERC) – Prestação de Serviços de Nutrição e Alimentação aos Adolescentes, sob Tutela do Estado atendidos pela Fundação CASA – SP Volume 06 – junho/2024 – Secretaria de Gestão e Governo Digital; e encaminhar uma das vias à **CONTRATADA** para ciência e providências, quanto à(s) não conformidade(s), apontada(s) pela **CONTRATANTE**.

26.15. Prestar à **CONTRATADA**, informações e esclarecimentos que venham a ser solicitado, referente à prestação de serviços.

26.16. Comunicar, por escrito à **CONTRATADA**, qualquer falha ou deficiência dos serviços, exigindo a imediata correção.

26.17. Emitir mensalmente documento de controle da quantidade de refeições efetivamente fornecidas (por tipo de refeição) e demais serviços prestados, com base no número de adolescentes existentes.

26.18. Encaminhar, anexo ao documento de controle da quantidade de refeições efetivamente fornecidas, inclusive refeições fornecidas a policiais/funcionários em situações emergenciais, este se houver, com a devida autorização.

26.19. Aprovar as faturas de prestação de serviços e efetuar os pagamentos, somente das refeições/serviços efetivamente fornecidos.

26.20. A fiscalização dos serviços pela **CONTRATANTE**, não exclui, nem diminui a completa responsabilidade da **CONTRATADA**, por qualquer inobservância ou omissão à legislação vigente e as cláusulas contratuais.

26.21. Aplicar as penalidades previstas em Contrato, nos casos de descumprimento Contratual.

## **ANEXO II**

### **AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO AOS ADOLESCENTES SOB A TUTELA DO ESTADO ATENDIDOS PELA FUNDAÇÃO CASA**

Este documento é parte integrante do Edital e deverá ser anexado a ele e ao contrato consequente da Licitação, deles sendo parte integrante.

#### **1. INTRODUÇÃO**

Este documento descreve o procedimento a ser adotado na gestão dos contratos de Prestação de Serviços de Nutrição e Alimentação aos Adolescentes sob a Tutela do Estado Atendidos pela Fundação CASA.

As atividades descritas neste documento deverão ser efetuadas periodicamente pela equipe responsável pela gestão/controle da execução dos serviços, gerando relatórios mensais de prestação dos serviços executados.

#### **2. OBJETIVO**

Definir e padronizar a avaliação de desempenho e qualidade dos serviços prestados pela Contratada na execução dos contratos de Prestação de Serviços de Nutrição e Alimentação aos Adolescentes sob a Tutela do Estado Atendidos pela Fundação CASA.

#### **3. REGRAS GERAIS**

A avaliação da Contratada na prestação de serviços de nutrição e alimentação se faz por meio de análise dos seguintes aspectos:

- Quanto às refeições servidas, gêneros e produtos alimentícios;
- Quanto aos equipamentos, dependências e instalações, utensílios e materiais de consumo;
- Quanto à segurança alimentar;
- Quanto a pessoal e a segurança, medicina e meio ambiente do trabalho; e
- Quanto a condições socioambientais.

#### **4. CRITÉRIOS**

No formulário “Avaliação de Qualidade dos Serviços” devem ser atribuídos os valores 10 (dez), 5 (cinco) e 0 (zero) para cada item avaliado, correspondente aos conceitos “Conforme”, “Conforme com ressalva” e “Não conforme”, respectivamente.

- Conforme: 10 (dez) pontos;
- Conforme com ressalva: 5 (cinco) pontos;
- Não conforme: 0 (zero) pontos.

##### **4.1. Condições Complementares**

4.1.1. Na impossibilidade de se avaliar determinado item, este será desconsiderado.

4.1.2. Quando atribuídas notas 5 (cinco) e 0 (zero), a Unidade responsável deverá realizar reunião com a Contratada em até 10 (dez) dias após a medição do período, visando proporcionar ciência quanto ao desempenho dos trabalhos realizados naquele período de medição e avaliação.

4.1.3. Sempre que a Contratada solicitar prazo visando ao atendimento de determinado item, esta solicitação deve ser formalizada, objetivando a análise do pedido pelo gestor do contrato. Nesse período, esse item não deve ser analisado.

## 5. RESPONSABILIDADES

### 5.1. Equipe de Gestão

- Responsável pela avaliação da prestação de serviços utilizando o Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços, reunião e elaboração de toda documentação, juntamente com as justificativas, para os itens avaliados com notas 0 (zero) ou 5 (cinco);
- Responsável pela consolidação das avaliações e pelo encaminhamento de propostas para aplicações de sanções.

### 5.2. Autoridade Competente

- Responsável pela aplicação das sanções cabíveis, garantindo a defesa prévia à Contratada.

## 6. DESCRIÇÃO DO PROCESSO

- Cabe à equipe de gestão, com base no Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços, efetuar a verificação e o acompanhamento da prestação de serviços, registrando as informações, de forma a embasar a avaliação mensal da Contratada.
- Após o fechamento das medições do mês de apuração, cabe à equipe de gestão, com base no Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços finalizado, juntamente com as justificativas dos itens avaliados em 0 (zero) ou 5 (cinco), realizar reunião com a Contratada em até 10 (dez) dias após a medição do período, visando proporcionar ciência quanto ao desempenho dos trabalhos realizados naquele período de medição. Uma via da Avaliação deve ser entregue à Contratada, que deverá apresentar plano de ação com medidas corretivas e providenciar as adequações que se fizerem necessárias.
- De posse dessa avaliação, juntamente com as justificativas dos itens avaliados em 0 (zero) ou 5 (cinco) e manifestação da Contratada, cabe à equipe de gestão consolidar as avaliações utilizando-se do Quadro-resumo e, se for o caso, encaminhar proposta de penalidade à autoridade competente.

**Quadro-resumo**

Critérios Avaliados	Meses												Média
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
Refeições servidas, gêneros e produtos													
Equipamentos, dependências e instalações, utensílios e materiais de consumo													
Segurança alimentar													
Pessoal, segurança, medicina e meio ambiente do trabalho													
Condições socioambientais													

## 7. ANEXOS

### 7.1. Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços

#### 7.1. Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços de Nutrição e Alimentação aos Adolescentes sob a Tutela do Estado Atendidos pela Fundação CASA

Contrato/Processo nº:	CASA:	Período:
Contratada:		
Gestor do contrato:		

A metodologia proposta pelo Sistema de Avaliação de Desempenho consiste na ponderação individual de parâmetros dos quesitos de qualidade dos serviços prestados, por meio dos quais são aferidos os resultados obtidos na prestação dos serviços.

A avaliação de desempenho de que trata este documento deve ser processada com os seguintes fatores de pontuação:

- Em conformidade (parâmetro atendido): 10 (dez) pontos;
- Conformidade com ressalva (não atendimento do parâmetro, mas sem prejuízo para o todo): 5 (cinco) pontos;
- Não conformidade (não atendimento do parâmetro com prejuízo para o todo): 0 (zero) pontos.

Para o monitoramento dos contratos firmados, devem ser avaliadas as seguintes variáveis gerenciais (observar, em especial, o descrito no Capítulo I – Especificações Técnicas do CadTerc – Vol. 06):

**a) Quanto às refeições servidas, gêneros e produtos alimentícios**

Avaliação da qualidade da refeição, cardápio, gêneros e produtos alimentícios, quais sejam:

- Apresentação mensal do cardápio diário completo (prazo de entrega, qualidade do cardápio proposto — qualidade dos materiais, balanceamento nutricional, necessidades orgânicas e hábitos alimentares dos usuários — atendimento aos ajustes demandados e fixação do cardápio em local visível);

Conformidade das refeições servidas com o cardápio aprovado;

- Conformidade com os horários estabelecidos para fornecimento das refeições;
- Qualidade dos gêneros alimentícios (utilização de gêneros de primeira qualidade, dentro do prazo de validade, de acordo com avaliação sensorial — cor, gosto, odor, aparência, textura e sabor, com corretas condições das embalagens);
- Qualidade das refeições servidas (propriedades organolépticas, apresentação, porcionamento e temperatura);
- Quantidade das refeições servidas (em conformidade com a quantidade solicitada e atendimento ao *per capita* – Portaria Normativa nº 317/2018);
- Higienização dos gêneros alimentícios através de procedimentos operacionais padronizados, condições higiênico-sanitárias adequadas no armazenamento, manipulação, preparação e distribuição dos alimentos;
- Atendimento às dietas especiais sempre que solicitadas, em conformidade com a especificidade indicada e o Manual de Dietas Especiais.

Parâmetro Avaliado	Conforme	Conforme com Ressalva	Não Conforme
	10 Pontos	5 pontos	0 Ponto
Apresentação do cardápio			
Conformidade das refeições com o cardápio aprovado			
Conformidade com os horários estabelecidos para fornecimento das refeições			
Qualidade dos gêneros alimentícios			
Qualidade das refeições			
Quantidade das refeições			
Condições higiênico-sanitárias			
Atendimento às dietas especiais			
<b>Total de Pontos</b>			

**b) Quanto aos equipamentos, dependências e instalações, utensílios e materiais de consumo utilizados**

- Disponibilização e manutenção dos equipamentos necessários à prestação de serviços;
- Manutenção preventiva e corretiva das dependências colocadas à disposição da Contratada e adaptações exigidas pela legislação sanitária;
- Higienização dos equipamentos, dependências, instalações (incluindo caixa de gordura e sistema de exaustão) e utensílios através de procedimentos operacionais padronizados;
- Adequação dos utensílios e materiais de consumo como descartáveis, materiais de higiene e limpeza com registro na ANVISA, entre outros (disponibilizados em quantidade suficiente e qualidade adequada).

Parâmetro Avaliado	Conforme	Conforme com Ressalva	Não Conforme
	10 Pontos	5 Pontos	0 Ponto
Disponibilização e manutenção dos equipamentos			
Manutenção preventiva e corretiva das dependências estruturais			
Higienização dos equipamentos, dependências, instalações e utensílios			
Adequação dos utensílios e materiais de consumo utilizados			
<b>Total de Pontos</b>			

**c) Quanto à segurança alimentar**

- Manual de Boas Práticas específico e adequado à execução dos serviços prestados;
- Controle de qualidade em todas as etapas e processos de operacionalização dos serviços, preparo das refeições respeitando os critérios de tempo e de temperatura, prevenção da ocorrência de contaminação cruzada;
- Controle e monitoramento de temperatura dos alimentos e equipamentos;
- Sistemática de armazenamento dos gêneros e produtos alimentícios (acondicionamento e identificação adequados, protegidos de contaminação e mantidos em temperatura correta), garantindo o sistema PVPS (Primeiro que Vence, Primeiro que Sai) e os materiais de higiene e limpeza armazenados em local diferente dos alimentos;
- Guarda de amostras de todas as refeições preparadas e análise laboratorial para auxiliar a esclarecer a ocorrência de doença transmitida por alimento, conforme determinação da legislação sanitária;
- Realização de análise laboratorial da água e alimentação preparada com apresentação de laudo semestral das análises bacteriológicas, toxicológicas e físico-químicas realizadas;
- Controle integrado de vetores e pragas: procedimentos de prevenção, utilização de produtos regularizados na ANVISA por empresa licenciada e competente.

Parâmetro Avaliado	Conforme	Conforme com Ressalva	Não Conforme
	10 Pontos	5 Pontos	0 Ponto
Manual de Boas Práticas			
Controle de qualidade na operacionalização dos serviços			
Controle de temperatura – alimentos e equipamentos			
Armazenamento dos gêneros e produtos alimentícios, dos materiais de higiene e limpeza			
Guarda de amostra de refeições			
Análise semestral da água e alimentação preparada			
Controle integrado de pragas			
<b>Total de Pontos</b>			

#### d) Quanto a pessoal, segurança, medicina e meio ambiente do trabalho

Avaliação quanto ao pessoal disponibilizado pela Contratada, segurança, medicina e meio ambiente do trabalho, quais sejam:

- Quadro de pessoal qualificado, com conduta e postura condizentes ao trabalho, em número suficiente e sob efetiva supervisão técnica de Nutricionista;
- Manutenção da qualidade e uniformidade do padrão de alimentação e do serviço, independentemente das escalas de serviço adotadas;
- Equipe com uniformes adequados e em bom estado de conservação;
- Equipe técnica habilitada para atender às solicitações do Contratante, conforme condições estabelecidas no contrato;
- Cumprimento às normas de segurança, medicina e meio ambiente do trabalho, desenvolvimento dos Programas de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e de Prevenção dos Riscos Ambientais (PPRA), realização dos exames médicos/laboratoriais, conforme legislação sanitária e disponibilização de equipamentos de proteção individuais adequados e suficientes para o desempenho das suas funções.

Parâmetro Avaliado	Conforme	Conforme com Ressalva	Não Conforme
	10 Pontos	5 Pontos	0 ponto
Quadro de pessoal			
Manutenção da qualidade e uniformidade do padrão de alimentação e de serviço			
Uniformes adequados			
Equipe técnica habilitada para atender às condições estabelecidas no contrato			
Cumprimento das normas de segurança, medicina e meio ambiente do trabalho			
<b>Total de Pontos</b>			

#### e) Quanto às condições socioambientais

Avaliação quanto ao atendimento aos critérios socioambientais, quais sejam:

- Colaboração com as medidas de redução de consumo e uso racional da água e de energia elétrica;
- Colaboração no desenvolvimento diário das atividades do programa interno de separação de resíduos sólidos e destinação adequada dos resíduos alimentares e do óleo residual.



Parâmetro Avaliado	Conforme	Conforme com Ressalva	Não Conforme
	10 Pontos	5 Pontos	0 Ponto
Uso racional da água e de energia elétrica			
Separação e destinação adequada de resíduos sólidos e óleo residual			
<b>Total de Pontos</b>			

Após a apuração dos módulos acima apresentados, deve ser consolidado o total de pontos obtidos pela Contratada para embasar a Avaliação Mensal da Contratada, conforme tabela a seguir.

Critérios Avaliados	Total de Pontos Obtido
Refeições servidas, gêneros e produtos alimentícios	
Equipamentos, dependências e instalações, utensílios e materiais de consumo	
Segurança alimentar	
Pessoal, segurança, medicina e meio ambiente do trabalho	
Condições Socioambientais	
<b>Total de Pontos da Contratada</b>	

Data/assinatura do gestor do contrato:	Data/assinatura do responsável pela Contratada:

### ANEXO III

#### AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO AOS

#### PORTARIA NORMATIVA Nº 317/2018 – RELAÇÃO DE GÊNEROS E PRODUTOS ALIMENTÍCIOS COM *PER CAPITA* DOS ALIMENTOS PRONTOS – FUNDAÇÃO CASA

**Quadro 89: Relação de gêneros e produtos alimentícios “alimentos prontos”**

Gêneros e Produtos Alimentícios	Unidade	Porção por Refeição (Cozido)	Frequência de Utilização
<b>Almoço e Jantar – Básico</b>			
Arroz longo fino tipo 1 – tipo agulhinha e mix	Kg	360 g	2 x dia
Feijão carioca, roxinho tipo 1	Kg	230 g	2 x dia
Feijão preto tipo 1	Kg	230 g	1 x semana

Gêneros e Produtos Alimentícios	Unidade	Porção por Refeição (Cozido)	Frequência de Utilização
<b>Almoço e Jantar – Carnes</b>			
Carne bovina dianteira (paleta e cupim) em peças, congelada ou resfriada	kg	110 g	2 x semana
Carne bovina dianteira (paleta e acém) em cubos, resfriada	kg	105 g	3 x semana
Carne bovina tipo coxão duro, peça inteira, congelada ou resfriada	kg	110 g	2 x semana
Carne bovina, tipo coxão mole – bife, resfriada	kg	80 g	2 x semana
Carne bovina tipo coxão mole, peça inteira, resfriada	kg	110 g	2 x semana
Carne bovina tipo patinho, em bife, resfriada	kg	80 g	2 x semana
Carne bovina tipo patinho, peça inteira, congelada ou resfriada	kg	110 g	2 x semana
Carne seca – charque bovina	kg	120 g	1 x mês
	kg	40 g	preparo
Carne suína tipo copa lombo sem osso, em peça, congelada	kg	100 g	1 x mês
	kg	40 g	preparo
Carne suína tipo pemil traseiro, com osso, em peça, congelada	kg	100 g	1 x mês
Fígado bovino, resfriado	kg	135 g	1 x mês
Frango tipo coxa/sobrecoxa congelado	kg	190 g	1 x semana
Frango em peças, peito com osso, congelado	kg	100 g	3 x semana
Linguiça defumada tipo Calabresa de 1ª qualidade	kg	30 g	preparo
Linguiça frescal tipo Toscana, de carne suína de 1ª qualidade	kg	130 g	1 x semana

Gêneros e Produtos Alimentícios	Unidade	Porção por Refeição (Cozido)	Frequência de Utilização
<b>Almoço e Jantar – Carnes</b>			
Ovos de galinha tipo grande branco	dúzia	100 g	1 x semana
Peixe tipo merluza em filé, congelado	kg	95 g	1 x mês
Peixe tipo pescada branca, em filé, congelado	kg	95 g	1 x mês
Salsicha tipo viena ou frankfurt	kg	100 g	1 x semana
Toucinho defumado (bacon)	kg	-	preparo

Gêneros e Produtos Alimentícios	Unidade	Porção por Refeição (Cozido)	Frequência de Utilização
<b>Almoço e Jantar – Guarnição</b>			
Abóbora madura de 1ª qualidade	kg	105 g	1 x semana
Abobrinha brasileira de 1ª qualidade	kg	95 g	1 x semana
Abobrinha italiana de 1ª qualidade	kg	95 g	1 x semana
Acelga de 1ª qualidade	kg	95 g	1 x semana
Batata comum lisa de 1ª qualidade	kg	135 g	3 x semana
Batata doce amarela de 1ª qualidade	kg	125 g	1 x semana
Batata frita processada; sabor natural, tipo palha	kg	40 g	1 x semana
Berinjela de 1ª qualidade	kg	80 g	1 x quinzena
Brócolis de 1ª qualidade	kg	115 g	1 x mês
Cenoura de 1ª qualidade	kg	120 g	2 x semana
Cenoura de 1ª qualidade	kg	-	preparo 1x semana
Chuchu de 1ª qualidade	kg	120 g	1 x semana
Couve-flor de 1ª qualidade	kg	110 g	1 x mês
Couve manteiga de 1ª qualidade	kg	80 g	1 x semana
Escarola de 1ª qualidade	kg	105 g	1 x semana
Espinafre de 1ª qualidade	kg	110 g	1 x mês
Mandioca de 1ª qualidade	kg	145 g	1 x semana
Mandioquinha de 1ª qualidade	kg	125 g	1 x semana
Massa alimentícia seca para macarronada	kg	100 g	1 x semana
Massa alimentícia para lasanha pré-cozida	kg	150 g	1 x mensal
Repolho de 1ª qualidade	kg	90 g	1 x semana
Vagem de 1ª qualidade	kg	105 g	1 x semana

Gêneros e Produtos Alimentícios	Unidade	Porção por Refeição (Cozido)	Frequência de Utilização
<b>Almoço e Jantar – Saladas</b>			
Acelga de 1ª qualidade	kg	60 g	2 x semana
Agrião de 1ª qualidade	kg	60 g	1 x semana
Alface crespa de 1ª qualidade	kg	60 g	4 x semana
Alface lisa de 1ª qualidade	kg	60 g	3 x semana
Almeirão de 1ª qualidade	kg	60 g	1 x semana
Beterraba de 1ª qualidade	kg	110 g	1 x semana
Couve manteiga de 1ª qualidade	kg	60 g	1 x semana
Escarola de 1ª qualidade	kg	60 g	2 x semana
Pepino comum de 1ª qualidade	kg	100 g	2 x semana
Pimentão verde de 1ª qualidade	kg	40 g	preparo
Repolho de 1ª qualidade	kg	60 g	1 x semana
Rúcula de 1ª qualidade	kg	60 g	1 x semana
Tomate salada, de 1ª qualidade	kg	90 g	2 x semana

Gêneros e Produtos Alimentícios	Unidade	Porção por Refeição (Cozido)	Frequência de Utilização
<b>Almoço e Jantar – Sobremesa (Doce)</b>			
Paçoca	unidade	1 unidade de 28 g	1x quinzena
Doce de leite em tablete	unidade	1 unidade de 26 g	1 x quinzena
Doce de abóbora	unidade	1 unidade de 30 g	1 x quinzena
Doce de goiabada em pasta	kg	100 g	1 x quinzena
Doce de leite em pasta	kg	100 g	1 x quinzena
Milho de canjica branca	kg	110 g	1 x quinzena
Mistura em pó para gelatina, sabores diversos	kg	100 g	2 x semana
Mistura para preparo de arroz doce	kg	110 g	1 x quinzena
Mistura para preparo de curau	kg	100 g	1 x quinzena
Mistura para preparo de flã	kg	100 g	2 x semana
Mistura para preparo de mousse	kg	100 g	1 x semana
Pó para preparo de manjar de coco	kg	100 g	1 x semana
Pó para preparo de pudim, sabores diversos	kg	100 g	2 x semana
Sagu	kg	100 g	1 x quinzena

Gêneros e Produtos Alimentícios	Unidade	Porção por Refeição (Cozido)	Frequência de Utilização
<b>Almoço e Jantar – Sobremesa (Fruta)</b>			
Abacaxi de 1ª qualidade	kg	150 g	2 x semana
Banana nanica de 1ª qualidade	kg	1 unidade (120 g)	2 x semana
Caqui de 1ª qualidade	kg	1 unidade (110 g)	1 x quinzena
Goiaba de 1ª qualidade	kg	1 unidade (160 g)	1 x quinzena
Laranja pera de 1ª qualidade	dúzia	1 unidade (160 g)	2 x semana
Maçã nacional de 1ª qualidade	dúzia	1 unidade (115 g)	2 x semana
Mamão de 1ª qualidade	kg	150 g	1 x semana
Manga de 1ª qualidade	kg	150 g	1 x quinzena
Melancia de 1ª qualidade	kg	150 g	1 x semana
Melão amarelo, de 1ª qualidade	kg	140 g	1 x semana
Pera nacional/estrangeira de 1ª qualidade	kg	1 unidade (200 g)	1 x quinzena
Tangerina ponkan de 1ª qualidade	dúzia	1 unidade (135 g)	1 x semana

Gêneros e Produtos Alimentícios	Unidade	Porção por Refeição (Cozido)	Frequência de Utilização
<b>Almoço e Jantar – Temperos</b>			
Alho nacional/estrangeiro de 1ª qualidade	kg	5 g	2 x dia
Ketchup (condimento preparado)	kg	-	preparo
Cebola de 1ª qualidade	kg	20 g	2 x dia
Cebolinha, cheiro-verde de 1ª qualidade	kg	-	preparo
Extrato de tomate	kg	-	preparo
Limão Taiti de 1ª qualidade	dúzia	-	preparo
Louro seco	kg	-	preparo
Molho de tomate	kg	-	preparo
Molho para salada, sachê	unidade	10 g	2 x dia
Mostarda (condimento preparado)	kg	-	preparo
Óleo de soja refinado	Lt	30 ml	2 x dia
Orégano seco	kg	-	preparo

Gêneros e Produtos Alimentícios	Unidade	Porção por Refeição (Cozido)	Frequência de Utilização
<b>Almoço e Jantar – Temperos</b>			
Sal refinado iodado	kg	10 g	2 x dia
Salsa, cheiro-verde	kg	-	preparo
Shoyu (molho de soja) condimento preparado	Lt	-	preparo
Tomate maduro de 1ª qualidade	kg	60 g	preparo 15 x mês
Vinagre de vinho	Lt	10 ml	2 x dia

Gêneros e Produtos Alimentícios	Unidade	Porção por Refeição (Cozido)	Frequência de Utilização
<b>Bebidas</b>			
Achocolatado em pó	kg	20 g	5 x semana
Bebida láctea pronta para beber, sachê	unidade	1 unidade de 200 ml	1 x dia
Café tradicional torrado e moído	kg	5 g	5 x semana
Iogurte líquido com polpa de frutas	Lt	1 unidade de 200 ml	2 x semana
Leite de vaca in natura tipo B, conforme Portaria MA 1.255/1962	Lt	300 ml	2 x dia
Mistura para o preparo de bebida láctea	kg	300 ml	4 x semana
Preparo sólido artificial para refresco – sabores diversos	kg	250 ml	2 x dia

Gêneros e Produtos Alimentícios	Unidade	Porção por Refeição (Cozido)	Frequência de Utilização
<b>Lanche da Tarde – Biscoitos</b>			
Biscoito doce recheado, sabores diversos	kg	80 g	1 x semana
Biscoito doce recheado wafer, sabores diversos	kg	80 g	1 x semana
Biscoito doce tipo maisena, rosquinha	kg	40 g	1 x semana
Biscoito salgado	kg	40 g	1 x semana

Gêneros e Produtos Alimentícios	Unidade	Porção por Refeição (Cozido)	Frequência de Utilização
Pães/Recheios			
Geleia de frutas, sabores diversos	kg	30 g	2 x semana
Margarina com sal	kg	15 g	5 x semana
Mini pão francês	kg	30 g	2 x dia
Mortadela de 1ª qualidade	kg	30 g	2 x semana
Pão doce em bisnaga em peça	kg	50 g	1 x semana
Pão doce recheado em peça	kg	50 g	1 x semana
Pão francês comum	kg	50 g	2 x dia
Pão hot dog, em peça	kg	50 g	2 x dia
Presunto magro cozido de 1ª qualidade	kg	30 g	3 x semana
Queijo tipo muçarela, em peça	kg	25 g	5 x semana
Queijo tipo pamesão	kg	10 g	Preparo
Salsicha tipo viena ou frankfurt	kg	50 g	1 x semana
Gêneros e Produtos Alimentícios	Unidade	Porção por Refeição (Cozido)	Frequência de Utilização
Preparações			
Açúcar refinado	kg	30 g	preparo
Açúcar refinado	kg	-	preparo
Ameixa preta seca de 1ª qualidade	kg	-	preparo
Amido de milho	kg	-	preparo
Aveia em flocos laminada	kg	-	preparo
Azeitona verde em conserva	kg	-	preparo
Canela em pó	kg	-	preparo
Canela em rama	kg	-	preparo
Chocolate em pó solúvel	kg	20 g	2 x semana
Coco ralado seco puro	kg	-	preparo
Cravo da Índia	kg	-	preparo
Creme de leite	kg	-	preparo
Ervilha verde em conserva	kg	-	preparo
Essência artificial de baunilha	kg	-	preparo
Farinha de mandioca	kg	-	preparo
Farinha de milho amarela	kg	-	preparo
Farinha de rosca	kg	-	preparo
Farinha de trigo especial	kg	-	preparo
Feijão branco	kg	-	preparo
Fermento biológico	kg	-	preparo



Gêneros e Produtos Alimentícios	Unidade	Porção por Refeição (Cozido)	Frequência de Utilização
Preparações			
Fermento químico	kg	-	preparo
Fubá de milho	kg	-	preparo
Grão de bico	kg	-	preparo
Leite condensado	kg	-	preparo
Maionese simples (condimento preparado)	kg	10 g	1 x quinzena
Milho verde em conserva	kg	-	preparo
Óleo de soja refinado	Lt	45 ml	2 x semana
Ovos de galinha tipo médio branco	dúzia	-	preparo
Queijo tipo muçarela, em peça	kg	20 g	preparo 2 x semana
Trigo integral para quibe	kg	-	preparo
Xarope de groselha	Lt	-	preparo

Gêneros e Produtos Alimentícios	Unidade	Porção por Refeição (Cozido)	Frequência de Utilização
Extras			
Bebida láctea pronta para beber, em embalagem tetra brik	unidade	1 unidade de 200 ml	eventual
Chocolate ao leite – tablete	unidade	1 unidade de 25 g	eventual
Suco de néctar da fruta, diversos sabores em embalagem tetra brik	unidade	1 unidade de 200 ml	eventual

Gêneros e Produtos Alimentícios	Unidade	Porção de Refeição (Cozido)	Frequência de Utilização
Festividade: Natal			
Panetone	unidade	200 g	Natal
Refrigerante	Lt	250 ml	Natal

Gêneros e Produtos Alimentícios	Unidade	Porção de Refeição (Cozido)	Frequência de Utilização
Dietas Especiais			
Achocolatado dietético em pó	kg	20 g	1 x dia
Adoçante em sachê	unidade	8 g	3 x dia
Adoçante líquido	unidade	15 ml (*)	3 x dia
Amido de arroz	kg	15 g	2 x semana
Banana maçã de 1ª qualidade	unidade	2 unidades	2 x semana
Banana prata de 1ª qualidade	unidade	2 unidades	2 x semana
Bolacha sem sal (água)	kg	40 g	3 x semana



Gêneros e Produtos Alimentícios	Unidade	Porção de Refeição (Cozido)	Frequência de Utilização
Dietas Especiais			
Camomila	kg	250 ml	preparo
Erva doce seca	kg	250 ml	preparo
Erva mate	kg	250 ml	preparo
Fécula de batata	kg	-	preparo
Geleia de frutas, dietética, sabores diversos	kg	30 g	2 x semana
Laranja lima	dúzia	1 unidade	6 x semana
Leite em pó desnatado	kg	37,5 g	2 x dia
Leite UHT desnatado	Lt	300 ml	2 x dia
Margarina sem sal	kg	10 g	2 x dia
Pão de forma tipo integral	unidade	50 g	2 x dia
Pão tipo redondo sem sal	kg	50 g	2 x dia
Pó para preparo de gelatina dietética, sabores diversos	kg	100 g	18 x mês
Pó para preparo de pudim dietético, sabores diversos	kg	100 g	18 x mês
Preparo sólido para refresco dietético	kg	250 ml	2 x dia
Queijo tipo minas, frescal, sem sal	kg	50 g	3 x semana
Queijo tipo ricota	kg	50 g	1 x semana
Sal hipossódico em sachê	unidade	1 g	2 x dia
Sal refinado em sachê	unidade	1 g	2 x dia

ANEXO IV	
NOME	CNPJ nº
FUNDACAO CASA-SP - SEDE	444802830001-91
NUCLEO DE ACERVO INSTITUCIONAL DOCUMENTAL - NAID	444802830002-72
CASA DE SEMILIBERDADE URAI ZONA LESTE	444802830003-53
SUBSEDE 2-DR4 / CASAS R.PRETO, R.PARDO, C.PORT. / UAISA	444802830009-49
CASA GUARUJA	444802830011-63
CASA SAO JOSE DO RIO PRETO	444802830034-50
CASA RIO PARANA - RIO TAMISA - JUQUIA - UAISA	444802830035-30
CASA TERRA NOVA	444802830036-11
POLO DRMC-CASA JACARANDA-TAPAJOS-NOVO TEMPO	444802830037-00
CASA MANACA DA SERRA	444802830038-83
CASA SEMILIBERDADE AZALEIA	444802830041-89
CASA ENCOSTA NORTE	444802830042-60
CASA FEMININA PARADA DE TAIPAS	444802830043-40
CASA VILA CONCEICAO	444802830044-21
POLO DRCAP	444802830051-50
CASA ITAPARICA - CASA TOPAZIO	444802830052-31
CASA FAZENDA DO CARMO	444802830053-12
CASA NOVO HORIZONTE - GUAIANAZES I - CASA GUAIANAZES II	444802830054-01
CASA JEQUITIBA	444802830055-84
DIVISAO DE PATR., INFRAESTRUTURA E LOGISTICA - GPMI -GT	444802830056-65
CASA ARAÇA	444802830057-46
CASA MARILIA	444802830058-27
CASA SOROCABA III	444802830060-41
CASA VILA DE SÃO VICENTE	444802830061-22
CASA ARARAQUARA	444802830062-03
CASA BAURU	444802830063-94
CASA TANABI	444802830064-75
CASA PIRITUBA	444802830065-56
CASA SERTÃOZINHO	444802830066-37
CASAS B.VISTA,ONIX,S.PAULO,V.GUILHER E M.COVAS	444802830067-18
SUBSEDE 1 - DR4 / CASA RIO DOURADO	444802830068-07
CASA DE SEMILIBERDADE GUARAREMA	444802830069-80
CASA DE SEMILIBERDADE ARARÉ	444802830070-13
CASA CARAGUATATUBA	444802830071-02
CASA GUARULHOS	444802830072-85
CASA DE SEMILIBERDADE CAETANOS ZONA NORTE	444802830073-66
CASA TRES RIOS	444802830074-47
CASA NOVA VIDA	444802830076-09
CASA VITÓRIA RÉGIA	444802830077-90
CASA FERRAZ DE VASCONCELOS I	444802830078-70
CASA SOROCABA I - CASA SOROCABA II	444802830079-51
CASA SOROCABA IV	444802830081-76
CASA RIO TOCANTINS	444802830082-57
SEDE - DR3 / ALMOXARIFADO / UAISA	444802830083-38
CASA RIO TURIASSU	444802830084-19
CASA PRAIA GRANDE II	444802830085-08

CASA PRAIA GRANDE I	444802830087-61
CASA GUAYI	444802830089-23
CASA SÃO BERNARDO I e II	444802830090-67
CASA SERRA DA CANTAREIRA	444802830091-48
DRM V - GERENCIA DE MANUTENÇÃO	444802830093-00
CASA CHIQUINHA GONZAGA	444802830096-52
CASA OURO PRETO - CASA JOÃO DO PULO	444802830097-33
CASA OSASCO I - CASA OSASCO II	444802830099-03
CENTRO DE ATENDIMENTO INICIAL - CAI GAIVOTA	444802830101-54
CASA FRANCA - ARCEBISPO DOM HELDER CAMARA	444802830102-35
CASA RIO PIRACICABA	444802830104-05
CASA ALEXANDRE THOMÉ DE SOUZA - CASA MIRASSOL	444802830105-88
CASA DE SEMILIBERDADE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	444802830107-40
CASA ITAQUERA	444802830108-20
CAIP SÃO FRANCISCO	444802830109-01
CASA MAUÁ	444802830110-45
CASA DE BOTUCATU	444802830111-26
CASA ESCOLA RIO CLARO	444802830112-07
SUBSEDE - DR.3 / CASA TAMOIOS / C. SERRA DA MANTIQUEIRA	444802830113-98
CASA ARAÇATUBA	444802830114-79
CASA DE SEMILIBERDADE RIBEIRAO PRETO	444802830115-50
CASA TAUBATÉ	444802830116-30
CASA BATATAIS	444802830118-00
CASA DE SEMILIBERDADE DE JUNDIAÍ	444802830119-83
CASA FERRAZ DE VASCONCELOS II	444802830120-17
SEDE - DR4 / UAISA / FROTA / ALMOXARIFADO / MANUTENCAO	444802830121-06
CASA DOM GABRIEL PAULINO BUENO COUTO	444802830122-89
CASA ESPERANÇA	444802830124-40
CASA PERUIBE	444802830125-21
CASAS FEM. CERQ. CESAR E ANITA GARIBALDI/CASA JOAO P II	444802830126-02
CASA CAMPINAS - CASA MAESTRO CARLOS GOMES	444802830127-93
CASA JACAREI	444802830128-74
CASA BRAGANÇA PAULISTA	444802830129-55
CASA ATIBAIA	444802830130-99
CASA IRAPURU I	444802830131-70
DIVISÃO REGIONAL OESTE - UAISAS	444802830132-50
CASA DE SEMILIBERDADE DE BAURU	444802830134-12
CASA ITAQUA	444802830135-01
CASA FEMININO DIADEMA	444802830136-84
CASA MADRE TERESA DE CALCUTA I/II	444802830137-65
SUBSEDE - DIVISAO REG. LITORAL E METROPOLITANA - DR2	444802830139-27
CASA LARANJEIRAS	444802830141-41
CASA ITANHAEM	444802830143-03
CASA LORENA	444802830145-75
CASA MONGAGUÁ	444802830146-56
CASA SÃO CARLOS	444802830147-37
CASA RUTH PISTORI	444802830151-13
CASA LIMEIRA	444802830152-02
CASA SANTO ANDRE I - CASA SANTO ANDRE II	444802830153-85
CASA SANTOS	444802830154-66

CASA DE SEMILIBERDADE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	444802830155-47
CASA IRAPURU II	444802830156-28
CASA MORRO AZUL	444802830157-09
CAIP ANDORINHAS	444802830158-90
CASA PRESIDENTE BERNARDES	444802830159-70
CASA MOGI MIRIM	444802830160-04
SEDE DA DIVISAO REGIONAL LITORAL E METROPOLITANA - DR2	444802830161-95
CASA NELSON MANDELA	444802830165-19
CASA NOVO TEMPO	444802830164-38
DIVISAO REGIONAL METROPOLITANA CAPITAL - DRCAP	444802830166-08

## ESP-FUNDAÇÃO C.A.S.A. - SEDE ADMINISTRAÇÃO

**Estudo Técnico Preliminar 145/2025****1. Informações Básicas**

Número do processo: 161.00159179/2025-89

**2. Descrição da necessidade**

**2.1.** A Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (CASA), entidade vinculada à Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, tem a missão primordial de aplicar medidas socioeducativas (privação de liberdade - internação e semiliberdade) a jovens de 12 a 21 anos incompletos, de acordo com as diretrizes e normas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

**2.2.** Para o alcance de suas atividades finalísticas, a FUNDAÇÃO CASA conta atualmente com uma ampla rede de Centros de Atendimento, onde executa, direta ou indiretamente, as medidas socioeducativas com eficiência, eficácia e efetividade, garantindo os direitos previstos em lei e contribuindo para o retorno do adolescente ao convívio social e como protagonista de sua história.

**2.3.** Atualmente, a Fundação CASA tem a capacidade para atendimento de 5.692 adolescentes nos 93 centros de atendimento.

**2.4.** O ECA determina que é obrigação das entidades que desenvolve programas de internação oferecer alimentação suficiente e adequada à faixa etária dos adolescentes atendidos. Diante desse contexto, o cumprimento dessa legislação promove a proteção integral, em relação a nutrição completa, balanceada e que atenda a todas as necessidades nutricionais, desse público.

**2.5.** A estrutura de cargos efetivos da Fundação CASA não contempla o cargo de cozinheiro ou funções correspondentes, sendo a demanda atendida pela contratação de empresas especializadas, em terceirização, de modo que a não prestação desse serviço, causaria transtornos significativos a segurança alimentar dos adolescentes atendidos pela instituição

**2.6.** O objetivo do presente estudo técnico preliminar consiste na identificação da solução mais eficaz para atender às necessidades das unidades da Fundação CASA-SP, no que diz respeito à Prestação de Serviços de Nutrição e Alimentação destinadas aos Adolescentes sob a Tutela do Estado Atendidos pela Fundação CASA, aos familiares em datas comemorativas e a outros em situações emergenciais, devidamente autorizados.

**2.7.** Esses serviços contemplam a operacionalização e o desenvolvimento de todas as atividades necessárias para o fornecimento de refeições, assegurando uma alimentação balanceada, dentro dos padrões de segurança alimentar, com as condições higiênico-sanitárias adequadas, seguindo rigorosamente os procedimentos estabelecidos no Termo de Referência, assim como às Normas Técnicas e Legislações Vigentes.

**2.8.** Assim, o presente Estudo Técnico Preliminar tem como objeto o planejamento da contratação de serviços de Nutrição e Alimentação, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, em conformidade com o inciso XVI do artigo 6º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, exercido por empresa especializada e devidamente autorizada para tanto, dentro dos limites dos Centros da FUNDAÇÃO CASA, com a finalidade de garantir a segurança alimentar dos adolescentes, gerando um estado de ausência de risco.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Gerência de Saúde / Superintendência de Saúde	Cláudia Pasquini de Almeida

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Características da contratação:

- 4.1.1. Serviço Comum: Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, pois é possível estabelecer, por intermédio de especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto, de modo que é possível a decisão entre os serviços ofertados pelos participantes com base no menor preço, em conformidade com inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021. O serviço não envolve técnicas desconhecidas no mercado ou que requerem inovação tecnológica para a sua execução. Além disso, o atendimento do contrato não está sujeito a risco previsível, pois inexistência de dificuldade de transmitir aos licitantes a complexidade do trabalho e o nível exigido da capacitação.
- 4.1.2. Os serviços a serem prestados são de natureza continuada com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, pois, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando uma alimentação balanceada, dentro dos padrões de segurança alimentar, com as condições higiênico-sanitárias adequadas e o funcionamento das atividades finalísticas da Administração, de modo que sua interrupção pode comprometer a prestação do atendimento ao público e o cumprimento da missão institucional desta Fundação CASA/SP.

4.2. Os padrões mínimos de qualidade na prestação dos serviços seguem as diretrizes estabelecidas no Estudo Técnico de Serviços Terceirizados (CADTERC) – Prestação de Serviços de Nutrição e Alimentação aos Adolescentes, sob Tutela do Estado atendidos pela Fundação CASA – SP Volume 06 – junho/2024 – Secretaria de Gestão e Governo Digital, destacando-se a necessidade de observância, pela contratada, dos seguintes aspectos:

- 4.2.1. A alimentação fornecida deverá ser equilibrada e racional, estando em condições higiênico-sanitárias adequadas;
- 4.2.2. Os serviços deverão estar sob a responsabilidade técnica de Nutricionista com experiência comprovada, cujas funções abrangem o desenvolvimento de todas as atividades técnicas e administrativas inerentes ao serviço de nutrição;
- 4.2.3. Os serviços deverão ser prestados nos padrões técnicos recomendados, com quadro adequado de pessoal (técnico, operacional e administrativo) e em número suficiente necessário para a execução das atividades;
- 4.2.4. A operacionalização, a distribuição e o porcionamento das refeições deverão ser supervisionados pelo Responsável Técnico (RT) da Contratada, de maneira a observar sua aceitação, a análise da apresentação, o porcionamento e a temperatura das refeições servidas para possíveis alterações ou adaptações, visando ao atendimento adequado e satisfatório;
- 4.2.5. Para a execução dos serviços, a Contratada deverá executar todas as atividades necessárias à obtenção do escopo contratado, dentre as quais se destacam:
- 4.2.5.1. Programação das atividades de nutrição e alimentação;
- 4.2.5.2. Elaboração de cardápio diário completo – mensal;



líquidos efluentes (resíduos provenientes das indústrias, dos esgotos e das redes pluviais, que são lançados no meio ambiente na forma de líquidos ou de gases) e resíduos sólidos. As estratégias adotadas são:

4. 4.4.1. Uso racional de água – recomenda-se a adoção de procedimentos corretos com o uso adequado da água, utilizando-a com economia, sem desperdício e sem deixar de garantir a adequada higienização do ambiente, dos alimentos e dos utensílios, envolvendo capacitação de funcionários e atividades educativas para comensais, identificando pontos de uso, hábitos e vícios de desperdício de água, conforme Decreto Estadual nº 48.138, de 07 de outubro de 2003.

a) Recomenda-se evitar as seguintes ações/attitudes:

Ao lavar as folhas e os vegetais, colocá-los de molho em vasilhame com água, ficando com a torneira aberta durante todo o processo, quando da lavagem individual dos mesmos;

Manter a torneira aberta com o recipiente embaixo, transbordando água sem uso no momento;

Executar operações de lavar e de descascar legumes simultaneamente, mantendo a torneira aberta enquanto executa a tarefa de descascar;

Limpar aves, carnes, peixes e outros com a torneira aberta durante todo o processo;

Encher os vasilhames (bacias, panelas e/ou caldeirões) por completo, para efetuar a lavagem de seu interior;

Realizar descongelamento de quaisquer alimentos com a torneira aberta diretamente sobre as embalagens por longo período;

Realizar o procedimento de dessalgue de proteínas, 24 horas dentro de uma cuba, com a torneira aberta para a retirada do sal.

b) Os procedimentos para a lavagem de folhas, legumes e frutas devem seguir:

Desfolhar as verduras, separar as folhas desprezando as partes estragadas, sempre com a torneira fechada. Iniciar a lavagem quando todo o lote estiver desfolhado;

Lavar em água corrente, retirando todos os resíduos;

Desinfetar em uma cuba específica ou em monobloco exclusivo para esse fim, imergindo os alimentos em solução clorada a 200 ppm por 20 minutos (1 colher de sopa de água sanitária a 2,0 2,5% em um litro de água potável – mín. 100 e máx. 250 ppm);

Monitorar a concentração de cloro, que não deve estar inferior a 100 ppm; Monitorar a turvação da solução e a presença de resíduos;

Enxaguar em cuba específica ou monobloco exclusivo com água potável, ou em solução de água ou vinagre, a 2% (2 colheres de sopa para 1 litro de água potável);

Picar, quando necessário, observando rigorosamente as condições de higiene (mão, luvas descartáveis e utensílios/equipamentos desinfetados);

Para as frutas comestíveis com casca, efetuar o mesmo procedimento.

c) Outras práticas que podem ser adotadas para a redução do desperdício de água:

Adotar redutores de vazão em torneiras (arejadores), pois são dispositivos que contribuem para a economia de água em torno de 25%;

Utilizar bocais de torneiras com chuveiros dispersantes, que aumentam a área de contato dos legumes, frutas e folhas;



Atentar-se para a lavagem dos equipamentos e utensílios, utilizando a quantidade de água necessária e administrando o tempo para efetuar o procedimento.

4.4.4.2. Controle de poluição sonora – para os equipamentos que geram ruídos no seu funcionamento, observar a necessidade do Selo Ruído como forma de indicação do nível de potência sonora, medido em decibel — dB(A) —, conforme Resolução CONAMA nº 20, de 07 de dezembro de 1994, em face de o ruído excessivo causar prejuízo à saúde física e mental, afetando particularmente a audição. A utilização de tecnologias adequadas e conhecidas permite atender às necessidades de redução de níveis de ruído.

4.4.4.3. Controle de emissão de poluentes – deve-se seguir as seguintes medidas:

Utilizar, para transporte dos alimentos e das refeições, veículos movidos a combustíveis que causem menor impacto ambiental;

Realizar manutenções periódicas nos veículos utilizados para o transporte de alimentos ou refeições (corretiva e preventiva).

4.4.4.4. Produtos Biodegradáveis – deve-se observar as seguintes medidas:

Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de produtos biodegradáveis;

Utilizar os saneantes domissanitários na operacionalização dos serviços de acordo com a necessidade, observando a sua aplicação e respeitando a regra de menor toxicidade, garantindo que estejam livres de corantes e com redução drástica de hipoclorito de sódio;

Manter critérios de qualificação de fornecedores, levando em consideração as ações ambientais por estes realizadas;

Observar, rigorosamente, quando da aplicação e/ou manipulação de detergentes e seus congêneres, as prescrições do artigo 44 da Lei Federal nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, do Decreto Federal nº 8.077, de 14 de agosto de 2013, e da Resolução Normativa RDC nº 694, de 13 de maio de 2022, da ANVISA, sujeitando-se a fiscalização por parte das autoridades sanitárias e do Contratante;

Recomenda-se a utilização de produtos detergentes de baixa concentração e baixo teor de fosfato.

4.4.4.5. Uso Racional de Energia – a aquisição de equipamentos consumidores de energia para a prestação de serviço deverá ser realizada de modo a apresentar o melhor desempenho sob o ponto de vista de eficiência energética, promovendo um programa de manutenção de equipamentos conforme Decreto Estadual nº 45.765, de 20 de abril de 2001. Algumas medidas podem ser adotadas com a finalidade de promover o uso adequado de energia, tais como:

Desenvolver junto aos profissionais programas de racionalização do uso de energia;

Efetuar a manutenção dos equipamentos, identificando problemas de lâmpadas queimadas ou piscando, zumbido excessivo em reatores de luminárias e o mau funcionamento das instalações energizadas;

Desligar as luzes dos ambientes não ocupados e acender apenas as luzes necessárias;

Verificar periodicamente os sistemas de aquecimento e de refrigeração. A formação de chamas amareladas, fuligem nos recipientes e gelo podem ser sinais de mau funcionamento dos equipamentos;

Verificar o local de instalação dos sistemas de aquecimento para que correntes de ar não apaguem as chamas;

Assegurar que haja boa dissipação de calor e economia de energia elétrica, ventilação no local de instalação e inexistência de sujeira no condensador do sistema de refrigeração;

Todas as instalações (elétrica, gás, vapor, entre outras) realizadas nas dependências da Contratada devem seguir as normas do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) e os padrões internos estabelecidos para seu adequado funcionamento.

4.4.4.6. Minimização da Geração de Resíduos Sólidos – envolve o planejamento de cardápios, a compra de alimentos e o seu processo de preparo até o consumo, de forma a gerar menos resíduos e manter-se saudável, e também a inclusão no cardápio de alimentos oriundos de produtores locais, alimentos orgânicos, utilização de fichas técnicas de preparo, utilização integral dos alimentos, dentre outras. Ressalta-se que:

Objetiva-se a minimização de produção de resíduos e o melhor aproveitamento dos alimentos;

O Nutricionista da Contratada, sempre que possível, deverá adequar na formulação dos Cardápios a prática de reutilização de partes não convencionais de alimentos, propiciando uma maior economia de alimentos, desde que atenda às necessidades nutricionais diárias recomendadas, reduzindo, assim, a produção de resíduos alimentares;

Na formulação do cardápio diário, deve ser observada a sazonalidade de alguns alimentos, assim como todas as possibilidades de aproveitamento dos gêneros alimentícios, desde o prato principal, seus acompanhamentos/guarnições, sucos e sobremesas;

Obriga-se o Nutricionista da Contratada a visitar o site <https://codeagro.agricultura.sp.gov.br/home>, da Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Governo do Estado de São Paulo (CODEAGRO), para obter receitas desenvolvidas e testadas pela cozinha experimental do Serviço de Orientação ao Consumidor constantes do encarte "Diga não ao desperdício";

As refeições em que serão utilizadas partes não convencionais de alimentos deverão compor os cardápios submetidos à apreciação do Contratante, para sua anuência e aprovação, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias de sua utilização

4.4.4.7. Encaminhamento dos Resíduos Sólidos Gerados para Reciclagem – diagnosticar o quantitativo de resíduos gerados, por tipo, para serem encaminhados adequadamente para a reciclagem. Conforme mencionado na Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, a Política Nacional de Resíduos sólidos aponta etapas necessárias para resíduos gerados em qualquer atividade humana: identificação dos resíduos sólidos na fonte geradora, segregação, acondicionamento, coleta, transporte, tratamento e disposição final.

Materiais recicláveis – para os materiais secos recicláveis, deverá ser seguida a padronização internacional para a identificação, por cores, nos recipientes coletores (VERDE para vidro, AZUL para papel, AMARELO para metal, VERMELHO para plástico e BRANCO para lixo não reciclável);

Sacos de lixo – otimizar a utilização dos sacos de lixo, adequando a sua disponibilização quanto à capacidade e necessidade, objetivando a redução da destinação de resíduos sólidos;

Resíduos de óleos utilizados em frituras e cocções – objetivando a minimização de impactos negativos ocasionados pela deposição de resíduo de óleo comestível nas redes de esgoto, deverá ser implantado programa de reciclagem de óleo comestível destinado a organizações assistenciais que efetivem o reaproveitamento do óleo para a produção de sabão, entre outros, conforme a Lei Estadual nº 12.047, de 12 de setembro de 2005.

4.4.4.8. Reutilização de Gêneros Alimentícios e de Sobras de Alimentos – tendo em vista a Lei Estadual nº 11.575, de 25 de novembro de 2003, incentiva-se a doação de gêneros alimentícios e de sobras de alimentos a entidades públicas ou privadas

4.4.6. Observamos que a prática de valores éticos e socioambientais que envolvem a licitação e se estendem na gestão contratual reflete a responsabilidade da administração no desempenho do papel de consumidor. Assim devem ser entendidas, por exemplo, a exigência de declarações de que o licitante se encontra regular perante o Ministério do Trabalho e Previdência, assim como as exigências relativas ao atendimento às normas de saúde e segurança do trabalho.

4.4.8. Ainda, a justa aplicação de sanções administrativas, inclusive decorrentes de infrações ambientais, com a respectiva divulgação ([https://www.bec.sp.gov.br/Sancoes\\_ui/asp/sancoes.aspx?chave=](https://www.bec.sp.gov.br/Sancoes_ui/asp/sancoes.aspx?chave=)), reflete o tratamento a fornecedores com comportamentos incompatíveis com os valores éticos da Administração Pública.

4.4.10. As especificações socioambientais encontram-se de acordo com os manuais de boas práticas e legislações vigentes até a presente data.

4.6. Como requisitos de subcontratação, verificam-se como adequados à contratação pretendida:

4.6.2.1. Ao solicitar a autorização, a CONTRATADA deverá informar o nome e endereço da empresa a ser subcontratada, o nome dos titulares e prepostos.

4.6.2.2.1. Cópia do Instrumento Contratual formalizado com a subcontratada.

4.7.1. Assim, indicamos que se exija, dos licitantes, o percentual de **10%** (dez por cento) em relação ao período contratual correspondente a 12 (doze) meses. O percentual de garantia a ser exigido é dimensionado em decorrência do elevado valor estimado para as contratações e os riscos envolvidos com o descumprimento das obrigações contratuais previstas, que envolvem a prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra. Assim, o percentual proposto tem como objetivo dar eficácia à garantia contratual, em medida proporcional aos riscos identificados para a contratação.

**4.8. Consórcios.** Não há elementos que indiquem qualquer prejuízo ao cumprimento das obrigações contratuais em caso de formação de consórcios para a participação na licitação, dentro dos limites da lei.

4.8.1. De igual modo, não há nenhuma demanda para que se exija percentuais específicos a serem considerados para as condições de qualificação econômico-financeira. Dessa forma, deve ser observado o percentual mínimo de 10% (dez por cento), na forma do art. 15, §1º da Lei Federal nº 14.133/2021.

**4.9. Participação de Cooperativas.** Considerada a natureza dos serviços a serem prestados, não poderão ser contratadas Cooperativas, consoante o disposto no artigo 1º, §1º do Decreto Estadual nº 55.938, de 21 de junho de 2010, atualizado pelo Decreto nº 57.159, de 21 de julho de 2011.

## 5. Levantamento de Mercado

5.1. Foram identificadas as seguintes possíveis soluções para a presente demanda:

**SOLUÇÃO 1** – Contratação de empresa para prestação dos Serviços de Nutrição e Alimentação, lembrando que, segundo o CADTERC – estudo técnico que trata das diretrizes e parâmetros para orientar a contratação, há três tipos distintos dentro dessa modalidade de prestação de serviços, a saber:

Serviço A: Prestação de Serviços de Nutrição e Alimentação – Refeições Elaboradas nas Dependências do Contratante;

Serviço B: Prestação de Serviços de Nutrição e Alimentação – Refeições Elaboradas nas Dependências do Contratante e Transportadas para as Unidades Receptoras;

Serviço C: Prestação de Serviços de Nutrição e Alimentação – Refeições Elaboradas nas Dependências da Contratada e Transportadas para as Unidades Receptoras.

**SOLUÇÃO 2** – Manter equipe dedicada ao preparo das refeições/serviços complementares, em cada unidade produtora dos Centros de Atendimento.

**SOLUÇÃO 3** – Comprar as refeições prontas para o consumo em embalagem individual (marmitex) de fornecedores locais;

5.2. Esta equipe de planejamento optou pela Solução 1, considerando que vai ao encontro das boas práticas adotadas pelo mercado de forma geral.

5.3. **A Solução 2** não se mostra viável, pois não há servidores (as) efetivos especializados no quadro da FUNDAÇÃO CASA, além disso, teríamos um custo adicional para equipar as cozinhas ou, eventualmente, ter que construir e para manter a logística necessária para sua distribuição, não sendo essa a função primordial da instituição.

5.4. **A Solução 3** não se mostra viável haja vista a complexidade de gerenciar o cardápio a ser servido, a fiscalização do preparo, manuseio dos alimentos, transporte da alimentação e temperatura dos alimentos servidos, o que dificulta inclusive a fiscalização nos casos de intoxicação, ademais a utilização de embalagens individuais (marmitex) aumenta o desperdício de alimentos em virtude do mal dimensionamento para alguns usuários.

5.5. A Fundação CASA vem adotando, há muitos anos, a contratação de serviços de nutrição e alimentação na modalidade de terceirização.

5.6. Também foram pesquisadas contratações similares em outros órgãos e observou-se que a solução sugerida é a mais comumente aplicada no mercado.

5.6.1. Pesquisa no âmbito do Município de São Paulo:

Termo de Contrato: Nº 02/CRS-SE/2024

[https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/md\\_epubli\\_visualizar.php?VR6JG\\_Kg\\_NoFCXOLYn7nkNGlg748MqN7fvS\\_iQihqOD3nHCiABRivd5cyScldh7-YuNoHiYoJXJsMKHg2ggH71eFIFYgkRDkRSaX33xzBbqAa757iEfWTKyL30zvVXyj](https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_visualizar.php?VR6JG_Kg_NoFCXOLYn7nkNGlg748MqN7fvS_iQihqOD3nHCiABRivd5cyScldh7-YuNoHiYoJXJsMKHg2ggH71eFIFYgkRDkRSaX33xzBbqAa757iEfWTKyL30zvVXyj)

Termo de Aditamento: Nº 44/CRS-SE/2024

[https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/md\\_epubli\\_visualizar.php?-MqJ4GqtHUVmd4wRTryEONfDwtVwIlpmIX-gf9VJ9DQP0jlfyilX5nPjPJJWSyWayJ6hRddeH0ujkqlNmFEvc-XV1k\\_F4rvFkh-g14ZO4CcgSzO-4aTz-lum\\_84Ql4Fd](https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_visualizar.php?-MqJ4GqtHUVmd4wRTryEONfDwtVwIlpmIX-gf9VJ9DQP0jlfyilX5nPjPJJWSyWayJ6hRddeH0ujkqlNmFEvc-XV1k_F4rvFkh-g14ZO4CcgSzO-4aTz-lum_84Ql4Fd)

**PROCESSO ADMINISTRATIVO:** 6018.2023/0007610-3

**OBJETO:** Prestação de serviços de nutrição e alimentação transportada conforme especificações constantes do Anexo II Termo de Referência - Especificações Técnicas e Condições de Prestação do Serviço de Edital do Pregão nº 31/2023.

**PREGÃO ELETRÔNICO:** 31/2023

**CONTRATANTE:** Prefeitura do Município de São Paulo – Secretaria Municipal de

Saúde - Coordenadoria Regional de Saúde - SUDESTE - CNPJ Nº 46.392.148/0018-68.

**CONTRATADA:** APETECE SISTEMAS DE ALIMENTAÇÃO S/A. – CNPJ Nº 60.166.832

/0001-04.

**VALOR DO CONTRATO:** R\$ 3.399.672,00 (três milhões, trezentos e noventa e nove mil reais, seiscentos e setenta e dois reais).

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 84.25.10.301.3003.2520.3.3.90.39.00.00.1.500.9001.0.

Assinado: 23/01/2024, Publicado: 01/02/2024

5.6.2. Pesquisa no âmbito do Governo do Estado:

<https://www.transparencia.sp.gov.br/home/ServTerc>

SECRETARIA	Nº CONTRATO	OBJETO	VALOR (R\$)	INÍCIO	FINAL
CASA CIVIL	01/2021	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES DESTINADAS ÀS CRIANÇAS MATRICULADAS NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA INFANTIL	1.851.015,00	03/01/2022	02/07/2024
SEC. ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA	19/2022	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO A SERVIDORES E EMPREGADOS DA SEDE DESTA SECRETARIA	3.256.862,40	29/08/2022	28/11/2024
SEC. ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA	01/2023	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO	13.032.373,42	02/09/2023	02/03/2026
SEC. ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA	001/2020CDPJ	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO DESTINADA A 1.725 (MIL, SETECENTOS E VINTE E CINCO) COMENSAS, SENDO 1.600 (MIL E SEISCENTOS) REEDUCANDOS E 125(CENTO E VINTE E CINCO) SERVIDORES, DO CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA MARCOS ANTONIO ALVES BEZERRA DE JUNDIAÍ.	1.123.181.983,25	01/11/2020	31/07/2024
SEC. CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	005/2023 LOTE 5	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO - REFEIÇÕES ELABORADAS E TRANSPORTADAS DA COZINHA DA CONTRATADA ÀS UNIDADES ESCOLARES DO CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA, PERTENCENTES A GESTÃO CENTRALIZADA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO ESTADO DE SÃO PAULO - REFEIÇÃO TRANSPORTADA ALMOÇO E JANTAR - UE 065 ETEC DE ILHA SOLTEIRA - ILHA SOLTEIRA.	6.353.221,00	16/02/2023	16/02/2025

### 5.6.3. Pesquisa no âmbito do Governo Federal:

<https://pncp.gov.br/app/contratos/03983632000100/2024/2>

Local: Campo Grande/MS

**Órgão:** AGÊNCIA ESTADUAL DE ADMINISTRACAO DO SISTEMA PENITENCIARIO

**Unidade executora:** 157 - Agência Estadual de Adm. do Sistema Penitenciário

**Tipo:** Contrato (termo inicial)

**Receita ou Despesa:** Despesa

**Processo:** 31/029.526/2024

**Categoria do Processo:** Serviços

**Data de divulgação no PNCP:** 05/07/2024

**Data de assinatura:** 28/06/2024

**Vigência:** de 28/06/2024 a 27/06/2025

**Id contrato PNCP:** 03983632000100-2-000002/2024

**Fonte:** AZ INFORMATICA LTDA

**Id contratação PNCP:** 03983632000100-1-000004/2024

**Objeto:** Contratação de empresa especializada em serviços de preparo e fornecimento de alimentação (desjejum, almoço e jantar) balanceada e em condições higiênico-sanitárias adequadas, a qual engloba, além do preparo e fornecimento de alimentação, disponibilização de utensílios e materiais para distribuição das refeições, veículo adequado para transporte dos alimentos do local de preparo até as unidades que serão atendidas e os utensílios e a mesa de buffet térmica para refeitório utilizado pelos servidores penitenciários, para atender a demanda das pessoas privadas de liberdade, custodiadas no Estabelecimento Penal de Corumbá, no Patronato Penitenciário de Corumbá e no Estabelecimento Penal

Feminino “Carlos Alberto Jonas Giordano”, bem como os servidores penitenciários que desempenham suas atividades naquelas unidades, incluindo ainda os presos custodiados nas Delegacias de Polícia de Corumbá/MS.

**Fornecedor:** Adília Comércio de Refeições e Serviços LTDA, 05.853.281/**CNPJ:** 0001-49,

**Tipo:** Pessoa jurídica.

**Valor Contratado:** R\$ 4.530.129,88 (quatro milhões, quinhentos e trinta mil reais, cento e vinte e nove reais e oitenta e oito centavos).

<https://pncp.gov.br/app/contratos/03983632000100/2024/3>

Local: Campo Grande/MS

Órgão: AGÊNCIA ESTADUAL DE ADMINISTRACAO DO SISTEMA PENITENCIARIO

Unidade executora: 157 - Agência Estadual de Adm. do Sistema Penitenciário

Tipo: Contrato (termo inicial) Receita ou Despesa: Despesa Processo: 31/002.755/2024 Categoria do Processo: Serviços

Data de divulgação no PNCP: 08/07/2024

Data de assinatura: 28/06/2024

Vigência: de 28/06/2024 a 27/06/2025

Id contrato PNCP: 03983632000100-2-000003/2024

Fonte: AZ INFORMATICA LTDA

Id contratação PNCP: 03983632000100-1-000001/2024

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de preparo e fornecimento de alimentação (desjejum, almoço e jantar) balanceada e em condições higiênico-sanitárias adequadas, a qual engloba, além do preparo e fornecimento de alimentação, a disponibilização de utensílios e materiais para distribuição das refeições, os utensílios e a mesa de buffet térmica para refeitório utilizado pelos servidores penitenciários e, se for o caso, veículo adequado para transporte dos alimentos do local de preparo até as unidades que serão atendidas, para atender a demanda das pessoas privadas de liberdade, custodiadas no Estabelecimento Penal “Jair Ferreira de Carvalho” e Centro de Triagem “Anísio Lima”, bem como os servidores penitenciários que desempenham suas atividades nestas unidades.

**FORNECEDOR:** REAL FOOD ALIMENTAÇÃO LTDA FILIAL CAMPO GRANDE, CNPJ: 57.609.398/000770 Tipo: Pessoa jurídica.

**Valor Contratado:** R\$ 16.359.316,75 (dezesseis milhões, trezentos e cinquenta e nove mil reais, trezentos e dezesseis reais e setenta e cinco centavos).

<https://pncp.gov.br/app/contratos/05929042000125/2024/5>

Local: Belém/PA

Unidade executora: 29 - SEAP Tipo: Contrato (termo inicial) Receita ou Despesa: Despesa Processo: 20231035586 Categoria do Processo: Serviços

Data de divulgação no PNCP: 13/05/2024 Data de assinatura: 29/04/2024 Vigência: de 02/05/2024 a 02/05/2025

Id contrato PNCP: 05929042000125-2-000005/2024

Fonte: Compras Pará

Id contratação PNCP: 05929042000125-1-000007/2024

Objeto: Contratação de empresa fornecedora de alimentação em quatro serviços diários (desjejum, almoço, jantar e lanche noturno) às unidades prisionais dos municípios de Marabá e São Félix do Xingu mediante a operacionalização de fornecimento, preparo, distribuição e transporte para as pessoas privadas de liberdade/PPL sob responsabilidade da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Estado do Pará (SEAP-PA).

Fornecedor: Y P PINHEIRO SOARES DA SILVA LTDA, CNPJ: 24.350.317/0001-16,

Tipo: Pessoa jurídica.

VALOR CONTRATADO: R\$ 9.469.012,50 (nove milhões, quatrocentos e sessenta e nove mil reais, doze reais e cinquenta centavos).

5.7. As especificações técnicas para a presente contratação são aquelas definidas no Estudo Técnico de Serviços Terceirizados (CADTERC) – Prestação de Serviços de Nutrição e Alimentação aos Adolescentes, sob Tutela do Estado atendidos pela Fundação CASA – SP Volume 06 – junho/2024 – Secretaria de Gestão e Governo Digital, o qual possui as faixas dos valores referenciais, tendo em vista a quantidade de comensais atendidos, conforme o quadro abaixo:

1.1. Serviço A

Quadro 29: Valores referenciais por tipo e quantidade de refeições por comensal do Serviço A

Tipo de refeição	Valor unitário (R\$) por comensal								
	Até 30	Até 70	Até 100	Até 150	Até 300	Até 450	Até 600	Até 1000	Acima de 1000
Desjejum	6,41	5,89	5,62	5,61	5,50	5,56	5,50	5,46	5,34
Almoço	23,82	19,96	18,01	18,00	17,15	17,55	17,14	16,86	15,95
Lanche da tarde	6,41	5,89	5,62	5,61	5,50	5,56	5,50	5,46	5,34
Jantar	23,82	19,96	18,01	18,00	17,15	17,55	17,14	16,86	15,95

Fonte: Prestação de Serviços de Nutrição e Alimentação aos Adolescentes sob a Tutela do Estado Atendidos pela Fundação CASA – Vol. 06 – Jun./2024.

1.2. Serviços B

Quadro 30: Valores referenciais por tipo e quantidade de refeições por comensal do Serviço B

Tipo de refeição	Valor unitário (R\$)								
	Até 30	Até 70	Até 100	Até 150	Até 300	Até 450	Até 600	Até 1000	Acima de 1000
Desjejum	6,41 + Y	5,89 + Y	5,62 + Y	5,61 + Y	5,50 + Y	5,56 + Y	5,50 + Y	5,46 + Y	5,34 + Y
Almoço	23,82 + Y	19,96 + Y	18,01 + Y	18,00 + Y	17,15 + Y	17,55 + Y	17,14 + Y	16,86 + Y	15,95 + Y
Lanche da tarde	6,41 + Y	5,89 + Y	5,62 + Y	5,61 + Y	5,50 + Y	5,56 + Y	5,50 + Y	5,46 + Y	5,34 + Y
Jantar	23,82 + Y	19,96 + Y	18,01 + Y	18,00 + Y	17,15 + Y	17,55 + Y	17,14 + Y	16,86 + Y	15,95 + Y

Fonte: Prestação de Serviços de Nutrição e Alimentação aos Adolescentes sob a Tutela do Estado Atendidos pela Fundação CASA – Vol. 06 – Jun./2024.



Obs.: Para cobrir gastos com transporte nos serviços B, faz-se necessário atribuir o custo a partir da variável Y, obtido pela seguinte fórmula:

$$Y = 0,1909 + K * 0,0023$$

Em que:

Y = valor unitário relativo ao transporte da refeição, função da quilometragem rodada;

K = distância (ida e volta), em quilômetros, entre o local da cozinha da Contratante e as unidades.

1.3. Serviços C

Quadro 31: Valores referenciais por tipo e quantidade de refeições por comensal do Serviço C

Tipo de refeição	Valor unitário (R\$)			
	Até 30 comensais	Até 70 comensais	Até 150 comensais	Até 300 comensais
Desjejum	R\$ 6,92	R\$ 6,34	R\$ 6,07	R\$ 5,97
Almoço	R\$ 25,56	R\$ 21,32	R\$ 19,40	R\$ 18,67
Lanche da tarde	R\$ 6,92	R\$ 6,34	R\$ 6,07	R\$ 5,97
Jantar	R\$ 25,56	R\$ 21,32	R\$ 19,40	R\$ 18,67

\* Valores referenciais com o parâmetro de 55 km por viagem (ida e volta) para o custo de transporte.  
Fonte: Prestação de Serviços de Nutrição e Alimentação aos Adolescentes sob a Tutela do Estado Atendidos pela Fundação CASA – Vol. 06 – Jun./2024.

1.4. Datas Comemorativas e Refeições Eventuais

Quadro 32: Valores referenciais por eventos realizados em datas comemorativas e refeições eventuais nos Serviços A, B e C

Datas Comemorativas e Refeições Eventuais	Custo por Comensal (R\$)
Lanche especial – atividade externa – período parcial	R\$ 7,55
Lanche especial – atividade externa – período integral	R\$ 13,59
Natal	R\$ 5,09
Colação	R\$ 1,51

Fonte: Prestação de Serviços de Nutrição e Alimentação aos Adolescentes sob a Tutela do Estado Atendidos pela Fundação CASA – Vol. 06 – Jun./2024.

5.8. Verifica-se que o CADTERC é a melhor opção para orientar a contratação dos Serviços de Nutrição e Alimentação, uma vez que atende as faixas de comensais, tipos e objetivos de Contratação estabelecidos pela Fundação CASA.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Execução dos serviços

6.1.1. A contratação pretendida visa ao atendimento 21 centros de atendimento socioeducativo, que compõem a REGIONAL - DR 03.

6.1.2. A contratação pretendida pela REGIONAL – DR 03, foi agrupada por meio de 4 lotes, com vistas a manter a padronização e qualidade dos serviços a serem executados, a saber:

DR 03 - CAMPINAS / VALE DO PARAÍBA	LOTE	CENTROS DE ATENDIMENTOS	MUNICÍPIO
	LOTE1	CASA LIMEIRA	LIMEIRA
		CASA MORRO AZUL	LIMEIRA
		CASA RIO PIRACICABA	PIRACICABA
		CASA MOGI MIRIM	MOGI MIRIM
		CASA LARANJEIRAS	MOGI MIRIM
	LOTE 02	CASA CAMPINAS	CAMPINAS
		CASA MAESTRO CARLOS GOMES	CAMPINAS
		CASA ANDORINHAS	CAMPINAS
		CASA ATIBAIA	ATIBAIA
	LOTE 03	CASA JACAREÍ	JACAREÍ
		CASA LORENA	LORENA
		CASA CARAGUATATUBA	CARAGUATATUBA
		CASA TAMOIOS	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
		CASA SEMILIBERDADE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
		CASA SERRA DA MANTIQUEIRA	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
		CASA TAUBATÉ	TAUBATÉ
	LOTE 04	CASA NOVO TEMPO	FRANCO DA ROCHA
		CASA TAPAJÓS	FRANCO DA ROCHA
		CASA JACARANDÁ	FRANCO DA ROCHA
		CASA MANACÁ DA SERRA	FRANCO DA ROCHA
		CASA SEMILIBERDADE JUNDIAÍ	JUNDIAÍ

6.2. **Vigência:** O contrato terá vigência de 15 (quinze) meses, iniciando-se na data estabelecida para início do serviço, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, prorrogável por até 10 anos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosos para a Administração, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2.1. Atualmente, as contratações vigentes possuem prorrogações com cláusula resolutiva, o que permitiu a unificação das datas das Ordens de Início para todos os lotes desta contratação. Essa unificação otimiza a gestão contratual, facilita o controle e o acompanhamento dos serviços, além de garantir maior alinhamento entre os prazos das diferentes unidades contratuais envolvidas.

6.2.2. Para fins de repactuação, caso solicitada pelo Contratado, e que venha e se referir aos demais custos, decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra), a respectiva variação será apurada mediante a aplicação do índice de reajustamento IPC FIPE - Índice de Preço ao Consumidor.

6.3. Para a estimativa de custos relacionados às obrigações trabalhistas, verificamos como aplicáveis, para fins de elaboração da estimativa da despesa, o seguinte:

Limeira, Piracicaba, Mogi Mirim e Campinas:

[Convenção Coletiva De Trabalho 2024/2026](#)

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE:SP006574/2024

DATA DE REGISTRO NO MTE:08/07/2024

NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:MR034864/2024

NÚMERO DO PROCESSO:19980.273998/2024-87

DATA DO PROTOCOLO:28/06/2024

SINTERCAMP - SINDICATO DOS TRABALHADORES EM REFEICOES DE CAMPINAS E REGIAO, CNPJ n. 01.599.721/0001-22; E

SINDER-C-SINDICATO EMPR DE REFEICOES COLETIVAS DO EST SP, CNPJ n. 60.258.985/0001-81.

Atibaia:

Convenção Coletiva De Trabalho 2024/2026

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE:SP006573/2024

DATA DE REGISTRO NO MTE:08/07/2024

NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:MR034899/2024

NÚMERO DO PROCESSO:19980.273737/2024-67

DATA DO PROTOCOLO:26/06/2024

SINTERCOJ - SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE REFEICOES COLETIVAS, REFEICOES CONVENIOS, CESTAS DE ALIMENTOS, COZINHAS INDUSTRIAIS, REST, CNPJ n. 67.155.325 /0001-14; E

SINDER-C-SINDICATO EMPR DE REFEICOES COLETIVAS DO EST SP, CNPJ n. 60.258.985/0001-81

Nutricionistas do Estado de São Paulo:

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2024/2025

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: SP006517/2024

DATA DE REGISTRO NO MTE: 05/07/2024

NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR032393/2024

NÚMERO DO PROCESSO: 19980.272173/2024-45 DATA DO PROTOCOLO: 25/06/2024

SINDICATO DOS NUTRICIONISTAS DO ESTADO DE SAO PAULO, CNPJ n. 52.399.946/0001-76; FUREGATTI; E SINDER-C-SINDICATO EMPR DE REFEICOES COLETIVAS DO EST SP, CNPJ n. 60.258.985 /0001-81;

6.4 Considerando a imprescindibilidade dos serviços e os requisitos da contratação, deve ser exigida, dos licitantes, a comprovação de que possuem qualificação econômico-financeira e qualificação técnica, com elementos que garantam o efetivo cumprimento das obrigações contratuais e a mitigação de riscos quanto à interrupção dos serviços.

6.4.1. **Qualificação econômico-financeira:**

6.4.1.1.Comprovação de que a empresa licitante não se encontra em processo falimentar.

6.4.1.2.Comprovação de que o licitante possui aptidão econômica licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, através da exigência de documentação que evidencie o atendimento aos coeficientes e índices econômicos usualmente empregados no mercado.

6.4.2. **Qualificação técnica:**

6.4.2.1.Comprovação de que o licitante possui capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior aos serviços a serem contratados, mediante a apresentação de atestados de capacidade técnica, que demonstrem, ao menos os seguintes elementos:

a) execução de, ao menos, 50% (cinquenta por cento) da quantidade de grandes refeições /dia (almoço e jantar) a serem contratadas;

b) execução de serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo de 15 (quinze) meses.

6.4.2.2.É imprescindível que se garanta a eficiência e a continuidade na prestação de nutrição e alimentação, especialmente nas dependências da Fundação CASA/SP. Portanto, dentre as exigências de qualificação técnica admitidas em lei, a apuração de quantitativos mínimos e de tempo de experiência anterior são elementos que denotam a capacidade do potencial contratado para o efetivo cumprimento das obrigações.

6.4.2.3.O(s) atestado(s) deve(m) estar registrado(s) no CRN da jurisdição onde foi (ram) ou está(ão) sendo prestado(s) o(s) serviço(s) referente(s) ao(s) contrato(s) nele(s) relacionado (s)

6.4.2.4.Declaração de inteiro conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, com a disponibilização de vistoria prévia.

#### 6.4.3. . **Requisitos específicos.**

6.4.3.1.Para o exercício dos serviços de nutrição e alimentação, os licitantes devem apresentar Certidão de Registro e Quitação - CRQ, em nome da licitante, junto ao Conselho Regional de Nutricionistas (CRN), com validade na data de apresentação, e, quando o CRQ não tiver sido emitido pelo CRN-3, deverá ser averbado no referido Conselho Regional.

6.4.3.2.Em até 120 (cento e vinte) dias, alvará ou licença de funcionamento da cozinha onde serão preparadas as refeições objeto da prestação de serviços, em nome da licitante e expedido pela autoridade sanitária competente.

6.4.4. **Declaração de disponibilidade de escritório.** A contratação compreende uma elevada quantidade de cozinhas de trabalho, em serviços com dedicação exclusiva de mão de obra. Por essa razão é necessário que a empresa contratada mantenha um escritório próximo ao local de trabalho de seus colaboradores, para que possam entrar em contato direto com representante do empregador e formular eventuais requerimentos ou reclamações relacionados ao seu contrato de trabalho.

6.5.4.1.A manutenção de escritório pela contratada nas proximidades dos locais de contratação visa, ainda, facilitar a comunicação entre contratante e contratado, possibilitando-se que eventuais intercorrências verificadas na prestação dos serviços sejam solucionadas com a rapidez necessária.

6.5.4.2.Considerando a diversidade de locais em que se encontram as unidades objeto da contratação, deve ser exigida a manutenção de escritório na cidade em que houver a maior quantidade de postos de trabalho em cada lote, ou em localidade próxima, assim considerada aquela localizada a até 100 km (cem quilômetros) do município referenciado

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Para a referida contratação, a equipe de planejamento elaborou estudos técnicos de levantamento de necessidades levando em consideração os números de comensais em cada centro de atendimento, o tipo de alimentação geral / normal, dietas especiais e serviços complementares, a frequência mensal e para o período de vigência do contrato.

7.1.1. Considerando que os centros de atendimento possuem normativas que determinem a quantidade máxima para cada Centro de Atendimento, os números estimados para os quantitativos das refeições estão com base nas Portarias Administrativas vigentes.

7.1.1.1 É importante esclarecer que, em virtude da especificidade do atendimento nos Centros de Semiliberdade e de Internação Provisória, em razão do tempo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias para permanência do adolescente na Internação Provisória e das saídas externas para atividades obrigatórias nas Semiliberdades, poderá ocorrer variação desta população no quantitativo das refeições.

DR / LOTE	CENTRO ATENDIMENTO	PORTARIA
DR3 LOTE 1	LIMEIRA	PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº 289/2022
	MORRO AZUL	PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº 1100/2020
	PIRACICABA	PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº 850/2024
	MOGI MIRIM	PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº 290/2022
	LARANJEIRAS	PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº 781/2021
DR3 LOTE 2	CAMPINAS	PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº 024/2022
	MAESTRO CARLOS GOMES	PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº 884/2021
	ANDORINHAS	PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº 1054/2025
	ATIBAIA	PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº 878/2025
DR3 LOTE 3	CARAGUATATUBA	PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº 332/2022
	Taubaté	PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº 339/2022.
	Jacareí	PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº 1053/2025
	Lorena	PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº 580/2023
	Tamoios	PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº 338/2022
	Serra Mantiqueira	PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº 153/2021
	SEMILIBERDADE SÃO JOSÉ CAMPOS	PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº 1147/2020
DR3 LOTE 4	Jacarandá	PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº 726/2022
	Novo tempo	PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº 1176/2024
	Tapajós	PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº 1213/2024
	Manacá Serra	PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº 1062/2021
	Semi Jundiáí	PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº 1110/2020

LOTE 1: 309 adolescentes - refeições/dia

## PLANILHA DE QUANTITATIVOS ESTIMADOS DE REFEIÇÕES E SERVIÇOS COMPLEMENTARES E FREQUÊNCIA DE FORNECIMENTO

## CASA LIMEIRA

REFEIÇÕES / SERVIÇOS	Nº DE COMENSAS PREVISTOS	MÉDIA DIÁRIA ESTIMADA DE REFEIÇÕES	FREQUÊNCIA	QUANTITATIVO ESTIMADO DE REFEIÇÕES	
				MENSAL	16 MESES
<b>1 - ADOLESCENTES - 68</b>	<b>CASA LIMEIRA</b>				
<b>A) ALIMENTAÇÃO NORMAL - 64</b>					
DEJEJUM	64	64	diário	1.644	24.660
ALMOÇO	64	64	diário	1.644	24.660
LANCHE DA TARDE	64	64	diário	1.644	24.660
JANTAR	64	64	diário	1.644	24.660
<b>B) DIETA ESPECIAL - 2</b>					
DEJEJUM	2	2	diário	61	915
COLAÇÃO	1	1	diário	30	450
ALMOÇO	2	2	diário	61	915
LANCHE DA TARDE	2	2	diário	61	915
JANTAR	2	2	diário	61	915
<b>C) FESTAS, EVENTOS, COMEMORAÇÕES E ATIVIDADES</b>					
NATAL	66	-	* 2 vezes	-	112
LANCHE ESPECIAL ( Período Parcial )	14	-	mensal	14	210
LANCHE ESPECIAL ( Período Integral)	14	-	mensal	14	210
<b>2 - FAMILIARES</b>					
<b>A) PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS EDUCATIVOS ( 01 por adolescente )</b>					
ALMOÇO	14	-	mensal	14	210
<b>B) FESTIVIDADES ( 02 por adolescente )</b>					
ALMOÇO	112	-	* 2 vezes	-	224
<b>3 - POLICIAIS E FUNCIONÁRIOS</b>					
DEJEJUM	1	-	eventual	-	15
ALMOÇO	1	-	eventual	-	15
LANCHE DA TARDE	1	-	eventual	-	15
JANTAR	1	-	eventual	-	15

(\*) A frequência de fornecimento refere-se ao período de 16 meses.

## PLANILHA DE QUANTITATIVOS ESTIMADOS DE REFEIÇÕES E SERVIÇOS COMPLEMENTARES E FREQUÊNCIA DE FORNECIMENTO

## CASA MORRO AZUL

REFEIÇÕES / SERVIÇOS	Nº DE COMENSAS PREVISTOS	MÉDIA DIÁRIA ESTIMADA DE REFEIÇÕES	FREQUÊNCIA	QUANTITATIVO ESTIMADO DE REFEIÇÕES	
				MENSAL	16 MESES
<b>1 - ADOLESCENTES - 68</b>	<b>CASA MORRO AZUL</b>				
<b>A) ALIMENTAÇÃO NORMAL - 64</b>					
DEJEJUM	64	64	diário	1.644	24.660
ALMOÇO	64	64	diário	1.644	24.660
LANCHE DA TARDE	64	64	diário	1.644	24.660
JANTAR	64	64	diário	1.644	24.660
<b>B) DIETA ESPECIAL - 2</b>					
DEJEJUM	2	2	diário	61	915
COLAÇÃO	1	1	diário	30	450
ALMOÇO	2	2	diário	61	915
LANCHE DA TARDE	2	2	diário	61	915
JANTAR	2	2	diário	61	915
<b>C) FESTAS, EVENTOS, COMEMORAÇÕES E ATIVIDADES</b>					
NATAL	66	-	* 2 vezes	-	112
LANCHE ESPECIAL ( Período Parcial )	14	-	mensal	14	210
LANCHE ESPECIAL ( Período Integral)	14	-	mensal	14	210
<b>2 - FAMILIARES</b>					
<b>A) PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS EDUCATIVOS ( 01 por adolescente )</b>					
ALMOÇO	14	-	mensal	14	210
<b>B) FESTIVIDADES ( 02 por adolescente )</b>					
ALMOÇO	112	-	* 2 vezes	-	224
<b>3 - POLICIAIS E FUNCIONÁRIOS</b>					
DEJEJUM	1	-	eventual	-	15
ALMOÇO	1	-	eventual	-	15
LANCHE DA TARDE	1	-	eventual	-	15
JANTAR	1	-	eventual	-	15

(\*) A frequência de fornecimento refere-se ao período de 16 meses.



DR 03 - LOTE 1 - PLANILHA C

PLANILHA DE QUANTITATIVOS ESTIMADOS DE REFEIÇÕES E SERVIÇOS COMPLEMENTARES E FREQUENCIA DE FORNECIMENTO

CASA PIRACICABA

REFEIÇÕES / SERVIÇOS	Nº DE COMENSAS PREVISTOS	MÉDIA DIÁRIA ESTIMADA DE REFEIÇÕES	FREQUÊNCIA	QUANTITATIVO ESTIMADO DE REFEIÇÕES	
				MENSAL	16 MESES
<b>1 - ADOLESCENTES - 76</b>	<b>CASA PIRACICABA</b>				
<b>A) ALIMENTAÇÃO NORMAL - 73</b>					
DESJEJUM	73	73	diário	2.222	33.330
ALMOÇO	73	73	diário	2.222	33.330
LANCHE DA TARDE	73	73	diário	2.222	33.330
JANTAR	73	73	diário	2.222	33.330
<b>B) DIETA ESPECIAL - 2</b>					
DESJEJUM	2	2	diário	61	915
COLAÇÃO	1	1	diário	30	450
ALMOÇO	2	2	diário	61	915
LANCHE DA TARDE	2	2	diário	61	915
JANTAR	2	2	diário	61	915
<b>C) FESTAS, EVENTOS, COMEMORAÇÕES E ATIVIDADES</b>					
NATAL	75	-	* 2 vezes	-	150
LANCHE ESPECIAL ( Período Parcial )	19	-	mensal	19	285
LANCHE ESPECIAL ( Período Integral)	19	-	mensal	19	285
<b>2 - FAMILIARES</b>					
<b>A) PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS EDUCATIVOS ( 01 por adolescente )</b>					
ALMOÇO	11	-	mensal	11	165
<b>B) FESTIVIDADES ( 02 por adolescente )</b>					
ALMOÇO	90	-	* 2 vezes	-	180
<b>3 - POLICIAIS E FUNCIONÁRIOS</b>					
DESJEJUM	1	-	eventual	-	15
ALMOÇO	1	-	eventual	-	15
LANCHE DA TARDE	1	-	eventual	-	15
JANTAR	1	-	eventual	-	15

(\*) A frequência de fornecimento refere-se ao período de 16 meses.

DR 03 - LOTE 1 - PLANILHA D

PLANILHA DE QUANTITATIVOS ESTIMADOS DE REFEIÇÕES E SERVIÇOS COMPLEMENTARES E FREQUENCIA DE FORNECIMENTO

CASA MOOI MIRIM

REFEIÇÕES / SERVIÇOS	Nº DE COMENSAS PREVISTOS	MÉDIA DIÁRIA ESTIMADA DE REFEIÇÕES	FREQUÊNCIA	QUANTITATIVO ESTIMADO DE REFEIÇÕES	
				MENSAL	16 MESES
<b>1 - ADOLESCENTES - 66</b>	<b>CASA MOOI MIRIM</b>				
<b>A) ALIMENTAÇÃO NORMAL - 64</b>					
DESJEJUM	64	64	diário	1.644	24.660
ALMOÇO	64	64	diário	1.644	24.660
LANCHE DA TARDE	64	64	diário	1.644	24.660
JANTAR	64	64	diário	1.644	24.660
<b>B) DIETA ESPECIAL - 2</b>					
DESJEJUM	2	2	diário	61	915
COLAÇÃO	1	1	diário	30	450
ALMOÇO	2	2	diário	61	915
LANCHE DA TARDE	2	2	diário	61	915
JANTAR	2	2	diário	61	915
<b>C) FESTAS, EVENTOS, COMEMORAÇÕES E ATIVIDADES</b>					
NATAL	66	-	* 2 vezes	-	112
LANCHE ESPECIAL ( Período Parcial )	14	-	mensal	14	210
LANCHE ESPECIAL ( Período Integral)	14	-	mensal	14	210
<b>2 - FAMILIARES</b>					
<b>A) PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS EDUCATIVOS ( 01 por adolescente )</b>					
ALMOÇO	14	-	mensal	14	210
<b>B) FESTIVIDADES ( 02 por adolescente )</b>					
ALMOÇO	112	-	* 2 vezes	-	224
<b>3 - POLICIAIS E FUNCIONÁRIOS</b>					
DESJEJUM	1	-	eventual	-	15
ALMOÇO	1	-	eventual	-	15
LANCHE DA TARDE	1	-	eventual	-	15
JANTAR	1	-	eventual	-	15

(\*) A frequência de fornecimento refere-se ao período de 16 meses.

PLANILHA DE QUANTITATIVOS ESTIMADOS DE REFEIÇÕES E SERVIÇOS COMPLEMENTARES E FREQUENCIA DE FORNECIMENTO

CASA LARANJEIRAS

REFEIÇÕES / SERVIÇOS	Nº DE COMENSAIS PREVISTOS	MÉDIA DIÁRIA ESTIMADA DE REFEIÇÕES	FREQUÊNCIA	QUANTITATIVO ESTIMADO DE REFEIÇÕES	
				MENSAL	16 MESES
<b>1 - ADOLESCENTES - 66</b>	<b>CASA LARANJEIRAS</b>				
<b>A) ALIMENTAÇÃO NORMAL - 64</b>					
DESJEJUM	64	64	diário	1.948	29.220
ALMOÇO	64	64	diário	1.948	29.220
LANCHE DA TARDE	64	64	diário	1.948	29.220
JANTAR	64	64	diário	1.948	29.220
<b>B) DIETA ESPECIAL - 2</b>					
DESJEJUM	2	2	diário	61	915
COLAÇÃO	1	1	diário	30	450
ALMOÇO	2	2	diário	61	915
LANCHE DA TARDE	2	2	diário	61	915
JANTAR	2	2	diário	61	915
<b>C) FESTAS, EVENTOS, COMEMORAÇÕES E ATIVIDADES</b>					
NATAL	66	-	* 2 vezes	-	132
LANCHE ESPECIAL ( Período Parcial )	17	-	mensal	17	255
LANCHE ESPECIAL ( Período Integral)	17	-	mensal	17	255
<b>2 - FAMILIARES</b>					
<b>A) PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS EDUCATIVOS ( 01 por adolescente )</b>					
ALMOÇO	17	-	mensal	17	255
<b>B) FESTIVIDADES ( 02 por adolescente )</b>					
ALMOÇO	132	-	* 2 vezes	-	264
<b>3 - POLICIAIS E FUNCIONÁRIOS</b>					
DESJEJUM	1	-	eventual	-	15
ALMOÇO	1	-	eventual	-	15
LANCHE DA TARDE	1	-	eventual	-	15
JANTAR	1	-	eventual	-	15

(\*) A frequência de fornecimento refere-se ao período de 16 meses

LOTE 2: 224 adolescentes - refeições/dia

PLANILHA DE QUANTITATIVOS ESTIMADOS DE REFEIÇÕES E SERVIÇOS COMPLEMENTARES E FREQUENCIA DE FORNECIMENTO

CASA CAMPINAS

REFEIÇÕES / SERVIÇOS	Nº DE COMENSAIS PREVISTOS	MÉDIA DIÁRIA ESTIMADA DE REFEIÇÕES	FREQUÊNCIA	QUANTITATIVO ESTIMADO DE REFEIÇÕES	
				MENSAL	16 MESES
<b>1 - ADOLESCENTES - 66</b>	<b>CASA CAMPINAS</b>				
<b>A) ALIMENTAÇÃO NORMAL - 64</b>					
DESJEJUM	64	64	diário	1.644	24.660
ALMOÇO	64	64	diário	1.644	24.660
LANCHE DA TARDE	64	64	diário	1.644	24.660
JANTAR	64	64	diário	1.644	24.660
<b>B) DIETA ESPECIAL - 2</b>					
DESJEJUM	2	2	diário	61	915
COLAÇÃO	1	1	diário	30	450
ALMOÇO	2	2	diário	61	915
LANCHE DA TARDE	2	2	diário	61	915
JANTAR	2	2	diário	61	915
<b>C) FESTAS, EVENTOS, COMEMORAÇÕES E ATIVIDADES</b>					
NATAL	66	-	* 2 vezes	-	112
LANCHE ESPECIAL ( Período Parcial )	14	-	mensal	14	210
LANCHE ESPECIAL ( Período Integral)	14	-	mensal	14	210
<b>2 - FAMILIARES</b>					
<b>A) PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS EDUCATIVOS ( 01 por adolescente )</b>					
ALMOÇO	14	-	mensal	14	210
<b>B) FESTIVIDADES ( 02 por adolescente )</b>					
ALMOÇO	112	-	* 2 vezes	-	224
<b>3 - POLICIAIS E FUNCIONÁRIOS</b>					
DESJEJUM	1	-	eventual	-	15
ALMOÇO	1	-	eventual	-	15
LANCHE DA TARDE	1	-	eventual	-	15
JANTAR	1	-	eventual	-	15

(\*) A frequência de fornecimento refere-se ao período de 16 meses



DR 03- LOTE 2 - PLANILHA B

PLANILHA DE QUANTITATIVOS ESTIMADOS DE REFEIÇÕES E SERVIÇOS COMPLEMENTARES E FREQUENCIA DE FORNECIMENTO

CASA MAESTRO CARLOS GOMES

REFEIÇÕES / SERVIÇOS	Nº DE COMENSAS PREVISTOS	MÉDIA DIÁRIA ESTIMADA DE REFEIÇÕES	FREQUÊNCIA	QUANTITATIVO ESTIMADO DE REFEIÇÕES	
				MENSAL	16 MESES
1 - ADOLESCENTES - 68	CASA MAESTRO CARLOS GOMES				
A) ALIMENTAÇÃO NORMAL - 64					
DESJEJUM					
ALMOÇO					
LANCHE DA TARDE					
JANTAR					
B) DIETA ESPECIAL - 2					
DESJEJUM					
COLAÇÃO					
ALMOÇO					
LANCHE DA TARDE					
JANTAR					
C) FESTAS, EVENTOS, COMEMORAÇÕES E ATIVIDADES					
NATAL					
LANCHE ESPECIAL ( Período Parcial )					
LANCHE ESPECIAL ( Período Integral)					
2 - FAMILIARES					
A) PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS EDUCATIVOS ( 01 por adolescente )					
ALMOÇO					
B) FESTIVIDADES ( 02 por adolescente )					
ALMOÇO					
3 - POLICIAIS E FUNCIONÁRIOS					
DESJEJUM					
ALMOÇO					
LANCHE DA TARDE					
JANTAR					

(\*) A frequência de fornecimento refere-se ao período de 16 meses

DR 03- LOTE 2 - PLANILHA C

PLANILHA DE QUANTITATIVOS ESTIMADOS DE REFEIÇÕES E SERVIÇOS COMPLEMENTARES E FREQUENCIA DE FORNECIMENTO

CASA ANDORINHA

REFEIÇÕES / SERVIÇOS	Nº DE COMENSAS PREVISTOS	MÉDIA DIÁRIA ESTIMADA DE REFEIÇÕES	FREQUÊNCIA	QUANTITATIVO ESTIMADO DE REFEIÇÕES	
				MENSAL	16 MESES
1 - ADOLESCENTES - 68	CASA ANDORINHA				
A) ALIMENTAÇÃO NORMAL - 64					
DESJEJUM					
ALMOÇO					
LANCHE DA TARDE					
JANTAR					
B) DIETA ESPECIAL - 2					
DESJEJUM					
COLAÇÃO					
ALMOÇO					
LANCHE DA TARDE					
JANTAR					
C) FESTAS, EVENTOS, COMEMORAÇÕES E ATIVIDADES					
NATAL					
LANCHE ESPECIAL ( Período Parcial )					
LANCHE ESPECIAL ( Período Integral)					
2 - FAMILIARES					
A) PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS EDUCATIVOS ( 01 por adolescente )					
ALMOÇO					
B) FESTIVIDADES ( 02 por adolescente )					
ALMOÇO					
3 - POLICIAIS E FUNCIONÁRIOS					
DESJEJUM					
ALMOÇO					
LANCHE DA TARDE					
JANTAR					

(\*) A frequência de fornecimento refere-se ao período de 16 meses

DR 03 - LOTE 2 - PLANILHA D

PLANILHA DE QUANTITATIVOS ESTIMADOS DE REFEIÇÕES E SERVIÇOS COMPLEMENTARES E FREQUÊNCIA DE FORNECIMENTO

CASA ATIBAIA

REFEIÇÕES / SERVIÇOS	Nº DE COMENSAS PREVISTOS	MÉDIA DIÁRIA ESTIMADA DE REFEIÇÕES	FREQUÊNCIA	QUANTITATIVO ESTIMADO DE REFEIÇÕES	
				MENSAL	15 MESES
<b>1 - ADOLESCENTES - 66</b>	<b>CASA ATIBAIA</b>				
<b>A) ALIMENTAÇÃO NORMAL - 64</b>					
DESJEJUM	54	54	diário	1.644	24.660
ALMOÇO	54	54	diário	1.644	24.660
LANCHE DA TARDE	54	54	diário	1.644	24.660
JANTAR	54	54	diário	1.644	24.660
<b>B) DIETA ESPECIAL - 2</b>					
DESJEJUM	2	2	diário	61	915
COLAÇÃO	1	1	diário	30	450
ALMOÇO	2	2	diário	61	915
LANCHE DA TARDE	2	2	diário	61	915
JANTAR	2	2	diário	61	915
<b>C) FESTAS, EVENTOS, COMEMORAÇÕES E ATIVIDADES</b>					
NATAL	56	-	* 2 vezes	-	112
LANCHE ESPECIAL ( Período Parcial )	14	-	mensal	14	210
LANCHE ESPECIAL ( Período Integral )	14	-	mensal	14	210
<b>2 - FAMILIARES</b>					
<b>A) PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS EDUCATIVOS ( 01 por adolescente )</b>					
ALMOÇO	14	-	mensal	14	210
<b>B) FESTIVIDADES ( 02 por adolescente )</b>					
ALMOÇO	112	-	* 2 vezes	-	224
<b>3 - POLICIAIS E FUNCIONÁRIOS</b>					
DESJEJUM	1	-	eventual	-	15
ALMOÇO	1	-	eventual	-	15
LANCHE DA TARDE	1	-	eventual	-	15
JANTAR	1	-	eventual	-	15

(\*) A frequência de fornecimento refere-se ao período de 15 meses.

LOTE 3: 338 adolescentes - refeições/dia

DR 03 - LOTE 3 - PLANILHA A

PLANILHA DE QUANTITATIVOS ESTIMADOS DE REFEIÇÕES E SERVIÇOS COMPLEMENTARES E FREQUÊNCIA DE FORNECIMENTO

CASA CARAQUATUBA

REFEIÇÕES / SERVIÇOS	Nº DE COMENSAS PREVISTOS	MÉDIA DIÁRIA ESTIMADA DE REFEIÇÕES	FREQUÊNCIA	QUANTITATIVO ESTIMADO DE REFEIÇÕES	
				MENSAL	15 MESES
<b>1 - ADOLESCENTES - 66</b>	<b>CASA CARAQUATUBA</b>				
<b>A) ALIMENTAÇÃO NORMAL - 64</b>					
DESJEJUM	54	54	diário	1.644	24.660
ALMOÇO	54	54	diário	1.644	24.660
LANCHE DA TARDE	54	54	diário	1.644	24.660
JANTAR	54	54	diário	1.644	24.660
<b>B) DIETA ESPECIAL - 2</b>					
DESJEJUM	2	2	diário	61	915
COLAÇÃO	1	1	diário	30	450
ALMOÇO	2	2	diário	61	915
LANCHE DA TARDE	2	2	diário	61	915
JANTAR	2	2	diário	61	915
<b>C) FESTAS, EVENTOS, COMEMORAÇÕES E ATIVIDADES</b>					
NATAL	56	-	* 2 vezes	-	112
LANCHE ESPECIAL ( Período Parcial )	14	-	mensal	14	210
LANCHE ESPECIAL ( Período Integral )	14	-	mensal	14	210
<b>2 - FAMILIARES</b>					
<b>A) PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS EDUCATIVOS ( 01 por adolescente )</b>					
ALMOÇO	14	-	mensal	14	210
<b>B) FESTIVIDADES ( 02 por adolescente )</b>					
ALMOÇO	112	-	* 2 vezes	-	224
<b>3 - POLICIAIS E FUNCIONÁRIOS</b>					
DESJEJUM	1	-	eventual	-	15
ALMOÇO	1	-	eventual	-	15
LANCHE DA TARDE	1	-	eventual	-	15
JANTAR	1	-	eventual	-	15

(\*) A frequência de fornecimento refere-se ao período de 15 meses.

## PLANILHA DE QUANTITATIVOS ESTIMADOS DE REFEIÇÕES E SERVIÇOS COMPLEMENTARES E FREQUÊNCIA DE FORNECIMENTO

## CASA TAUBATÉ

REFEIÇÕES / SERVIÇOS	Nº DE COMENSAL PREVISTOS	MÉDIA DIÁRIA ESTIMADA DE REFEIÇÕES	FREQUÊNCIA	QUANTITATIVO ESTIMADO DE REFEIÇÕES	
				MENSAL	16 MESES
<b>1 - ADOLESCENTES - 58</b>	<b>CASA TAUBATÉ</b>				
<b>A) ALIMENTAÇÃO NORMAL - 54</b>					
DESJEJUM					
ALMOÇO					
LANCHE DA TARDE					
JANTAR					
<b>B) DIETA ESPECIAL - 2</b>					
DESJEJUM					
COLAÇÃO					
ALMOÇO					
LANCHE DA TARDE					
JANTAR					
<b>C) FESTAS, EVENTOS, COMEMORAÇÕES E ATIVIDADES</b>					
NATAL					
LANCHE ESPECIAL ( Período Parcial )					
LANCHE ESPECIAL ( Período Integral)					
<b>2 - FAMILIARES</b>					
<b>A) PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS EDUCATIVOS ( 01 por adolescente )</b>					
ALMOÇO					
<b>B) FESTIVIDADES ( 02 por adolescente )</b>					
ALMOÇO					
<b>3 - POLICIAIS E FUNCIONÁRIOS</b>					
DESJEJUM					
ALMOÇO					
LANCHE DA TARDE					
JANTAR					

(\*) A frequência de fornecimento refere-se ao período de 16 meses.

## PLANILHA DE QUANTITATIVOS ESTIMADOS DE REFEIÇÕES E SERVIÇOS COMPLEMENTARES E FREQUÊNCIA DE FORNECIMENTO

## CASA JACAREÍ

REFEIÇÕES / SERVIÇOS	Nº DE COMENSAL PREVISTOS	MÉDIA DIÁRIA ESTIMADA DE REFEIÇÕES	FREQUÊNCIA	QUANTITATIVO ESTIMADO DE REFEIÇÕES	
				MENSAL	16 MESES
<b>1 - ADOLESCENTES - 58</b>	<b>CASA JACAREÍ</b>				
<b>A) ALIMENTAÇÃO NORMAL - 54</b>					
DESJEJUM					
ALMOÇO					
LANCHE DA TARDE					
JANTAR					
<b>B) DIETA ESPECIAL - 2</b>					
DESJEJUM					
COLAÇÃO					
ALMOÇO					
LANCHE DA TARDE					
JANTAR					
<b>C) FESTAS, EVENTOS, COMEMORAÇÕES E ATIVIDADES</b>					
NATAL					
LANCHE ESPECIAL ( Período Parcial )					
LANCHE ESPECIAL ( Período Integral)					
<b>2 - FAMILIARES</b>					
<b>A) PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS EDUCATIVOS ( 01 por adolescente )</b>					
ALMOÇO					
<b>B) FESTIVIDADES ( 02 por adolescente )</b>					
ALMOÇO					
<b>3 - POLICIAIS E FUNCIONÁRIOS</b>					
DESJEJUM					
ALMOÇO					
LANCHE DA TARDE					
JANTAR					

(\*) A frequência de fornecimento refere-se ao período de 16 meses.

**PLANILHA DE QUANTITATIVOS ESTIMADOS DE REFEIÇÕES E SERVIÇOS COMPLEMENTARES E FREQUÊNCIA DE FORNECIMENTO**
**CASA LORENA**

REFEIÇÕES / SERVIÇOS	Nº DE COMENSAS PREVISTOS	MÉDIA DIÁRIA ESTIMADA DE REFEIÇÕES	FREQUÊNCIA	QUANTITATIVO ESTIMADO DE REFEIÇÕES	
				MENSAL	16 MESES
<b>1 - ADOLESCENTES - 68</b>	<b>CASA LORENA</b>				
<b>A) ALIMENTAÇÃO NORMAL - 64</b>					
DESJEJUM					
ALMOÇO					
LANCHE DA TARDE					
JANTAR					
<b>B) DIETA ESPECIAL - 2</b>					
DESJEJUM					
COLAÇÃO					
ALMOÇO					
LANCHE DA TARDE					
JANTAR					
<b>C) FESTAS, EVENTOS, COMEMORAÇÕES E ATIVIDADES</b>					
NATAL					
LANCHE ESPECIAL ( Período Parcial )					
LANCHE ESPECIAL ( Período Integral )					
<b>2 - FAMILIARES</b>					
<b>A) PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS EDUCATIVOS ( 01 por adolescente )</b>					
ALMOÇO					
<b>B) FESTIVIDADES ( 02 por adolescente )</b>					
ALMOÇO					
<b>3 - POLICIAIS E FUNCIONÁRIOS</b>					
DESJEJUM					
ALMOÇO					
LANCHE DA TARDE					
JANTAR					

(\*) A frequência de fornecimento refere-se ao período de 16 meses.

**PLANILHA DE QUANTITATIVOS ESTIMADOS DE REFEIÇÕES E SERVIÇOS COMPLEMENTARES E FREQUÊNCIA DE FORNECIMENTO**
**CASA% TAMOIOS, SERRA DA MANTIQUEIRA E SEMILIBERDADE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**

REFEIÇÕES / SERVIÇOS	Nº DE COMENSAS PREVISTOS			MÉDIA DIÁRIA ESTIMADA DE REFEIÇÕES	FREQUÊNCIA	QUANTITATIVO ESTIMADO DE REFEIÇÕES	
	CASA TAMOIOS	CASA SERRA DA MANTIQUEIRA	CASA DE SEMILIBERDADE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS			MENSAL	16 MESES
<b>1 - ADOLESCENTES - 114</b>							
<b>A) ALIMENTAÇÃO NORMAL - 108</b>							
DESJEJUM							
ALMOÇO							
LANCHE DA TARDE							
JANTAR							
<b>B) DIETA ESPECIAL - 6</b>							
DESJEJUM							
COLAÇÃO							
ALMOÇO							
LANCHE DA TARDE							
JANTAR							
<b>C) FESTAS, EVENTOS, COMEMORAÇÕES E ATIVIDADES</b>							
NATAL							
LANCHE ESPECIAL ( Período Parcial )							
LANCHE ESPECIAL ( Período Integral )							
<b>2 - FAMILIARES</b>							
<b>A) PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS EDUCATIVOS ( 01 por adolescente )</b>							
ALMOÇO							
<b>B) FESTIVIDADES ( 02 por adolescente )</b>							
ALMOÇO							
<b>3 - POLICIAIS E FUNCIONÁRIOS</b>							
DESJEJUM							
ALMOÇO							
LANCHE DA TARDE							
JANTAR							

(\*) A frequência de fornecimento refere-se ao período de 16 meses.

**LOTE 04: 278 adolescentes - refeições/dia**

PLANILHA DE QUANTITATIVOS ESTIMADOS DE REFEIÇÕES E SERVIÇOS COMPLEMENTARES E FREQUÊNCIA DE FORNECIMENTO  
CASA's JACARANDÁ, NOVO TEMPO, TAPAJÓS, MANACÁ DA SERRA E SEMILIBERDADE JUNDIAÍ

REFEIÇÕES / SERVIÇOS	Nº DE COMENSAS PREVISTOS					MÉDIA DIÁRIA ESTIMADA DE REFEIÇÕES	FREQUÊNCIA	QUANTITATIVO ESTIMADO DE REFEIÇÕES	
	CAIP JACARANDÁ	CASA NOVO TEMPO	CASA TAPAJÓS	CASA MANACÁ DA SERRA	CASA SEMI JUNDIAÍ			MENTAL	16 MESES
<b>1 - ADOLESCENTES - 278</b>									
<b>A) ALIMENTAÇÃO NORMAL - 268</b>									
DESJEJUM	72	54	86	38	18	268	diário	8.158	122.370
ALMOÇO	72	54	86	38	18	268	diário	8.158	122.370
LANCHE DA TARDE	72	54	86	38	18	268	diário	8.158	122.370
JANTAR	72	54	86	38	18	268	diário	8.158	122.370
<b>B) DIETA ESPECIAL - 10</b>									
DESJEJUM	2	2	2	2	2	10	diário	304	4.860
COLAÇÃO	1	1	1	1	1	5	diário	152	2.280
ALMOÇO	2	2	2	2	2	10	diário	304	4.860
LANCHE DA TARDE	2	2	2	2	2	10	diário	304	4.860
JANTAR	2	2	2	2	2	10	diário	304	4.860
<b>C) FESTAS, EVENTOS, COMEMORAÇÕES E ATIVIDADES</b>									
NATAL	74	56	88	40	0	-	* 2 vezes	-	516
LANCHE ESPECIAL (Período Parcial)	19	14	22	10	5	-	mensal	70	1.050
LANCHE ESPECIAL (Período Integral)	19	14	22	10	5	-	mensal	70	1.050
<b>2 - FAMILIARES</b>									
<b>A) PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS EDUCATIVOS (01 por adolescente)</b>									
ALMOÇO	0	14	22	10	0	-	mensal	46	690
<b>B) FESTIVIDADES (por adolescente)</b>									
ALMOÇO	0	112	176	80	0	-	* 2 vezes	-	736
<b>3 - POLICIAIS E FUNCIONÁRIOS</b>									
DESJEJUM	1	1	1	1	0	-	eventual	-	60
ALMOÇO	1	1	1	1	0	-	eventual	-	60
LANCHE DA TARDE	1	1	1	1	0	-	eventual	-	60
JANTAR	1	1	1	1	0	-	eventual	-	60

(\*) A frequência de fornecimento refere-se ao período de 16 meses.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 26.384.737,88

8.1. A estimativa do valor da contratação para esse momento de estudo preliminar, será utilizado como referência o Estudo Técnico de Serviços Terceirizados (CADTERC) – Prestação de Serviços de Nutrição e Alimentação aos Adolescentes, sob Tutela do Estado atendidos pela Fundação CASA – SP Volume 06 – junho /2024 – Secretaria de Gestão e Governo Digital - o qual perfaz o valor de R\$ 27.113.726,38 (vinte e sete milhões, cento e treze, setecentos e vinte e seis reais e trinta e oito centavos.) para a DR 03, pelo período de 15 (quinze) meses, conforme demonstrado abaixo:

REGIONAL - DR 03	CASA	Valor Total 15 (quinze) meses
DR 03		
LOTE 01	CASA Limeira	R\$ 7.220.729,13
	CASA Morro azul	
	CASA Rio Piracicaba	
	CASA Mogi Mirim	

	CASA Laranjeiras	
LOTE 02	CASA Campinas	R\$ 5.340.755,84
	CASA Maestro Carlos Gomes	
	CASA Andorinhas	
	CASA Atibaia	
LOTE 03	CASA Jacareí	R\$ 8.240.026,07
	CASA Lorena	
	CASA Caraguatatuba	
	CASA Tamoios	
	CASA Semiliberdade São José dos Campos	
	CASA Serra da Mantiqueira	
	CASA Taubaté	
LOTE 04	CASA Novo Tempo	R\$ 6.312.215,34
	CASA Tapajós	
	CASA Jacarandá	
	CASA Manacá da Serra	
	CASA Semiliberdade Jundiaí	

8.2. Considerando as especificidades dos serviços objeto da contratação, optou-se pela adoção dos preços referenciais constantes no Estudo Técnico de Serviços Terceirizados (CADTERC) – Prestação de Serviços de Nutrição e Alimentação aos Adolescentes sob Tutela do Estado, atendidos pela Fundação CASA – SP, Volume 06 – junho/2024, publicado pela Secretaria de Gestão e Governo Digital.

8.2.1. Embora a data-base do referido estudo ultrapasse o limite temporal previsto no art. 3º, inciso III, do Decreto Estadual nº 67.888/2023 — que estabelece um intervalo máximo de 6 (seis) meses anteriores à data de divulgação do edital —, os valores indicados mantêm-se compatíveis com os preços atualmente praticados nas contratações da Fundação CASA. Isso se confirma pelas variações mínimas observadas nos valores das principais refeições, conforme exemplos demonstrados a seguir:





9.2.4. Diante desse cenário, tornou-se imperativa a adoção de uma nova lógica territorial, baseada em agrupamentos mais eficientes e funcionalmente integrados. Isso resultou na criação de novas Divisões Regionais e na reconfiguração das já existentes, com o intuito de proporcionar maior coerência entre a gestão administrativa e a realidade operacional das unidades.

9.3. Elaboração Centralizada dos Artefatos

Até então, os responsáveis pela elaboração de DFD, ETP e Matriz de Risco, eram os servidores administrativos das Regionais, e os serviços eram licitados tendo como limite da área de abrangência, o mesmo limite de atuação das Divisões Regionais.

Com a metodologia atual, a elaboração dos artefatos técnicos: Documento de Formalização de Demanda, Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e Matriz de Risco, será realizada de forma centralizada e composta por representantes das seguintes áreas:

- Área Técnica Temática: responsável por amparar tecnicamente a contratação com base em normas e estudos, diagnósticos de alternativas e propostas de melhorias;
- Área de Suprimentos: subsidiando a área técnica na construção dos documentos instrumentais (DFD, ETP, TR), conforme a Lei nº 14.133/21, e promovendo a “tradução” das necessidades em termos técnicos de contratação;
- Gabinete da Presidência: colaborando na formulação estratégica das contratações, definição de prazos e prioridades;
- Representantes das Regionais: encarregados de levantar demandas específicas de suas áreas, identificar riscos e vulnerabilidades, e contribuir com sugestões para aprimorar as futuras contratações.

Esse formato garante maior aderência às diretrizes legais, homogeneidade dos documentos e alinhamento estratégico institucional.

9.4. Estrutura da Fundação CASA:

<b>Divisão Regional Metropolitana Capital - DRCAP</b>	<b>Divisão Regional Litoral e Metropolitana - DR2</b>	<b>Divisão Regional Campinas e Vale do Paraíba - DR3</b>	<b>Divisão Regional Interior - DR4</b>
Rua Coronel Mursa, 270 - Brás - São Paulo/SP - CEP 03043-050	Av. Antônio Piranga, nº 1500, Centro, Diadema /SP, CEP: 09911-160	Avenida Brasil, nº 2340, Jardim Chapadão, Campinas/SP, CEP 13070-178	Praça das Monções, nº 673 - Centro - Iaras/SP, CEP: 18775-021



9.4.1. Com esta nova proposta pretende-se tornar a logística da prestação de serviços e da gestão de materiais, mais eficiente e sustentável, inclusive facilitando para as empresas fornecedoras, a contratação de mão-de-obra local e o rápido manejo de pessoal, em caso de alguma emergência.

9.4.2. Estas centralidades administrativas também otimizarão os custos indiretos das empresas (área administrativa, deslocamento de supervisor, almoxarifado, etc.), pela proximidade dos pontos atendidos, e consequentemente a redução do valor do contrato.

## **9.5. Concentração das Contratações**

9.5.1. Com a consolidação do novo modelo, opta-se pela concentração das contratações, aglutinadas por temática, sob um único processo licitatório, garantindo ganho de escala, maior controle contratual e uniformidade nas condições de prestação dos serviços. Essa medida também facilita a fiscalização e padronização dos indicadores de desempenho da empresa contratada.

9.5.2. Entretanto, referida metodologia admite o parcelamento do objeto de forma menos capilarizada, da seguinte forma:

- abertura de 01 licitação dividida em grupos/lotos independentes, dentro de cada Divisão Regional, conforme a Análise de Risco x Viabilidade Econômica, organizados por localidades mais próximas;

9.5.3. Em que pese o parcelamento ser regra, insta destacar que o objeto em questão não é considerado como divisível por item. Desta forma, a adjudicação da licitação deverá ser feita por preço global de cada grupo/ lote.

Pelas razões acima declinadas, entende-se que o parcelamento da contratação para fins de aplicação de cotas de participação exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte prejudicaria o gerenciamento dos serviços terceirizados e a economia de escala almejada, não sendo, portanto, vantajoso para a administração pública, hipótese que resultaria em prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

10.1 Não há a contratação correlata com os serviços objeto do presente estudo técnico preliminar.

10.2. Não há a contratação com relação de interdependência com os serviços objeto do presente estudo técnico preliminar.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

11.1. A alteração na metodologia na aglutinação das unidades a serem atendidas, com uma diferente formação do objeto das contratações em relação à modelagem atual, faz com que não seja possível identificar itens previstos no Plano de Contratações Anual em execução no exercício de 2025.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

12.1. O benefício direto dos serviços a serem contratados é a oferta de alimentação adequada e balanceada aos adolescentes custodiados pelo Estado, pelo menor preço possível, assegurando os critérios de sustentabilidade oriundos de seu tripé (financeira – ambiental – social), valorizando o fornecedor local e garantindo eficiência no uso do recurso público.

### **12.2. Resultados quanto ao aproveitamento de Recursos Humanos.**

Caso não promovesse a contratação, a Fundação CASA/SP deveria ter em seu quadro funcional servidores para essa atividade, utilizando de sua força de trabalho em atividades que não são finalísticas da instituição.

### **12.3. Resultados quanto ao uso de Materiais e Recursos Financeiros**

A contratação da solução como um todo transfere à contratada o gerenciamento da mão de obra e dos equipamentos, evitando o estoque de materiais em almoxarifados na instituição. A contratação da mão-de-obra e do material em soluções separadas poderiam gerar um descompasso na prestação do serviço e fornecimento de equipamentos, o que impediria atingir o objetivo da contratação, gerando o gasto não racional de recurso público.

## **13. Providências a serem Adotadas**

13.1. A empresa deverá realizar vistoria no local de execução dos serviços para pleno conhecimento das condições e peculiaridades da prestação dos serviços. Caso opte pela não realização da vistoria, deverá prestar declaração formal de seu representante legal ou responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

13.2. Será necessário promover a designação de servidores para atuarem nas atividades de fiscalização administrativa, técnica e setorial do contrato, bem como o responsável pela sua gestão, sendo importante que lhes seja dado prévio conhecimento dos instrumentos de planejamento da contratação, do edital e do contrato administrativo, bem como, eventualmente, promover a sua capacitação para o desempenho dessas funções.

## **14. Possíveis Impactos Ambientais**

14.1. Eventuais impactos ambientais ocasionados, são devidamente mitigados com o estímulo de práticas sustentáveis na administração pública, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CADTERC, elencadas no item 4.4. deste estudo técnico preliminar.

## **15. Declaração de Viabilidade**

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

## 15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. DECLARAMOS A VIABILIDADE do procedimento de contratação a partir de empresa especializada em disponibilização de mão de obra com dedicação exclusiva e com materiais e equipamentos inclusos nos preços da solução, embasada na legislação vigente, Convenção Coletiva de Trabalho.

15.2. Vale ressaltar que a presente declaração de viabilidade conjuga a aplicação dos princípios da razoabilidade, economicidade, eficácia e eficiência.

15.3. Pelo constatado nos estudos preliminares considera-se que a contratação é viável em termos de disponibilidade, competitividade de mercado e forma de contratação, não se observando óbices ao seu prosseguimento.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**CLAUDIA PASQUINI DE ALMEIDA FRANCO DE GODOY**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 26/01/2026 às 11:25:40.*

**THIAGO HENRIQUE PERAZZO**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 26/01/2026 às 11:33:45.*

## ANEXO II

### MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

#### FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA-SP

Processo Administrativo SEI nº.....

Pregão Eletrônico nº.....

Contrato \_\_\_\_ nº.....

Código Único: nº.....

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../....., CELEBRADO  
ENTRE A FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO  
SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE – FUNDAÇÃO CASA  
....., POR INTERMÉDIO DO(A)

E

**A FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA-SP**, instituída pela Lei n.º 185, de 12 de dezembro de 1973, com respectivas alterações, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o n.º 44.480.283/0001-91, sediada na Rua Florêncio de Abreu, n.º 848 – Luz - São Paulo - Capital, neste ato representada por sua Presidente, Ana Claudia Carletto, nos termos do Decreto de 03-05-2024, publicado no DOE de 06-05-2024 e por Magda de Oliveira Vieira, Diretor Administrativo, nomeada nos termos da Portaria Administrativa n.º 764/2025, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado), inscrito(a) no CPF sob o nº....., conforme atos constitutivos da fornecedora OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em

observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

## **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços contínuos de nutrição e alimentação aos adolescentes sob a tutela do Estado atendidos pela Fundação CASA, na área de abrangência da Divisão Regional Campinas e Vale do Paraíba – DR 3, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. O Edital da Licitação;

1.2.3. A Proposta do contratado; e

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3. O regime de execução deste contrato é o de empreitada por preço unitário.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 15 (quinze) meses, contados da data estabelecida para início dos serviços, prorrogável por até 10 anos, a critério do Contratante, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O Contratado poderá se opor à prorrogação de que trata o subitem acima, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pelo Contratante em até 90 (noventa) dias antes do vencimento do contrato ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.

2.1.2. Dentre outras exigências, a prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração e em harmonia com os preços do mercado, conforme pesquisa a ser realizada à época do aditamento pretendido, permitida a negociação com o Contratado, observando-se, ainda, os seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.1.3. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, e não poderá pleitear qualquer espécie de indenização em razão da não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência do Contratante.

2.1.4. Eventuais prorrogações de contrato serão formalizadas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as condições prescritas na Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, custos não renováveis já pagos ou amortizados no âmbito da contratação, quando houver, deverão ser eliminados como condição para a prorrogação.

2.1.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.1.7. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condições resolutivas consubstanciadas:

I - na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas, acarretando a extinção do contrato a partir de sua ocorrência; ou

II - na ausência de vantagem para o Contratante na manutenção do contrato, desde que o Contratante comunique ao Contratado a opção pela extinção do contrato com ao menos 2 (dois) meses de antecedência em relação à próxima data de aniversário do contrato, acarretando a extinção do contrato a partir da referida data de aniversário contratual.

2.1.8. Ocorrendo a resolução do contrato, com base em uma das condições resolutivas estipuladas no item anterior desta cláusula, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

### **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não é admitida a cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual, mas é permitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

4.1.1 Poderá(ão) ser subcontratado(s) o(s) serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos e instalações disponibilizadas para a execução do objeto e o transporte das refeições,

4.1.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder direta e solidariamente perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.1.3. A subcontratação será formalizada de acordo com o seguinte procedimento:



4.1.3.1. Submissão, pelo Contratado, de pedido por escrito e fundamentado de subcontratação parcial, contendo descrição da parcela do objeto que se pretende subcontratar, acompanhado de planilha detalhada demonstrando a quantidade e o valor da parcela a ser subcontratada;

4.1.3.2. Autorização prévia do Contratante, por escrito, para a subcontratação parcial, desde que seja verificado o cumprimento dos requisitos necessários para a subcontratação;

4.1.3.3. Apresentação pelo Contratado dos documentos do subcontratado de regularidade jurídica, fiscal, social e trabalhista exigidos na habilitação do certame, bem como de documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, nos termos do art. 122, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.3.4. Análise e autorização da subcontratação parcial pelo Contratante, por escrito, desde que verificado o preenchimento dos requisitos após exame da documentação do subcontratado apresentada pelo Contratado. O Contratado poderá substituir o subcontratado cuja regularidade e capacidade técnica não sejam demonstradas conforme a documentação exigida no subitem anterior, mantido o mesmo objeto, no prazo que lhe for assinalado pelo Contratante;

4.1.3.5. Apresentação pelo Contratado de cópia do Termo de Subcontratação ou ajuste equivalente celebrado entre o Contratado e o subcontratado, o qual será juntado aos autos do processo administrativo;

4.1.3.6. Este procedimento é aplicável às hipóteses de substituição do subcontratado.

4.1.4. Os pagamentos serão realizados exclusivamente ao Contratado.

4.1.5. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

## CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ ..... (....) para o lote ....., mediante os valores unitários constantes da proposta do contratado, apresentada no certame licitatório e que faz parte integrante do presente Termo de Contrato.

5.1.1. O valor indicado nesta cláusula é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente demandados, medidos e fornecidos.

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

## **CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS (art. 92, V e X)**

7.1. Os preços inicialmente ajustados poderão ser repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de 1 (um) ano, mediante solicitação do contratado.

7.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

a) Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção coletiva ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

b) Para os demais custos, decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra): a partir da data da apresentação da proposta.

7.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.3.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que apostilada.

7.4. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços. (art. 135, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

7.5. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias. (art. 135, § 5º, da Lei n.º 14.133, de 2021)

7.6. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.7. Na repactuação, o contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade. (art. 135, §§ 1º e 2º, da Lei n.º 14.133, de 2021)

7.8. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a demonstração analítica da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção coletiva ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato que fundamenta a repactuação.

7.8.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho visa a repassar integralmente a variação de custos da mão

de obra decorrente desses instrumentos.

7.9. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos demais custos, decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra), a respectiva variação será apurada mediante a aplicação do índice de reajustamento IPC FIPE - Índice de Preço ao Consumidor, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, observando a data de referência e o interregno mínimo definidos nesta cláusula, com base na seguinte fórmula:

**$R = V (I - I^0) / I^0$ , onde:**

**R** = Valor do reajustamento procurado;

**V** = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra) a ser reajustada;

**I<sup>0</sup>** = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta ou à data do último reajustamento aplicado;

**I** = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.9.1. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.9.2. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra) será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.9.3. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.9.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra), por meio de termo aditivo.

7.10. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra), o contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.11. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.12. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.13. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.14. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.15. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção coletiva ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao contratante ou ao contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.16. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

7.17. O contratante decidirá sobre o pedido de repactuação em até 1 (um) mês, contado a partir da data em que for apresentada, pelo contratado, solicitação acompanhada de documentação contendo demonstração analítica da variação dos custos a serem repactuados. (art. 92, § 6º, c/c o art. 135, § 6º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.17.1. O prazo referido no subitem anterior não se iniciará enquanto o contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo contratante para a comprovação da variação dos custos.

7.18. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

7.19. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.20. Se ocorrer repactuação para valor maior, o contratado deverá complementar a garantia contratual que tenha sido anteriormente prestada, caso exigida neste instrumento, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

7.21. Caso ocorra majoração da tarifa de transporte público, será facultada a revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços que constitui parte integrante do presente Contrato, desde que comprovada pelo contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados. Caso sejam preenchidos os requisitos legais, a revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por termo aditivo a este Contrato.

## CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

### 8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;



8.1.8. Não praticar atos de intervenção indevida na gestão interna do Contratado, tais como (art. 48 da Lei n.º 14.133, de 2021):

I) indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

II) fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo Contratado;

III) estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do Contratado;

IV) definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

V) demandar a funcionário do Contratado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;

VI) Realizar outras exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do Contratado.

8.1.9. Cientificar a Assessoria Jurídica da Fundação CASA-SP para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de 1 (um) mês para decisão, a contar da conclusão da instrução

do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 2 (dois) meses, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.1.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, se o caso estiver enquadrado na situação disciplinada pelo art. 93, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.14. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a

terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

## **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Designar e manter preposto aceito pelo Contratante para representar o Contratado na execução do contrato.

9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade.

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.3. Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante, de agente público que desempenhe(ou) função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, ou em documentação apresentada pelo Contratado para cumprimento da disciplina da fiscalização administrativa do Termo de Referência, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do artigo 121 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços.

9.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto.

9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.16. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas (art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021);

9.1.18. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere o item anterior, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.21. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.1.22. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.1.23. Garantir o acesso do contratante, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;

9.1.24. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los

eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.1.25. Prestar os serviços conforme os parâmetros e rotinas estabelecidos, utilizando todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, e normas da legislação;

9.1.26. Disponibilizar ao contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

9.1.27. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

9.1.28. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;

9.1.29. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o Contratado deverá apresentar justificativa, a fim de que o Contratante analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

9.1.30. Autorizar o Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como a fazer o desconto das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;

9.1.31. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

9.1.32. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos profissionais alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no Termo de Referência;

9.1.33. Instruir seus profissionais quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.1.34. Instruir seus profissionais a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer eventual ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.1.35. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

9.1.35.1. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, quando disponível, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.1.35.2. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados que necessitem dessa providência para acesso às informações de seu interesse, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da



prestação dos serviços ou da admissão do empregado, admitindo-se que essa providência seja substituída por outro meio comprovadamente eficaz de acesso a essas informações;

9.1.36. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

9.1.37. Não se beneficiar do regime tributário do Simples Nacional em caso de enquadramento em uma das vedações da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

9.1.37.1. Quando for o caso, se caracterizado enquadramento em uma das vedações da Lei Complementar nº 123, de 2006, o Contratado deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do artigo 30, caput, inciso II, e § 1º, inciso II, do mesmo diploma legal, apresentando ao Contratante a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo;

9.1.38. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo ser exigida do Contratado, inclusive, a capacitação dos técnicos do Contratante ou do novo fornecedor que continuará a execução dos serviços;

9.1.39. Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.

9.1.39.1. Considerando que o objeto da contratação envolve a elaboração de projeto

relativo a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão de todos os direitos patrimoniais a que se refere o subitem anterior inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra, nos termos do § 1º do art. 93 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. Em atendimento à Lei nº 12.846, de 2013, e ao Decreto estadual nº 69.588, de 2025, o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas neste subitem poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025.

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira,

trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133, de 2021

**9.4. estar ciente das normas e diretrizes do Plano Estadual de Promoção da Integridade, bem como das disposições legais e infralegais aplicáveis, notadamente o Decreto Estadual nº 67.683/2023, manifestando, desde já, sua concordância com a observância dessas normas no exercício das atividades contratadas, no limite de suas atribuições.**

**9.5. atuar em conformidade com as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira e estadual, especialmente a Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), a Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), e o Decreto Estadual nº 67.683/2023, assumindo que tal cumprimento decorre de imposição legal, não podendo, em nenhuma hipótese, alegar desconhecimento quanto a essas normas;**

**9.5.1. O disposto no item anterior não implica vínculo institucional ou subordinação entre as partes, tratando-se apenas da observância ao ordenamento jurídico vigente, cuja inobservância poderá ensejar responsabilização nos termos da legislação aplicável.**

**9.6. observância, durante toda a vigência contratual, de conduta ética e de elevados padrões de profissionalismo na execução do objeto contratual, em alinhamento com as boas práticas reconhecidas no setor.**

**9.7. É facultada ao Contratante a oferta de treinamentos e ações informativas voltadas a temas como integridade, legislação anticorrupção, Lei de Improbidade Administrativa, Plano Estadual de Promoção da Integridade, Código de Ética e Conduta do Contratante, dentre outros assuntos correlatos, cuja participação do Contratado será de natureza voluntária e não implicará qualquer vínculo funcional ou institucional entre as partes.**

**9.7.1. embora a participação seja facultativa, o Contratado e seus representantes não poderão alegar ignorância quanto às normas, códigos de conduta e demais diretrizes adotadas pelo Contratante, cuja ciência se presume a partir da assinatura deste instrumento.**

**9.8. o Contratado poderá, a seu critério e conveniência, apresentar documentos relacionados ao treinamento de seus empregados. No entanto, é obrigatória a apresentação de todos os documentos exigidos pela legislação vigente, especialmente aqueles relacionados ao cumprimento de obrigações legais aplicáveis à execução contratual, tais como normas de integridade, compliance, proteção de dados pessoais, descarte de resíduos sólidos, além das obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias.**

**9.9. ter ciência quanto à necessidade de observar, no exercício de suas atividades contratuais, a legislação e regulamentação aplicáveis, sem que isso configure qualquer subordinação ou vínculo com o Contratante, mantendo sua plena autonomia jurídica e operacional.**

## **CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

11.1. A contratação conta com garantia de execução prestada pelo Contratado, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade XXXXXX, no valor de R\$ \_\_\_\_\_, correspondente a 10% (dez por cento) do valor anual do contrato, observando-se para a definição e aplicação desse percentual, quando o caso, o disposto no parágrafo único do artigo 98 do referido diploma legal, limitada ao equivalente a 2 (dois) meses do custo da folha de pagamento dos empregados do Contratado que venham a participar da execução dos serviços contratados.

11.2. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger o período de vigência contratual.

11.3. Caso seja feita opção pela modalidade de seguro-garantia:

11.3.1. A apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.3.2. O prazo de vigência da apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora, observando-se, quando for o caso, o disposto no § 2º do artigo 96 e no parágrafo único do artigo 97 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.3.3. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, nas condições estabelecidas pelo parágrafo único do artigo 97, c/c o § 2º do artigo 96 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.4. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.5. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

11.5.1. prejuízos advindos do inadimplemento total ou parcial do objeto do contrato;

11.5.2. multas moratórias e compensatórias aplicadas pelo Contratante ao Contratado; e

11.5.3. obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS relacionadas à contratação não adimplidas pelo Contratado, quando couber.

11.6. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as seguintes:

11.6.1. Caso fortuito ou força maior;

11.6.2. Descumprimento das obrigações pelo Contratado decorrentes de atos ou fatos imputáveis exclusivamente ao Contratante;

11.6.3. Hipóteses de isenção de responsabilidade decorrentes de exigência legal ou regulamentar.

11.7. No caso de alteração do valor do contrato ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada seguindo os mesmos parâmetros.

11.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente para o pagamento de qualquer obrigação, o Contratado deverá efetuar a respectiva reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificado pelo Contratante para fazê-lo.

11.9. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.9.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.9.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

11.10. A garantia deve assegurar a cobertura de todos os eventos ocorridos durante a sua validade, ainda que a notificação quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§ 4º do artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021) ou a comunicação do sinistro pelo Contratante ocorra após expirada a vigência da contratação ou a validade da garantia.

11.11. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta-fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

11.12. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.13. A garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas trabalhistas, sociais, previdenciárias e para com o FGTS, inclusive verbas rescisórias

decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria.

11.14. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, o Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade do Contratado sem extinção de seus contratos de trabalho.

11.15. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.

11.16. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

11.17. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao



funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) Advertência, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) Impedimento de licitar e contratar, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” do referido subitem, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) Multa: Calculada em conformidade com a Portaria Normativa nº 509/2025, que integra este instrumento.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório,

a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3.1. Se a operação societária de que trata este subitem implicar mudança em

pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da Lei nº 14.133, de 2021, conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.4. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.5. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

14.6. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

15.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

15.1.1. Gestão/Unidade: SEC. DA JUSTIÇA E CIDADANIA/FUNDAÇÃO CASA - SEDE ADMINISTRAÇÃO - 990202;

15.1.2. Fonte de Recursos: 1.500.1.0.001;

15.1.3. Programa de Trabalho: 14.243.1729.5907.0000;

15.1.4. Elemento de Despesa: 3.3.90.39.72.

15.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

16.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, § 2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 22 do Decreto estadual nº 68.155, de 2023.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)**

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 01 (uma) via, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

Ana Claudia Carletto  
Presidente

Magda de Oliveira Vieira  
Diretor Administrativo

Representante(s) legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

**TESTEMUNHAS:**

1- .....

2- .....



## ANEXO II.1

### TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E DE NÃO DIVULGAÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

*(Para os empregados da contratada diretamente envolvidos na execução contratual)*

Eu, **[NOME COMPLETO DO EMPREGADO]**, portador(a) do CPF nº **[CPF]** e do RG nº **[RG]**, empregado(a) da empresa **[NOME DA EMPRESA CONTRATADA]**, declaro, para os devidos fins, que:

1. Estou ciente de que, em razão da minha atuação direta na execução do contrato firmado entre minha empregadora e a FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA-SP, poderei ter acesso a informações, documentos, dados e sistemas considerados **sigilosos e protegidos por legislação específica**, inclusive pela **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018)**;
2. Comprometo-me a **manter o mais absoluto sigilo e confidencialidade** sobre todas as informações que me forem confiadas ou às quais eu tiver acesso, direta ou indiretamente, durante e após a vigência do contrato;
3. Declaro ciência de que o uso indevido, a divulgação, o compartilhamento não autorizados ou qualquer outra forma de tratamento inadequado das informações poderá acarretar responsabilidade civil, administrativa e/ou penal;
4. Concorde em cumprir todas as normas de segurança da informação vigentes na FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA-SP, bem como demais diretrizes fornecidas;
5. Estou ciente de que este Termo poderá ser complementado por outros instrumentos de controle e responsabilidade a serem fornecidos pela CONTRATANTE.

E, por estar de acordo, firmo o presente Termo.

**[CIDADE-UF], \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.**

\_\_\_\_\_  
[Nome do Empregado]



**Governo do Estado de São Paulo**  
**Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente**  
**Expediente do Gabinete**

**PORTARIA NORMATIVA Nº 509/2025**

Dispõe sobre normas internas relativas à apuração e à aplicação de sanções administrativas em licitações e contratos no âmbito da Fundação CASA-SP.

A PRESIDENTE da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente - Fundação CASA-SP, no uso de sua competência, e

Considerando o disposto nos arts. 156 a 159 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e no art. 45 da Portaria Normativa nº 508/2025, que exigem regulamentação interna para disciplinar os procedimentos de apuração e aplicação de sanções administrativas em licitações e contratos administrativos,

**RESOLVE:**

**CAPÍTULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** Esta Portaria Normativa dispõe sobre as normas internas para a apuração e aplicação de sanções administrativas em licitações e contratos administrativos, no âmbito da Fundação CASA-SP.

**Art. 2º** Para os fins desta Portaria, consideram-se:

- I - Agente de contratação: pessoa designada pela autoridade competente, dentre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame, até a homologação;
- II - Autoridade Competente:
  - a) À Presidência da Fundação CASA-SP compete julgar recursos interpostos contra sanções administrativas diversas;
  - b) À Chefia de Gabinete compete julgar recursos interpostos contra advertências e multas cujo valor seja igual ou inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).
- III - Contratada: pessoa física ou jurídica, ou consórcio de pessoas jurídicas, signatária de contrato com a Administração;
- IV - Fiscalização: servidor(es) responsável(eis) pelo acompanhamento e avaliação da execução do objeto do contrato;
- V - Gestor: servidor designado pela autoridade competente para acompanhar e

supervisionar as atividades do(s) fiscal(is);

- VI - Infração: ação ou omissão que viole norma legal e/ou de natureza administrativa, podendo ou não causar prejuízos à entidade;
- VII - Licitante: pessoa física ou jurídica, ou consórcio de pessoas jurídicas, que participe ou manifeste a intenção de participar de processo licitatório, equiparando-se, para os fins da Lei nº 14.133/2021, ao fornecedor ou o prestador de serviços que, em atendimento à solicitação da Administração, apresente proposta;
- VIII - Pregoeiro: servidor(a) responsável pela condução do pregão, desde a fase de publicação do edital até a fase de homologação e adjudicação do objeto;
- IX - Extinção contratual: ruptura da relação contratual estabelecida entre a Administração Pública e a contratada, podendo ser unilateral, por acordo entre as partes ou judicial, nos termos da legislação aplicável;
- X - Sanção: penalidade prevista em lei, edital ou contrato, aplicada pela Administração, com a observância dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, assegurados por meio do devido processo legal;
- XI - Unidade Gestora:
- a) Divisão Regional, em processos relacionados aos seus Centros de Atendimento e unidades vinculadas;
  - b) Diretoria de Gestão Administrativa - DGA, em processos relacionados às demais áreas da Fundação CASA-SP, não vinculadas a uma Divisão Regional ou que compreendam o atendimento a mais de uma Divisão Regional.

## **CAPÍTULO II**

### **DAS IRREGULARIDADES**

**Art. 3º** O licitante ou a contratada serão responsabilizados administrativamente pelas infrações previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a saber:

- I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação, sem motivo justificado;
- VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

- X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de

2013.

**§ 1º** Considera-se não manter a proposta, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento:

- I - Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- II - Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta, quando exigível;
- III - Solicitar desclassificação quando encerrada a etapa competitiva;
- IV - Deixar de apresentar amostras;
- V - Deixar de enviar documentos complementares que comprovem a exequibilidade da proposta.

**§ 2º** Considera-se retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação qualquer ação ou omissão do licitante que atrase a assinatura do contrato.

**§ 3º** Considera-se fraude à licitação, à contratação direta ou à execução do contrato a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a Fundação CASA-SP.

**§ 4º** Consideram-se inidôneos, também, os atos descritos no [Capítulo II-B do Título XI do Código Penal](#).

**Art. 4º** Os licitantes ou contratadas estarão sujeitas às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, a saber:

- I - Advertência;
- II - Multa, nas modalidades compensatória, moratória ou por inexecução total ou parcial, conforme previsto em contrato ou edital;
- III - Impedimento de licitar e contratar com a Administração do Estado de São Paulo por até 3 (três) anos;
- IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, por prazo de 3 (três) a 6 (seis) anos.

**§ 1º** Os contratos poderão prever outras multas específicas, de acordo com as peculiaridades do objeto contratado.

**§ 2º** A aplicação das sanções previstas nesta Portaria não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**§ 3º** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas isoladamente ou em conjunto com as penas de multa, quando cabíveis.

**§ 4º** As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade poderão resultar na extinção imediata do contrato pela unidade que aplicou a penalidade.

**§ 5º** As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade podem não afetar contratos em andamento celebrados com a Fundação CASA-SP antes da aplicação da penalidade, comprometendo apenas os futuros contratos ou renovações contratuais.

**§ 6º** A aplicação das sanções administrativas previstas nesta Portaria, quando apresentada defesa prévia, bem como o julgamento de recursos, será precedida de parecer jurídico emitido pelo Grupo Técnico de Apoio Jurídico - GTAJ.

**§ 7º** O disposto no § 6º não se aplica à sanção de advertência.

**§ 8º** Em qualquer fase do procedimento sancionatório, quando houver dúvida jurídica, poderá ser solicitado auxílio ao GTAJ, por meio de consulta específica que contenha, de forma clara e individualizada, a dúvida jurídica a ser dirimida.

**Art. 5º** A aplicação das sanções observará as seguintes regras:

- I - A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - As peculiaridades do caso concreto;
- III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - Os danos que dela resultarem para a Administração Pública;
- V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**§ 1º** São circunstâncias agravantes da sanção, majorando-a em 1/3 (um terço), até o limite estabelecido por lei:

- I - A existência de registro do licitante ou da contratada no e-Sanções ou na Relação de Apenados, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito desta Fundação CASA-SP, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;
- II - Quando a infração for comprovadamente de natureza dolosa;
- III - Quando a infração resultar da inobservância de determinação ou recomendação formalmente expedida pela Fundação CASA-SP, destinada a prevenir os danos provenientes de sua ocorrência;
- IV - A desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;
- V - Quando restar comprovado que o licitante ou a contratada auferiu injusta vantagem, para si ou para terceiros, em virtude da infração;
- VI - A reincidência.

**§ 2º** Configura-se a reincidência quando o acusado comete nova infração após ter sido sancionado definitivamente por idêntica infração anterior.

**§ 3º** Para efeito de reincidência:

- I - Considera-se a decisão proferida no âmbito da Fundação CASA-SP;
- II - Não prevalece a condenação anterior se, entre a data da publicação da decisão definitiva desta e a do cometimento da nova infração, tiver decorrido período superior a 5 (cinco) anos;
- III - A reincidência será reconhecida ainda que as infrações tenham ocorrido em contratos ou licitações distintos.

**§ 4º** São circunstâncias atenuantes da sanção, reduzindo-a em até 50% (cinquenta por cento) do valor da multa ou do prazo de restrição, uma única vez, após a incidência dos agravantes:

- I - A conduta praticada tenha sido decorrente de falha escusável do licitante ou da contratada, desde que devidamente comprovada;

- II - A apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou a contratada e que não sejam de fácil identificação por estes;
- III - A conduta praticada não tenha ocasionado prejuízos concretos nem exposto a Fundação CASA-SP a riscos de danos irreparáveis ou de difícil reparação;
- IV - O licitante ou a contratada possuam programa de integridade implantado, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;
- V - A adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta praticada.

**Art. 6º** Compete:

- I - Ao agente de contratação ou à Comissão de contratação, propor penalidades por irregularidades em processos licitatórios;
- II - Ao gestor do contrato, propor penalidades por infrações ocorridas durante a execução contratual;
- III - À Comissão de Apuração de Penalidades, designada por ato da autoridade competente, processar os casos de impedimento de licitar e de declaração de inidoneidade;
- IV - À Unidade Gestora, decidir sobre a aplicação das sanções de advertência e de multa;
- V - À Diretoria de Gestão Administrativa, decidir sobre o impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da Administração do Estado de São Paulo;
- VI - À Presidência da Fundação CASA-SP, decidir sobre a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos.

## **Seção I**

### **Dos Procedimentos Gerais Sancionatórios**

**Art. 7º** A aplicação das sanções administrativas previstas nesta Portaria, bem como a extinção do contrato, quando cabível, será precedida do devido procedimento administrativo legal, destinado ao pleno exercício do contraditório e da ampla defesa.

**Art. 8º** A intimação do licitante ou da contratada deverá ser feita mediante comunicação entregue ao interessado por uma das seguintes formas:

- I - Correspondência eletrônica;
- II - Carta registrada, com aviso de recebimento - AR;
- III - Pessoalmente ao representante do interessado, mediante recibo.

**§ 1º** Quando o licitante ou contratada sujeito à sanção não acusar o recebimento do e-mail ou não for encontrado no endereço por ele indicado no processo licitatório ou de contratação, será notificado por publicação no Diário Oficial do Estado - DOE.

**§ 2º** O licitante ou a contratada é responsável por manter atualizado seu endereço completo, e-mail e telefone.

**§ 3º** Será juntado aos autos o comprovante de ciência/recebimento das comunicações realizadas.

**§ 4º** Quando houver prestação de garantia contratual, deverá ser providenciada a

notificação ao seu emitente, na forma do caput, quanto ao início de processo sancionatório para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

**Art. 9º** A intimação inicial deverá conter, entre outros, os seguintes elementos essenciais:

- I - Identificação do licitante ou da contratada e da autoridade que instaurou o procedimento;
- II - Finalidade da intimação;
- III - Descrição dos fatos que caracterizam o descumprimento das obrigações assumidas;
- IV - Possibilidade de caracterização de inexecução contratual e extinção do contrato, se pertinente;
- V - Indicação das sanções administrativas cabíveis, com referência aos respectivos fundamentos normativos;
- VI - Retenção de pagamentos, para compensação com eventuais multas e prejuízos causados à Fundação CASA-SP, se pertinente;
- VII - Previsão expressa da possibilidade de apresentação de defesa prévia nos prazos fixados nesta Portaria;
- VIII - Informação sobre a continuidade do processo independentemente de manifestação;
- IX - Possibilidade de vista dos autos para o exercício do contraditório e da ampla defesa.

**Art. 10.** Os prazos desta Portaria serão aqueles previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, quais sejam:

- I - Nas sanções previstas nos incisos I e II do art. 4º desta Portaria, o licitante ou a contratada poderá apresentar defesa escrita no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da intimação;
- II - Nas sanções previstas nos incisos III e IV do art. 4º desta Portaria:
  - a) o licitante ou a contratada poderá apresentar defesa escrita, indicando as provas que pretende produzir, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da intimação;
  - b) caso seja deferida a produção de novas provas ou determinada a juntada de provas consideradas indispensáveis pela comissão, o licitante ou a contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação.
- III - Nas sanções previstas nos incisos I, II e III do art. 4º desta Portaria:
  - a) caberá interposição de recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da notificação;
  - b) a autoridade que proferiu a decisão recorrida, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso, com sua motivação, à autoridade superior competente, que deverá decidir no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do recebimento dos autos.
- IV - Na sanção prevista no inciso IV do art. 4º desta Portaria:
  - a) caberá apenas pedido de reconsideração, a ser apresentado no prazo de 15

(quinze) dias úteis, contados da intimação;

b) a autoridade competente decidirá no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do recebimento do pedido.

V - Da decisão final que aplicar a sanção prevista no inciso II do art. 4º desta Portaria, o licitante ou a contratada terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para efetuar o recolhimento do valor da multa.

**§ 1º** Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, as provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

**§ 2º** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até a decisão final da autoridade competente.

**§ 3º** Decorrido o prazo para apresentação de recurso ou pedido de reconsideração, sem manifestação do licitante ou da contratada, a decisão será considerada definitiva.

**Art. 11.** Para fins de publicidade, as sanções aplicadas pela Fundação CASA-SP deverão ser incluídas nos pertinentes cadastros de sanções administrativas, em especial:

I - Sistema Eletrônico de Registro de Sanções Administrativas em vigor;

II - Relação de Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

III - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);

IV - Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

**Parágrafo único.** Deverá ser informado e atualizado os dados relativos às sanções aplicadas, para fins de publicidade, em especial no CEIS e no CNEP, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção.

## Seção II

### Da Advertência e das Multas

**Art. 12.** A advertência é aplicável em caso de inexecução parcial da obrigação principal ou de obrigações acessórias de baixa relevância, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**§ 1º** Considera-se de baixa relevância o descumprimento de deveres instrumentais ou formais que não comprometam a execução do objeto contratual, nem causem prejuízos à Instituição.

**§ 2º** Em caso de reincidência, deverá ser aplicada penalidade mais grave.

**Art. 13.** A multa compensatória, destinada a compelir o contratado ao cumprimento de obrigação acessória descumprida, é aplicável quando a infração contratual prejudicar a execução da obrigação principal.

**Art. 14.** A multa compensatória corresponderá a 2% (dois por cento), acrescida na seguinte proporção, conforme perdure o descumprimento:

I - Até o 30º (trigésimo) dia: 0,1% (um décimo por cento) ao dia;

II - A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia: 0,2% (dois décimos por cento) ao dia.

**Parágrafo único.** A multa compensatória será calculada com base no valor contratado dos bens fornecidos ou serviços prestados/realizados no período de medição em que se verificou a infração, e não poderá exceder a 30% (trinta por cento) desse valor.

**Art. 15.** A multa moratória é aplicável quando o contratado, sem motivo justificado previamente, der causa ao descumprimento do prazo de entrega ou execução.



**§ 1º** A contagem dos prazos de entrega ou execução terá início:

- I - A partir da data estabelecida no instrumento contratual;
- II - Da assinatura do contrato, ou retirada/envio da nota de empenho ou documento equivalente, quando não houver data fixada;
- III - A partir da nova data estabelecida quando for concedida a prorrogação de prazo de entrega ou execução.

**§ 2º** O prazo será contado em dias corridos, excluindo-se o dia inicial e incluindo-se o dia do vencimento.

**Art. 16.** Cabe ao contratado solicitar, previamente ao término do prazo, a prorrogação do prazo de entrega ou execução, justificando a impossibilidade de cumprimento da obrigação no prazo inicialmente avençado.

**§ 1º** As justificativas serão apreciadas pelo gestor do contrato, que poderá autorizar a prorrogação do prazo de entrega ou execução.

**§ 2º** Prorrogado o prazo de entrega ou de execução, será automaticamente alterado o prazo limite para o cumprimento da obrigação.

**Art. 17.** Ultrapassado o prazo de entrega ou execução, o gestor poderá:

- I - Aceitar a obrigação em atraso, com aplicação da multa moratória;
- II - Recusar o recebimento, caracterizando-se a inexecução contratual.

**Parágrafo único.** Atrasos superiores a 60 (sessenta) dias configurarão inexecução contratual, salvo justificativa do gestor fundamentando a conveniência da manutenção do contrato.

**Art. 18.** A multa moratória corresponderá a 2% (dois por cento) do valor da obrigação cumprida em atraso, acrescida conforme o tempo de mora:

- I - Até o 30º (trigésimo) dia: 0,2% (dois décimos por cento) ao dia;
- II - A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia: 0,4% (quatro décimos por cento) ao dia.

**§ 1º** A multa não poderá exceder 30% (trinta por cento) da obrigação inadimplida.

**§ 2º** A aplicação da multa moratória não impede sua conversão em multa por inexecução, nem a adoção de outras penalidades previstas nesta Portaria, inclusive a extinção unilateral.

**Art. 19.** A multa por inexecução total ou parcial será de 30% (trinta por cento) do valor da obrigação não cumprida, aplicável quando:

- I - A inadimplência for imputável ao contratado;
- II - A Administração não tiver interesse no recebimento da obrigação em atraso.

**Parágrafo único.** A recusa injustificada em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo fixado, também configura inexecução total e enseja aplicação da multa.

### **Seção III**

#### **Das Sanções Restritivas do Direito de Licitar e Contratar com a Administração**

**Art. 20.** A sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da Administração do Estado de São Paulo, por até 3 (três) anos, é aplicável ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do artigo 3º desta Portaria, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**§ 1º** A duração da sanção será de:

- I - 6 (seis) meses para infração do inciso II;
- II - 12 (doze) meses para infração do inciso III;
- III - 30 (trinta) dias para infração do inciso IV;
- IV - 30 (trinta) dias para infração do inciso V;
- V - 4 (quatro) meses para infração do inciso VI;
- VI - 2 (dois) meses para infração do inciso VII.

**§ 2º** Quando a ação ou omissão do licitante ou da contratada ensejar o enquadramento em concurso de condutas dentre as previstas neste artigo, aplicar-se-á a infração mais grave.

**Art. 21.** A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos é aplicável ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do artigo 3º desta Portaria, bem como àquelas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do referido artigo, que justifique a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no artigo 20.

**Parágrafo único.** A dosimetria do prazo da sanção da declaração de inidoneidade será feita partindo-se da pena base de 5 (cinco) anos, acrescida de 1 (um) ano em caso de circunstância agravante prevista nos incisos III ou V do § 1º do art. 5º desta Portaria, ou diminuída de 1 (um) ano a cada circunstância atenuante prevista no § 4º do art. 5º, observando-se sempre o limite mínimo e máximo de sancionamento previsto no caput.

**Art. 22.** A prescrição para aplicação das sanções de impedimento de licitar ou declaração de inidoneidade ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Fundação CASA-SP, e será:

- I - Interrompida pela instauração do processo de responsabilização;
- II - Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na [Lei nº 12.846/2013](#);
- III - Suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

## **Seção IV**

### **Das Hipóteses de Retenção da Garantia e de Créditos da Contratada**

**Art. 23.** Para fins de verificação quanto à liberação da garantia prestada ou pagamento dos créditos da contratada, a Administração verificará:

- I - Se houve recebimento definitivo dos bens ou serviços e se há registro de descumprimento contratual, com proposta de aplicação de multa;
- II - Quando da extinção de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento das verbas rescisórias pela contratada ou dos documentos que comprovem que a realocação dos empregados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra interrupção do contrato de trabalho.

**Art. 24.** Até que a contratada comprove o disposto no art. 23, a Fundação CASA-SP deverá reter:

I - A garantia contratual, prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela contratada, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação aplicável;

II - Os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento ou à multa proposta, até que a situação seja regularizada ou que o procedimento sancionatório seja concluído.

**Art. 25.** A Fundação CASA-SP poderá ainda:

I - Nos casos de obrigação de pagamento de multa pela contratada, reter a garantia prestada, a ser executada conforme legislação aplicável;

II - Nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, reter eventuais créditos existentes em favor da contratada decorrentes do contrato.

**Parágrafo único.** Se a multa for de valor superior ao da garantia prestada, além da perda desta, a contratada responderá pela diferença, a qual poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, quando cabível, cobrada judicialmente.

### **CAPÍTULO III**

#### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 26.** Os atos previstos como infrações administrativas nesta Portaria ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública, que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos no Decreto Estadual nº 69.588, de 09 de junho de 2025.

**Art. 27.** A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito, para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial.

**§ 1º** Nesses casos, os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração.

**§ 2º** A extensão das sanções também se aplica à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo que possua relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado.

**§ 3º** Em todos os casos, devem ser observados o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**Art. 28.** A reabilitação do licitante ou contratado poderá ser concedida mediante decisão fundamentada da autoridade competente, observados os requisitos do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**Art. 29.** Esta Portaria Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

**Parágrafo único.** As contratações firmadas durante a vigência da Portaria Normativa nº 444/2024 deverão observar, quanto aos procedimentos de sanções administrativas, as disposições previstas no “Regulamento para os Procedimentos de Sanções Administrativas no âmbito da Fundação CASA-SP”, anexo do referido instrumento normativo.

Dê-se ciência.

Publique-se.

São Paulo, na data da assinatura digital.

**Ana Claudia Carletto**

Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Ana Claudia Carletto, Presidente**, em 30/09/2025, às 17:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.sp.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0084229941** e o código CRC **5ACDD995**.

## ANEXO IV

## MODELO PLANILHA DE PROPOSTA

## DR 3 - LOTE 1 - PLANILHA A - CASA LIMEIRA

REFEIÇÕES / SERVIÇOS		Nº DE COMENSAIS PREVISTOS	MÉDIA DIÁRIA ESTIMADA DE REFEIÇÕES	FREQUÊNCIA	QUANTITATIVO ESTIMADO DE REFEIÇÕES		Valor Unitário R\$	Valor Mensal R\$	Valor Total 15 meses R\$
1 -	ADOLESCENTES - 56	CASA LIMEIRA			MENSAL	15 MESES			
	A) ALIMENTAÇÃO NORMAL - 54								
	DESJEJUM	54	54	diário	1.644	24.660			
	ALMOÇO	54	54	diário	1.644	24.660			
	LANCHE DA TARDE	54	54	diário	1.644	24.660			
	JANTAR	54	54	diário	1.644	24.660			
	B) DIETA ESPECIAL - 02								
	DESJEJUM	2	2	diário	61	915			
	COLAÇÃO	1	1	diário	30	450			
	ALMOÇO	2	2	diário	61	915			
	LANCHE DA TARDE	2	2	diário	61	915			
	JANTAR	2	2	diário	61	915			
	C) FESTAS, EVENTOS, COMEMORAÇÕES E ATIVIDADES								
	NATAL	56	-	* 2 vezes	-	112		-	
	LANCHE ESPECIAL ( Período Parcial )	14	-	mensal	14	210			
	LANCHE ESPECIAL ( Período Integral)	14	-	mensal	14	210			
2 -	FAMILIARES								
	A) PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS EDUCATIVOS ( 01 por adolescente )								
	ALMOÇO	14	-	mensal	14	210			
	B) FESTIVIDADES ( 02 por adolescente)								
	ALMOÇO	112	-	* 2 vezes	-	224		-	
3 -	POLICIAIS E FUNCIONÁRIOS								
	DESJEJUM	1	-	eventual	-	15		-	
	ALMOÇO	1	-	eventual	-	15		-	
	LANCHE DA TARDE	1	-	eventual	-	15		-	
	JANTAR	1	-	eventual	-	15		-	
VALOR TOTAL DA PLANILHA A									

(\*) A frequência de fornecimento refere-se ao período de 15 meses.

## DR 3 - LOTE 1 - PLANILHA B - CASA MORRO AZUL

REFEIÇÕES / SERVIÇOS		Nº DE COMENSAIS PREVISTOS	MÉDIA DIÁRIA ESTIMADA DE REFEIÇÕES	FREQUÊNCIA	QUANTITATIVO ESTIMADO DE REFEIÇÕES		Valor Unitário R\$	Valor Mensal R\$	Valor Total 15 meses R\$
1 -	ADOLESCENTES - 56	CASA MORRO AZUL			MENSAL	15 MESES			
	A) ALIMENTAÇÃO NORMAL - 54								
	DESJEJUM	54	54	diário	1.644	24.660			
	ALMOÇO	54	54	diário	1.644	24.660			
	LANCHE DA TARDE	54	54	diário	1.644	24.660			
	JANTAR	54	54	diário	1.644	24.660			
	B) DIETA ESPECIAL - 02								
	DESJEJUM	2	2	diário	61	915			
	COLAÇÃO	1	1	diário	30	450			
	ALMOÇO	2	2	diário	61	915			
	LANCHE DA TARDE	2	2	diário	61	915			
	JANTAR	2	2	diário	61	915			

<b>C) FESTAS, EVENTOS, COMEMORAÇÕES E ATIVIDADES</b>								
NATAL	56	-	* 2 vezes	-	112		-	
LANCHE ESPECIAL ( Período Parcial )	14	-	mensal	14	210			
LANCHE ESPECIAL ( Período Integral)	14	-	mensal	14	210			
<b>2 - FAMILIARES</b>								
A) PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS EDUCATIVOS ( 01 por adolescente )								
ALMOÇO	14	-	mensal	14	210			
B) FESTIVIDADES ( 02 por adolescente)								
ALMOÇO	112	-	* 2 vezes	-	224		-	
<b>3 - POLICIAIS E FUNCIONÁRIOS</b>								
DESJEJUM	1	-	eventual	-	15		-	
ALMOÇO	1	-	eventual	-	15		-	
LANCHE DA TARDE	1	-	eventual	-	15		-	
JANTAR	1	-	eventual	-	15		-	
VALOR TOTAL DA PLANILHA B								

(\*) A frequência de fornecimento refere-se ao período de 15 meses.

DR 3 - LOTE 1 - PLANILHA C - CASA PIRACICABA

REFEIÇÕES / SERVIÇOS		Nº DE COMENSAIS PREVISTOS	MÉDIA DIÁRIA ESTIMADA DE REFEIÇÕES	FREQUÊNCIA	QUANTITATIVO ESTIMADO DE REFEIÇÕES		Valor Unitário R\$	Valor Mensal R\$	Valor Total 15 meses R\$
1 - ADOLESCENTES - 75	CASA PIRACICABA				MENSAL	15 MESES			
A) ALIMENTAÇÃO NORMAL - 73									
DESJEJUM	73	73	diário		2.222	33.330			
ALMOÇO	73	73	diário		2.222	33.330			
LANCHE DA TARDE	73	73	diário		2.222	33.330			
JANTAR	73	73	diário		2.222	33.330			
B) DIETA ESPECIAL - 02									
DESJEJUM	2	2	diário		61	915			
COLAÇÃO	1	1	diário		30	450			
ALMOÇO	2	2	diário		61	915			
LANCHE DA TARDE	2	2	diário		61	915			
JANTAR	2	2	diário		61	915			
C) FESTAS, EVENTOS, COMEMORAÇÕES E ATIVIDADES									
NATAL	75	-	* 2 vezes	-	150			-	
LANCHE ESPECIAL ( Período Parcial )	19	-	mensal	19	285				
LANCHE ESPECIAL ( Período Integral)	19	-	mensal	19	285				
<b>2 - FAMILIARES</b>									
A) PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS EDUCATIVOS ( 01 por adolescente )									
ALMOÇO	11	-	mensal	11	165				
B) FESTIVIDADES ( 02 por adolescente)									
ALMOÇO	90	-	* 2 vezes	-	180			-	
<b>3 - POLICIAIS E FUNCIONÁRIOS</b>									
DESJEJUM	1	-	eventual	-	15			-	
ALMOÇO	1	-	eventual	-	15			-	
LANCHE DA TARDE	1	-	eventual	-	15			-	
JANTAR	1	-	eventual	-	15			-	
VALOR TOTAL DA PLANILHA C									

(\*) A frequência de fornecimento refere-se ao período de 15 meses.

DR 3 - LOTE 1 - PLANILHA D - CASA MOGI MIRIM

REFEIÇÕES / SERVIÇOS		Nº DE COMENSAIS PREVISTOS	MÉDIA DIÁRIA ESTIMADA DE REFEIÇÕES	FREQUÊNCIA	QUANTITATIVO ESTIMADO DE REFEIÇÕES		Valor Unitário R\$	Valor Mensal R\$	Valor Total 15 meses R\$
1 -	ADOLESCENTES - 56	CASA MOGI MIRIM			MENSAL	15 MESES			
	A) ALIMENTAÇÃO NORMAL - 54								
	DESJEJUM	54	54	diário	1.644	24.660			
	ALMOÇO	54	54	diário	1.644	24.660			
	LANCHE DA TARDE	54	54	diário	1.644	24.660			
	JANTAR	54	54	diário	1.644	24.660			
	B) DIETA ESPECIAL - 02								
	DESJEJUM	2	2	diário	61	915			
	COLAÇÃO	1	1	diário	30	450			
	ALMOÇO	2	2	diário	61	915			
	LANCHE DA TARDE	2	2	diário	61	915			
	JANTAR	2	2	diário	61	915			
	C) FESTAS, EVENTOS, COMEMORAÇÕES E ATIVIDADES								
	NATAL	56	-	* 2 vezes	-	112		-	
	LANCHE ESPECIAL ( Período Parcial )	14	-	mensal	14	210			
	LANCHE ESPECIAL ( Período Integral)	14	-	mensal	14	210			
2 -	FAMILIARES								
	A) PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS EDUCATIVOS ( 01 por adolescente )								
	ALMOÇO	14	-	mensal	14	210			
	B) FESTIVIDADES ( 02 por adolescente)								
	ALMOÇO	112	-	* 2 vezes	-	224		-	
3 -	POLICIAIS E FUNCIONÁRIOS								
	DESJEJUM	1	-	eventual	-	15		-	
	ALMOÇO	1	-	eventual	-	15		-	
	LANCHE DA TARDE	1	-	eventual	-	15		-	
	JANTAR	1	-	eventual	-	15		-	
VALOR TOTAL DA PLANILHA D									

(\*) A frequência de fornecimento refere-se ao período de 15 meses.

DR 3 - LOTE 1 - PLANILHA E - CASA LARANJEIRAS

REFEIÇÕES / SERVIÇOS		Nº DE COMENSAIS PREVISTOS	MÉDIA DIÁRIA ESTIMADA DE REFEIÇÕES	FREQUÊNCIA	QUANTITATIVO ESTIMADO DE REFEIÇÕES		Valor Unitário R\$	Valor Mensal R\$	Valor Total 15 meses R\$
1 -	ADOLESCENTES - 66	CASA LARANJEIRAS			MENSAL	15 MESES			
	A) ALIMENTAÇÃO NORMAL - 64								
	DESJEJUM	64	64	diário	1.948	29.220			
	ALMOÇO	64	64	diário	1.948	29.220			
	LANCHE DA TARDE	64	64	diário	1.948	29.220			
	JANTAR	64	64	diário	1.948	29.220			
	B) DIETA ESPECIAL - 02								
	DESJEJUM	2	2	diário	61	915			
	COLAÇÃO	1	1	diário	30	450			
	ALMOÇO	2	2	diário	61	915			
	LANCHE DA TARDE	2	2	diário	61	915			
	JANTAR	2	2	diário	61	915			
	C) FESTAS, EVENTOS, COMEMORAÇÕES E ATIVIDADES								
	NATAL	66	-	* 2 vezes	-	132		-	

	LANCHE ESPECIAL ( Período Parcial )	17	-	mensal	17	255			
	LANCHE ESPECIAL ( Período Integral)	17	-	mensal	17	255			
2 -	FAMILIARES								
	A) PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS EDUCATIVOS ( 01 por adolescente )								
	ALMOÇO	17	-	mensal	17	255			
	B) FESTIVIDADES ( 02 por adolescente)								
	ALMOÇO	132	-	* 2 vezes	-	264		-	
3 -	POLICIAIS E FUNCIONÁRIOS								
	DESJEJUM	1	-	eventual	-	15		-	
	ALMOÇO	1	-	eventual	-	15		-	
	LANCHE DA TARDE	1	-	eventual	-	15		-	
	JANTAR	1	-	eventual	-	15		-	
VALOR TOTAL DA PLANILHA E									
(*) A frequência de fornecimento refere-se ao período de 15 meses.									
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO DO LOTE 1 - PLANILHAS (A + B + C + D + E)									

- Validade da proposta: 180 (cento e oitenta) dias.

(Local e data).  
(Nome/assinatura do representante legal)



## DR 3 - LOTE 2 - PLANILHA A - CASA CAMPINAS

REFEIÇÕES / SERVIÇOS		Nº DE COMENSAIS PREVISTOS	MÉDIA DIÁRIA ESTIMADA DE REFEIÇÕES	FREQUÊNCIA	QUANTITATIVO ESTIMADO DE REFEIÇÕES		Valor Unitário R\$	Valor Mensal R\$	Valor Total 15 meses R\$
1 -	ADOLESCENTES - 56	CASA CAMPINAS			MENSAL	15 MESES			
	A) ALIMENTAÇÃO NORMAL - 54								
	DESJEJUM	54	54	diário	1.644	24.660			
	ALMOÇO	54	54	diário	1.644	24.660			
	LANCHE DA TARDE	54	54	diário	1.644	24.660			
	JANTAR	54	54	diário	1.644	24.660			
	B) DIETA ESPECIAL - 02								
	DESJEJUM	2	2	diário	61	915			
	COLAÇÃO	1	1	diário	30	450			
	ALMOÇO	2	2	diário	61	915			
	LANCHE DA TARDE	2	2	diário	61	915			
	JANTAR	2	2	diário	61	915			
	C) FESTAS, EVENTOS, COMEMORAÇÕES E ATIVIDADES								
	NATAL	56	-	* 2 vezes	-	112		-	
	LANCHE ESPECIAL ( Período Parcial )	14	-	mensal	14	210			
	LANCHE ESPECIAL ( Período Integral)	14	-	mensal	14	210			
2 -	FAMILIARES								
	A) PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS EDUCATIVOS ( 01 por adolescente )								
	ALMOÇO	14	-	mensal	14	210			
	B) FESTIVIDADES ( 02 por adolescente)								
	ALMOÇO	112	-	* 2 vezes	-	224		-	
3 -	POLICIAIS E FUNCIONÁRIOS								
	DESJEJUM	1	-	eventual	-	15		-	
	ALMOÇO	1	-	eventual	-	15		-	
	LANCHE DA TARDE	1	-	eventual	-	15		-	
	JANTAR	1	-	eventual	-	15		-	
VALOR TOTAL DA PLANILHA A									

(\*) A frequência de fornecimento refere-se ao período de 15 meses.

## DR 3 - LOTE 2 - PLANILHA B - CASA MAESTRO CARLOS GOMES

REFEIÇÕES / SERVIÇOS		Nº DE COMENSAIS PREVISTOS	MÉDIA DIÁRIA ESTIMADA DE REFEIÇÕES	FREQUÊNCIA	QUANTITATIVO ESTIMADO DE REFEIÇÕES		Valor Unitário R\$	Valor Mensal R\$	Valor Total 15 meses R\$
1 -	ADOLESCENTES - 56	CASA							

A) ALIMENTAÇÃO NORMAL - 54		MAESTRO CARLOS GOMES			MENSAL	15 MESES			
DESJEJUM		54	54	diário	1.644	24.660			
ALMOÇO		54	54	diário	1.644	24.660			
LANCHE DA TARDE		54	54	diário	1.644	24.660			
JANTAR		54	54	diário	1.644	24.660			
B) DIETA ESPECIAL - 02									
DESJEJUM		2	2	diário	61	915			
COLAÇÃO		1	1	diário	30	450			
ALMOÇO		2	2	diário	61	915			
LANCHE DA TARDE		2	2	diário	61	915			
JANTAR		2	2	diário	61	915			
C) FESTAS, EVENTOS, COMEMORAÇÕES E ATIVIDADES									
NATAL		56	-	* 2 vezes	-	112		-	
LANCHE ESPECIAL ( Período Parcial )		14	-	mensal	14	210			
LANCHE ESPECIAL ( Período Integral)		14	-	mensal	14	210			
2 - FAMILIARES									
A) PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS EDUCATIVOS ( 01 por adolescente )									
ALMOÇO		14	-	mensal	14	210			
B) FESTIVIDADES ( 02 por adolescente)									
ALMOÇO		112	-	* 2 vezes	-	224		-	
3 - POLICIAIS E FUNCIONÁRIOS									
DESJEJUM		1	-	eventual	-	15		-	
ALMOÇO		1	-	eventual	-	15		-	
LANCHE DA TARDE		1	-	eventual	-	15		-	
JANTAR		1	-	eventual	-	15		-	
VALOR TOTAL DA PLANILHA B									

(\*) A frequência de fornecimento refere-se ao período de 15 meses.

DR 3 - LOTE 2 - PLANILHA C - CASA ANDORINHA

REFEIÇÕES / SERVIÇOS		Nº DE COMENSAIS PREVISTOS	MÉDIA DIÁRIA ESTIMADA DE REFEIÇÕES	FREQUÊNCIA	QUANTITATIVO ESTIMADO DE REFEIÇÕES		Valor Unitário R\$	Valor Mensal R\$	Valor Total 15 meses R\$			
1 -	ADOLESCENTES - 56	CASA ANDORINHA			MENSAL	15 MESES						
	A) ALIMENTAÇÃO NORMAL - 54											
	DESJEJUM				54	54				diário	1.644	24.660
	ALMOÇO				54	54				diário	1.644	24.660
	LANCHE DA TARDE				54	54				diário	1.644	24.660

JANTAR	54	54	diário	1.644	24.660			
B) DIETA ESPECIAL - 02								
DESJEJUM	2	2	diário	61	915			
COLAÇÃO	1	1	diário	30	450			
ALMOÇO	2	2	diário	61	915			
LANCHE DA TARDE	2	2	diário	61	915			
JANTAR	2	2	diário	61	915			
C) FESTAS, EVENTOS, COMEMORAÇÕES E ATIVIDADES								
NATAL	56	-	* 2 vezes	-	112		-	
LANCHE ESPECIAL ( Período Parcial )	14	-	mensal	14	210			
LANCHE ESPECIAL ( Período Integral)	14	-	mensal	14	210			
2 - FAMILIARES								
A) PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS EDUCATIVOS ( 01 por adolescente )								
ALMOÇO	0	-	mensal	0	0			
B) FESTIVIDADES ( 02 por adolescente)								
ALMOÇO	0	-	* 2 vezes	-	0		-	
3 - POLICIAIS E FUNCIONÁRIOS								
DESJEJUM	1	-	eventual	-	15		-	
ALMOÇO	1	-	eventual	-	15		-	
LANCHE DA TARDE	1	-	eventual	-	15		-	
JANTAR	1	-	eventual	-	15		-	
VALOR TOTAL DA PLANILHA C								

(\*) A frequência de fornecimento refere-se ao período de 15 meses.

DR 3 - LOTE 2 - PLANILHA D - CASA ATIBAIA

REFEIÇÕES / SERVIÇOS		Nº DE COMENSAIS PREVISTOS	MÉDIA DIÁRIA ESTIMADA DE REFEIÇÕES	FREQUÊNCIA	QUANTITATIVO ESTIMADO DE REFEIÇÕES		Valor Unitário R\$	Valor Mensal R\$	Valor Total 15 meses R\$
1 - ADOLESCENTES - 56		CASA ATIBAIA			MENSAL	15 MESES			
A) ALIMENTAÇÃO NORMAL - 54									
DESJEJUM	54	54	diário	1.644	24.660				
ALMOÇO	54	54	diário	1.644	24.660				
LANCHE DA TARDE	54	54	diário	1.644	24.660				
JANTAR	54	54	diário	1.644	24.660				
B) DIETA ESPECIAL - 02									
DESJEJUM	2	2	diário	61	915				
COLAÇÃO	1	1	diário	30	450				
ALMOÇO	2	2	diário	61	915				

	LANCHE DA TARDE	2	2	diário	61	915			
	JANTAR	2	2	diário	61	915			
	C) FESTAS, EVENTOS, COMEMORAÇÕES E ATIVIDADES								
	NATAL	56	-	* 2 vezes	-	112		-	
	LANCHE ESPECIAL ( Período Parcial )	14	-	mensal	14	210			
	LANCHE ESPECIAL ( Período Integral)	14	-	mensal	14	210			
2 -	FAMILIARES								
	A) PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS EDUCATIVOS ( 01 por adolescente )								
	ALMOÇO	14	-	mensal	14	210			
	B) FESTIVIDADES ( 02 por adolescente)								
	ALMOÇO	112	-	* 2 vezes	-	224		-	
3 -	POLICIAIS E FUNCIONÁRIOS								
	DESJEJUM	1	-	eventual	-	15		-	
	ALMOÇO	1	-	eventual	-	15		-	
	LANCHE DA TARDE	1	-	eventual	-	15		-	
	JANTAR	1	-	eventual	-	15		-	
VALOR TOTAL DA PLANILHA D									
(*) A frequência de fornecimento refere-se ao período de 15 meses.									
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO DO LOTE 2 - PLANILHAS (A + B + C + D)									

- Validade da proposta: 180 (cento e oitenta) dias.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

DR 3 - LOTE 3 - PLANILHA A - CASA CARAGUATATUBA

REFEIÇÕES / SERVIÇOS	Nº DE COMENSAIS PREVISTOS	MÉDIA DIÁRIA ESTIMADA DE REFEIÇÕES	FREQUÊNCIA	QUANTITATIVO ESTIMADO DE REFEIÇÕES		Valor Unitário R\$	Valor Mensal R\$	Valor Total 15 meses R\$
<b>1 ADOLESCENTES - 56</b>	CASA CARAGUATATUBA							
<b>A) ALIMENTAÇÃO NORMAL - 54</b>				MENSAL	15 MESES			
DESJEJUM	54	54	diário	1.644	24.660			
ALMOÇO	54	54	diário	1.644	24.660			
LANCHE DA TARDE	54	54	diário	1.644	24.660			
JANTAR	54	54	diário	1.644	24.660			
<b>B) DIETA ESPECIAL - 02</b>								
DESJEJUM	2	2	diário	61	915			
COLAÇÃO	1	1	diário	30	450			
ALMOÇO	2	2	diário	61	915			
LANCHE DA TARDE	2	2	diário	61	915			
JANTAR	2	2	diário	61	915			
<b>C) FESTAS, EVENTOS, COMEMORAÇÕES E ATIVIDADES</b>								
NATAL	56	-	* 2 vezes	-	112		-	
LANCHE ESPECIAL ( Período Parcial )	14	-	mensal	14	210			
LANCHE ESPECIAL ( Período Integral)	14	-	mensal	14	210			
<b>2 FAMILIARES</b>								
<b>A) PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS EDUCATIVOS ( 01 por adolescente )</b>								
ALMOÇO	14	-	mensal	14	210			
<b>B) FESTIVIDADES ( 02 por adolescente )</b>								
ALMOÇO	112	-	* 2 vezes	-	224		-	
<b>3 POLÍCIAIS E FUNCIONÁRIOS</b>								
DESJEJUM	1	-	eventual	-	15		-	
ALMOÇO	1	-	eventual	-	15		-	
LANCHE DA TARDE	1	-	eventual	-	15		-	
JANTAR	1	-	eventual	-	15		-	
VALOR TOTAL DA PLANILHA A								

(\*) A frequência de fornecimento refere-se ao período de 15 meses.

DR 3 - LOTE 3 - PLANILHA B - CASA TAUBATÉ

REFEIÇÕES / SERVIÇOS	Nº DE COMENSAIS PREVISTOS	MÉDIA DIÁRIA ESTIMADA DE REFEIÇÕES	FREQUÊNCIA	QUANTITATIVO ESTIMADO DE REFEIÇÕES		Valor Unitário R\$	Valor Mensal R\$	Valor Total 15 meses R\$
<b>1 ADOLESCENTES - 56</b>	CASA TAUBATÉ							
<b>A) ALIMENTAÇÃO NORMAL - 54</b>				MENSAL	15 MESES			
DESJEJUM	54	54	diário	1.644	24.660			
ALMOÇO	54	54	diário	1.644	24.660			
LANCHE DA TARDE	54	54	diário	1.644	24.660			
JANTAR	54	54	diário	1.644	24.660			
<b>B) DIETA ESPECIAL - 02</b>								
DESJEJUM	2	2	diário	61	915			
COLAÇÃO	1	1	diário	30	450			
ALMOÇO	2	2	diário	61	915			
LANCHE DA TARDE	2	2	diário	61	915			
JANTAR	2	2	diário	61	915			
<b>C) FESTAS, EVENTOS, COMEMORAÇÕES E ATIVIDADES</b>								
NATAL	56	-	* 2 vezes	-	112		-	
LANCHE ESPECIAL ( Período Parcial )	14	-	mensal	14	210			
LANCHE ESPECIAL ( Período Integral)	14	-	mensal	14	210			
<b>2 FAMILIARES</b>								
<b>A) PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS EDUCATIVOS ( 01 por adolescente )</b>								
ALMOÇO	14	-	mensal	14	210			
<b>B) FESTIVIDADES ( 02 por adolescente )</b>								
ALMOÇO	112	-	* 2 vezes	-	224		-	
<b>3 POLÍCIAIS E FUNCIONÁRIOS</b>								
DESJEJUM	1	-	eventual	-	15		-	
ALMOÇO	1	-	eventual	-	15		-	
LANCHE DA TARDE	1	-	eventual	-	15		-	
JANTAR	1	-	eventual	-	15		-	
VALOR TOTAL DA PLANILHA B								

(\*) A frequência de fornecimento refere-se ao período de 15 meses.

DR 3 - LOTE 3 - PLANILHA C - CASA JACAREÍ

REFEIÇÕES / SERVIÇOS	Nº DE COMENSAIS PREVISTOS	MÉDIA DIÁRIA ESTIMADA DE REFEIÇÕES	FREQUÊNCIA	QUANTITATIVO ESTIMADO DE REFEIÇÕES		Valor Unitário R\$	Valor Mensal R\$	Valor Total 15 meses R\$
<b>1 ADOLESCENTES - 56</b>	CASA JACAREÍ							
<b>A) ALIMENTAÇÃO NORMAL - 54</b>				MENSAL	15 MESES			
DESJEJUM	54	54	diário	1.644	24.660			
ALMOÇO	54	54	diário	1.644	24.660			
LANCHE DA TARDE	54	54	diário	1.644	24.660			
JANTAR	54	54	diário	1.644	24.660			
<b>B) DIETA ESPECIAL - 02</b>								
DESJEJUM	2	2	diário	61	915			
COLAÇÃO	1	1	diário	30	450			
ALMOÇO	2	2	diário	61	915			
LANCHE DA TARDE	2	2	diário	61	915			
JANTAR	2	2	diário	61	915			
<b>C) FESTAS, EVENTOS, COMEMORAÇÕES E ATIVIDADES</b>								
NATAL	56	-	* 2 vezes	-	112		-	
LANCHE ESPECIAL ( Período Parcial )	14	-	mensal	14	210			
LANCHE ESPECIAL ( Período Integral)	14	-	mensal	14	210			
<b>2 FAMILIARES</b>								
<b>A) PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS EDUCATIVOS ( 01 por adolescente )</b>								
ALMOÇO	14	-	mensal	14	210			

B) FESTIVIDADES ( 02 por adolescente )								
ALMOÇO	112	-	* 2 vezes	-	224	-	-	
3 - POLICIAIS E FUNCIONÁRIOS								
DESJEJUM	1	-	eventual	-	15	-	-	
ALMOÇO	1	-	eventual	-	15	-	-	
LANCHE DA TARDE	1	-	eventual	-	15	-	-	
JANTAR	1	-	eventual	-	15	-	-	
VALOR TOTAL DA PLANILHA C								

(\*) A frequência de fornecimento refere-se ao período de 15 meses.

DR 3 - LOTE 3 - PLANILHA D - CASA LORENA

REFEIÇÕES / SERVIÇOS	Nº DE COMENSAIS PREVISTOS	MÉDIA DIÁRIA ESTIMADA DE REFEIÇÕES	FREQUÊNCIA	QUANTITATIVO ESTIMADO DE REFEIÇÕES		Valor Unitário R\$	Valor Mensal R\$	Valor Total 15 meses R\$
1 - ADOLESCENTES - 56	CASA LORENA			MENSAL	15 MESES			
A) ALIMENTAÇÃO NORMAL - 54								
DESJEJUM	54	54	diário	1.644	24.660			
ALMOÇO	54	54	diário	1.644	24.660			
LANCHE DA TARDE	54	54	diário	1.644	24.660			
JANTAR	54	54	diário	1.644	24.660			
B) DIETA ESPECIAL - 02								
DESJEJUM	2	2	diário	61	915			
COLAÇÃO	1	1	diário	30	450			
ALMOÇO	2	2	diário	61	915			
LANCHE DA TARDE	2	2	diário	61	915			
JANTAR	2	2	diário	61	915			
C) FESTAS, EVENTOS, COMEMORAÇÕES E ATIVIDADES								
NATAL	56	-	* 2 vezes	-	112		-	
LANCHE ESPECIAL ( Período Parcial )	14	-	mensal	14	210			
LANCHE ESPECIAL ( Período Integral )	14	-	mensal	14	210			
2 - FAMILIARES								
A) PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS EDUCATIVOS ( 01 por adolescente )								
ALMOÇO	14	-	mensal	14	210			
B) FESTIVIDADES ( 02 por adolescente )								
ALMOÇO	112	-	* 2 vezes	-	224		-	
3 - POLICIAIS E FUNCIONÁRIOS								
DESJEJUM	1	-	eventual	-	15		-	
ALMOÇO	1	-	eventual	-	15		-	
LANCHE DA TARDE	1	-	eventual	-	15		-	
JANTAR	1	-	eventual	-	15		-	
VALOR TOTAL DA PLANILHA D								

(\*) A frequência de fornecimento refere-se ao período de 15 meses.

DR 3 - LOTE 3 - PLANILHA E - CASA TAMOIOS, CASA SERRA DA MANTIQUEIRA E CASA SEMILIBERDADE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

REFEIÇÕES / SERVIÇOS	Nº DE COMENSAIS PREVISTOS			MÉDIA DIÁRIA ESTIMADA DE REFEIÇÕES - SEM TRANSPORTE	MÉDIA DIÁRIA ESTIMADA DE REFEIÇÕES - COM TRANSPORTE	FREQUÊNCIA	QUANTITATIVO ESTIMADO DE REFEIÇÕES		QUANTITATIVO ESTIMADO DE REFEIÇÕES		Valor Unitário R\$ - SEM TRANSPORTE	Valor Mensal R\$ - SEM TRANSPORTE	Valor Total 15 meses R\$ - SEM TRANSPORTE	Valor Unitário R\$ - COM TRANSPORT E	Valor Mensal R\$ - COM TRANSPORT E	Valor Total 15 meses R\$ - COM TRANSPORT E	Valor Total Mensal R\$ (SEM TRANSPORTE + COM TRANSPORTE)	Valor Total Geral 15 meses R\$ - (SEM TRANSPORTE + COM TRANSPORTE)
1 - ADOLESCENTES - 114	CASA TAMOIOS – SEM TRANSPORTE	CASA SERRA DA MANTIQUEIRA – SEM TRANSPORTE	CASA SEMILIBERDADE E SÃO JOSÉ CAMPOS – COM TRANSPORTE				MENSAL - SEM TRANSPORTE	15 MESES - SEM TRANSPORTE	MENSAL - COM TRANSPORT E	15 MESES - COM TRANSPORTE								
A) ALIMENTAÇÃO NORMAL - 108																		
DESJEJUM	38	46	24	84	24	diário	2.557	38.355	731	10.965								
ALMOÇO	38	46	24	84	24	diário	2.557	38.355	731	10.965								
LANCHE DA TARDE	38	46	24	84	24	diário	2.557	38.355	731	10.965								
JANTAR	38	46	24	84	24	diário	2.557	38.355	731	10.965								
B) DIETA ESPECIAL - 06																		
DESJEJUM	2	2	2	4	2	diário	122	1.830	61	915								
COLAÇÃO	1	1	1	2	1	diário	61	915	30	450								
ALMOÇO	2	2	2	4	2	diário	122	1.830	61	915								
LANCHE DA TARDE	2	2	2	4	2	diário	122	1.830	61	915								
JANTAR	2	2	2	4	2	diário	122	1.830	61	915								
C) FESTAS, EVENTOS, COMEMORAÇÕES E ATIVIDADES																		
NATAL	40	48	0	-	-	* 2 vezes	-	176	-	0					-			
LANCHE ESPECIAL ( Período Parcial )	10	12	7	-	-	mensal	22	330	7	105								
LANCHE ESPECIAL ( Período Integral )	10	12	7	-	-	mensal	22	330	7	105								
2 - FAMILIARES																		
A) PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS EDUCATIVOS ( 01 por adolescente )																		
ALMOÇO	10	0	0	-	-	mensal	10	150	0	0								
B) FESTIVIDADES ( 02 por adolescente )																		
ALMOÇO	80	0	0	-	-	* 2 vezes	-	160	0	0		-			-			
3 - POLICIAIS E FUNCIONÁRIOS																		
DESJEJUM	1	1	0	-	-	eventual	-	30	-	0		-			-			
ALMOÇO	1	1	0	-	-	eventual	-	30	-	0		-			-			
LANCHE DA TARDE	1	1	0	-	-	eventual	-	30	-	0		-			-			
JANTAR	1	1	0	-	-	eventual	-	30	-	0		-			-			
VALOR TOTAL DA PLANILHA E																		

(\*) A frequência de fornecimento refere-se ao período de 15 meses.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO DO LOTE 3 - PLANILHAS (A + B + C + D + E)

- Validade da proposta: 180 (cento e oitenta) dias.

(Local e data),  
(Nome/assinatura do representante legal)

REFEIÇÕES / SERVIÇOS		NÚMERO DE COMENSAIS PREVISTO					MÉDIA DIÁRIA ESTIMADA DE REFEIÇÕES	FREQUÊNCIA	QUANTITATIVO ESTIMADO DE REFEIÇÕES		Valor Unitário R\$	Valor Mensal R\$	Valor Total 15 meses R\$
1 -	ADOLESCENTES - 278	CAIP JACARANDÁ	CASA NOVO TEMPO	CASA TAPAJÓS	CASA MANACÁ DA SERRA	CASA SEMI JUNDIAÍ			MENSAL	15 MESES			
	A) ALIMENTAÇÃO NORMAL - 268												
	DESJEJUM	72	54	86	38	18	268	diário	8.158	122.370			
	ALMOÇO	72	54	86	38	18	268	diário	8.158	122.370			
	LANCHE DA TARDE	72	54	86	38	18	268	diário	8.158	122.370			
	JANTAR	72	54	86	38	18	268	diário	8.158	122.370			
	B) DIETA ESPECIAL - 10												
	DESJEJUM	2	2	2	2	2	10	diário	304	4.560			
	COLAÇÃO	1	1	1	1	1	5	diário	152	2.280			
	ALMOÇO	2	2	2	2	2	10	diário	304	4.560			
	LANCHE DA TARDE	2	2	2	2	2	10	diário	304	4.560			
	JANTAR	2	2	2	2	2	10	diário	304	4.560			
	C) FESTAS, EVENTOS, COMEMORAÇÕES E ATIVIDADES												
	NATAL	74	56	88	40	0	-	* 2 vezes	-	516		-	
	LANCHE ESPECIAL ( Período Parcial )	19	14	22	10	5	-	mensal	70	1.050			
	LANCHE ESPECIAL ( Período Integral)	19	14	22	10	5	-	mensal	70	1.050			
2 -	FAMILIARES												
	A) PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS EDUCATIVOS ( 01 por adolescente )												
	ALMOÇO	0	14	22	10	0	-	mensal	46	690			
	B) FESTIVIDADES ( 02 por adolescente )												
	ALMOÇO	0	112	176	80	0	-	* 2 vezes	-	736		-	
3 -	POLICIAIS E FUNCIONÁRIOS												
	DESJEJUM	1	1	1	1	0	-	eventual	-	60		-	
	ALMOÇO	1	1	1	1	0	-	eventual	-	60		-	
	LANCHE DA TARDE	1	1	1	1	0	-	eventual	-	60		-	
	JANTAR	1	1	1	1	0	-	eventual	-	60		-	
VALOR TOTAL DA PLANILHA A													

(\*) A frequência de fornecimento refere-se ao período de 15 meses.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO DO LOTE 4 - PLANILHA (A)

- Validade da proposta: 180 (cento e oitenta) dias.

(Local e data).  
(Nome/assinatura do representante legal)

## ANEXO V

### MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

(em papel timbrado do licitante)

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo SEI nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição estadual; e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei federal nº 6.019/1974, com redação dada pela Lei federal nº 13.467/2017, quando o caso.

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)



## **ANEXO VI**

### **MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO COM AGENTES PÚBLICOS**

(em papel timbrado do licitante)

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo SEI nº \_\_\_\_/\_\_\_\_ e para fins de habilitação, DECLARO, sob as penas da Lei, que nenhum de seus sócios, dirigentes, administradores ou procuradores mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante, ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme previsto no art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

Declara ainda estar ciente de que a existência de qualquer dos vínculos acima indicados implicará na sua inabilitação ou, se constatada posteriormente, na rescisão contratual por fato impeditivo à sua habilitação.

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)

## ANEXO VII

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

(em papel timbrado do licitante)

Declaro que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ (MF) no \_\_\_\_\_, inscrição estadual no \_\_\_\_\_, estabelecida em \_\_\_\_\_, interessada em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo SEI nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a administração pública:

Nome do Órgão/Empresa	Vigência do Contrato	Valor total do Contrato	Valor remanescente
<b>VALOR TOTAL</b>			

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

**Obs.:** Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais tem contratos vigentes.

## ANEXO VIII

### MODELOS REFERENTES À VISTORIA PRÉVIA

#### ANEXO VIII.1

#### DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO PRECEDIDA DE VISTORIA

(elaborada pelo licitante)

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo SEI nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, DECLARO que o licitante tem conhecimento do local e das condições da realização do objeto da licitação, e que realizou vistoria prévia no(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação, colhendo todas as informações e subsídios necessários para a elaboração da sua proposta.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

\_\_\_\_\_  
(nome/assinatura do representante legal)

## ANEXO VIII.2

### DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

(elaborada pelo licitante)

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo SEI nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, DECLARO que o licitante tem conhecimento do local e das condições da realização do objeto da licitação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

\_\_\_\_\_  
(nome/assinatura do representante legal)

## ANEXO IX

### DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO EM APRESENTAR DOCUMENTAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

(em papel timbrado do licitante)

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo SEI nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, DECLARO, sob as penas da Lei, que, **por ocasião da celebração do contrato**, comprometemos a apresentar os seguintes documentos:

- a) Certidão de Registro e Quitação - CRQ, em nome da licitante, junto ao Conselho Regional de Nutricionistas (CRN), com validade na data de apresentação, e, quando o CRQ não tiver sido emitido pelo CRN-3, deverá ser averbado no referido Conselho Regional;
- b) Relação da equipe técnica, operacional e administrativa da licitante, contendo quantificação e qualificação das funções compatíveis com o objeto licitado e,
- c) em até 120 (cento e vinte) dias, **contados a partir da vigência do contrato**, alvará ou licença de funcionamento da cozinha onde serão preparadas as refeições objeto da prestação de serviços, em nome do licitante e expedido pela autoridade sanitária competente.

(Local e data)

\_\_\_\_\_  
(nome/assinatura do representante legal)

## ANEXO X

### DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE ESCRITÓRIO

(em papel timbrado do licitante)

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo SEI nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, DECLARO, sob as penas da Lei, que possuímos ou instalaremos escritório na cidade em que houver a maior quantidade de postos de trabalho em cada lote, ou em localidade próxima, assim considerada aquela localizada a até 100 km (cem quilômetros) do município referenciado, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias **contados a partir da vigência do contrato**.

- **LOTE 1** - Regional DR 3 (CASAs: Limeira-SP, Morro Azul-Limeira-SP, Piracicaba-SP, Mogi Mirim-SP e Laranjeiras-Mogi Mirim-SP);

- **LOTE 2** - Regional DR 3 (CASAs: Atibaia-SP, Campinas-SP, Maestro Carlos Gomes-Campinas-SP e Andorinha-Campinas-SP);

- **LOTE 3** - Regional DR 3 (CASAs: Caraguatatuba-SP, Taubaté-SP, Jacareí-SP, Lorena-SP, Tamoios-São José dos Campos-SP, Serra da Mantiqueira-SJC-SP e Semi Liberdade São José dos Campos-SJC-SP, e

- **LOTE 4** - Regional DR 3 (Complexo Franco da Rocha-SP: (Tapajós, Novo Tempo, Manacá da Serra, CAIP Jacarandá-Franco da Rocha-SP e Semi Liberdade Jundiaí-Jundiaí-SP)).

(Local e data)

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO XI

PLANILHAS ORÇAMENTÁRIA (PREENCHIDA)

**LOTE 1**

PLANILHA A – RESUMO DOS CUSTOS;

PLANILHA B – CUSTOS DOS MATERIAIS DIVERSOS;

PLANILHA C – CUSTOS DE MÃO DE OBRA;

PLANILHA D – ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS.

**PLANILHA A - Resumo dos Custos**

Definição de custos diretos e custos para rateio por tipo de refeição			
Tipo de Refeição	Custos Diretos por Refeição	Custos para Rateio	
	Composição	Composição	Rateio
Desjejum	Matéria-prima alimentar; recicláveis individuais e transporte	Mão de obra, recicláveis para preparo das refeições e despesas diversas	6,00%
Almoço			44,00%
Lanche da Tarde			6,00%
Jantar			44,00%

LOTE	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	FAIXA DE COMENSAIS		
		Até 70	Até 100	Até 150
		Matéria prima - Alimentar		
	Desjejum	R\$ 3,77	R\$ 3,77	R\$ 3,77
	Almoço	R\$ 9,13	R\$ 9,13	R\$ 9,13
	Lanche da Tarde	R\$ 3,77	R\$ 3,77	R\$ 3,77
	Jantar	R\$ 9,13	R\$ 9,13	R\$ 9,13
	Lanche especial - Integral	R\$ 10,87	R\$ 10,87	R\$ 10,87
	Lanche especial - parcial	R\$ 6,04	R\$ 6,04	R\$ 6,04
	Natal	R\$ 4,07	R\$ 4,07	R\$ 4,07
	Colação	R\$ 1,21	R\$ 1,21	R\$ 1,21
		Matéria prima - não alimentar		
	Recicláveis - Individuais			
	Desjejum	R\$ 0,01	R\$ 0,01	R\$ 0,01
	Almoço	R\$ 0,03	R\$ 0,03	R\$ 0,03
	Lanche da Tarde	R\$ 0,01	R\$ 0,01	R\$ 0,01
	Jantar	R\$ 0,03	R\$ 0,03	R\$ 0,03
	Recicláveis - Refeições			
	Recicláveis para preparo de refeições	R\$ 0,03	R\$ 0,03	R\$ 0,03
		Mão de Obra		
	Custo unitário diário/comensal	R\$ 11,90	R\$ 9,13	R\$ 9,27
		Despesas Diversas		



	Total com despesas diversas	R\$ 3,55	R\$ 2,76	R\$ 2,62
--	-----------------------------	----------	----------	----------

Total dos Custos por Refeição	Tipo de Refeição	Valor unitário (R\$) por comensal		
		Até 70	Até 100	Até 150
	Desjejum	R\$ 4,71	R\$ 4,49	R\$ 4,49
	Almoço	R\$ 15,97	R\$ 14,41	R\$ 14,40
	Lanche da Tarde	R\$ 4,71	R\$ 4,49	R\$ 4,49
	Jantar	R\$ 15,97	R\$ 14,41	R\$ 14,40

BDI			
Itens	Total	Componentes	Subtotal
Despesas Indiretas	5,81%	Administração Central	5,31%
		Seguros	0,50%
Lucro	7,20%	Lucro	7,20%
Despesas Fiscais	9,25%	COFINS	7,60%
		ICMS	0%
		PIS	1,65%

**BDI            24,99%**

Valor Final por Refeição	Tipo de Refeição	Valor unitário (R\$) por comensal		
		Até 70	Até 100	Até 150
	Desjejum	R\$ 5,88	R\$ 5,62	R\$ 5,62
	Almoço	R\$ 19,96	R\$ 18,01	R\$ 18,00
	Lanche da Tarde	R\$ 5,88	R\$ 5,62	R\$ 5,62
	Jantar	R\$ 19,96	R\$ 18,01	R\$ 18,00
	Lanche especial - Integral	R\$ 13,59	R\$ 13,59	R\$ 13,59
	Lanche especial - parcial	R\$ 7,55	R\$ 7,55	R\$ 7,55
	Natal	R\$ 5,09	R\$ 5,09	R\$ 5,09

	Colação	R\$ 1,51	R\$ 1,51	R\$ 1,51
--	---------	----------	----------	----------

LOTE 1 - Faixa até 70 (A)	Custos de Transporte	Custo Fixo	Custo Variável	Quantidade de KM	Valor do Y
		SEM TRANSPORTE			

LOTE 1 - Faixa até 70 (B)	Custos de Transporte	Custo Fixo	Custo Variável	Quantidade de KM	Valor do Y
		SEM TRANSPORTE			

LOTE 1 - Faixa até 100 (C)	Custos de Transporte	Custo Fixo	Custo Variável	Quantidade de KM	Valor do Y
		SEM TRANSPORTE			

LOTE 1 - Faixa até 70 (D)	Custos de Transporte	Custo Fixo	Custo Variável	Quantidade de KM	Valor do Y
		SEM TRANSPORTE			

LOTE 1 - Faixa até 70 (E)	Custos de Transporte	Custo Fixo	Custo Variável	Quantidade de KM	Valor do Y
		SEM TRANSPORTE			

**PLANILHA B - Planilha de Custos de Materiais - Diversos**

Valores da matéria-prima alimentar		Valor Total Mensal	Total de Refeições	Total diário por refeição	Total diário por comensal
	Desjejum e Lanche da Tarde	R\$ 229,41	30,44	R\$ 7,54	R\$ 7,54
	Desjejum e Lanche - valor por Refeição				R\$ 3,77
	Almoço e Jantar - básico	R\$ 81,64	30,44	R\$ 2,68	R\$ 2,68
	Almoço e Jantar - proteínas	R\$ 439,78	101,66	R\$ 4,33	R\$ 8,65
	Almoço e Jantar - guarnição	R\$ 40,72	88,79	R\$ 0,46	R\$ 0,92
	Almoço e Jantar - saladas	R\$ 25,17	82,62	R\$ 0,30	R\$ 0,61
	Almoço e Jantar - sobremesas	R\$ 115,21	115,23	R\$ 1,00	R\$ 2,00
	Almoço e Jantar - temperos	R\$ 55,92	30,44	R\$ 1,84	R\$ 1,84
	Almoço e Jantar - preparações	R\$ 43,36	30,44	R\$ 1,42	R\$ 1,42
	Almoço e Jantar - bebidas	R\$ 4,31	30,44	R\$ 0,14	R\$ 0,14
	Almoço e Jantar				R\$ 18,26
	Almoço e Jantar - valor por Refeição				R\$ 9,13
	Lanche especial (Período Integral) - valor por Refeição	R\$ 10,87			R\$ 10,87
	Lanche especial (Período Parcial) - valor por Refeição	R\$ 6,04			R\$ 6,04
	Natal - valor por Refeição	R\$ 4,07			R\$ 4,07
	Colação - valor por Refeição	R\$ 1,21			R\$ 1,21

Valores com recipientes e recicláveis individuais para as refeições		Total diário por refeição	
		Recipientes e recicláveis individuais	Recicláveis para preparo das refeições
	Desjejum e Lanche - valor por Refeição	R\$ 0,01	0,03
	Almoço e Jantar - valor por Refeição	R\$ 0,03	0,03

Despesas Diversas		Custo Diário por Comensal		
	Comensais	Até 70	Até 100	Até 150
	Produtos para higienização e limpeza	R\$ 1,55	R\$ 1,55	R\$ 1,55
	Despesa com controle integrado de pragas	R\$ 0,01	R\$ 0,01	R\$ 0,02
	Análise microbiológica dos alimentos preparados	R\$ 0,19	R\$ 0,12	R\$ 0,10
	Análise de potabilidade da água	R\$ 0,01	R\$ 0,01	R\$ 0,01
	Equipamentos	R\$ 0,24	R\$ 0,14	R\$ 0,13
	Utensílios	R\$ 0,10	R\$ 0,06	R\$ 0,08
	Despesas com gás	R\$ 1,45	R\$ 0,87	R\$ 0,73
	Total das Despesas por Refeição	R\$ 3,55	R\$ 2,76	R\$ 2,62

PLANILHA C - Planilha de Custo de Mão de Obra

Quadro de funcionários contemplando os folguistas necessários por setor/atividade e por turno

Faixa de Comensais	Participação Funcionário (%)	Custo Mensal (R\$)	Até 70	Até 100	Até 150
Setores/Turno		Diurno	Diurno	Diurno	Diurno
<b>Nutrição</b>					
Nutricionista RT	100,00%	R\$ 9.210,97	1,00	1,00	1,00
<b>Pré-preparo</b>		R\$ 4.859,11			
Ajudante de cozinha	50,00%	R\$ 4.731,66	1,28	1,28	1,28
1/2 oficial de açougue	35,00%	R\$ 4.748,18			
Açougueiro	15,00%	R\$ 5.542,80			
<b>Cocção</b>		R\$ 4.924,23			
Cozinheiro	50,00%	R\$ 5.112,21	1,28	1,28	1,28
1/2 oficial de cozinha	50,00%	R\$ 4.736,25			
<b>Distribuição</b>		R\$ 4.731,66			
Ajudante de cozinha	100,00%	R\$ 4.731,66	0,00	1,28	1,28
<b>Higienização de utensílios</b>		R\$ 4.731,66			
Auxiliar de serviços gerais	100,00%	R\$ 4.731,66	0,00	0,00	1,28
<b>Total Mensal (R\$)</b>			<b>R\$ 21.733,65</b>	<b>R\$ 27.790,17</b>	<b>R\$ 33.846,70</b>
<b>Número de Comensais</b>			<b>60</b>	<b>100</b>	<b>120,00</b>
<b>Posto/Dia 30,44</b>			<b>30,44</b>	<b>30,44</b>	<b>30,44</b>
<b>Custo Diário por Comensal (R\$)</b>			<b>R\$ 11,90</b>	<b>R\$ 9,13</b>	<b>R\$ 9,27</b>

Planilha de Custos de Mão de Obra

<b>Nutricionista / Nutricionista Responsável Técnico</b>	
<b>Discriminação dos Custos</b>	<b>Diurno</b>
<b>Remuneração</b>	<b>R\$ 4.495,58</b>
Salário-base	R\$ 4.290,49
Adicional noturno	R\$ 0,00
Hora noturna adicional	R\$ 0,00
Ferido remunerado	R\$ 175,79
Reflexo sobre o repouso semanal remunerado	R\$ 29,30
<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 1.205,70</b>
<b>Vale-transporte</b>	<b>-R\$ 5,40</b>
Custo mensal	R\$ 252,03
Parcela do trabalhador	-R\$ 257,43
<b>Fornecimento de Alimentação</b>	<b>R\$ 724,80</b>
Custo mensal	R\$ 788,18
Dia da categoria (16 de maio)	-R\$ 63,38
<b>Cesta básica</b>	<b>R\$ 232,60</b>
Valor da Cesta Básica	R\$ 250,60
Parcela do trabalhador	-R\$ 18,00
<b>Assistência médica familiar</b>	<b>R\$ 133,50</b>
Custo com assistência médica familiar	R\$ 222,50
Parcela do trabalhador	-R\$ 89,00
<b>Benefício Social Familiar</b>	<b>R\$ 35,00</b>
<b>Auxílio-creche</b>	<b>R\$ 55,13</b>
<b>Plano Odontológico</b>	<b>R\$ 22,00</b>

<b>Norma Regulamentadora Nº 07</b>	<b>R\$ 8,07</b>
<b>Insumos Diversos</b>	<b>R\$ 7,76</b>
<b>Uniforme</b>	<b>R\$ 7,76</b>
Custo mensal	R\$ 8,55
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 0,79
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 3.501,93</b>
<b>Encargos previdenciários e FGTS</b>	<b>R\$ 1.654,37</b>
<b>13º salário + adicional de férias</b>	<b>R\$ 809,97</b>
<b>Afastamento maternidade</b>	<b>R\$ 4,41</b>
<b>Custo de reposição do profissional ausente</b>	<b>R\$ 763,35</b>
<b>Custo de rescisão</b>	<b>R\$ 222,19</b>
<b>Outros*</b>	<b>R\$ 47,64</b>
<b>Total do Posto Mês</b>	<b>R\$ 9.210,97</b>

Cozinheiro

<b>Discriminação dos Custos</b>	<b>Diurno</b>
<b>Remuneração</b>	<b>R\$ 2.085,79</b>
<b>Salário-base</b>	R\$ 1.990,64
Adicional noturno	R\$ 0,00
Hora noturna adicional	R\$ 0,00
Ferido remunerado	R\$ 81,56
Reflexo sobre o repouso semanal remunerado	R\$ 13,59
<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 1.360,44</b>
<b>Vale-transporte</b>	<b>R\$ 132,59</b>
Custo mensal	R\$ 252,03
Parcela do trabalhador	-R\$ 119,44
<b>Fornecimento de Alimentação</b>	<b>R\$ 758,32</b>
Custo mensal	R\$ 788,18
Dia da categoria (16 de maio)	-R\$ 29,86
<b>Cesta básica</b>	<b>R\$ 232,60</b>
Valor da Cesta Básica	R\$ 250,60
Parcela do trabalhador	-R\$ 18,00
<b>Assistência médica familiar</b>	<b>R\$ 133,50</b>
Custo com assistência médica familiar	R\$ 222,50
Parcela do trabalhador	-R\$ 89,00
<b>Benefício Social Familiar</b>	<b>R\$ 35,00</b>
<b>Auxílio-creche</b>	<b>R\$ 38,36</b>
<b>Plano Odontológico</b>	<b>R\$ 22,00</b>
<b>Norma Regulamentadora Nº 07</b>	<b>R\$ 8,07</b>
<b>Insumos Diversos</b>	<b>R\$ 41,21</b>
<b>Uniforme</b>	<b>R\$ 23,79</b>
Custo mensal	R\$ 26,21
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 2,42
<b>EPI</b>	<b>R\$ 17,42</b>
Custo mensal	R\$ 19,20
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 1,78
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 1.624,77</b>
<b>Encargos previdenciários e FGTS</b>	<b>R\$ 767,57</b>
<b>13º salário + adicional de férias</b>	<b>R\$ 375,80</b>
<b>Afastamento maternidade</b>	<b>R\$ 2,04</b>
<b>Custo de reposição do profissional ausente</b>	<b>R\$ 354,17</b>
<b>Custo de rescisão</b>	<b>R\$ 103,09</b>

Outros*	R\$ 22,10
<b>Total do Posto Mês</b>	<b>R\$ 5.112,21</b>

**Meio Oficial de Cozinha**

<b>Discriminação dos Custos</b>	<b>Diurno</b>
<b>Remuneração</b>	<b>R\$ 1.875,56</b>
<b>Salário-base</b>	R\$ 1.790,00
Adicional noturno	R\$ 0,00
Hora noturna adicional	R\$ 0,00
Ferido remunerado	R\$ 73,34
Reflexo sobre o repouso semanal remunerado	R\$ 12,22
<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 1.371,63</b>
<b>Vale-transporte</b>	<b>R\$ 144,63</b>
Custo mensal	R\$ 252,03
Parcela do trabalhador	-R\$ 107,40
<b>Fornecimento de Alimentação</b>	<b>R\$ 761,33</b>
Custo mensal	R\$ 788,18
Dia da categoria (16 de maio)	-R\$ 26,85
<b>Cesta básica</b>	<b>R\$ 232,60</b>
Valor da Cesta Básica	R\$ 250,60
Parcela do trabalhador	-R\$ 18,00
<b>Assistência médica familiar</b>	<b>R\$ 133,50</b>
Custo com assistência médica familiar	R\$ 222,50
Parcela do trabalhador	-R\$ 89,00
<b>Benefício Social Familiar</b>	<b>R\$ 35,00</b>
<b>Auxílio-creche</b>	<b>R\$ 34,50</b>
<b>Plano Odontológico</b>	<b>R\$ 22,00</b>
<b>Norma Regulamentadora N° 07</b>	<b>R\$ 8,07</b>
<b>Insumos Diversos</b>	<b>R\$ 28,05</b>
<b>Uniforme</b>	<b>R\$ 23,79</b>
Custo mensal	R\$ 26,21
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 2,42
<b>EPI</b>	<b>R\$ 4,26</b>
Custo mensal	R\$ 4,69
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 0,43
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 1.461,01</b>
<b>Encargos previdenciários e FGTS</b>	<b>R\$ 690,21</b>
<b>13º salário + adicional de férias</b>	<b>R\$ 337,92</b>
<b>Afastamento maternidade</b>	<b>R\$ 1,84</b>
<b>Custo de reposição do profissional ausente</b>	<b>R\$ 318,47</b>
<b>Custo de rescisão</b>	<b>R\$ 92,70</b>
<b>Outros*</b>	<b>R\$ 19,87</b>
<b>Total do Posto Mês</b>	<b>R\$ 4.736,25</b>

**Ajudante de Cozinha**

<b>Discriminação dos Custos</b>	<b>Diurno</b>
<b>Remuneração</b>	<b>R\$ 1.875,56</b>
<b>Salário-base</b>	R\$ 1.790,00
Adicional noturno	R\$ 0,00
Hora noturna adicional	R\$ 0,00
Ferido remunerado	R\$ 73,34
Reflexo sobre o repouso semanal remunerado	R\$ 12,22

<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 1.371,63</b>
<b>Vale-transporte</b>	<b>R\$ 144,63</b>
Custo mensal	R\$ 252,03
Parcela do trabalhador	-R\$ 107,40
<b>Fornecimento de Alimentação</b>	<b>R\$ 761,33</b>
Custo mensal	R\$ 788,18
Dia da categoria (16 de maio)	-R\$ 26,85
<b>Cesta básica</b>	<b>R\$ 232,60</b>
Valor da Cesta Básica	R\$ 250,60
Parcela do trabalhador	-R\$ 18,00
<b>Assistência médica familiar</b>	<b>R\$ 133,50</b>
Custo com assistência médica familiar	R\$ 222,50
Parcela do trabalhador	-R\$ 89,00
<b>Benefício Social Familiar</b>	<b>R\$ 35,00</b>
<b>Auxílio-creche</b>	<b>R\$ 34,50</b>
<b>Plano Odontológico</b>	<b>R\$ 22,00</b>
<b>Norma Regulamentadora Nº 07</b>	<b>R\$ 8,07</b>
<b>Insumos Diversos</b>	<b>R\$ 23,46</b>
<b>Uniforme</b>	<b>R\$ 19,20</b>
Custo mensal	R\$ 21,16
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 1,96
<b>EPI</b>	<b>R\$ 4,26</b>
Custo mensal	R\$ 4,69
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 0,43
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 1.461,01</b>
<b>Encargos previdenciários e FGTS</b>	<b>R\$ 690,21</b>
<b>13º salário + adicional de férias</b>	<b>R\$ 337,92</b>
<b>Afastamento maternidade</b>	<b>R\$ 1,84</b>
<b>Custo de reposição do profissional ausente</b>	<b>R\$ 318,47</b>
<b>Custo de rescisão</b>	<b>R\$ 92,70</b>
<b>Outros*</b>	<b>R\$ 19,87</b>
<b>Total do Posto Mês</b>	<b>R\$ 4.731,66</b>

**Açogueiro**

<b>Discriminação dos Custos</b>	<b>Diurno</b>
<b>Remuneração</b>	<b>R\$ 2.336,01</b>
<b>Salário-base</b>	<b>R\$ 2.229,44</b>
Adicional noturno	R\$ 0,00
Hora noturna adicional	R\$ 0,00
Ferido remunerado	R\$ 91,35
Reflexo sobre o repouso semanal remunerado	R\$ 15,22
<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 1.347,14</b>
<b>Vale-transporte</b>	<b>R\$ 118,26</b>
Custo mensal	R\$ 252,03
Parcela do trabalhador	-R\$ 133,77
<b>Fornecimento de Alimentação</b>	<b>R\$ 754,74</b>
Custo mensal	R\$ 788,18
Dia da categoria (16 de maio)	-R\$ 33,44
<b>Cesta básica</b>	<b>R\$ 232,60</b>
Valor da Cesta Básica	R\$ 250,60
Parcela do trabalhador	-R\$ 18,00
<b>Assistência médica familiar</b>	<b>R\$ 133,50</b>

Custo com assistência médica familiar	R\$ 222,50
Parcela do trabalhador	-R\$ 89,00
<b>Benefício Social Familiar</b>	<b>R\$ 35,00</b>
<b>Auxílio-creche</b>	<b>R\$ 42,97</b>
<b>Plano Odontológico</b>	<b>R\$ 22,00</b>
<b>Norma Regulamentadora N° 07</b>	<b>R\$ 8,07</b>
<b>Insumos Diversos</b>	<b>R\$ 39,98</b>
<b>Uniforme</b>	<b>R\$ 22,37</b>
Custo mensal	R\$ 24,65
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 2,28
<b>EPI</b>	<b>R\$ 17,61</b>
Custo mensal	R\$ 19,40
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 1,79
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 1.819,67</b>
<b>Encargos previdenciários e FGTS</b>	<b>R\$ 859,65</b>
<b>13º salário + adicional de férias</b>	<b>R\$ 420,88</b>
<b>Afastamento maternidade</b>	<b>R\$ 2,29</b>
<b>Custo de reposição do profissional ausente</b>	<b>R\$ 396,65</b>
<b>Custo de rescisão</b>	<b>R\$ 115,45</b>
<b>Outros*</b>	<b>R\$ 24,75</b>
<b>Total do Posto Mês</b>	<b>R\$ 5.542,80</b>

#### Meio Oficial de Açougue

Discriminação dos Custos	Diurno
<b>Remuneração</b>	<b>R\$ 1.875,56</b>
<b>Salário-base</b>	<b>R\$ 1.790,00</b>
Adicional noturno	R\$ 0,00
Hora noturna adicional	R\$ 0,00
Ferido remunerado	R\$ 73,34
Reflexo sobre o repouso semanal remunerado	R\$ 12,22
<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 1.371,63</b>
<b>Vale-transporte</b>	<b>R\$ 144,63</b>
Custo mensal	R\$ 252,03
Parcela do trabalhador	-R\$ 107,40
<b>Fornecimento de Alimentação</b>	<b>R\$ 761,33</b>
Custo mensal	R\$ 788,18
Dia da categoria (16 de maio)	-R\$ 26,85
<b>Cesta básica</b>	<b>R\$ 232,60</b>
Valor da Cesta Básica	R\$ 250,60
Parcela do trabalhador	-R\$ 18,00
<b>Assistência médica familiar</b>	<b>R\$ 133,50</b>
Custo com assistência médica familiar	R\$ 222,50
Parcela do trabalhador	-R\$ 89,00
<b>Benefício Social Familiar</b>	<b>R\$ 35,00</b>
<b>Auxílio-creche</b>	<b>R\$ 34,50</b>
<b>Plano Odontológico</b>	<b>R\$ 22,00</b>
<b>Norma Regulamentadora N° 07</b>	<b>R\$ 8,07</b>
<b>Insumos Diversos</b>	<b>R\$ 39,98</b>
<b>Uniforme</b>	<b>R\$ 22,37</b>
Custo mensal	R\$ 24,65
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 2,28
<b>EPI</b>	<b>R\$ 17,61</b>



Custo mensal	R\$ 19,40
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 1,79
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 1.461,01</b>
Encargos previdenciários e FGTS	R\$ 690,21
13º salário + adicional de férias	R\$ 337,92
Afastamento maternidade	R\$ 1,84
Custo de reposição do profissional ausente	R\$ 318,47
Custo de rescisão	R\$ 92,70
Outros*	R\$ 19,87
<b>Total do Posto Mês</b>	<b>R\$ 4.748,18</b>

**Auxiliar de Serviços Gerais**

<b>Discriminação dos Custos</b>	<b>Diurno</b>
<b>Remuneração</b>	<b>R\$ 1.875,56</b>
Salário-base	R\$ 1.790,00
Adicional noturno	R\$ 0,00
Hora noturna adicional	R\$ 0,00
Ferido remunerado	R\$ 73,34
Reflexo sobre o repouso semanal remunerado	R\$ 12,22
<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 1.371,63</b>
Vale-transporte	R\$ 144,63
Custo mensal	R\$ 252,03
Parcela do trabalhador	-R\$ 107,40
<b>Fornecimento de Alimentação</b>	<b>R\$ 761,33</b>
Custo mensal	R\$ 788,18
Dia da categoria (16 de maio)	-R\$ 26,85
<b>Cesta básica</b>	<b>R\$ 232,60</b>
Valor da Cesta Básica	R\$ 250,60
Parcela do trabalhador	-R\$ 18,00
<b>Assistência médica familiar</b>	<b>R\$ 133,50</b>
Custo com assistência médica familiar	R\$ 222,50
Parcela do trabalhador	-R\$ 89,00
<b>Benefício Social Familiar</b>	<b>R\$ 35,00</b>
Auxílio-creche	R\$ 34,50
Plano Odontológico	R\$ 22,00
Norma Regulamentadora N° 07	R\$ 8,07
<b>Insumos Diversos</b>	<b>R\$ 23,46</b>
Uniforme	R\$ 19,20
Custo mensal	R\$ 21,16
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 1,96
<b>EPI</b>	<b>R\$ 4,26</b>
Custo mensal	R\$ 4,69
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 0,43
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 1.461,01</b>
Encargos previdenciários e FGTS	R\$ 690,21
13º salário + adicional de férias	R\$ 337,92
Afastamento maternidade	R\$ 1,84
Custo de reposição do profissional ausente	R\$ 318,47
Custo de rescisão	R\$ 92,70
Outros*	R\$ 19,87
<b>Total do Posto Mês</b>	<b>R\$ 4.731,66</b>

### PLANILHA D - Encargos Sociais e Trabalhistas

Encargos	Jornada 44 Horas
<b>Grupo A – Encargos Sociais Básicos</b>	<b>36,8000%</b>
Previdência Social	20,0000%
SESI	1,5000%
SENAI	1,0000%
Incra	0,2000%
Sebrae	0,6000%
Salário-educação	2,5000%
Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,0000%
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	8,0000%
<b>Grupo B – Tempo Remunerado e Não Trabalhado</b>	<b>12,4120%</b>
Férias	9,6940%
Ausência por enfermidade ≤ 15 dias	1,6330%
Ausências legais	0,9670%
Licença-paternidade	0,0240%
Acidente de trabalho	0,0810%
Aviso-prévio trabalhado	0,0130%
<b>Grupo C – Adicional de Férias e 13º Salário</b>	<b>13,1700%</b>
Adicional de férias	3,2310%
13º salário	9,9390%
<b>Grupo D – Obrigações Rescisórias</b>	<b>4,9424%</b>
Aviso-prévio indenizado	3,4220%
Incidência do FGTS sobre o aviso-prévio indenizado	0,2740%
Incidência da multa FGTS sobre os depósitos do FGTS	1,1270%
Incidência da multa FGTS sobre o aviso-prévio indenizado	0,1190%
Incidência da multa FGTS sobre o aviso-prévio trabalhado	0,0004%
<b>Grupo E – Aprovisionamento de Casos Especiais</b>	<b>1,1576%</b>
Incidência do Grupo A sobre afastamento por licença-maternidade	0,0980%
Incidência do FGTS sobre o acidente de trabalho > 15 dias	0,0016%
Percentual referente ao abono pecuniário	0,1380%
Percentual referente ao reflexo do aviso-prévio indenizado sobre férias e 13º salário	0,6650%
Incidência do FGTS sobre reflexo do aviso-prévio indenizado sobre 13º salário	0,0230%
Percentual referente a demitidos a 30 dias da data-base	0,2320%
<b>Grupo F – Incidências Cumulativas</b>	<b>9,4150%</b>
Grupo A x (Grupo B + Grupo C)	9,4150%
Incidência do Grupo A sobre o Grupo B	4,5680%
Incidência do Grupo A sobre o Grupo C	4,8470%
<b>TOTAL</b>	<b>77,8970%</b>

## **LOTE 2**

**PLANILHA A – RESUMO DOS CUSTOS;**

**PLANILHA B – CUSTOS DOS MATERIAIS DIVERSOS;**

**PLANILHA C – CUSTOS DE MÃO DE OBRA;**

**PLANILHA D – ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS.**

**PLANILHA A - Resumo dos Custos**

Definição de custos diretos e custos para rateio por tipo de refeição			
Tipo de Refeição	Custos Diretos por Refeição	Custos para Rateio	
	Composição	Composição	Rateio
Desjejum	Matéria-prima alimentar; recicláveis individuais e transporte	Mão de obra, recicláveis para preparo das refeições e despesas diversas	6,00%
Almoço			44,00%
Lanche da Tarde			6,00%
Jantar			44,00%

LOTE	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	FAIXA DE COMENSAIS		
		Até 70	Até 100	Até 150
		Matéria prima - Alimentar		
	Desjejum	R\$ 3,77	R\$ 3,77	R\$ 3,77
	Almoço	R\$ 9,13	R\$ 9,13	R\$ 9,13
	Lanche da Tarde	R\$ 3,77	R\$ 3,77	R\$ 3,77
	Jantar	R\$ 9,13	R\$ 9,13	R\$ 9,13
	Lanche especial - Integral	R\$ 10,87	R\$ 10,87	R\$ 10,87
	Lanche especial - parcial	R\$ 6,04	R\$ 6,04	R\$ 6,04
	Natal	R\$ 4,07	R\$ 4,07	R\$ 4,07
	Colação	R\$ 1,21	R\$ 1,21	R\$ 1,21
		Matéria prima - não alimentar		
	Recicláveis - Individuais			
	Desjejum	R\$ 0,01	R\$ 0,01	R\$ 0,01
	Almoço	R\$ 0,03	R\$ 0,03	R\$ 0,03
	Lanche da Tarde	R\$ 0,01	R\$ 0,01	R\$ 0,01
	Jantar	R\$ 0,03	R\$ 0,03	R\$ 0,03
	Recicláveis - Refeições			
	Recicláveis para preparo de refeições	R\$ 0,03	R\$ 0,03	R\$ 0,03
		Mão de Obra		
	Custo unitário diário/comensal	R\$ 11,90	R\$ 9,13	R\$ 9,27
		Despesas Diversas		
	Total com despesas diversas	R\$ 3,55	R\$ 2,76	R\$ 2,62

Total dos Custos por Refeição	Tipo de Refeição	Valor unitário (R\$) por comensal		
		Até 70	Até 100	Até 150
	Desjejum	R\$ 4,71	R\$ 4,49	R\$ 4,49
	Almoço	R\$ 15,97	R\$ 14,41	R\$ 14,40
	Lanche da Tarde	R\$ 4,71	R\$ 4,49	R\$ 4,49
	Jantar	R\$ 15,97	R\$ 14,41	R\$ 14,40

BDI			
Itens	Total	Componentes	Subtotal
Despesas Indiretas	5,81%	Administração Central	5,31%
		Seguros	0,50%
Lucro	7,20%	Lucro	7,20%
Despesas Fiscais	9,25%	COFINS	7,60%
		ICMS	0%
		PIS	1,65%

BDI 24,99%

Valor Final por Refeição	Tipo de Refeição	Valor unitário (R\$) por comensal		
		Até 70	Até 100	Até 150
	Desjejum	R\$ 5,88	R\$ 5,62	R\$ 5,62
	Almoço	R\$ 19,96	R\$ 18,01	R\$ 18,00
	Lanche da Tarde	R\$ 5,88	R\$ 5,62	R\$ 5,62
	Jantar	R\$ 19,96	R\$ 18,01	R\$ 18,00
	Lanche especial - Integral	R\$ 13,59	R\$ 13,59	R\$ 13,59
	Lanche especial - parcial	R\$ 7,55	R\$ 7,55	R\$ 7,55
	Natal	R\$ 5,09	R\$ 5,09	R\$ 5,09
	Colação	R\$ 1,51	R\$ 1,51	R\$ 1,51

LOTE 2 - Faixa até 70 (A)	Custos de Transporte	Custo Fixo	Custo Variável	Quantidade de KM	Valor do Y
		SEM TRANSPORTE			

LOTE 2 - Faixa até 70 (B)	Custos de Transporte	Custo Fixo	Custo Variável	Quantidade de KM	Valor do Y
		SEM TRANSPORTE			
LOTE 2 - Faixa até 70 (C)	Custos de Transporte	Custo Fixo	Custo Variável	Quantidade de KM	Valor do Y
		SEM TRANSPORTE			
LOTE 2 - Faixa até 70 (D)	Custos de Transporte	Custo Fixo	Custo Variável	Quantidade de KM	Valor do Y
		SEM TRANSPORTE			

**PLANILHA B - Planilha de Custos de Materiais - Diversos**

Valores da matéria-prima alimentar		Valor Total Mensal	Total de Refeições	Total diário por refeição	Total diário por comensal
	Desjejum e Lanche da Tarde	R\$ 229,41	30,44	R\$ 7,54	R\$ 7,54
	Desjejum e Lanche - valor por Refeição				R\$ 3,77
	Almoço e Jantar - básico	R\$ 81,64	30,44	R\$ 2,68	R\$ 2,68
	Almoço e Jantar - proteínas	R\$ 439,78	101,66	R\$ 4,33	R\$ 8,65
	Almoço e Jantar - guarnição	R\$ 40,72	88,79	R\$ 0,46	R\$ 0,92
	Almoço e Jantar - saladas	R\$ 25,17	82,62	R\$ 0,30	R\$ 0,61
	Almoço e Jantar - sobremesas	R\$ 115,21	115,23	R\$ 1,00	R\$ 2,00
	Almoço e Jantar - temperos	R\$ 55,92	30,44	R\$ 1,84	R\$ 1,84
	Almoço e Jantar - preparações	R\$ 43,36	30,44	R\$ 1,42	R\$ 1,42
	Almoço e Jantar - bebidas	R\$ 4,31	30,44	R\$ 0,14	R\$ 0,14
	Almoço e Jantar				R\$ 18,26
	Almoço e Jantar - valor por Refeição				R\$ 9,13
	Lanche especial (Período Integral) - valor por Refeição	R\$ 10,87			R\$ 10,87
	Lanche especial (Período Parcial) - valor por Refeição	R\$ 6,04			R\$ 6,04
	Natal - valor por Refeição	R\$ 4,07			R\$ 4,07
	Colação - valor por Refeição	R\$ 1,21			R\$ 1,21

Valores com recipientes e recicláveis individuais para as refeições		Total diário por refeição	
		Recipientes e recicláveis individuais	Recicláveis para preparo das refeições
	Desjejum e Lanche - valor por Refeição	R\$ 0,01	0,03
	Almoço e Jantar - valor por Refeição	R\$ 0,03	0,03

Despesas Diversas		Custo Diário por Comensal		
	Comensais	Até 70	Até 100	Até 150
	Produtos para higienização e limpeza	R\$ 1,55	R\$ 1,55	R\$ 1,55
	Despesa com controle integrado de pragas	R\$ 0,01	R\$ 0,01	R\$ 0,02
	Análise microbiológica dos alimentos preparados	R\$ 0,19	R\$ 0,12	R\$ 0,10
	Análise de potabilidade da água	R\$ 0,01	R\$ 0,01	R\$ 0,01
	Equipamentos	R\$ 0,24	R\$ 0,14	R\$ 0,13
	Utensílios	R\$ 0,10	R\$ 0,06	R\$ 0,08
	Despesas com gás	R\$ 1,45	R\$ 0,87	R\$ 0,73
	Total das Despesas por Refeição	R\$ 3,55	R\$ 2,76	R\$ 2,62

PLANILHA C - Planilha de Custo de Mão de Obra

Quadro de funcionários contemplando os folguistas necessários por setor/atividade e por turno

Faixa de Comensais	Participação Funcionário (%)	Custo Mensal (R\$)	Até 70	Até 100	Até 150
Setores/Turno		Diurno	Diurno	Diurno	Diurno
<b>Nutrição</b>					
Nutricionista RT	100,00%	R\$ 9.210,97	1,00	1,00	1,00
<b>Pré-preparo</b>		R\$ 4.859,11			
Ajudante de cozinha	50,00%	R\$ 4.731,66	1,28	1,28	1,28
1/2 oficial de açougue	35,00%	R\$ 4.748,18			
Açougueiro	15,00%	R\$ 5.542,80			
<b>Cocção</b>		R\$ 4.924,23			
Cozinheiro	50,00%	R\$ 5.112,21	1,28	1,28	1,28
1/2 oficial de cozinha	50,00%	R\$ 4.736,25			
<b>Distribuição</b>		R\$ 4.731,66			
Ajudante de cozinha	100,00%	R\$ 4.731,66	0,00	1,28	1,28
<b>Higienização de utensílios</b>		R\$ 4.731,66			
Auxiliar de serviços gerais	100,00%	R\$ 4.731,66	0,00	0,00	1,28
		<b>Total Mensal (R\$)</b>	<b>R\$ 21.733,65</b>	<b>R\$ 27.790,17</b>	<b>R\$ 33.846,70</b>
		<b>Número de Comensais</b>	<b>60</b>	<b>100</b>	<b>120,00</b>
		<b>Posto/Dia 30,44</b>	<b>30,44</b>	<b>30,44</b>	<b>30,44</b>
		<b>Custo Diário por Comensal (R\$)</b>	<b>R\$ 11,90</b>	<b>R\$ 9,13</b>	<b>R\$ 9,27</b>

Planilha de Custos de Mão de Obra

Nutricionista / Nutricionista Responsável Técnico

Discriminação dos Custos	Diurno
<b>Remuneração</b>	<b>R\$ 4.495,58</b>
<b>Salário-base</b>	R\$ 4.290,49
Adicional noturno	R\$ 0,00
Hora noturna adicional	R\$ 0,00
Ferido remunerado	R\$ 175,79
Reflexo sobre o repouso semanal remunerado	R\$ 29,30
<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 1.205,70</b>
<b>Vale-transporte</b>	<b>-R\$ 5,40</b>
Custo mensal	R\$ 252,03
Parcela do trabalhador	-R\$ 257,43
<b>Fornecimento de Alimentação</b>	<b>R\$ 724,80</b>
Custo mensal	R\$ 788,18
Dia da categoria (16 de maio)	-R\$ 63,38
<b>Cesta básica</b>	<b>R\$ 232,60</b>
Valor da Cesta Básica	R\$ 250,60



Parcela do trabalhador	-R\$ 18,00
<b>Assistência médica familiar</b>	<b>R\$ 133,50</b>
Custo com assistência médica familiar	R\$ 222,50
Parcela do trabalhador	-R\$ 89,00
<b>Benefício Social Familiar</b>	<b>R\$ 35,00</b>
<b>Auxílio-creche</b>	<b>R\$ 55,13</b>
<b>Plano Odontológico</b>	<b>R\$ 22,00</b>
<b>Norma Regulamentadora Nº 07</b>	<b>R\$ 8,07</b>
<b>Insumos Diversos</b>	<b>R\$ 7,76</b>
<b>Uniforme</b>	<b>R\$ 7,76</b>
Custo mensal	R\$ 8,55
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 0,79
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 3.501,93</b>
<b>Encargos previdenciários e FGTS</b>	<b>R\$ 1.654,37</b>
<b>13º salário + adicional de férias</b>	<b>R\$ 809,97</b>
<b>Afastamento maternidade</b>	<b>R\$ 4,41</b>
<b>Custo de reposição do profissional ausente</b>	<b>R\$ 763,35</b>
<b>Custo de rescisão</b>	<b>R\$ 222,19</b>
<b>Outros*</b>	<b>R\$ 47,64</b>
<b>Total do Posto Mês</b>	<b>R\$ 9.210,97</b>

#### Cozinheiro

<b>Discriminação dos Custos</b>	<b>Diurno</b>
<b>Remuneração</b>	<b>R\$ 2.085,79</b>
<b>Salário-base</b>	<b>R\$ 1.990,64</b>
Adicional noturno	R\$ 0,00
Hora noturna adicional	R\$ 0,00
Ferido remunerado	R\$ 81,56
Reflexo sobre o repouso semanal remunerado	R\$ 13,59
<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 1.360,44</b>
<b>Vale-transporte</b>	<b>R\$ 132,59</b>
Custo mensal	R\$ 252,03
Parcela do trabalhador	-R\$ 119,44
<b>Fornecimento de Alimentação</b>	<b>R\$ 758,32</b>
Custo mensal	R\$ 788,18
Dia da categoria (16 de maio)	-R\$ 29,86
<b>Cesta básica</b>	<b>R\$ 232,60</b>
Valor da Cesta Básica	R\$ 250,60
Parcela do trabalhador	-R\$ 18,00
<b>Assistência médica familiar</b>	<b>R\$ 133,50</b>
Custo com assistência médica familiar	R\$ 222,50
Parcela do trabalhador	-R\$ 89,00
<b>Benefício Social Familiar</b>	<b>R\$ 35,00</b>
<b>Auxílio-creche</b>	<b>R\$ 38,36</b>
<b>Plano Odontológico</b>	<b>R\$ 22,00</b>

<b>Norma Regulamentadora Nº 07</b>	<b>R\$ 8,07</b>
<b>Insumos Diversos</b>	<b>R\$ 41,21</b>
<b>Uniforme</b>	<b>R\$ 23,79</b>
Custo mensal	R\$ 26,21
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 2,42
<b>EPI</b>	<b>R\$ 17,42</b>
Custo mensal	R\$ 19,20
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 1,78
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 1.624,77</b>
<b>Encargos previdenciários e FGTS</b>	<b>R\$ 767,57</b>
<b>13º salário + adicional de férias</b>	<b>R\$ 375,80</b>
<b>Afastamento maternidade</b>	<b>R\$ 2,04</b>
<b>Custo de reposição do profissional ausente</b>	<b>R\$ 354,17</b>
<b>Custo de rescisão</b>	<b>R\$ 103,09</b>
<b>Outros*</b>	<b>R\$ 22,10</b>
<b>Total do Posto Mês</b>	<b>R\$ 5.112,21</b>

#### Meio Oficial de Cozinha

<b>Discriminação dos Custos</b>	<b>Diurno</b>
<b>Remuneração</b>	<b>R\$ 1.875,56</b>
<b>Salário-base</b>	<b>R\$ 1.790,00</b>
Adicional noturno	R\$ 0,00
Hora noturna adicional	R\$ 0,00
Ferido remunerado	R\$ 73,34
Reflexo sobre o repouso semanal remunerado	R\$ 12,22
<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 1.371,63</b>
<b>Vale-transporte</b>	<b>R\$ 144,63</b>
Custo mensal	R\$ 252,03
Parcela do trabalhador	-R\$ 107,40
<b>Fornecimento de Alimentação</b>	<b>R\$ 761,33</b>
Custo mensal	R\$ 788,18
Dia da categoria (16 de maio)	-R\$ 26,85
<b>Cesta básica</b>	<b>R\$ 232,60</b>
Valor da Cesta Básica	R\$ 250,60
Parcela do trabalhador	-R\$ 18,00
<b>Assistência médica familiar</b>	<b>R\$ 133,50</b>
Custo com assistência médica familiar	R\$ 222,50
Parcela do trabalhador	-R\$ 89,00
<b>Benefício Social Familiar</b>	<b>R\$ 35,00</b>
<b>Auxílio-creche</b>	<b>R\$ 34,50</b>
<b>Plano Odontológico</b>	<b>R\$ 22,00</b>
<b>Norma Regulamentadora Nº 07</b>	<b>R\$ 8,07</b>
<b>Insumos Diversos</b>	<b>R\$ 28,05</b>
<b>Uniforme</b>	<b>R\$ 23,79</b>
Custo mensal	R\$ 26,21

Crédito PIS/COFINS	-R\$ 2,42
<b>EPI</b>	<b>R\$ 4,26</b>
Custo mensal	R\$ 4,69
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 0,43
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 1.461,01</b>
<b>Encargos previdenciários e FGTS</b>	<b>R\$ 690,21</b>
<b>13º salário + adicional de férias</b>	<b>R\$ 337,92</b>
<b>Afastamento maternidade</b>	<b>R\$ 1,84</b>
<b>Custo de reposição do profissional ausente</b>	<b>R\$ 318,47</b>
<b>Custo de rescisão</b>	<b>R\$ 92,70</b>
<b>Outros*</b>	<b>R\$ 19,87</b>
<b>Total do Posto Mês</b>	<b>R\$ 4.736,25</b>

#### Ajudante de Cozinha

Discriminação dos Custos	Diurno
<b>Remuneração</b>	<b>R\$ 1.875,56</b>
<b>Salário-base</b>	<b>R\$ 1.790,00</b>
Adicional noturno	R\$ 0,00
Hora noturna adicional	R\$ 0,00
Ferido remunerado	R\$ 73,34
Reflexo sobre o repouso semanal remunerado	R\$ 12,22
<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 1.371,63</b>
<b>Vale-transporte</b>	<b>R\$ 144,63</b>
Custo mensal	R\$ 252,03
Parcela do trabalhador	-R\$ 107,40
<b>Fornecimento de Alimentação</b>	<b>R\$ 761,33</b>
Custo mensal	R\$ 788,18
Dia da categoria (16 de maio)	-R\$ 26,85
<b>Cesta básica</b>	<b>R\$ 232,60</b>
Valor da Cesta Básica	R\$ 250,60
Parcela do trabalhador	-R\$ 18,00
<b>Assistência médica familiar</b>	<b>R\$ 133,50</b>
Custo com assistência médica familiar	R\$ 222,50
Parcela do trabalhador	-R\$ 89,00
<b>Benefício Social Familiar</b>	<b>R\$ 35,00</b>
<b>Auxílio-creche</b>	<b>R\$ 34,50</b>
<b>Plano Odontológico</b>	<b>R\$ 22,00</b>
<b>Norma Regulamentadora Nº 07</b>	<b>R\$ 8,07</b>
<b>Insumos Diversos</b>	<b>R\$ 23,46</b>
<b>Uniforme</b>	<b>R\$ 19,20</b>
Custo mensal	R\$ 21,16
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 1,96
<b>EPI</b>	<b>R\$ 4,26</b>
Custo mensal	R\$ 4,69
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 0,43

<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 1.461,01</b>
<b>Encargos previdenciários e FGTS</b>	<b>R\$ 690,21</b>
<b>13º salário + adicional de férias</b>	<b>R\$ 337,92</b>
<b>Afastamento maternidade</b>	<b>R\$ 1,84</b>
<b>Custo de reposição do profissional ausente</b>	<b>R\$ 318,47</b>
<b>Custo de rescisão</b>	<b>R\$ 92,70</b>
<b>Outros*</b>	<b>R\$ 19,87</b>
<b>Total do Posto Mês</b>	<b>R\$ 4.731,66</b>

#### Açogueiro

<b>Discriminação dos Custos</b>	<b>Diurno</b>
<b>Remuneração</b>	<b>R\$ 2.336,01</b>
<b>Salário-base</b>	<b>R\$ 2.229,44</b>
Adicional noturno	R\$ 0,00
Hora noturna adicional	R\$ 0,00
Ferido remunerado	R\$ 91,35
Reflexo sobre o repouso semanal remunerado	R\$ 15,22
<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 1.347,14</b>
<b>Vale-transporte</b>	<b>R\$ 118,26</b>
Custo mensal	R\$ 252,03
Parcela do trabalhador	-R\$ 133,77
<b>Fornecimento de Alimentação</b>	<b>R\$ 754,74</b>
Custo mensal	R\$ 788,18
Dia da categoria (16 de maio)	-R\$ 33,44
<b>Cesta básica</b>	<b>R\$ 232,60</b>
Valor da Cesta Básica	R\$ 250,60
Parcela do trabalhador	-R\$ 18,00
<b>Assistência médica familiar</b>	<b>R\$ 133,50</b>
Custo com assistência médica familiar	R\$ 222,50
Parcela do trabalhador	-R\$ 89,00
<b>Benefício Social Familiar</b>	<b>R\$ 35,00</b>
<b>Auxílio-creche</b>	<b>R\$ 42,97</b>
<b>Plano Odontológico</b>	<b>R\$ 22,00</b>
<b>Norma Regulamentadora Nº 07</b>	<b>R\$ 8,07</b>
<b>Insumos Diversos</b>	<b>R\$ 39,98</b>
<b>Uniforme</b>	<b>R\$ 22,37</b>
Custo mensal	R\$ 24,65
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 2,28
<b>EPI</b>	<b>R\$ 17,61</b>
Custo mensal	R\$ 19,40
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 1,79
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 1.819,67</b>
<b>Encargos previdenciários e FGTS</b>	<b>R\$ 859,65</b>
<b>13º salário + adicional de férias</b>	<b>R\$ 420,88</b>
<b>Afastamento maternidade</b>	<b>R\$ 2,29</b>

Custo de reposição do profissional ausente	R\$ 396,65
Custo de rescisão	R\$ 115,45
Outros*	R\$ 24,75
<b>Total do Posto Mês</b>	<b>R\$ 5.542,80</b>

#### Meio Oficial de Açougue

Discriminação dos Custos	Diurno
<b>Remuneração</b>	<b>R\$ 1.875,56</b>
<b>Salário-base</b>	R\$ 1.790,00
Adicional noturno	R\$ 0,00
Hora noturna adicional	R\$ 0,00
Ferido remunerado	R\$ 73,34
Reflexo sobre o repouso semanal remunerado	R\$ 12,22
<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 1.371,63</b>
<b>Vale-transporte</b>	<b>R\$ 144,63</b>
Custo mensal	R\$ 252,03
Parcela do trabalhador	-R\$ 107,40
<b>Fornecimento de Alimentação</b>	<b>R\$ 761,33</b>
Custo mensal	R\$ 788,18
Dia da categoria (16 de maio)	-R\$ 26,85
<b>Cesta básica</b>	<b>R\$ 232,60</b>
Valor da Cesta Básica	R\$ 250,60
Parcela do trabalhador	-R\$ 18,00
<b>Assistência médica familiar</b>	<b>R\$ 133,50</b>
Custo com assistência médica familiar	R\$ 222,50
Parcela do trabalhador	-R\$ 89,00
<b>Benefício Social Familiar</b>	<b>R\$ 35,00</b>
<b>Auxílio-creche</b>	<b>R\$ 34,50</b>
<b>Plano Odontológico</b>	<b>R\$ 22,00</b>
<b>Norma Regulamentadora Nº 07</b>	<b>R\$ 8,07</b>
<b>Insumos Diversos</b>	<b>R\$ 39,98</b>
<b>Uniforme</b>	<b>R\$ 22,37</b>
Custo mensal	R\$ 24,65
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 2,28
<b>EPI</b>	<b>R\$ 17,61</b>
Custo mensal	R\$ 19,40
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 1,79
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 1.461,01</b>
<b>Encargos previdenciários e FGTS</b>	<b>R\$ 690,21</b>
<b>13º salário + adicional de férias</b>	<b>R\$ 337,92</b>
<b>Afastamento maternidade</b>	<b>R\$ 1,84</b>
<b>Custo de reposição do profissional ausente</b>	<b>R\$ 318,47</b>
<b>Custo de rescisão</b>	<b>R\$ 92,70</b>
<b>Outros*</b>	<b>R\$ 19,87</b>
<b>Total do Posto Mês</b>	<b>R\$ 4.748,18</b>

**Auxiliar de Serviços Gerais**

<b>Discriminação dos Custos</b>	<b>Diurno</b>
<b>Remuneração</b>	<b>R\$ 1.875,56</b>
<b>Salário-base</b>	R\$ 1.790,00
Adicional noturno	R\$ 0,00
Hora noturna adicional	R\$ 0,00
Ferido remunerado	R\$ 73,34
Reflexo sobre o repouso semanal remunerado	R\$ 12,22
<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 1.371,63</b>
<b>Vale-transporte</b>	<b>R\$ 144,63</b>
Custo mensal	R\$ 252,03
Parcela do trabalhador	-R\$ 107,40
<b>Fornecimento de Alimentação</b>	<b>R\$ 761,33</b>
Custo mensal	R\$ 788,18
Dia da categoria (16 de maio)	-R\$ 26,85
<b>Cesta básica</b>	<b>R\$ 232,60</b>
Valor da Cesta Básica	R\$ 250,60
Parcela do trabalhador	-R\$ 18,00
<b>Assistência médica familiar</b>	<b>R\$ 133,50</b>
Custo com assistência médica familiar	R\$ 222,50
Parcela do trabalhador	-R\$ 89,00
<b>Benefício Social Familiar</b>	<b>R\$ 35,00</b>
<b>Auxílio-creche</b>	<b>R\$ 34,50</b>
<b>Plano Odontológico</b>	<b>R\$ 22,00</b>
<b>Norma Regulamentadora Nº 07</b>	<b>R\$ 8,07</b>
<b>Insumos Diversos</b>	<b>R\$ 23,46</b>
<b>Uniforme</b>	<b>R\$ 19,20</b>
Custo mensal	R\$ 21,16
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 1,96
<b>EPI</b>	<b>R\$ 4,26</b>
Custo mensal	R\$ 4,69
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 0,43
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 1.461,01</b>
<b>Encargos previdenciários e FGTS</b>	<b>R\$ 690,21</b>
<b>13º salário + adicional de férias</b>	<b>R\$ 337,92</b>
<b>Afastamento maternidade</b>	<b>R\$ 1,84</b>
<b>Custo de reposição do profissional ausente</b>	<b>R\$ 318,47</b>
<b>Custo de rescisão</b>	<b>R\$ 92,70</b>
<b>Outros*</b>	<b>R\$ 19,87</b>
<b>Total do Posto Mês</b>	<b>R\$ 4.731,66</b>

### PLANILHA D - Encargos Sociais e Trabalhistas

Encargos	Jornada 44 Horas
<b>Grupo A – Encargos Sociais Básicos</b>	<b>36,8000%</b>
Previdência Social	20,0000%
SESI	1,5000%
SENAI	1,0000%
Incra	0,2000%
Sebrae	0,6000%
Salário-educação	2,5000%
Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,0000%
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	8,0000%
<b>Grupo B – Tempo Remunerado e Não Trabalhado</b>	<b>12,4120%</b>
Férias	9,6940%
Ausência por enfermidade ≤ 15 dias	1,6330%
Ausências legais	0,9670%
Licença-paternidade	0,0240%
Acidente de trabalho	0,0810%
Aviso-prévio trabalhado	0,0130%
<b>Grupo C – Adicional de Férias e 13º Salário</b>	<b>13,1700%</b>
Adicional de férias	3,2310%
13º salário	9,9390%
<b>Grupo D – Obrigações Rescisórias</b>	<b>4,9424%</b>
Aviso-prévio indenizado	3,4220%
Incidência do FGTS sobre o aviso-prévio indenizado	0,2740%
Incidência da multa FGTS sobre os depósitos do FGTS	1,1270%
Incidência da multa FGTS sobre o aviso-prévio indenizado	0,1190%
Incidência da multa FGTS sobre o aviso-prévio trabalhado	0,0004%
<b>Grupo E – Aprovisionamento de Casos Especiais</b>	<b>1,1576%</b>
Incidência do Grupo A sobre afastamento por licença-maternidade	0,0980%
Incidência do FGTS sobre o acidente de trabalho > 15 dias	0,0016%
Percentual referente ao abono pecuniário	0,1380%
Percentual referente ao reflexo do aviso-prévio indenizado sobre férias e 13º salário	0,6650%
Incidência do FGTS sobre reflexo do aviso-prévio indenizado sobre 13º salário	0,0230%
Percentual referente a demitidos a 30 dias da data-base	0,2320%
<b>Grupo F – Incidências Cumulativas</b>	<b>9,4150%</b>
Grupo A x (Grupo B + Grupo C)	9,4150%
Incidência do Grupo A sobre o Grupo B	4,5680%
Incidência do Grupo A sobre o Grupo C	4,8470%
<b>TOTAL</b>	<b>77,8970%</b>

## **LOTE 3**

**PLANILHA A – RESUMO DOS CUSTOS;**

**PLANILHA B – CUSTOS DOS MATERIAIS DIVERSOS;**

**PLANILHA C – CUSTOS DE MÃO DE OBRA;**

**PLANILHA D – ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS e,**

**PLANILHA E – CUSTO TOTAL FIXO DE TRANSPORTE DOS SERVIÇOS.**



**PLANILHA A - Resumo dos Custos**

Definição de custos diretos e custos para rateio por tipo de refeição			
Tipo de Refeição	Custos Diretos por Refeição	Custos para Rateio	
	Composição	Composição	Rateio
Desjejum	Matéria-prima alimentar; recicláveis individuais e transporte	Mão de obra, recicláveis para preparo das refeições e despesas diversas	6,00%
Almoço			44,00%
Lanche da Tarde			6,00%
Jantar			44,00%

LOTE	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	FAIXA DE COMENSAIS		
		Até 70	Até 100	Até 150
		Matéria prima - Alimentar		
	Desjejum	R\$ 3,77	R\$ 3,77	R\$ 3,77
	Almoço	R\$ 9,13	R\$ 9,13	R\$ 9,13
	Lanche da Tarde	R\$ 3,77	R\$ 3,77	R\$ 3,77
	Jantar	R\$ 9,13	R\$ 9,13	R\$ 9,13
	Lanche especial - Integral	R\$ 10,87	R\$ 10,87	R\$ 10,87
	Lanche especial - parcial	R\$ 6,04	R\$ 6,04	R\$ 6,04
	Natal	R\$ 4,07	R\$ 4,07	R\$ 4,07
	Colação	R\$ 1,21	R\$ 1,21	R\$ 1,21
		Matéria prima - não alimentar		
	Recicláveis - Individuais			
	Desjejum	R\$ 0,01	R\$ 0,01	R\$ 0,01
	Almoço	R\$ 0,03	R\$ 0,03	R\$ 0,03
	Lanche da Tarde	R\$ 0,01	R\$ 0,01	R\$ 0,01
	Jantar	R\$ 0,03	R\$ 0,03	R\$ 0,03
	Recicláveis - Refeições			
	Recicláveis para preparo de refeições	R\$ 0,03	R\$ 0,03	R\$ 0,03
		Mão de Obra		
	Custo unitário diário/comensal	R\$ 11,90	R\$ 9,13	R\$ 9,27
		Despesas Diversas		
	Total com despesas diversas	R\$ 3,55	R\$ 2,76	R\$ 2,62

Total dos Custos por Refeição	Tipo de Refeição	Valor unitário (R\$) por comensal		
		Até 70	Até 100	Até 150
	Desjejum	R\$ 4,71	R\$ 4,49	R\$ 4,49
	Almoço	R\$ 15,97	R\$ 14,41	R\$ 14,40
	Lanche da Tarde	R\$ 4,71	R\$ 4,49	R\$ 4,49
	Jantar	R\$ 15,97	R\$ 14,41	R\$ 14,40

BDI			
Itens	Total	Componentes	Subtotal
Despesas Indiretas	5,81%	Administração Central	5,31%
		Seguros	0,50%
Lucro	7,20%	Lucro	7,20%
Despesas Fiscais	9,25%	COFINS	7,60%
		ICMS	0%
		PIS	1,65%

BDI        24,99%

Valor Final por Refeição	Tipo de Refeição	Valor unitário (R\$) por comensal		
		Até 70	Até 100	Até 150
	Desjejum	R\$ 5,88	R\$ 5,62	R\$ 5,62
	Almoço	R\$ 19,96	R\$ 18,01	R\$ 18,00
	Lanche da Tarde	R\$ 5,88	R\$ 5,62	R\$ 5,62
	Jantar	R\$ 19,96	R\$ 18,01	R\$ 18,00
	Lanche especial - Integral	R\$ 13,59	R\$ 13,59	R\$ 13,59
	Lanche especial - parcial	R\$ 7,55	R\$ 7,55	R\$ 7,55
	Natal	R\$ 5,09	R\$ 5,09	R\$ 5,09
	Colação	R\$ 1,51	R\$ 1,51	R\$ 1,51

LOTE 3 - Faixa até 70 (A)	Custos de Transporte	Custo Fixo	Custo Variável	Quantidade de KM	Valor do Y		
		SEM TRANSPORTE					
LOTE 3 - Faixa até 70 (B)	Custos de Transporte	Custo Fixo	Custo Variável	Quantidade de KM	Valor do Y		
		SEM TRANSPORTE					
LOTE 3 - Faixa até 70 (C)	Custos de Transporte	Custo Fixo	Custo Variável	Quantidade de KM	Valor do Y		
		SEM TRANSPORTE					
LOTE 3 - Faixa até 70 (D)	Custos de Transporte	Custo Fixo	Custo Variável	Quantidade de KM	Valor do Y		
		SEM TRANSPORTE					
						COM TRANSPORTE	
LOTE 3 - Faixa até 150 (E)	Custos de Transporte	Custo Fixo	Custo Variável	Quantidade de KM	Valor do Y	Desjejum e Lanche da Tarde	Almoço e Jantar
		5,8740	0,0703	40	8,68	14,30	26,69

**PLANILHA B - Planilha de Custos de Materiais - Diversos**

Valores da matéria-prima alimentar		Valor Total Mensal	Total de Refeições	Total diário por refeição	Total diário por comensal
	Desjejum e Lanche da Tarde	R\$ 229,41	30,44	R\$ 7,54	R\$ 7,54
	Desjejum e Lanche - valor por Refeição				R\$ 3,77
	Almoço e Jantar - básico	R\$ 81,64	30,44	R\$ 2,68	R\$ 2,68
	Almoço e Jantar - proteínas	R\$ 439,78	101,66	R\$ 4,33	R\$ 8,65
	Almoço e Jantar - guarnição	R\$ 40,72	88,79	R\$ 0,46	R\$ 0,92
	Almoço e Jantar - saladas	R\$ 25,17	82,62	R\$ 0,30	R\$ 0,61
	Almoço e Jantar - sobremesas	R\$ 115,21	115,23	R\$ 1,00	R\$ 2,00
	Almoço e Jantar - temperos	R\$ 55,92	30,44	R\$ 1,84	R\$ 1,84
	Almoço e Jantar - preparações	R\$ 43,36	30,44	R\$ 1,42	R\$ 1,42
	Almoço e Jantar - bebidas	R\$ 4,31	30,44	R\$ 0,14	R\$ 0,14
	Almoço e Jantar				R\$ 18,26
	Almoço e Jantar - valor por Refeição				R\$ 9,13
	Lanche especial (Período Integral) - valor por Refeição	R\$ 10,87			R\$ 10,87
	Lanche especial (Período Parcial) - valor por Refeição	R\$ 6,04			R\$ 6,04
	Natal - valor por Refeição	R\$ 4,07			R\$ 4,07
	Colação - valor por Refeição	R\$ 1,21			R\$ 1,21

Valores com recipientes e recicláveis individuais para as refeições		Total diário por refeição	
		Recipientes e recicláveis individuais	Recicláveis para preparo das refeições
	Desjejum e Lanche - valor por Refeição	R\$ 0,01	0,03
	Almoço e Jantar - valor por Refeição	R\$ 0,03	0,03

Despesas Diversas		Custo Diário por Comensal		
	Comensais	Até 70	Até 100	Até 150
	Produtos para higienização e limpeza	R\$ 1,55	R\$ 1,55	R\$ 1,55
	Despesa com controle integrado de pragas	R\$ 0,01	R\$ 0,01	R\$ 0,02
	Análise microbiológica dos alimentos preparados	R\$ 0,19	R\$ 0,12	R\$ 0,10
	Análise de potabilidade da água	R\$ 0,01	R\$ 0,01	R\$ 0,01
	Equipamentos	R\$ 0,24	R\$ 0,14	R\$ 0,13
	Utensílios	R\$ 0,10	R\$ 0,06	R\$ 0,08
	Despesas com gás	R\$ 1,45	R\$ 0,87	R\$ 0,73
	Total das Despesas por Refeição	R\$ 3,55	R\$ 2,76	R\$ 2,62

## PLANILHA C - Planilha de Custo de Mão de Obra

Quadro de funcionários contemplando os folguistas necessários por setor/atividade e por turno

Faixa de Comensais	Participação Funcionário (%)	Custo Mensal (R\$)	Até 70	Até 100	Até 150
Setores/Turno		Diurno	Diurno	Diurno	Diurno
<b>Nutrição</b>					
Nutricionista RT	100,00%	R\$ 9.210,97	1,00	1,00	1,00
<b>Pré-preparo</b>		<b>R\$ 4.859,11</b>			
Ajudante de cozinha	50,00%	R\$ 4.731,66	1,28	1,28	1,28
1/2 oficial de açougue	35,00%	R\$ 4.748,18			
Açougueiro	15,00%	R\$ 5.542,80			
<b>Cocção</b>		<b>R\$ 4.924,23</b>			
Cozinheiro	50,00%	R\$ 5.112,21	1,28	1,28	1,28
1/2 oficial de cozinha	50,00%	R\$ 4.736,25			
<b>Distribuição</b>		<b>R\$ 4.731,66</b>			
Ajudante de cozinha	100,00%	R\$ 4.731,66	0,00	1,28	1,28
<b>Higienização de utensílios</b>		<b>R\$ 4.731,66</b>			
Auxiliar de serviços gerais	100,00%	R\$ 4.731,66	0,00	0,00	1,28
<b>Total Mensal (R\$)</b>			<b>R\$ 21.733,65</b>	<b>R\$ 27.790,17</b>	<b>R\$ 33.846,70</b>
<b>Número de Comensais</b>			<b>60</b>	<b>100</b>	<b>120</b>
<b>Posto/Dia 30,44</b>			<b>30,44</b>	<b>30,44</b>	<b>30,44</b>
<b>Custo Diário por Comensal (R\$)</b>			<b>R\$ 11,90</b>	<b>R\$ 9,13</b>	<b>R\$ 9,27</b>

## Planilha de Custos de Mão de Obra

Nutricionista / Nutricionista Responsável Técnico

Discriminação dos Custos	Diurno
<b>Remuneração</b>	<b>R\$ 4.495,58</b>
<b>Salário-base</b>	R\$ 4.290,49
Adicional noturno	R\$ 0,00
Hora noturna adicional	R\$ 0,00
Ferido remunerado	R\$ 175,79
Reflexo sobre o repouso semanal remunerado	R\$ 29,30

<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 1.205,70</b>
<b>Vale-transporte</b>	<b>-R\$ 5,40</b>
Custo mensal	R\$ 252,03
Parcela do trabalhador	-R\$ 257,43
<b>Fornecimento de Alimentação</b>	<b>R\$ 724,80</b>
Custo mensal	R\$ 788,18
Dia da categoria (16 de maio)	-R\$ 63,38
<b>Cesta básica</b>	<b>R\$ 232,60</b>
Valor da Cesta Básica	R\$ 250,60
Parcela do trabalhador	-R\$ 18,00
<b>Assistência médica familiar</b>	<b>R\$ 133,50</b>
Custo com assistência médica familiar	R\$ 222,50
Parcela do trabalhador	-R\$ 89,00
<b>Benefício Social Familiar</b>	<b>R\$ 35,00</b>
<b>Auxílio-creche</b>	<b>R\$ 55,13</b>
<b>Plano Odontológico</b>	<b>R\$ 22,00</b>
<b>Norma Regulamentadora N° 07</b>	<b>R\$ 8,07</b>
<b>Insumos Diversos</b>	<b>R\$ 7,76</b>
<b>Uniforme</b>	<b>R\$ 7,76</b>
Custo mensal	R\$ 8,55
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 0,79
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 3.501,93</b>
<b>Encargos previdenciários e FGTS</b>	<b>R\$ 1.654,37</b>
<b>13º salário + adicional de férias</b>	<b>R\$ 809,97</b>
<b>Afastamento maternidade</b>	<b>R\$ 4,41</b>
<b>Custo de reposição do profissional ausente</b>	<b>R\$ 763,35</b>
<b>Custo de rescisão</b>	<b>R\$ 222,19</b>
<b>Outros*</b>	<b>R\$ 47,64</b>
<b>Total do Posto Mês</b>	<b>R\$ 9.210,97</b>

#### Cozinheiro

<b>Discriminação dos Custos</b>	<b>Diurno</b>
<b>Remuneração</b>	<b>R\$ 2.085,79</b>
<b>Salário-base</b>	<b>R\$ 1.990,64</b>
Adicional noturno	R\$ 0,00
Hora noturna adicional	R\$ 0,00

Ferido remunerado	R\$ 81,56
Reflexo sobre o repouso semanal remunerado	R\$ 13,59
<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 1.360,44</b>
<b>Vale-transporte</b>	<b>R\$ 132,59</b>
Custo mensal	R\$ 252,03
Parcela do trabalhador	-R\$ 119,44
<b>Fornecimento de Alimentação</b>	<b>R\$ 758,32</b>
Custo mensal	R\$ 788,18
Dia da categoria (16 de maio)	-R\$ 29,86
<b>Cesta básica</b>	<b>R\$ 232,60</b>
Valor da Cesta Básica	R\$ 250,60
Parcela do trabalhador	-R\$ 18,00
<b>Assistência médica familiar</b>	<b>R\$ 133,50</b>
Custo com assistência médica familiar	R\$ 222,50
Parcela do trabalhador	-R\$ 89,00
<b>Benefício Social Familiar</b>	<b>R\$ 35,00</b>
<b>Auxílio-creche</b>	<b>R\$ 38,36</b>
<b>Plano Odontológico</b>	<b>R\$ 22,00</b>
<b>Norma Regulamentadora Nº 07</b>	<b>R\$ 8,07</b>
<b>Insumos Diversos</b>	<b>R\$ 41,21</b>
<b>Uniforme</b>	<b>R\$ 23,79</b>
Custo mensal	R\$ 26,21
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 2,42
<b>EPI</b>	<b>R\$ 17,42</b>
Custo mensal	R\$ 19,20
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 1,78
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 1.624,77</b>
<b>Encargos previdenciários e FGTS</b>	<b>R\$ 767,57</b>
<b>13º salário + adicional de férias</b>	<b>R\$ 375,80</b>
<b>Afastamento maternidade</b>	<b>R\$ 2,04</b>
<b>Custo de reposição do profissional ausente</b>	<b>R\$ 354,17</b>
<b>Custo de rescisão</b>	<b>R\$ 103,09</b>
<b>Outros*</b>	<b>R\$ 22,10</b>
<b>Total do Posto Mês</b>	<b>R\$ 5.112,21</b>

Meio Oficial de Cozinha

Discriminação dos Custos	Diurno
<b>Remuneração</b>	<b>R\$ 1.875,56</b>
<b>Salário-base</b>	R\$ 1.790,00
Adicional noturno	R\$ 0,00
Hora noturna adicional	R\$ 0,00
Ferido remunerado	R\$ 73,34
Reflexo sobre o repouso semanal remunerado	R\$ 12,22
<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 1.371,63</b>
<b>Vale-transporte</b>	<b>R\$ 144,63</b>
Custo mensal	R\$ 252,03
Parcela do trabalhador	-R\$ 107,40
<b>Fornecimento de Alimentação</b>	<b>R\$ 761,33</b>
Custo mensal	R\$ 788,18
Dia da categoria (16 de maio)	-R\$ 26,85
<b>Cesta básica</b>	<b>R\$ 232,60</b>
Valor da Cesta Básica	R\$ 250,60
Parcela do trabalhador	-R\$ 18,00
<b>Assistência médica familiar</b>	<b>R\$ 133,50</b>
Custo com assistência médica familiar	R\$ 222,50
Parcela do trabalhador	-R\$ 89,00
<b>Benefício Social Familiar</b>	<b>R\$ 35,00</b>
<b>Auxílio-creche</b>	<b>R\$ 34,50</b>
<b>Plano Odontológico</b>	<b>R\$ 22,00</b>
<b>Norma Regulamentadora Nº 07</b>	<b>R\$ 8,07</b>
<b>Insumos Diversos</b>	<b>R\$ 28,05</b>
<b>Uniforme</b>	<b>R\$ 23,79</b>
Custo mensal	R\$ 26,21
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 2,42
<b>EPI</b>	<b>R\$ 4,26</b>
Custo mensal	R\$ 4,69
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 0,43
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 1.461,01</b>
<b>Encargos previdenciários e FGTS</b>	<b>R\$ 690,21</b>
<b>13º salário + adicional de férias</b>	<b>R\$ 337,92</b>
<b>Afastamento maternidade</b>	<b>R\$ 1,84</b>
<b>Custo de reposição do profissional ausente</b>	<b>R\$ 318,47</b>



<b>Custo de rescisão</b>	<b>R\$ 92,70</b>
<b>Outros*</b>	<b>R\$ 19,87</b>
<b>Total do Posto Mês</b>	<b>R\$ 4.736,25</b>

#### Ajudante de Cozinha

<b>Discriminação dos Custos</b>	<b>Diurno</b>
<b>Remuneração</b>	<b>R\$ 1.875,56</b>
<b>Salário-base</b>	R\$ 1.790,00
Adicional noturno	R\$ 0,00
Hora noturna adicional	R\$ 0,00
Ferido remunerado	R\$ 73,34
Reflexo sobre o repouso semanal remunerado	R\$ 12,22
<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 1.371,63</b>
<b>Vale-transporte</b>	<b>R\$ 144,63</b>
Custo mensal	R\$ 252,03
Parcela do trabalhador	-R\$ 107,40
<b>Fornecimento de Alimentação</b>	<b>R\$ 761,33</b>
Custo mensal	R\$ 788,18
Dia da categoria (16 de maio)	-R\$ 26,85
<b>Cesta básica</b>	<b>R\$ 232,60</b>
Valor da Cesta Básica	R\$ 250,60
Parcela do trabalhador	-R\$ 18,00
<b>Assistência médica familiar</b>	<b>R\$ 133,50</b>
Custo com assistência médica familiar	R\$ 222,50
Parcela do trabalhador	-R\$ 89,00
<b>Benefício Social Familiar</b>	<b>R\$ 35,00</b>
<b>Auxílio-creche</b>	<b>R\$ 34,50</b>
<b>Plano Odontológico</b>	<b>R\$ 22,00</b>
<b>Norma Regulamentadora Nº 07</b>	<b>R\$ 8,07</b>
<b>Insumos Diversos</b>	<b>R\$ 23,46</b>
<b>Uniforme</b>	<b>R\$ 19,20</b>
Custo mensal	R\$ 21,16
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 1,96
<b>EPI</b>	<b>R\$ 4,26</b>
Custo mensal	R\$ 4,69
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 0,43

<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 1.461,01</b>
Encargos previdenciários e FGTS	R\$ 690,21
13º salário + adicional de férias	R\$ 337,92
Afastamento maternidade	R\$ 1,84
Custo de reposição do profissional ausente	R\$ 318,47
Custo de rescisão	R\$ 92,70
Outros*	R\$ 19,87
<b>Total do Posto Mês</b>	<b>R\$ 4.731,66</b>

#### Açogueiro

<b>Discriminação dos Custos</b>	<b>Diurno</b>
<b>Remuneração</b>	<b>R\$ 2.336,01</b>
<b>Salário-base</b>	R\$ 2.229,44
Adicional noturno	R\$ 0,00
Hora noturna adicional	R\$ 0,00
Ferido remunerado	R\$ 91,35
Reflexo sobre o repouso semanal remunerado	R\$ 15,22
<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 1.347,14</b>
<b>Vale-transporte</b>	<b>R\$ 118,26</b>
Custo mensal	R\$ 252,03
Parcela do trabalhador	-R\$ 133,77
<b>Fornecimento de Alimentação</b>	<b>R\$ 754,74</b>
Custo mensal	R\$ 788,18
Dia da categoria (16 de maio)	-R\$ 33,44
<b>Cesta básica</b>	<b>R\$ 232,60</b>
Valor da Cesta Básica	R\$ 250,60
Parcela do trabalhador	-R\$ 18,00
<b>Assistência médica familiar</b>	<b>R\$ 133,50</b>
Custo com assistência médica familiar	R\$ 222,50
Parcela do trabalhador	-R\$ 89,00
<b>Benefício Social Familiar</b>	<b>R\$ 35,00</b>
<b>Auxílio-creche</b>	<b>R\$ 42,97</b>
<b>Plano Odontológico</b>	<b>R\$ 22,00</b>
<b>Norma Regulamentadora Nº 07</b>	<b>R\$ 8,07</b>
<b>Insumos Diversos</b>	<b>R\$ 39,98</b>
<b>Uniforme</b>	<b>R\$ 22,37</b>

Custo mensal	R\$ 24,65
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 2,28
<b>EPI</b>	<b>R\$ 17,61</b>
Custo mensal	R\$ 19,40
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 1,79
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 1.819,67</b>
<b>Encargos previdenciários e FGTS</b>	<b>R\$ 859,65</b>
<b>13º salário + adicional de férias</b>	<b>R\$ 420,88</b>
<b>Afastamento maternidade</b>	<b>R\$ 2,29</b>
<b>Custo de reposição do profissional ausente</b>	<b>R\$ 396,65</b>
<b>Custo de rescisão</b>	<b>R\$ 115,45</b>
<b>Outros*</b>	<b>R\$ 24,75</b>
<b>Total do Posto Mês</b>	<b>R\$ 5.542,80</b>

#### Meio Oficial de Açougue

Discriminação dos Custos	Diurno
<b>Remuneração</b>	<b>R\$ 1.875,56</b>
<b>Salário-base</b>	R\$ 1.790,00
Adicional noturno	R\$ 0,00
Hora noturna adicional	R\$ 0,00
Ferido remunerado	R\$ 73,34
Reflexo sobre o repouso semanal remunerado	R\$ 12,22
<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 1.371,63</b>
<b>Vale-transporte</b>	<b>R\$ 144,63</b>
Custo mensal	R\$ 252,03
Parcela do trabalhador	-R\$ 107,40
<b>Fornecimento de Alimentação</b>	<b>R\$ 761,33</b>
Custo mensal	R\$ 788,18
Dia da categoria (16 de maio)	-R\$ 26,85
<b>Cesta básica</b>	<b>R\$ 232,60</b>
Valor da Cesta Básica	R\$ 250,60
Parcela do trabalhador	-R\$ 18,00
<b>Assistência médica familiar</b>	<b>R\$ 133,50</b>
Custo com assistência médica familiar	R\$ 222,50
Parcela do trabalhador	-R\$ 89,00
<b>Benefício Social Familiar</b>	<b>R\$ 35,00</b>

<b>Auxílio-creche</b>	<b>R\$ 34,50</b>
<b>Plano Odontológico</b>	<b>R\$ 22,00</b>
<b>Norma Regulamentadora Nº 07</b>	<b>R\$ 8,07</b>
<b>Insumos Diversos</b>	<b>R\$ 39,98</b>
<b>Uniforme</b>	<b>R\$ 22,37</b>
Custo mensal	R\$ 24,65
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 2,28
<b>EPI</b>	<b>R\$ 17,61</b>
Custo mensal	R\$ 19,40
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 1,79
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 1.461,01</b>
<b>Encargos previdenciários e FGTS</b>	<b>R\$ 690,21</b>
<b>13º salário + adicional de férias</b>	<b>R\$ 337,92</b>
<b>Afastamento maternidade</b>	<b>R\$ 1,84</b>
<b>Custo de reposição do profissional ausente</b>	<b>R\$ 318,47</b>
<b>Custo de rescisão</b>	<b>R\$ 92,70</b>
<b>Outros*</b>	<b>R\$ 19,87</b>
<b>Total do Posto Mês</b>	<b>R\$ 4.748,18</b>

#### Auxiliar de Serviços Gerais

<b>Discriminação dos Custos</b>	<b>Diurno</b>
<b>Remuneração</b>	<b>R\$ 1.875,56</b>
<b>Salário-base</b>	R\$ 1.790,00
Adicional noturno	R\$ 0,00
Hora noturna adicional	R\$ 0,00
Ferido remunerado	R\$ 73,34
Reflexo sobre o repouso semanal remunerado	R\$ 12,22
<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 1.371,63</b>
<b>Vale-transporte</b>	<b>R\$ 144,63</b>
Custo mensal	R\$ 252,03
Parcela do trabalhador	-R\$ 107,40
<b>Fornecimento de Alimentação</b>	<b>R\$ 761,33</b>
Custo mensal	R\$ 788,18
Dia da categoria (16 de maio)	-R\$ 26,85
<b>Cesta básica</b>	<b>R\$ 232,60</b>
Valor da Cesta Básica	R\$ 250,60

Parcela do trabalhador	-R\$ 18,00
<b>Assistência médica familiar</b>	<b>R\$ 133,50</b>
Custo com assistência médica familiar	R\$ 222,50
Parcela do trabalhador	-R\$ 89,00
<b>Benefício Social Familiar</b>	<b>R\$ 35,00</b>
<b>Auxílio-creche</b>	<b>R\$ 34,50</b>
<b>Plano Odontológico</b>	<b>R\$ 22,00</b>
<b>Norma Regulamentadora Nº 07</b>	<b>R\$ 8,07</b>
<b>Insumos Diversos</b>	<b>R\$ 23,46</b>
<b>Uniforme</b>	<b>R\$ 19,20</b>
Custo mensal	R\$ 21,16
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 1,96
<b>EPI</b>	<b>R\$ 4,26</b>
Custo mensal	R\$ 4,69
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 0,43
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 1.461,01</b>
<b>Encargos previdenciários e FGTS</b>	<b>R\$ 690,21</b>
<b>13º salário + adicional de férias</b>	<b>R\$ 337,92</b>
<b>Afastamento maternidade</b>	<b>R\$ 1,84</b>
<b>Custo de reposição do profissional ausente</b>	<b>R\$ 318,47</b>
<b>Custo de rescisão</b>	<b>R\$ 92,70</b>
<b>Outros*</b>	<b>R\$ 19,87</b>
<b>Total do Posto Mês</b>	<b>R\$ 4.731,66</b>

**PLANILHA D - Encargos Sociais e Trabalhistas**

Encargos	Jornada 44 Horas
<b>Grupo A – Encargos Sociais Básicos</b>	<b>36,8000%</b>
Previdência Social	20,0000%
SESI	1,5000%
SENAI	1,0000%
Incra	0,2000%
Sebrae	0,6000%
Salário-educação	2,5000%
Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,0000%
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	8,0000%
<b>Grupo B – Tempo Remunerado e Não Trabalhado</b>	<b>12,4120%</b>
Férias	9,6940%
Ausência por enfermidade ≤ 15 dias	1,6330%
Ausências legais	0,9670%
Licença-paternidade	0,0240%
Acidente de trabalho	0,0810%
Aviso-prévio trabalhado	0,0130%
<b>Grupo C – Adicional de Férias e 13º Salário</b>	<b>13,1700%</b>
Adicional de férias	3,2310%
13º salário	9,9390%
<b>Grupo D – Obrigações Rescisórias</b>	<b>4,9424%</b>
Aviso-prévio indenizado	3,4220%
Incidência do FGTS sobre o aviso-prévio indenizado	0,2740%
Incidência da multa FGTS sobre os depósitos do FGTS	1,1270%
Incidência da multa FGTS sobre o aviso-prévio indenizado	0,1190%
Incidência da multa FGTS sobre o aviso-prévio trabalhado	0,0004%
<b>Grupo E – Aprovisionamento de Casos Especiais</b>	<b>1,1576%</b>
Incidência do Grupo A sobre afastamento por licença-maternidade	0,0980%
Incidência do FGTS sobre o acidente de trabalho > 15 dias	0,0016%
Percentual referente ao abono pecuniário	0,1380%
Percentual referente ao reflexo do aviso-prévio indenizado sobre férias e 13º salário	0,6650%
Incidência do FGTS sobre reflexo do aviso-prévio indenizado sobre 13º salário	0,0230%
Percentual referente a demitidos a 30 dias da data-base	0,2320%
<b>Grupo F – Incidências Cumulativas</b>	<b>9,4150%</b>
Grupo A x (Grupo B + Grupo C)	9,4150%
Incidência do Grupo A sobre o Grupo B	4,5680%
Incidência do Grupo A sobre o Grupo C	4,8470%
<b>TOTAL</b>	<b>77,8970%</b>

PLANILHA E - Custo total fixo de transporte dos Serviços B

	BDI	24,99%
Refeições Transportadas a cada viagem		26
Quantidade de viagens por dia		4

Custo Fixo	Custo Mensal	Fatores	Custo Diário
Mão de obra (motorista + auxiliar)	R\$ 12.736,99	30,44 - dia	R\$ 418,43
Demais Custos (Depreciação, Emplacamento, IPVA, Seguros e Outros)	R\$ 2.140,88	30,44 - dia	R\$ 70,33
Total do Custo Fixo Mensal	R\$ 14.877,87	-	R\$ 488,76

Custo Fixo	Custo Fixo + BDI
R\$ 4,6996	R\$ 5,8740

Custo Variável	Custo Mês	Fatores	Custo KM
Mão de obra (mecânico + auxiliar)	R\$ 9.881,74	0,23 / 10.000	R\$ 0,23
Demais Custos (peças, pneus, óleos, lavagens)	R\$ 29.250,00	/45.000	R\$ 0,65
Combustível	R\$ 5,80	/9KM/L - 0,06 (PIS e COFINS)	R\$ 0,58
Custo Variável	R\$ 39.137,54	-	R\$ 1,46

Custo KM	Custo KM + BDI
R\$ 0,0562	R\$ 0,0703

Planilha de Custos de Mão de Obra

Equipe de Transporte		
Discriminação dos Custos	Motorista	Auxiliar de Moto.
Remuneração	R\$ 2.290,25	R\$ 1.707,57
Salário-base	R\$ 2.185,76	R\$ 1.629,67
Ferido remunerado	R\$ 89,56	R\$ 66,77
Reflexo sobre o repouso semanal remunerado	R\$ 14,93	R\$ 11,13
Benefícios Mensais e Diários	R\$ 1.363,13	R\$ 1.380,56
Vale-transporte	R\$ 120,88	R\$ 154,25
Custo mensal	R\$ 252,03	R\$ 252,03
Parcela do trabalhador	-R\$ 131,15	-R\$ 97,78
Fornecimento de Alimentação	R\$ 755,39	R\$ 763,73
Custo mensal	R\$ 788,18	R\$ 788,18
Dia da categoria (16 de maio)	-R\$ 32,79	-R\$ 24,45
Cesta básica	R\$ 232,60	R\$ 232,60
Valor da Cesta Básica	R\$ 250,60	R\$ 250,60
Parcela do trabalhador	-R\$ 18,00	-R\$ 18,00
Assistência médica familiar	R\$ 133,50	R\$ 133,50
Custo com assistência médica familiar	R\$ 222,50	R\$ 222,50
Parcela do trabalhador	-R\$ 89,00	-R\$ 89,00
Benefício Social Familiar	R\$ 35,00	R\$ 35,00
Auxílio-creche	R\$ 42,13	R\$ 31,41
Plano Odontológico	R\$ 22,00	R\$ 22,00
Norma Regulamentadora Nº 07	R\$ 8,07	R\$ 8,07
Exame toxicológico	R\$ 13,56	R\$ 0,00
Insumos Diversos	R\$ 47,55	R\$ 47,55
Uniforme	R\$ 47,55	R\$ 47,55
Custo mensal	R\$ 52,40	R\$ 52,40
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 4,85	-R\$ 4,85

<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 1.784,02</b>	<b>R\$ 1.330,14</b>
<b>Encargos previdenciários e FGTS</b>	<b>R\$ 842,81</b>	<b>R\$ 628,39</b>
<b>13º salário + adicional de férias</b>	<b>R\$ 412,63</b>	<b>R\$ 307,65</b>
<b>Afastamento maternidade</b>	<b>R\$ 2,24</b>	<b>R\$ 1,67</b>
<b>Custo de reposição do profissional ausente</b>	<b>R\$ 388,88</b>	<b>R\$ 289,95</b>
<b>Custo de rescisão</b>	<b>R\$ 113,19</b>	<b>R\$ 84,39</b>
<b>Outros*</b>	<b>R\$ 24,27</b>	<b>R\$ 18,09</b>
<b>Total de Custos</b>	<b>R\$ 5.484,95</b>	<b>R\$ 4.465,82</b>
Despesas com Folguista	R\$ 1,28	R\$ 1,28
<b>Total do Posto/Mês</b>	<b>R\$ 7.020,74</b>	<b>R\$ 5.716,25</b>

#### Equipe de Manutenção

<b>Discriminação dos Custos</b>	<b>Mecânico</b>	<b>Ajudante de Mec.</b>
<b>Remuneração</b>	<b>R\$ 2.527,25</b>	<b>R\$ 1.726,42</b>
<b>Salário-base</b>	<b>R\$ 2.385,63</b>	<b>R\$ 1.629,67</b>
Adicional noturno	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Hora noturna adicional	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Ferido remunerado	R\$ 117,29	R\$ 80,13
Reflexo sobre o repouso semanal remunerado	R\$ 24,33	R\$ 16,62
<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 1.122,74</b>	<b>R\$ 1.164,86</b>
<b>Vale-transporte</b>	<b>R\$ 56,63</b>	<b>R\$ 101,99</b>
Custo mensal	R\$ 199,77	R\$ 199,77
Parcela do trabalhador	-R\$ 143,14	-R\$ 97,78
<b>Fornecimento de Alimentação</b>	<b>R\$ 588,96</b>	<b>R\$ 600,29</b>
Custo mensal	R\$ 624,74	R\$ 624,74
Dia da categoria (16 de maio)	-R\$ 35,78	-R\$ 24,45
<b>Cesta básica</b>	<b>R\$ 232,60</b>	<b>R\$ 232,60</b>
Valor da Cesta Básica	R\$ 250,60	R\$ 250,60
Parcela do trabalhador	-R\$ 18,00	-R\$ 18,00
<b>Assistência médica familiar</b>	<b>R\$ 133,50</b>	<b>R\$ 133,50</b>
Custo com assistência médica familiar	R\$ 222,50	R\$ 222,50
Parcela do trabalhador	-R\$ 89,00	-R\$ 89,00
<b>Benefício Social Familiar</b>	<b>R\$ 35,00</b>	<b>R\$ 35,00</b>
<b>Auxílio-creche</b>	<b>R\$ 45,98</b>	<b>R\$ 31,41</b>
<b>Plano Odontológico</b>	<b>R\$ 22,00</b>	<b>R\$ 22,00</b>
<b>Norma Regulamentadora Nº 07</b>	<b>R\$ 8,07</b>	<b>R\$ 8,07</b>
<b>Insumos Diversos</b>	<b>R\$ 35,32</b>	<b>R\$ 35,32</b>
<b>Uniforme</b>	<b>R\$ 35,32</b>	<b>R\$ 35,32</b>
Custo mensal	R\$ 38,92	R\$ 38,92
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 3,60	-R\$ 3,60
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 1.942,72</b>	<b>R\$ 1.327,11</b>
<b>Encargos previdenciários e FGTS</b>	<b>R\$ 930,03</b>	<b>R\$ 635,32</b>
<b>13º salário + adicional de férias</b>	<b>R\$ 431,12</b>	<b>R\$ 294,51</b>
<b>Afastamento maternidade</b>	<b>R\$ 2,33</b>	<b>R\$ 1,59</b>
<b>Custo de reposição do profissional ausente</b>	<b>R\$ 406,23</b>	<b>R\$ 277,50</b>
<b>Custo de rescisão</b>	<b>R\$ 143,33</b>	<b>R\$ 97,91</b>
<b>Outros*</b>	<b>R\$ 29,68</b>	<b>R\$ 20,28</b>
<b>Total de Custos</b>	<b>R\$ 5.628,03</b>	<b>R\$ 4.253,71</b>



## **LOTE 4**

**PLANILHA A – RESUMO DOS CUSTOS;**

**PLANILHA B – CUSTOS DOS MATERIAIS DIVERSOS;**

**PLANILHA C – CUSTOS DE MÃO DE OBRA;**

**PLANILHA D – ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS, e**

**PLANILHA E – CUSTO TOTAL FIXO DE TRANSPORTE DOS SERVIÇOS.**

PLANILHA A - Resumo dos Custos

Definição de custos diretos e custos para rateio por tipo de refeição			
Tipo de Refeição	Custos Diretos por Refeição	Custos para Rateio	
	Composição	Composição	Rateio
Desjejum	Matéria-prima alimentar; recicláveis individuais e transporte	Mão de obra, recicláveis para preparo das refeições e despesas diversas	6,00%
Almoço			44,00%
Lanche da Tarde			6,00%
Jantar			44,00%

LOTE	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	FAIXA DE COMENSAIS			
		Até 70	Até 100	Até 150	Até 300
		Matéria prima - Alimentar			
	Desjejum	R\$ 3,77	R\$ 3,77	R\$ 3,77	R\$ 3,77
	Almoço	R\$ 9,13	R\$ 9,13	R\$ 9,13	R\$ 9,13
	Lanche da Tarde	R\$ 3,77	R\$ 3,77	R\$ 3,77	R\$ 3,77
	Jantar	R\$ 9,13	R\$ 9,13	R\$ 9,13	R\$ 9,13
	Lanche especial - Integral	R\$ 10,87	R\$ 10,87	R\$ 10,87	R\$ 10,87
	Lanche especial - parcial	R\$ 6,04	R\$ 6,04	R\$ 6,04	R\$ 6,04
	Natal	R\$ 4,07	R\$ 4,07	R\$ 4,07	R\$ 4,07
	Colação	R\$ 1,21	R\$ 1,21	R\$ 1,21	R\$ 1,21
		Matéria prima - não alimentar			
	Recicláveis - Individuais				
	Desjejum	R\$ 0,01	R\$ 0,01	R\$ 0,01	R\$ 0,01
	Almoço	R\$ 0,03	R\$ 0,03	R\$ 0,03	R\$ 0,03
	Lanche da Tarde	R\$ 0,01	R\$ 0,01	R\$ 0,01	R\$ 0,01
	Jantar	R\$ 0,03	R\$ 0,03	R\$ 0,03	R\$ 0,03
	Recicláveis - Refeições				
	Recicláveis para preparo de refeições	R\$ 0,03	R\$ 0,03	R\$ 0,03	R\$ 0,03
		Mão de Obra			
	Custo unitário diário/comensal	R\$ 11,90	R\$ 9,13	R\$ 9,27	R\$ 8,25
		Despesas Diversas			
	Total com despesas diversas	R\$ 3,55	R\$ 2,76	R\$ 2,62	R\$ 2,09

Total dos Custos por Refeição	Tipo de Refeição	Valor unitário (R\$) por comensal			
		Até 70	Até 100	Até 150	Até 300
	Desjejum	R\$ 4,71	R\$ 4,49	R\$ 4,49	R\$ 4,40
	Almoço	R\$ 15,97	R\$ 14,41	R\$ 14,40	R\$ 13,72
	Lanche da Tarde	R\$ 4,71	R\$ 4,49	R\$ 4,49	R\$ 4,40
	Jantar	R\$ 15,97	R\$ 14,41	R\$ 14,40	R\$ 13,72

BDI			
Itens	Total	Componentes	Subtotal
Despesas Indiretas	5,81%	Administração Central	5,31%
		Seguros	0,50%
Lucro	7,20%	Lucro	7,20%
Despesas Fiscais	9,25%	COFINS	7,60%
		ICMS	0%
		PIS	1,65%

BDI 24,99%

Valor Final por Refeição	Tipo de Refeição	Valor unitário (R\$) por comensal			
		Até 70	Até 100	Até 150	Até 300
	Desjejum	R\$ 5,88	R\$ 5,62	R\$ 5,62	R\$ 5,50
	Almoço	R\$ 19,96	R\$ 18,01	R\$ 18,00	R\$ 17,15
	Lanche da Tarde	R\$ 5,88	R\$ 5,62	R\$ 5,62	R\$ 5,50
	Jantar	R\$ 19,96	R\$ 18,01	R\$ 18,00	R\$ 17,15
	Lanche especial - Integral	R\$ 13,59	R\$ 13,59	R\$ 13,59	R\$ 13,59
	Lanche especial - parcial	R\$ 7,55	R\$ 7,55	R\$ 7,55	R\$ 7,55
	Natal	R\$ 5,09	R\$ 5,09	R\$ 5,09	R\$ 5,09
	Colação	R\$ 1,51	R\$ 1,51	R\$ 1,51	R\$ 1,51

LOTE 3 - Faixa até 300 (A)	Custos de Transporte					COM TRANSPORTE	
		Custo Fixo	Custo Variável	Quantidade de KM	Valor do Y	Desjejum e Lanche da Tarde	Almoço e Jantar
		0,5494	0,0066	68	0,99	6,49	18,15

**PLANILHA B - Planilha de Custos de Materiais - Diversos**

Valores da matéria-prima alimentar		Valor Total Mensal	Total de Refeições	Total diário por refeição	Total diário por comensal
	Desjejum e Lanche da Tarde	R\$ 229,41	30,44	R\$ 7,54	R\$ 7,54
	Desjejum e Lanche - valor por Refeição				R\$ 3,77
	Almoço e Jantar - básico	R\$ 81,64	30,44	R\$ 2,68	R\$ 2,68
	Almoço e Jantar - proteínas	R\$ 439,78	101,66	R\$ 4,33	R\$ 8,65
	Almoço e Jantar - guarnição	R\$ 40,72	88,79	R\$ 0,46	R\$ 0,92
	Almoço e Jantar - saladas	R\$ 25,17	82,62	R\$ 0,30	R\$ 0,61
	Almoço e Jantar - sobremesas	R\$ 115,21	115,23	R\$ 1,00	R\$ 2,00
	Almoço e Jantar - temperos	R\$ 55,92	30,44	R\$ 1,84	R\$ 1,84
	Almoço e Jantar - preparações	R\$ 43,36	30,44	R\$ 1,42	R\$ 1,42
	Almoço e Jantar - bebidas	R\$ 4,31	30,44	R\$ 0,14	R\$ 0,14
	Almoço e Jantar				R\$ 18,26
	Almoço e Jantar - valor por Refeição				R\$ 9,13
	Lanche especial (Período Integral) - valor por Refeição	R\$ 10,87			R\$ 10,87
	Lanche especial (Período Parcial) - valor por Refeição	R\$ 6,04			R\$ 6,04
	Natal - valor por Refeição	R\$ 4,07			R\$ 4,07
	Colação - valor por Refeição	R\$ 1,21			R\$ 1,21

Valores com recipientes e recicláveis individuais para as refeições		Total diário por refeição	
		Recipientes e recicláveis individuais	Recicláveis para preparo das refeições
	Desjejum e Lanche - valor por Refeição	R\$ 0,01	0,03
	Almoço e Jantar - valor por Refeição	R\$ 0,03	0,03

Despesas Diversas		Custo Diário por Comensal			
	Comensais	Até 70	Até 100	Até 150	Até 300
	Produtos para higienização e limpeza	R\$ 1,55	R\$ 1,55	R\$ 1,55	R\$ 1,55
	Despesa com controle integrado de pragas	R\$ 0,01	R\$ 0,01	R\$ 0,02	R\$ 0,03
	Análise microbiológica dos alimentos preparados	R\$ 0,19	R\$ 0,12	R\$ 0,10	R\$ 0,05
	Análise de potabilidade da água	R\$ 0,01	R\$ 0,01	R\$ 0,01	R\$ 0,00
	Equipamentos	R\$ 0,24	R\$ 0,14	R\$ 0,13	R\$ 0,07
	Utensílios	R\$ 0,10	R\$ 0,06	R\$ 0,08	R\$ 0,04
	Despesas com gás	R\$ 1,45	R\$ 0,87	R\$ 0,73	R\$ 0,35
	Total das Despesas por Refeição	R\$ 3,55	R\$ 2,76	R\$ 2,62	R\$ 2,09

PLANILHA C - Planilha de Custo de Mão de Obra

Quadro de funcionários contemplando os folguistas necessários por setor/atividade e por turno

Faixa de Comensais	Participação	Custo Mensal (R\$)	Até 70	Até 100	Até 150	Até 300
Setores/Turno	Funcionário (%)	Diurno	Diurno	Diurno	Diurno	Diurno
<b>Nutrição</b>						
Nutricionista RT	100,00%	R\$ 9.210,97	1,00	1,00	1,00	1,00
Nutricionista		R\$ 9.210,97	0,00	0,00	0,00	0,00
Técnico em nutrição		R\$ 6.431,61	0,00	0,00	0,00	0,64
<b>Recebimento e estocagem</b>		<b>R\$ 4.865,65</b>				
Auxiliar de estoque	80,00%	R\$ 4.735,47	0,00	0,00	0,00	1,28
Auxiliar de expedição		R\$ 4.757,30				
Encaregado de expedição	20,00%	R\$ 5.417,75				
Estoquista		R\$ 5.267,66				
<b>Pré-preparo</b>		<b>R\$ 4.859,11</b>				
Ajudante de cozinha	50,00%	R\$ 4.731,66	1,28	1,28	1,28	2,56
1/2 oficial de açougue	35,00%	R\$ 4.748,18				
Açougueiro	15,00%	R\$ 5.542,80				
<b>Cocção</b>		<b>R\$ 4.924,23</b>				
Cozinheiro	50,00%	R\$ 5.112,21	1,28	1,28	1,28	2,56
1/2 oficial de cozinha	50,00%	R\$ 4.736,25				
<b>Distribuição</b>		<b>R\$ 4.731,66</b>				
Ajudante de cozinha	100,00%	R\$ 4.731,66	0,00	1,28	1,28	2,56
<b>Higienização de utensílios</b>		<b>R\$ 4.731,66</b>				
Auxiliar de serviços gerais	100,00%	R\$ 4.731,66	0,00	0,00	1,28	1,28
<b>Total Mensal (R\$)</b>			<b>R\$ 21.733,65</b>	<b>R\$ 27.790,17</b>	<b>R\$ 33.846,70</b>	<b>R\$ 62.770,16</b>
<b>Número de Comensais</b>			<b>60</b>	<b>100</b>	<b>120</b>	<b>250</b>
<b>Posto/Dia 30,44</b>			<b>30,44</b>	<b>30,44</b>	<b>30,44</b>	<b>30,44</b>
<b>Custo Diário por Comensal (R\$)</b>			<b>R\$ 11,90</b>	<b>R\$ 9,13</b>	<b>R\$ 9,27</b>	<b>R\$ 8,25</b>

Planilha de Custos de Mão de Obra

Nutricionista / Nutricionista Responsável Técnico

Discriminação dos Custos	Diurno
Remuneração	R\$ 4.495,58
Salário-base	R\$ 4.290,49
Adicional noturno	R\$ 0,00

Hora noturna adicional	R\$ 0,00
Ferido remunerado	R\$ 175,79
Reflexo sobre o repouso semanal remunerado	R\$ 29,30
<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 1.205,70</b>
<b>Vale-transporte</b>	<b>-R\$ 5,40</b>
Custo mensal	R\$ 252,03
Parcela do trabalhador	-R\$ 257,43
<b>Fornecimento de Alimentação</b>	<b>R\$ 724,80</b>
Custo mensal	R\$ 788,18
Dia da categoria (16 de maio)	-R\$ 63,38
<b>Cesta básica</b>	<b>R\$ 232,60</b>
Valor da Cesta Básica	R\$ 250,60
Parcela do trabalhador	-R\$ 18,00
<b>Assistência médica familiar</b>	<b>R\$ 133,50</b>
Custo com assistência médica familiar	R\$ 222,50
Parcela do trabalhador	-R\$ 89,00
<b>Benefício Social Familiar</b>	<b>R\$ 35,00</b>
<b>Auxílio-creche</b>	<b>R\$ 55,13</b>
<b>Plano Odontológico</b>	<b>R\$ 22,00</b>
<b>Norma Regulamentadora Nº 07</b>	<b>R\$ 8,07</b>
<b>Insumos Diversos</b>	<b>R\$ 7,76</b>
<b>Uniforme</b>	<b>R\$ 7,76</b>
Custo mensal	R\$ 8,55
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 0,79
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 3.501,93</b>
<b>Encargos previdenciários e FGTS</b>	<b>R\$ 1.654,37</b>
<b>13º salário + adicional de férias</b>	<b>R\$ 809,97</b>
<b>Afastamento maternidade</b>	<b>R\$ 4,41</b>
<b>Custo de reposição do profissional alocado</b>	<b>R\$ 763,35</b>
<b>Custo de rescisão</b>	<b>R\$ 222,19</b>
<b>Outros*</b>	<b>R\$ 47,64</b>
<b>Total do Posto Mês</b>	<b>R\$ 9.210,97</b>

#### Técnico em Nutrição

Discriminação dos Custos	Diurno
<b>Remuneração</b>	<b>R\$ 2.879,92</b>
<b>Salário-base</b>	<b>R\$ 2.748,54</b>
Adicional noturno	R\$ 0,00
Hora noturna adicional	R\$ 0,00

Ferido remunerado	R\$ 112,61
Reflexo sobre o repouso semanal remunerado	R\$ 18,77
<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 1.300,55</b>
<b>Vale-transporte</b>	<b>R\$ 87,12</b>
Custo mensal	R\$ 252,03
Parcela do trabalhador	-R\$ 164,91
<b>Fornecimento de Alimentação</b>	<b>R\$ 746,95</b>
Custo mensal	R\$ 788,18
Dia da categoria (16 de maio)	-R\$ 41,23
<b>Cesta básica</b>	<b>R\$ 232,60</b>
Valor da Cesta Básica	R\$ 250,60
Parcela do trabalhador	-R\$ 18,00
<b>Assistência médica familiar</b>	<b>R\$ 133,50</b>
Custo com assistência médica familiar	R\$ 222,50
Parcela do trabalhador	-R\$ 89,00
<b>Benefício Social Familiar</b>	<b>R\$ 35,00</b>
<b>Auxílio-creche</b>	<b>R\$ 35,31</b>
<b>Plano Odontológico</b>	<b>R\$ 22,00</b>
<b>Norma Regulamentadora Nº 07</b>	<b>R\$ 8,07</b>
<b>Insumos Diversos</b>	<b>R\$ 7,76</b>
<b>Uniforme</b>	<b>R\$ 7,76</b>
Custo mensal	R\$ 8,55
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 0,79
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 2.243,38</b>
<b>Encargos previdenciários e FGTS</b>	<b>R\$ 1.059,81</b>
<b>13º salário + adicional de férias</b>	<b>R\$ 518,88</b>
<b>Afastamento maternidade</b>	<b>R\$ 2,82</b>
<b>Custo de reposição do profissional alocado</b>	<b>R\$ 489,01</b>
<b>Custo de rescisão</b>	<b>R\$ 142,34</b>
<b>Outros*</b>	<b>R\$ 30,52</b>
<b>Total do Posto Mês</b>	<b>R\$ 6.431,61</b>

#### Cozinheiro

Discriminação dos Custos	Diurno
<b>Remuneração</b>	<b>R\$ 2.085,79</b>
<b>Salário-base</b>	<b>R\$ 1.990,64</b>
Adicional noturno	R\$ 0,00
Hora noturna adicional	R\$ 0,00
Ferido remunerado	R\$ 81,56

Reflexo sobre o repouso semanal remunerado	R\$ 13,59
<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 1.360,44</b>
<b>Vale-transporte</b>	<b>R\$ 132,59</b>
Custo mensal	R\$ 252,03
Parcela do trabalhador	-R\$ 119,44
<b>Fornecimento de Alimentação</b>	<b>R\$ 758,32</b>
Custo mensal	R\$ 788,18
Dia da categoria (16 de maio)	-R\$ 29,86
<b>Cesta básica</b>	<b>R\$ 232,60</b>
Valor da Cesta Básica	R\$ 250,60
Parcela do trabalhador	-R\$ 18,00
<b>Assistência médica familiar</b>	<b>R\$ 133,50</b>
Custo com assistência médica familiar	R\$ 222,50
Parcela do trabalhador	-R\$ 89,00
<b>Benefício Social Familiar</b>	<b>R\$ 35,00</b>
<b>Auxílio-creche</b>	<b>R\$ 38,36</b>
<b>Plano Odontológico</b>	<b>R\$ 22,00</b>
<b>Norma Regulamentadora Nº 07</b>	<b>R\$ 8,07</b>
<b>Insumos Diversos</b>	<b>R\$ 41,21</b>
<b>Uniforme</b>	<b>R\$ 23,79</b>
Custo mensal	R\$ 26,21
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 2,42
<b>EPI</b>	<b>R\$ 17,42</b>
Custo mensal	R\$ 19,20
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 1,78
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 1.624,77</b>
<b>Encargos previdenciários e FGTS</b>	<b>R\$ 767,57</b>
<b>13º salário + adicional de férias</b>	<b>R\$ 375,80</b>
<b>Afastamento maternidade</b>	<b>R\$ 2,04</b>
Custo de reposição do profissional alocado	R\$ 354,17
Custo de rescisão	R\$ 103,09
<b>Outros*</b>	<b>R\$ 22,10</b>
<b>Total do Posto Mês</b>	<b>R\$ 5.112,21</b>

#### Meio Oficial de Cozinha

Discriminação dos Custos	Diurno
<b>Remuneração</b>	<b>R\$ 1.875,56</b>
<b>Salário-base</b>	<b>R\$ 1.790,00</b>
Adicional noturno	R\$ 0,00



Hora noturna adicional	R\$ 0,00
Ferido remunerado	R\$ 73,34
Reflexo sobre o repouso semanal remunerado	R\$ 12,22
<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 1.371,63</b>
<b>Vale-transporte</b>	<b>R\$ 144,63</b>
Custo mensal	R\$ 252,03
Parcela do trabalhador	-R\$ 107,40
<b>Fornecimento de Alimentação</b>	<b>R\$ 761,33</b>
Custo mensal	R\$ 788,18
Dia da categoria (16 de maio)	-R\$ 26,85
<b>Cesta básica</b>	<b>R\$ 232,60</b>
Valor da Cesta Básica	R\$ 250,60
Parcela do trabalhador	-R\$ 18,00
<b>Assistência médica familiar</b>	<b>R\$ 133,50</b>
Custo com assistência médica familiar	R\$ 222,50
Parcela do trabalhador	-R\$ 89,00
<b>Benefício Social Familiar</b>	<b>R\$ 35,00</b>
<b>Auxílio-creche</b>	<b>R\$ 34,50</b>
<b>Plano Odontológico</b>	<b>R\$ 22,00</b>
<b>Norma Regulamentadora Nº 07</b>	<b>R\$ 8,07</b>
<b>Insumos Diversos</b>	<b>R\$ 28,05</b>
<b>Uniforme</b>	<b>R\$ 23,79</b>
Custo mensal	R\$ 26,21
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 2,42
<b>EPI</b>	<b>R\$ 4,26</b>
Custo mensal	R\$ 4,69
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 0,43
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 1.461,01</b>
<b>Encargos previdenciários e FGTS</b>	<b>R\$ 690,21</b>
<b>13º salário + adicional de férias</b>	<b>R\$ 337,92</b>
<b>Afastamento maternidade</b>	<b>R\$ 1,84</b>
<b>Custo de reposição do profissional alocado</b>	<b>R\$ 318,47</b>
<b>Custo de rescisão</b>	<b>R\$ 92,70</b>
<b>Outros*</b>	<b>R\$ 19,87</b>
<b>Total do Posto Mês</b>	<b>R\$ 4.736,25</b>

#### Ajudante de Cozinha

Discriminação dos Custos	Diurno
<b>Remuneração</b>	<b>R\$ 1.875,56</b>

<b>Salário-base</b>	R\$ 1.790,00
Adicional noturno	R\$ 0,00
Hora noturna adicional	R\$ 0,00
Ferido remunerado	R\$ 73,34
Reflexo sobre o repouso semanal remunerado	R\$ 12,22
<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 1.371,63</b>
<b>Vale-transporte</b>	<b>R\$ 144,63</b>
Custo mensal	R\$ 252,03
Parcela do trabalhador	-R\$ 107,40
<b>Fornecimento de Alimentação</b>	<b>R\$ 761,33</b>
Custo mensal	R\$ 788,18
Dia da categoria (16 de maio)	-R\$ 26,85
<b>Cesta básica</b>	<b>R\$ 232,60</b>
Valor da Cesta Básica	R\$ 250,60
Parcela do trabalhador	-R\$ 18,00
<b>Assistência médica familiar</b>	<b>R\$ 133,50</b>
Custo com assistência médica familiar	R\$ 222,50
Parcela do trabalhador	-R\$ 89,00
<b>Benefício Social Familiar</b>	<b>R\$ 35,00</b>
<b>Auxílio-creche</b>	<b>R\$ 34,50</b>
<b>Plano Odontológico</b>	<b>R\$ 22,00</b>
<b>Norma Regulamentadora Nº 07</b>	<b>R\$ 8,07</b>
<b>Insumos Diversos</b>	<b>R\$ 23,46</b>
<b>Uniforme</b>	<b>R\$ 19,20</b>
Custo mensal	R\$ 21,16
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 1,96
<b>EPI</b>	<b>R\$ 4,26</b>
Custo mensal	R\$ 4,69
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 0,43
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 1.461,01</b>
<b>Encargos previdenciários e FGTS</b>	<b>R\$ 690,21</b>
<b>13º salário + adicional de férias</b>	<b>R\$ 337,92</b>
<b>Afastamento maternidade</b>	<b>R\$ 1,84</b>
<b>Custo de reposição do profissional alocado</b>	<b>R\$ 318,47</b>
<b>Custo de rescisão</b>	<b>R\$ 92,70</b>
<b>Outros*</b>	<b>R\$ 19,87</b>
<b>Total do Posto Mês</b>	<b>R\$ 4.731,66</b>

Açogueiro

Discriminação dos Custos	Diurno
<b>Remuneração</b>	<b>R\$ 2.336,01</b>
<b>Salário-base</b>	R\$ 2.229,44
Adicional noturno	R\$ 0,00
Hora noturna adicional	R\$ 0,00
Ferido remunerado	R\$ 91,35
Reflexo sobre o repouso semanal remunerado	R\$ 15,22
<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 1.347,14</b>
<b>Vale-transporte</b>	<b>R\$ 118,26</b>
Custo mensal	R\$ 252,03
Parcela do trabalhador	-R\$ 133,77
<b>Fornecimento de Alimentação</b>	<b>R\$ 754,74</b>
Custo mensal	R\$ 788,18
Dia da categoria (16 de maio)	-R\$ 33,44
<b>Cesta básica</b>	<b>R\$ 232,60</b>
Valor da Cesta Básica	R\$ 250,60
Parcela do trabalhador	-R\$ 18,00
<b>Assistência médica familiar</b>	<b>R\$ 133,50</b>
Custo com assistência médica familiar	R\$ 222,50
Parcela do trabalhador	-R\$ 89,00
<b>Benefício Social Familiar</b>	<b>R\$ 35,00</b>
<b>Auxílio-creche</b>	<b>R\$ 42,97</b>
<b>Plano Odontológico</b>	<b>R\$ 22,00</b>
<b>Norma Regulamentadora Nº 07</b>	<b>R\$ 8,07</b>
<b>Insumos Diversos</b>	<b>R\$ 39,98</b>
<b>Uniforme</b>	<b>R\$ 22,37</b>
Custo mensal	R\$ 24,65
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 2,28
<b>EPI</b>	<b>R\$ 17,61</b>
Custo mensal	R\$ 19,40
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 1,79
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 1.819,67</b>
<b>Encargos previdenciários e FGTS</b>	<b>R\$ 859,65</b>
<b>13º salário + adicional de férias</b>	<b>R\$ 420,88</b>
<b>Afastamento maternidade</b>	<b>R\$ 2,29</b>
<b>Custo de reposição do profissional alocado</b>	<b>R\$ 396,65</b>
<b>Custo de rescisão</b>	<b>R\$ 115,45</b>
<b>Outros*</b>	<b>R\$ 24,75</b>
<b>Total do Posto Mês</b>	<b>R\$ 5.542,80</b>

Meio Oficial de Açougue

Discriminação dos Custos	Diurno
<b>Remuneração</b>	<b>R\$ 1.875,56</b>
<b>Salário-base</b>	R\$ 1.790,00
Adicional noturno	R\$ 0,00
Hora noturna adicional	R\$ 0,00
Ferido remunerado	R\$ 73,34
Reflexo sobre o repouso semanal re	R\$ 12,22
<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 1.371,63</b>
<b>Vale-transporte</b>	<b>R\$ 144,63</b>
Custo mensal	R\$ 252,03
Parcela do trabalhador	-R\$ 107,40
<b>Fornecimento de Alimentação</b>	<b>R\$ 761,33</b>
Custo mensal	R\$ 788,18
Dia da categoria (16 de maio)	-R\$ 26,85
<b>Cesta básica</b>	<b>R\$ 232,60</b>
Valor da Cesta Básica	R\$ 250,60
Parcela do trabalhador	-R\$ 18,00
<b>Assistência médica familiar</b>	<b>R\$ 133,50</b>
Custo com assistência médica familiar	R\$ 222,50
Parcela do trabalhador	-R\$ 89,00
<b>Benefício Social Familiar</b>	<b>R\$ 35,00</b>
<b>Auxílio-creche</b>	<b>R\$ 34,50</b>
<b>Plano Odontológico</b>	<b>R\$ 22,00</b>
<b>Norma Regulamentadora Nº 07</b>	<b>R\$ 8,07</b>
<b>Insumos Diversos</b>	<b>R\$ 39,98</b>
<b>Uniforme</b>	<b>R\$ 22,37</b>
Custo mensal	R\$ 24,65
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 2,28
<b>EPI</b>	<b>R\$ 17,61</b>
Custo mensal	R\$ 19,40
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 1,79
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 1.461,01</b>
<b>Encargos previdenciários e FGTS</b>	<b>R\$ 690,21</b>
<b>13º salário + adicional de férias</b>	<b>R\$ 337,92</b>
<b>Afastamento maternidade</b>	<b>R\$ 1,84</b>
<b>Custo de reposição do profissional a</b>	<b>R\$ 318,47</b>
<b>Custo de rescisão</b>	<b>R\$ 92,70</b>

Outros*	R\$ 19,87
<b>Total do Posto Mês</b>	<b>R\$ 4.748,18</b>

#### Auxiliar de Serviços Gerais

Discriminação dos Custos	Diurno
<b>Remuneração</b>	<b>R\$ 1.875,56</b>
<b>Salário-base</b>	R\$ 1.790,00
Adicional noturno	R\$ 0,00
Hora noturna adicional	R\$ 0,00
Ferido remunerado	R\$ 73,34
Reflexo sobre o repouso semanal re	R\$ 12,22
<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 1.371,63</b>
<b>Vale-transporte</b>	<b>R\$ 144,63</b>
Custo mensal	R\$ 252,03
Parcela do trabalhador	-R\$ 107,40
<b>Fornecimento de Alimentação</b>	<b>R\$ 761,33</b>
Custo mensal	R\$ 788,18
Dia da categoria (16 de maio)	-R\$ 26,85
<b>Cesta básica</b>	<b>R\$ 232,60</b>
Valor da Cesta Básica	R\$ 250,60
Parcela do trabalhador	-R\$ 18,00
<b>Assistência médica familiar</b>	<b>R\$ 133,50</b>
Custo com assistência médica familiar	R\$ 222,50
Parcela do trabalhador	-R\$ 89,00
<b>Benefício Social Familiar</b>	<b>R\$ 35,00</b>
<b>Auxílio-creche</b>	<b>R\$ 34,50</b>
<b>Plano Odontológico</b>	<b>R\$ 22,00</b>
<b>Norma Regulamentadora Nº 07</b>	<b>R\$ 8,07</b>
<b>Insumos Diversos</b>	<b>R\$ 23,46</b>
<b>Uniforme</b>	<b>R\$ 19,20</b>
Custo mensal	R\$ 21,16
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 1,96
<b>EPI</b>	<b>R\$ 4,26</b>
Custo mensal	R\$ 4,69
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 0,43
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 1.461,01</b>
<b>Encargos previdenciários e FGTS</b>	<b>R\$ 690,21</b>
<b>13º salário + adicional de férias</b>	<b>R\$ 337,92</b>
<b>Afastamento maternidade</b>	<b>R\$ 1,84</b>

Custo de reposição do profissional a	R\$ 318,47
Custo de rescisão	R\$ 92,70
Outros*	R\$ 19,87
<b>Total do Posto Mês</b>	<b>R\$ 4.731,66</b>

#### Encarregado de Expedição

Discriminação dos Custos	Diurno
<b>Remuneração</b>	<b>R\$ 2.258,26</b>
<b>Salário-base</b>	R\$ 2.155,24
Adicional noturno	R\$ 0,00
Hora noturna adicional	R\$ 0,00
Ferido remunerado	R\$ 88,30
Reflexo sobre o repouso semanal re	R\$ 14,72
<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 1.351,28</b>
<b>Vale-transporte</b>	<b>R\$ 122,72</b>
Custo mensal	R\$ 252,03
Parcela do trabalhador	-R\$ 129,31
<b>Fornecimento de Alimentação</b>	<b>R\$ 755,85</b>
Custo mensal	R\$ 788,18
Dia da categoria (16 de maio)	-R\$ 32,33
<b>Cesta básica</b>	<b>R\$ 232,60</b>
Valor da Cesta Básica	R\$ 250,60
Parcela do trabalhador	-R\$ 18,00
<b>Assistência médica familiar</b>	<b>R\$ 133,50</b>
Custo com assistência médica familiar	R\$ 222,50
Parcela do trabalhador	-R\$ 89,00
<b>Benefício Social Familiar</b>	<b>R\$ 35,00</b>
<b>Auxílio-creche</b>	<b>R\$ 41,54</b>
<b>Plano Odontológico</b>	<b>R\$ 22,00</b>
<b>Norma Regulamentadora Nº 07</b>	<b>R\$ 8,07</b>
<b>Insumos Diversos</b>	<b>R\$ 49,10</b>
<b>Uniforme</b>	<b>R\$ 49,10</b>
Custo mensal	R\$ 54,10
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 5,00
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 1.759,11</b>
<b>Encargos previdenciários e FGTS</b>	<b>R\$ 831,04</b>
<b>13º salário + adicional de férias</b>	<b>R\$ 406,87</b>
<b>Afastamento maternidade</b>	<b>R\$ 2,21</b>
<b>Custo de reposição do profissional a</b>	<b>R\$ 383,45</b>

Custo de rescisão	R\$ 111,61
Outros*	R\$ 23,93
<b>Total do Posto Mês</b>	<b>R\$ 5.417,75</b>

#### Auxiliar de Expedição

Discriminação dos Custos	Diurno
<b>Remuneração</b>	<b>R\$ 1.875,56</b>
<b>Salário-base</b>	R\$ 1.790,00
Adicional noturno	R\$ 0,00
Hora noturna adicional	R\$ 0,00
Ferido remunerado	R\$ 73,34
Reflexo sobre o repouso semanal re	R\$ 12,22
<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 1.371,63</b>
<b>Vale-transporte</b>	<b>R\$ 144,63</b>
Custo mensal	R\$ 252,03
Parcela do trabalhador	-R\$ 107,40
<b>Fornecimento de Alimentação</b>	<b>R\$ 761,33</b>
Custo mensal	R\$ 788,18
Dia da categoria (16 de maio)	-R\$ 26,85
<b>Cesta básica</b>	<b>R\$ 232,60</b>
Valor da Cesta Básica	R\$ 250,60
Parcela do trabalhador	-R\$ 18,00
<b>Assistência médica familiar</b>	<b>R\$ 133,50</b>
Custo com assistência médica familiar	R\$ 222,50
Parcela do trabalhador	-R\$ 89,00
<b>Benefício Social Familiar</b>	<b>R\$ 35,00</b>
<b>Auxílio-creche</b>	<b>R\$ 34,50</b>
<b>Plano Odontológico</b>	<b>R\$ 22,00</b>
<b>Norma Regulamentadora Nº 07</b>	<b>R\$ 8,07</b>
<b>Insumos Diversos</b>	<b>R\$ 49,10</b>
<b>Uniforme</b>	<b>R\$ 49,10</b>
Custo mensal	R\$ 54,10
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 5,00
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 1.461,01</b>
<b>Encargos previdenciários e FGTS</b>	<b>R\$ 690,21</b>
<b>13º salário + adicional de férias</b>	<b>R\$ 337,92</b>
<b>Afastamento maternidade</b>	<b>R\$ 1,84</b>
<b>Custo de reposição do profissional a</b>	<b>R\$ 318,47</b>
<b>Custo de rescisão</b>	<b>R\$ 92,70</b>

Outros*	R\$ 19,87
<b>Total do Posto Mês</b>	<b>R\$ 4.757,30</b>

#### Estoquista

<b>Discriminação dos Custos</b>	<b>Diurno</b>
<b>Remuneração</b>	<b>R\$ 2.183,94</b>
<b>Salário-base</b>	R\$ 2.084,31
Adicional noturno	R\$ 0,00
Hora noturna adicional	R\$ 0,00
Ferido remunerado	R\$ 85,40
Reflexo sobre o repouso semanal re	R\$ 14,23
<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 1.355,23</b>
<b>Vale-transporte</b>	<b>R\$ 126,97</b>
Custo mensal	R\$ 252,03
Parcela do trabalhador	-R\$ 125,06
<b>Fornecimento de Alimentação</b>	<b>R\$ 756,92</b>
Custo mensal	R\$ 788,18
Dia da categoria (16 de maio)	-R\$ 31,26
<b>Cesta básica</b>	<b>R\$ 232,60</b>
Valor da Cesta Básica	R\$ 250,60
Parcela do trabalhador	-R\$ 18,00
<b>Assistência médica familiar</b>	<b>R\$ 133,50</b>
Custo com assistência médica familiar	R\$ 222,50
Parcela do trabalhador	-R\$ 89,00
<b>Benefício Social Familiar</b>	<b>R\$ 35,00</b>
<b>Auxílio-creche</b>	<b>R\$ 40,17</b>
<b>Plano Odontológico</b>	<b>R\$ 22,00</b>
<b>Norma Regulamentadora Nº 07</b>	<b>R\$ 8,07</b>
<b>Insumos Diversos</b>	<b>R\$ 27,27</b>
<b>Uniforme</b>	<b>R\$ 20,62</b>
Custo mensal	R\$ 22,72
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 2,10
<b>EPI</b>	<b>R\$ 6,65</b>
Custo mensal	R\$ 7,33
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 0,68
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 1.701,22</b>
<b>Encargos previdenciários e FGTS</b>	<b>R\$ 803,69</b>
<b>13º salário + adicional de férias</b>	<b>R\$ 393,48</b>
<b>Afastamento maternidade</b>	<b>R\$ 2,14</b>



Custo de reposição do profissional a	R\$ 370,83
Custo de rescisão	R\$ 107,94
Outros*	R\$ 23,14
<b>Total do Posto Mês</b>	<b>R\$ 5.267,66</b>

#### Auxiliar de Estoque

Discriminação dos Custos	Diurno
<b>Remuneração</b>	<b>R\$ 1.875,56</b>
<b>Salário-base</b>	R\$ 1.790,00
Adicional noturno	R\$ 0,00
Hora noturna adicional	R\$ 0,00
Ferido remunerado	R\$ 73,34
Reflexo sobre o repouso semanal re	R\$ 12,22
<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 1.371,63</b>
<b>Vale-transporte</b>	<b>R\$ 144,63</b>
Custo mensal	R\$ 252,03
Parcela do trabalhador	-R\$ 107,40
<b>Fornecimento de Alimentação</b>	<b>R\$ 761,33</b>
Custo mensal	R\$ 788,18
Dia da categoria (16 de maio)	-R\$ 26,85
<b>Cesta básica</b>	<b>R\$ 232,60</b>
Valor da Cesta Básica	R\$ 250,60
Parcela do trabalhador	-R\$ 18,00
<b>Assistência médica familiar</b>	<b>R\$ 133,50</b>
Custo com assistência médica familiar	R\$ 222,50
Parcela do trabalhador	-R\$ 89,00
<b>Benefício Social Familiar</b>	<b>R\$ 35,00</b>
<b>Auxílio-creche</b>	<b>R\$ 34,50</b>
<b>Plano Odontológico</b>	<b>R\$ 22,00</b>
<b>Norma Regulamentadora Nº 07</b>	<b>R\$ 8,07</b>
<b>Insumos Diversos</b>	<b>R\$ 27,27</b>
<b>Uniforme</b>	<b>R\$ 20,62</b>
Custo mensal	R\$ 22,72
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 2,10
<b>EPI</b>	<b>R\$ 6,65</b>
Custo mensal	R\$ 7,33
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 0,68
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 1.461,01</b>
<b>Encargos previdenciários e FGTS</b>	<b>R\$ 690,21</b>

13º salário + adicional de férias	R\$ 337,92
Afastamento maternidade	R\$ 1,84
Custo de reposição do profissional a	R\$ 318,47
Custo de rescisão	R\$ 92,70
Outros*	R\$ 19,87
Total do Posto Mês	R\$ 4.735,47

**PLANILHA D - Encargos Sociais e Trabalhistas**

Encargos	Jornada 44 Horas
<b>Grupo A – Encargos Sociais Básicos</b>	<b>36,8000%</b>
Previdência Social	20,0000%
SESI	1,5000%
SENAI	1,0000%
Incra	0,2000%
Sebrae	0,6000%
Salário-educação	2,5000%
Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,0000%
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	8,0000%
<b>Grupo B – Tempo Remunerado e Não Trabalhado</b>	<b>12,4120%</b>
Férias	9,6940%
Ausência por enfermidade ≤ 15 dias	1,6330%
Ausências legais	0,9670%
Licença-paternidade	0,0240%
Acidente de trabalho	0,0810%
Aviso-prévio trabalhado	0,0130%
<b>Grupo C – Adicional de Férias e 13º Salário</b>	<b>13,1700%</b>
Adicional de férias	3,2310%
13º salário	9,9390%
<b>Grupo D – Obrigações Rescisórias</b>	<b>4,9424%</b>
Aviso-prévio indenizado	3,4220%
Incidência do FGTS sobre o aviso-prévio indenizado	0,2740%
Incidência da multa FGTS sobre os depósitos do FGTS	1,1270%
Incidência da multa FGTS sobre o aviso-prévio indenizado	0,1190%
Incidência da multa FGTS sobre o aviso-prévio trabalhado	0,0004%
<b>Grupo E – Aprovisionamento de Casos Especiais</b>	<b>1,1576%</b>
Incidência do Grupo A sobre afastamento por licença-maternidade	0,0980%
Incidência do FGTS sobre o acidente de trabalho > 15 dias	0,0016%
Percentual referente ao abono pecuniário	0,1380%
Percentual referente ao reflexo do aviso-prévio indenizado sobre férias e 13º salário	0,6650%
Incidência do FGTS sobre reflexo do aviso-prévio indenizado sobre 13º salário	0,0230%
Percentual referente a demitidos a 30 dias da data-base	0,2320%
<b>Grupo F – Incidências Cumulativas</b>	<b>9,4150%</b>
Grupo A x (Grupo B + Grupo C)	9,4150%
Incidência do Grupo A sobre o Grupo B	4,5680%
Incidência do Grupo A sobre o Grupo C	4,8470%
<b>TOTAL</b>	<b>77,8970%</b>

PLANILHA E - Custo total fixo de transporte dos Serviços B

	BDI	24,99%
Refeições Transportadas a cada viagem		278
Quantidade de viagens por dia		4

Custo Fixo	Custo Mensal	Fatores	Custo Diário
Mão de obra (motorista + auxiliar)	R\$ 12.736,99	30,44 - dia	R\$ 418,43
Demais Custos (Depreciação, Emplacamento, IPVA, Seguros e Outros)	R\$ 2.140,88	30,44 - dia	R\$ 70,33
Total do Custo Fixo Mensal	R\$ 14.877,87	-	R\$ 488,76

Custo Variável	Custo Mês	Fatores	Custo KM
Mão de obra (mecânico + auxiliar)	R\$ 9.881,74	0,23 / 10.000	R\$ 0,23
Demais Custos (peças, pneus, óleos, lavagens)	R\$ 29.250,00	/45.000	R\$ 0,65
Combustível	R\$ 5,80	/9KM/L - 0,06 (PIS e COFINS)	R\$ 0,58
Custo Variável	R\$ 39.137,54	-	R\$ 1,46

Custo Fixo	Custo Fixo + BDI
R\$ 0,4395	R\$ 0,5494

Custo KM	Custo KM + BDI
R\$ 0,0053	R\$ 0,0066

Planilha de Custos de Mão de Obra

Equipe de Transporte		
Discriminação dos Custos	Motorista	Auxiliar de Moto.
Remuneração	R\$ 2.290,25	R\$ 1.707,57
Salário-base	R\$ 2.185,76	R\$ 1.629,67
Ferido remunerado	R\$ 89,56	R\$ 66,77
Reflexo sobre o repouso semanal remunerado	R\$ 14,93	R\$ 11,13
Benefícios Mensais e Diários	R\$ 1.363,13	R\$ 1.380,56
Vale-transporte	R\$ 120,88	R\$ 154,25
Custo mensal	R\$ 252,03	R\$ 252,03
Parcela do trabalhador	-R\$ 131,15	-R\$ 97,78
Fornecimento de Alimentação	R\$ 755,39	R\$ 763,73
Custo mensal	R\$ 788,18	R\$ 788,18
Dia da categoria (16 de maio)	-R\$ 32,79	-R\$ 24,45
Cesta básica	R\$ 232,60	R\$ 232,60
Valor da Cesta Básica	R\$ 250,60	R\$ 250,60
Parcela do trabalhador	-R\$ 18,00	-R\$ 18,00
Assistência médica familiar	R\$ 133,50	R\$ 133,50
Custo com assistência médica familiar	R\$ 222,50	R\$ 222,50
Parcela do trabalhador	-R\$ 89,00	-R\$ 89,00
Benefício Social Familiar	R\$ 35,00	R\$ 35,00
Auxílio-creche	R\$ 42,13	R\$ 31,41
Plano Odontológico	R\$ 22,00	R\$ 22,00
Norma Regulamentadora Nº 07	R\$ 8,07	R\$ 8,07
Exame toxicológico	R\$ 13,56	R\$ 0,00
Insumos Diversos	R\$ 47,55	R\$ 47,55
Uniforme	R\$ 47,55	R\$ 47,55
Custo mensal	R\$ 52,40	R\$ 52,40
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 4,85	-R\$ 4,85

<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 1.784,02</b>	<b>R\$ 1.330,14</b>
Encargos previdenciários e FGTS	R\$ 842,81	R\$ 628,39
13º salário + adicional de férias	R\$ 412,63	R\$ 307,65
Afastamento maternidade	R\$ 2,24	R\$ 1,67
Custo de reposição do profissional ausente	R\$ 388,88	R\$ 289,95
Custo de rescisão	R\$ 113,19	R\$ 84,39
Outros*	R\$ 24,27	R\$ 18,09
<b>Total de Custos</b>	<b>R\$ 5.484,95</b>	<b>R\$ 4.465,82</b>
Despesas com Folguista	R\$ 1,28	R\$ 1,28
<b>Total do Posto/Mês</b>	<b>R\$ 7.020,74</b>	<b>R\$ 5.716,25</b>

**Equipe de Manutenção**

<b>Discriminação dos Custos</b>	<b>Mecânico</b>	<b>Ajudante de Mec.</b>
<b>Remuneração</b>	<b>R\$ 2.527,25</b>	<b>R\$ 1.726,42</b>
Salário-base	R\$ 2.385,63	R\$ 1.629,67
Adicional noturno	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Hora noturna adicional	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Ferido remunerado	R\$ 117,29	R\$ 80,13
Reflexo sobre o repouso semanal remunerado	R\$ 24,33	R\$ 16,62
<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 1.122,74</b>	<b>R\$ 1.164,86</b>
<b>Vale-transporte</b>	<b>R\$ 56,63</b>	<b>R\$ 101,99</b>
Custo mensal	R\$ 199,77	R\$ 199,77
Parcela do trabalhador	-R\$ 143,14	-R\$ 97,78
<b>Fornecimento de Alimentação</b>	<b>R\$ 588,96</b>	<b>R\$ 600,29</b>
Custo mensal	R\$ 624,74	R\$ 624,74
Dia da categoria (16 de maio)	-R\$ 35,78	-R\$ 24,45
<b>Cesta básica</b>	<b>R\$ 232,60</b>	<b>R\$ 232,60</b>
Valor da Cesta Básica	R\$ 250,60	R\$ 250,60
Parcela do trabalhador	-R\$ 18,00	-R\$ 18,00
<b>Assistência médica familiar</b>	<b>R\$ 133,50</b>	<b>R\$ 133,50</b>
Custo com assistência médica familiar	R\$ 222,50	R\$ 222,50
Parcela do trabalhador	-R\$ 89,00	-R\$ 89,00
<b>Benefício Social Familiar</b>	<b>R\$ 35,00</b>	<b>R\$ 35,00</b>
Auxílio-creche	R\$ 45,98	R\$ 31,41
Plano Odontológico	R\$ 22,00	R\$ 22,00
Norma Regulamentadora Nº 07	R\$ 8,07	R\$ 8,07
<b>Insumos Diversos</b>	<b>R\$ 35,32</b>	<b>R\$ 35,32</b>
<b>Uniforme</b>	<b>R\$ 35,32</b>	<b>R\$ 35,32</b>
Custo mensal	R\$ 38,92	R\$ 38,92
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 3,60	-R\$ 3,60
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 1.942,72</b>	<b>R\$ 1.327,11</b>
Encargos previdenciários e FGTS	R\$ 930,03	R\$ 635,32
13º salário + adicional de férias	R\$ 431,12	R\$ 294,51
Afastamento maternidade	R\$ 2,33	R\$ 1,59
Custo de reposição do profissional ausente	R\$ 406,23	R\$ 277,50
Custo de rescisão	R\$ 143,33	R\$ 97,91
Outros*	R\$ 29,68	R\$ 20,28
<b>Total de Custos</b>	<b>R\$ 5.628,03</b>	<b>R\$ 4.253,71</b>

ANEXO XI

PLANILHAS ORÇAMENTÁRIA (A PREENCHER)

ANEXO XI.2

**LOTE 1**

PLANILHA A – RESUMO DOS CUSTOS;

PLANILHA B – CUSTOS DOS MATERIAIS DIVERSOS;

PLANILHA C – CUSTOS DE MÃO DE OBRA;

PLANILHA D – ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

**Planilha A - Resumo dos Custos**

Definição de custos diretos e custos para rateio por tipo de refeição			
Tipo de Refeição	Custos Diretos por Refeição	Custos para Rateio	
	Composição	Composição	Rateio
Desjejum	Matéria-prima alimentar; recicláveis individuais e transporte	Mão de obra, recicláveis para preparo das refeições e despesas diversas	6,00%
Almoço			44,00%
Lanche da Tarde			6,00%
Jantar			44,00%

LOTE	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	FAIXA DE COMENSAIS		
		Até 70	Até 100	Até 150
		Matéria prima - Alimentar		
	Desjejum	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Almoço	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Lanche da Tarde	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Jantar	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Lanche especial - Integral	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Lanche especial - parcial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Natal	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Colação	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		Matéria prima - não alimentar		
	Recicláveis - Individuais			
	Desjejum	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Almoço	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Lanche da Tarde	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Jantar	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Recicláveis - Refeições			
	Recicláveis para preparo de refeições	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		Mão de Obra		
	Custo unitário diário/comensal	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		Despesas Diversas		

	Total com despesas diversas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
--	-----------------------------	----------	----------	----------

Total dos Custos por Refeição	Tipo de Refeição	Valor unitário (R\$) por comensal		
		Até 70	Até 100	Até 150
	Desjejum	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Almoço	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Lanche da Tarde	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Jantar	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

BDI			
Itens	Total	Componentes	Subtotal
Despesas Indiretas	0,00%	Administração Central	
		Seguros	
Lucro	0,00%	Lucro	
Despesas Fiscais	0,00%	COFINS	
		ICMS	
		PIS	

BDI            0,00%

Valor Final por Refeição	Tipo de Refeição	Valor unitário (R\$) por comensal		
		Até 70	Até 100	Até 150
	Desjejum	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Almoço	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Lanche da Tarde	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Jantar	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Lanche especial - Integral	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Lanche especial - parcial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Natal	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



	Colação	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
--	---------	----------	----------	----------

LOTE 1 - Faixa até 70 (A)	Custos de Transporte	Custo Fixo	Custo Variável	Quantidade de KM	Valor do Y
		SEM TRANSPORTE			

LOTE 1 - Faixa até 70 (B)	Custos de Transporte	Custo Fixo	Custo Variável	Quantidade de KM	Valor do Y
		SEM TRANSPORTE			

LOTE 1 - Faixa até 100 (C)	Custos de Transporte	Custo Fixo	Custo Variável	Quantidade de KM	Valor do Y
		SEM TRANSPORTE			

LOTE 1 - Faixa até 70 (D)	Custos de Transporte	Custo Fixo	Custo Variável	Quantidade de KM	Valor do Y
		SEM TRANSPORTE			

LOTE 1 - Faixa até 70 (E)	Custos de Transporte	Custo Fixo	Custo Variável	Quantidade de KM	Valor do Y
		SEM TRANSPORTE			

**Planilha B - Planilha de Custos de Materiais - Diversos**

Valores da matéria-prima alimentar		Valor Total Mensal	Total de Refeições	Total diário por refeição	Total diário por comensal
	Desjejum e Lanche da Tarde		30,44	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Desjejum e Lanche - valor por Refeição	-	-	-	R\$ 0,00
	Almoço e Jantar - básico		30,44	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Almoço e Jantar - proteínas		101,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Almoço e Jantar - guarnição		88,79	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Almoço e Jantar - saladas		82,62	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Almoço e Jantar - sobremesas		115,23	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Almoço e Jantar - temperos		30,44	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Almoço e Jantar - preparações		30,44	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Almoço e Jantar - bebidas		30,44	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Almoço e Jantar	-	-	-	R\$ 0,00
	Almoço e Jantar - valor por Refeição	-	-	-	R\$ 0,00
	Lanche especial (Período Integral) - valor por Refeição		-	-	R\$ 0,00
	Lanche especial (Período Parcial) - valor por Refeição		-	-	R\$ 0,00
	Natal - valor por Refeição		-	-	R\$ 0,00
	Colação - valor por Refeição		-	-	R\$ 0,00

Valores com recipientes e recicláveis individuais para as refeições		Total diário por refeição	
		Recipientes e recicláveis individuais	Recicláveis para preparo das refeições
	Desjejum e Lanche - valor por Refeição		
	Almoço e Jantar - valor por Refeição		

Despesas Diversas		Custo Diário por Comensal		
	Comensais	Até 70	Até 100	Até 150
	Produtos para higienização e limpeza			
	Despesa com controle integrado de pragas			
	Análise microbiológica dos alimentos preparados			
	Análise de potabilidade da água			
	Equipamentos			
	Utensílios			
	Despesas com gás			
	<b>Total das Despesas por Refeição</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>

Planilha C - Planilha de Custo de Mão de Obra

Quadro de funcionários contemplando os folguistas necessários por setor/atividade e por turno

Faixa de Comensais	Participação Funcionário (%)	Custo Mensal (R\$)	Até 70	Até 100	Até 150
Setores/Turno		Diurno	Diurno	Diurno	Diurno
<b>Nutrição</b>					
Nutricionista RT	100,00%	R\$ 0,00	1,00	1,00	1,00
<b>Pré-preparo</b>		R\$ 0,00			
Ajudante de cozinha	50,00%	R\$ 0,00	1,28	1,28	1,28
1/2 oficial de açougue	35,00%	R\$ 0,00			
Açougueiro	15,00%	R\$ 0,00			
<b>Cocção</b>		R\$ 0,00			
Cozinheiro	50,00%	R\$ 0,00	1,28	1,28	1,28
1/2 oficial de cozinha	50,00%	R\$ 0,00			
<b>Distribuição</b>		R\$ 0,00			
Ajudante de cozinha	100,00%	R\$ 0,00	0,00	1,28	1,28
<b>Higienização de utensílios</b>		R\$ 0,00			
Auxiliar de serviços gerais	100,00%	R\$ 0,00	0,00	0,00	1,28
Total Mensal (R\$)			R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Número de Comensais			60	100	120,00
Posto/Dia 30,44			30,44	30,44	30,44
Custo Diário por Comensal (R\$)			R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Planilha de Custos de Mão de Obra

Nutricionista / Nutricionista Responsável Técnico

Discriminação dos Custos	Diurno
<b>Remuneração</b>	R\$ 0,00
<b>Salário-base</b>	
Adicional noturno	
Hora noturna adicional	
Ferido remunerado	
Reflexo sobre o repouso semanal remunerado	
<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	R\$ 0,00
<b>Vale-transporte</b>	R\$ 0,00
Custo mensal	

Parcela do trabalhador	
<b>Fornecimento de Alimentação</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Dia da categoria (16 de maio)	
<b>Cesta básica</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Valor da Cesta Básica	
Parcela do trabalhador	
<b>Assistência médica familiar</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo com assistência médica familiar	
Parcela do trabalhador	
<b>Benefício Social Familiar</b>	
<b>Auxílio-creche</b>	
<b>Plano Odontológico</b>	
<b>Norma Regulamentadora Nº 07</b>	
<b>Insumos Diversos</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Uniforme</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Crédito PIS/COFINS	
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Encargos previdenciários e FGTS</b>	
<b>13º salário + adicional de férias</b>	
<b>Afastamento maternidade</b>	
<b>Custo de reposição do profissional ausente</b>	
<b>Custo de rescisão</b>	
<b>Outros*</b>	
<b>Total do Posto Mês</b>	<b>R\$ 0,00</b>

#### Cozinheiro

<b>Discriminação dos Custos</b>	<b>Diurno</b>
<b>Remuneração</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Salário-base</b>	
Adicional noturno	
Hora noturna adicional	
Ferido remunerado	
Reflexo sobre o repouso semanal remunerado	
<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Vale-transporte</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Parcela do trabalhador	

<b>Fornecimento de Alimentação</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Dia da categoria (16 de maio)	
<b>Cesta básica</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Valor da Cesta Básica	
Parcela do trabalhador	
<b>Assistência médica familiar</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo com assistência médica familiar	
Parcela do trabalhador	
<b>Benefício Social Familiar</b>	
<b>Auxílio-creche</b>	
<b>Plano Odontológico</b>	
<b>Norma Regulamentadora Nº 07</b>	
<b>Insumos Diversos</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Uniforme</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Crédito PIS/COFINS	
<b>EPI</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Crédito PIS/COFINS	
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Encargos previdenciários e FGTS</b>	
<b>13º salário + adicional de férias</b>	
<b>Afastamento maternidade</b>	
<b>Custo de reposição do profissional ausente</b>	
<b>Custo de rescisão</b>	
<b>Outros*</b>	
<b>Total do Posto Mês</b>	<b>R\$ 0,00</b>

#### Meio Oficial de Cozinha

<b>Discriminação dos Custos</b>	<b>Diurno</b>
<b>Remuneração</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Salário-base</b>	
Adicional noturno	
Hora noturna adicional	
Ferido remunerado	
Reflexo sobre o repouso semanal remunerado	
<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Vale-transporte</b>	<b>R\$ 0,00</b>

Custo mensal	
Parcela do trabalhador	
<b>Fornecimento de Alimentação</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Dia da categoria (16 de maio)	
<b>Cesta básica</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Valor da Cesta Básica	
Parcela do trabalhador	
<b>Assistência médica familiar</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo com assistência médica familiar	
Parcela do trabalhador	
<b>Benefício Social Familiar</b>	
<b>Auxílio-creche</b>	
<b>Plano Odontológico</b>	
<b>Norma Regulamentadora Nº 07</b>	
<b>Insumos Diversos</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Uniforme</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Crédito PIS/COFINS	
<b>EPI</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Crédito PIS/COFINS	
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Encargos previdenciários e FGTS</b>	
<b>13º salário + adicional de férias</b>	
<b>Afastamento maternidade</b>	
<b>Custo de reposição do profissional ausente</b>	
<b>Custo de rescisão</b>	
<b>Outros*</b>	
<b>Total do Posto Mês</b>	<b>R\$ 0,00</b>

#### Ajudante de Cozinha

Discriminação dos Custos	Diurno
<b>Remuneração</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Salário-base</b>	
Adicional noturno	
Hora noturna adicional	
Ferido remunerado	
Reflexo sobre o repouso semanal remunerado	

<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Vale-transporte</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Parcela do trabalhador	
<b>Fornecimento de Alimentação</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Dia da categoria (16 de maio)	
<b>Cesta básica</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Valor da Cesta Básica	
Parcela do trabalhador	
<b>Assistência médica familiar</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo com assistência médica familiar	
Parcela do trabalhador	
<b>Benefício Social Familiar</b>	
<b>Auxílio-creche</b>	
<b>Plano Odontológico</b>	
<b>Norma Regulamentadora Nº 07</b>	
<b>Insumos Diversos</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Uniforme</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Crédito PIS/COFINS	
<b>EPI</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Crédito PIS/COFINS	
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Encargos previdenciários e FGTS</b>	
<b>13º salário + adicional de férias</b>	
<b>Afastamento maternidade</b>	
<b>Custo de reposição do profissional ausente</b>	
<b>Custo de rescisão</b>	
<b>Outros*</b>	
<b>Total do Posto Mês</b>	<b>R\$ 0,00</b>

#### Açogueiro

<b>Discriminação dos Custos</b>	<b>Diurno</b>
<b>Remuneração</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Salário-base</b>	
Adicional noturno	
Hora noturna adicional	

Ferido remunerado	
Reflexo sobre o repouso semanal remunerado	
<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Vale-transporte</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Parcela do trabalhador	
<b>Fornecimento de Alimentação</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Dia da categoria (16 de maio)	
<b>Cesta básica</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Valor da Cesta Básica	
Parcela do trabalhador	
<b>Assistência médica familiar</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo com assistência médica familiar	
Parcela do trabalhador	
<b>Benefício Social Familiar</b>	
<b>Auxílio-creche</b>	
<b>Plano Odontológico</b>	
<b>Norma Regulamentadora Nº 07</b>	
<b>Insumos Diversos</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Uniforme</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Crédito PIS/COFINS	
<b>EPI</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Crédito PIS/COFINS	
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Encargos previdenciários e FGTS</b>	
<b>13º salário + adicional de férias</b>	
<b>Afastamento maternidade</b>	
<b>Custo de reposição do profissional ausente</b>	
<b>Custo de rescisão</b>	
<b>Outros*</b>	
<b>Total do Posto Mês</b>	<b>R\$ 0,00</b>

#### Meio Oficial de Açougue

<b>Discriminação dos Custos</b>	<b>Diurno</b>
<b>Remuneração</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Salário-base</b>	



Adicional noturno	
Hora noturna adicional	
Ferido remunerado	
Reflexo sobre o repouso semanal remunerado	
<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Vale-transporte</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Parcela do trabalhador	
<b>Fornecimento de Alimentação</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Dia da categoria (16 de maio)	
<b>Cesta básica</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Valor da Cesta Básica	
Parcela do trabalhador	
<b>Assistência médica familiar</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo com assistência médica familiar	
Parcela do trabalhador	
<b>Benefício Social Familiar</b>	
<b>Auxílio-creche</b>	
<b>Plano Odontológico</b>	
<b>Norma Regulamentadora Nº 07</b>	
<b>Insumos Diversos</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Uniforme</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Crédito PIS/COFINS	
<b>EPI</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Crédito PIS/COFINS	
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Encargos previdenciários e FGTS</b>	
<b>13º salário + adicional de férias</b>	
<b>Afastamento maternidade</b>	
<b>Custo de reposição do profissional ausente</b>	
<b>Custo de rescisão</b>	
<b>Outros*</b>	
<b>Total do Posto Mês</b>	<b>R\$ 0,00</b>

#### Auxiliar de Serviços Gerais

<b>Discriminação dos Custos</b>	<b>Diurno</b>
---------------------------------	---------------

<b>Remuneração</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Salário-base</b>	
Adicional noturno	
Hora noturna adicional	
Ferido remunerado	
Reflexo sobre o repouso semanal remunerado	
<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Vale-transporte</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Parcela do trabalhador	
<b>Fornecimento de Alimentação</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Dia da categoria (16 de maio)	
<b>Cesta básica</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Valor da Cesta Básica	
Parcela do trabalhador	
<b>Assistência médica familiar</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo com assistência médica familiar	
Parcela do trabalhador	
<b>Benefício Social Familiar</b>	
<b>Auxílio-creche</b>	
<b>Plano Odontológico</b>	
<b>Norma Regulamentadora Nº 07</b>	
<b>Insumos Diversos</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Uniforme</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Crédito PIS/COFINS	
<b>EPI</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Crédito PIS/COFINS	
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Encargos previdenciários e FGTS</b>	
<b>13º salário + adicional de férias</b>	
<b>Afastamento maternidade</b>	
<b>Custo de reposição do profissional ausente</b>	
<b>Custo de rescisão</b>	
<b>Outros*</b>	
<b>Total do Posto Mês</b>	<b>R\$ 0,00</b>

**Planilha D - Encargos Sociais e Trabalhistas**

Encargos	Jornada 44 Horas
<b>Grupo A – Encargos Sociais Básicos</b>	<b>0,0000%</b>
Previdência Social	
SESI	
SENAI	
Incra	
Sebrae	
Salário-educação	
Seguro Contra Acidentes de Trabalho	
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	
<b>Grupo B – Tempo Remunerado e Não Trabalhado</b>	<b>0,0000%</b>
Férias	
Ausência por enfermidade ≤ 15 dias	
Ausências legais	
Licença-paternidade	
Acidente de trabalho	
Aviso-prévio trabalhado	
<b>Grupo C – Adicional de Férias e 13º Salário</b>	<b>0,0000%</b>
Adicional de férias	
13º salário	
<b>Grupo D – Obrigações Rescisórias</b>	<b>0,0000%</b>
Aviso-prévio indenizado	
Incidência do FGTS sobre o aviso-prévio indenizado	
Incidência da multa FGTS sobre os depósitos do FGTS	
Incidência da multa FGTS sobre o aviso-prévio indenizado	
Incidência da multa FGTS sobre o aviso-prévio trabalhado	
<b>Grupo E – Aprovisionamento de Casos Especiais</b>	<b>0,0000%</b>
Incidência do Grupo A sobre afastamento por licença-maternidade	
Incidência do FGTS sobre o acidente de trabalho > 15 dias	
Percentual referente ao abono pecuniário	
Percentual referente ao reflexo do aviso-prévio indenizado sobre férias e 13º salário	
Incidência do FGTS sobre reflexo do aviso-prévio indenizado sobre 13º salário	
Percentual referente a demitidos a 30 dias da data-base	
<b>Grupo F – Incidências Cumulativas</b>	<b>0,0000%</b>
Grupo A x (Grupo B + Grupo C)	
Incidência do Grupo A sobre o Grupo B	
Incidência do Grupo A sobre o Grupo C	
<b>TOTAL</b>	<b>0,0000%</b>

## **LOTE 2**

**PLANILHA A – RESUMO DOS CUSTOS;**

**PLANILHA B – CUSTOS DOS MATERIAIS DIVERSOS;**

**PLANILHA C – CUSTOS DE MÃO DE OBRA;**

**PLANILHA D – ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS.**

**Planilha A - Resumo dos Custos**

Definição de custos diretos e custos para rateio por tipo de refeição			
Tipo de Refeição	Custos Diretos por Refeição	Custos para Rateio	
	Composição	Composição	Rateio
Desjejum	Matéria-prima alimentar; recicláveis individuais e transporte	Mão de obra, recicláveis para preparo das refeições e despesas diversas	6,00%
Almoço			44,00%
Lanche da Tarde			6,00%
Jantar			44,00%

LOTE	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	FAIXA DE COMENSAIS		
		Até 70	Até 100	Até 150
		Matéria prima - Alimentar		
	Desjejum	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Almoço	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Lanche da Tarde	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Jantar	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Lanche especial - Integral	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Lanche especial - parcial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Natal	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Colação	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		Matéria prima - não alimentar		
	Recicláveis - Individuais			
	Desjejum	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Almoço	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Lanche da Tarde	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Jantar	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Recicláveis - Refeições			
	Recicláveis para preparo de refeições	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		Mão de Obra		
	Custo unitário diário/comensal	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		Despesas Diversas		

	Total com despesas diversas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
--	-----------------------------	----------	----------	----------

Total dos Custos por Refeição	Tipo de Refeição	Valor unitário (R\$) por comensal		
		Até 70	Até 100	Até 150
	Desjejum	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Almoço	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Lanche da Tarde	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Jantar	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

BDI			
Itens	Total	Componentes	Subtotal
Despesas Indiretas	0,00%	Administração Central	
		Seguros	
Lucro	0,00%	Lucro	
Despesas Fiscais	0,00%	COFINS	
		ICMS	
		PIS	

BDI            0,00%

Valor Final por Refeição	Tipo de Refeição	Valor unitário (R\$) por comensal		
		Até 70	Até 100	Até 150
	Desjejum	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Almoço	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Lanche da Tarde	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Jantar	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Lanche especial - Integral	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Lanche especial - parcial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Natal	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

	Colação	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
--	---------	----------	----------	----------

LOTE 2 - Faixa até 70 (A)	Custos de Transporte	Custo Fixo	Custo Variável	Quantidade de KM	Valor do Y
		SEM TRANSPORTE			

LOTE 2 - Faixa até 70 (B)	Custos de Transporte	Custo Fixo	Custo Variável	Quantidade de KM	Valor do Y
		SEM TRANSPORTE			

LOTE 2 - Faixa até 70 (C)	Custos de Transporte	Custo Fixo	Custo Variável	Quantidade de KM	Valor do Y
		SEM TRANSPORTE			

LOTE 2 - Faixa até 70 (D)	Custos de Transporte	Custo Fixo	Custo Variável	Quantidade de KM	Valor do Y
		SEM TRANSPORTE			

Planilha B - Planilha de Custos de Materiais - Diversos

		Valor Total Mensal	Total de Refeições	Total diário por refeição	Total diário por comensal
Valores da matéria-prima alimentar	Desjejum e Lanche da Tarde		30,44	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Desjejum e Lanche - valor por Refeição	-	-	-	R\$ 0,00
	Almoço e Jantar - básico		30,44	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Almoço e Jantar - proteínas		101,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Almoço e Jantar - guarnição		88,79	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Almoço e Jantar - saladas		82,62	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Almoço e Jantar - sobremesas		115,23	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Almoço e Jantar - temperos		30,44	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Almoço e Jantar - preparações		30,44	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Almoço e Jantar - bebidas		30,44	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Almoço e Jantar	-	-	-	R\$ 0,00
	Almoço e Jantar - valor por Refeição	-	-	-	R\$ 0,00
	Lanche especial (Período Integral) - valor por Refeição		-	-	R\$ 0,00
	Lanche especial (Período Parcial) - valor por Refeição		-	-	R\$ 0,00
	Natal - valor por Refeição		-	-	R\$ 0,00
	Colação - valor por Refeição		-	-	R\$ 0,00

Valores com recipientes e recicláveis individuais para as refeições		Total diário por refeição	
		Recipientes e recicláveis individuais	Recicláveis para preparo das refeições
	Desjejum e Lanche - valor por Refeição		
	Almoço e Jantar - valor por Refeição		

		Custo Diário por Comensal		
		Até 70	Até 100	Até 150
Despesas Diversas	Produtos para higienização e limpeza			
	Despesa com controle integrado de pragas			
	Análise microbiológica dos alimentos preparados			
	Análise de potabilidade da água			
	Equipamentos			
	Utensílios			
	Despesas com gás			
	Total das Despesas por Refeição	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



**Planilha C - Planilha de Custo de Mão de Obra**

**Quadro de funcionários contemplando os folguistas necessários por setor/atividade e por turno**

Faixa de Comensais	Participação Funcionário (%)	Custo Mensal (R\$)	Até 70	Até 100	Até 150
Setores/Turno		Diurno	Diurno	Diurno	Diurno
<b>Nutrição</b>					
Nutricionista RT	100,00%	R\$ 0,00	1,00	1,00	1,00
<b>Pré-preparo</b>		R\$ 0,00			
Ajudante de cozinha	50,00%	R\$ 0,00	1,28	1,28	1,28
1/2 oficial de açougue	35,00%	R\$ 0,00			
Açougueiro	15,00%	R\$ 0,00			
<b>Cocção</b>		R\$ 0,00			
Cozinheiro	50,00%	R\$ 0,00	1,28	1,28	1,28
1/2 oficial de cozinha	50,00%	R\$ 0,00			
<b>Distribuição</b>		R\$ 0,00			
Ajudante de cozinha	100,00%	R\$ 0,00	0,00	1,28	1,28
<b>Higienização de utensílios</b>		R\$ 0,00			
Auxiliar de serviços gerais	100,00%	R\$ 0,00	0,00	0,00	1,28
<b>Total Mensal (R\$)</b>			<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Número de Comensais</b>			<b>60</b>	<b>100</b>	<b>120,00</b>
<b>Posto/Dia 30,44</b>			<b>30,44</b>	<b>30,44</b>	<b>30,44</b>
<b>Custo Diário por Comensal (R\$)</b>			<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>

**Planilha de Custos de Mão de Obra**

**Nutricionista / Nutricionista Responsável Técnico**

Discriminação dos Custos	Diurno
<b>Remuneração</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Salário-base</b>	
Adicional noturno	
Hora noturna adicional	
Ferido remunerado	
Reflexo sobre o repouso semanal remunerado	
<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Vale-transporte</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Parcela do trabalhador	
<b>Fornecimento de Alimentação</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Dia da categoria (16 de maio)	
<b>Cesta básica</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Valor da Cesta Básica	

Parcela do trabalhador	
<b>Assistência médica familiar</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo com assistência médica familiar	
Parcela do trabalhador	
<b>Benefício Social Familiar</b>	
<b>Auxílio-creche</b>	
<b>Plano Odontológico</b>	
<b>Norma Regulamentadora Nº 07</b>	
<b>Insumos Diversos</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Uniforme</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Crédito PIS/COFINS	
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Encargos previdenciários e FGTS</b>	
<b>13º salário + adicional de férias</b>	
<b>Afastamento maternidade</b>	
<b>Custo de reposição do profissional ausente</b>	
<b>Custo de rescisão</b>	
<b>Outros*</b>	
<b>Total do Posto Mês</b>	<b>R\$ 0,00</b>

#### Cozinheiro

<b>Discriminação dos Custos</b>	<b>Diurno</b>
<b>Remuneração</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Salário-base</b>	
Adicional noturno	
Hora noturna adicional	
Ferido remunerado	
Reflexo sobre o repouso semanal remunerado	
<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Vale-transporte</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Parcela do trabalhador	
<b>Fornecimento de Alimentação</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Dia da categoria (16 de maio)	
<b>Cesta básica</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Valor da Cesta Básica	
Parcela do trabalhador	
<b>Assistência médica familiar</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo com assistência médica familiar	
Parcela do trabalhador	
<b>Benefício Social Familiar</b>	
<b>Auxílio-creche</b>	
<b>Plano Odontológico</b>	

<b>Norma Regulamentadora Nº 07</b>	
<b>Insumos Diversos</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Uniforme</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Crédito PIS/COFINS	
<b>EPI</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Crédito PIS/COFINS	
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Encargos previdenciários e FGTS</b>	
<b>13º salário + adicional de férias</b>	
<b>Afastamento maternidade</b>	
<b>Custo de reposição do profissional ausente</b>	
<b>Custo de rescisão</b>	
<b>Outros*</b>	
<b>Total do Posto Mês</b>	<b>R\$ 0,00</b>

#### Meio Oficial de Cozinha

<b>Discriminação dos Custos</b>	<b>Diurno</b>
<b>Remuneração</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Salário-base</b>	
Adicional noturno	
Hora noturna adicional	
Ferido remunerado	
Reflexo sobre o repouso semanal remunerado	
<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Vale-transporte</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Parcela do trabalhador	
<b>Fornecimento de Alimentação</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Dia da categoria (16 de maio)	
<b>Cesta básica</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Valor da Cesta Básica	
Parcela do trabalhador	
<b>Assistência médica familiar</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo com assistência médica familiar	
Parcela do trabalhador	
<b>Benefício Social Familiar</b>	
<b>Auxílio-creche</b>	
<b>Plano Odontológico</b>	
<b>Norma Regulamentadora Nº 07</b>	
<b>Insumos Diversos</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Uniforme</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	

Crédito PIS/COFINS	
<b>EPI</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Crédito PIS/COFINS	
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Encargos previdenciários e FGTS</b>	
<b>13º salário + adicional de férias</b>	
<b>Afastamento maternidade</b>	
<b>Custo de reposição do profissional ausente</b>	
<b>Custo de rescisão</b>	
<b>Outros*</b>	
<b>Total do Posto Mês</b>	<b>R\$ 0,00</b>

#### Ajudante de Cozinha

Discriminação dos Custos	Diurno
<b>Remuneração</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Salário-base</b>	
Adicional noturno	
Hora noturna adicional	
Ferido remunerado	
Reflexo sobre o repouso semanal remunerado	
<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Vale-transporte</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Parcela do trabalhador	
<b>Fornecimento de Alimentação</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Dia da categoria (16 de maio)	
<b>Cesta básica</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Valor da Cesta Básica	
Parcela do trabalhador	
<b>Assistência médica familiar</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo com assistência médica familiar	
Parcela do trabalhador	
<b>Benefício Social Familiar</b>	
<b>Auxílio-creche</b>	
<b>Plano Odontológico</b>	
<b>Norma Regulamentadora Nº 07</b>	
<b>Insumos Diversos</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Uniforme</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Crédito PIS/COFINS	
<b>EPI</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Crédito PIS/COFINS	

<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Encargos previdenciários e FGTS	
13º salário + adicional de férias	
Afastamento maternidade	
Custo de reposição do profissional ausente	
Custo de rescisão	
Outros*	
<b>Total do Posto Mês</b>	<b>R\$ 0,00</b>

#### Açogueiro

<b>Discriminação dos Custos</b>	<b>Diurno</b>
<b>Remuneração</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Salário-base</b>	
Adicional noturno	
Hora noturna adicional	
Ferido remunerado	
Reflexo sobre o repouso semanal remunerado	
<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Vale-transporte</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Parcela do trabalhador	
<b>Fornecimento de Alimentação</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Dia da categoria (16 de maio)	
<b>Cesta básica</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Valor da Cesta Básica	
Parcela do trabalhador	
<b>Assistência médica familiar</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo com assistência médica familiar	
Parcela do trabalhador	
<b>Benefício Social Familiar</b>	
<b>Auxílio-creche</b>	
<b>Plano Odontológico</b>	
<b>Norma Regulamentadora Nº 07</b>	
<b>Insumos Diversos</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Uniforme</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Crédito PIS/COFINS	
<b>EPI</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Crédito PIS/COFINS	
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Encargos previdenciários e FGTS	
13º salário + adicional de férias	
Afastamento maternidade	

Custo de reposição do profissional ausente	
Custo de rescisão	
Outros*	
<b>Total do Posto Mês</b>	<b>R\$ 0,00</b>

#### Meio Oficial de Açougue

Discriminação dos Custos	Diurno
<b>Remuneração</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Salário-base</b>	
Adicional noturno	
Hora noturna adicional	
Ferido remunerado	
Reflexo sobre o repouso semanal remunerado	
<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Vale-transporte</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Parcela do trabalhador	
<b>Fornecimento de Alimentação</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Dia da categoria (16 de maio)	
<b>Cesta básica</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Valor da Cesta Básica	
Parcela do trabalhador	
<b>Assistência médica familiar</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo com assistência médica familiar	
Parcela do trabalhador	
<b>Benefício Social Familiar</b>	
<b>Auxílio-creche</b>	
<b>Plano Odontológico</b>	
<b>Norma Regulamentadora Nº 07</b>	
<b>Insumos Diversos</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Uniforme</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Crédito PIS/COFINS	
<b>EPI</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Crédito PIS/COFINS	
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Encargos previdenciários e FGTS</b>	
<b>13º salário + adicional de férias</b>	
<b>Afastamento maternidade</b>	
<b>Custo de reposição do profissional ausente</b>	
<b>Custo de rescisão</b>	
<b>Outros*</b>	
<b>Total do Posto Mês</b>	<b>R\$ 0,00</b>

**Auxiliar de Serviços Gerais**

<b>Discriminação dos Custos</b>	<b>Diurno</b>
<b>Remuneração</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Salário-base</b>	
Adicional noturno	
Hora noturna adicional	
Ferido remunerado	
Reflexo sobre o repouso semanal remunerado	
<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Vale-transporte</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Parcela do trabalhador	
<b>Fornecimento de Alimentação</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Dia da categoria (16 de maio)	
<b>Cesta básica</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Valor da Cesta Básica	
Parcela do trabalhador	
<b>Assistência médica familiar</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo com assistência médica familiar	
Parcela do trabalhador	
<b>Benefício Social Familiar</b>	
<b>Auxílio-creche</b>	
<b>Plano Odontológico</b>	
<b>Norma Regulamentadora Nº 07</b>	
<b>Insumos Diversos</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Uniforme</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Crédito PIS/COFINS	
<b>EPI</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Crédito PIS/COFINS	
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Encargos previdenciários e FGTS</b>	
<b>13º salário + adicional de férias</b>	
<b>Afastamento maternidade</b>	
<b>Custo de reposição do profissional ausente</b>	
<b>Custo de rescisão</b>	
<b>Outros*</b>	
<b>Total do Posto Mês</b>	<b>R\$ 0,00</b>

**Planilha D - Encargos Sociais e Trabalhistas**

Encargos	Jornada 44 Horas
<b>Grupo A – Encargos Sociais Básicos</b>	<b>0,0000%</b>
Previdência Social	
SESI	
SENAI	
Incra	
Sebrae	
Salário-educação	
Seguro Contra Acidentes de Trabalho	
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	
<b>Grupo B – Tempo Remunerado e Não Trabalhado</b>	<b>0,0000%</b>
Férias	
Ausência por enfermidade ≤ 15 dias	
Ausências legais	
Licença-paternidade	
Acidente de trabalho	
Aviso-prévio trabalhado	
<b>Grupo C – Adicional de Férias e 13º Salário</b>	<b>0,0000%</b>
Adicional de férias	
13º salário	
<b>Grupo D – Obrigações Rescisórias</b>	<b>0,0000%</b>
Aviso-prévio indenizado	
Incidência do FGTS sobre o aviso-prévio indenizado	
Incidência da multa FGTS sobre os depósitos do FGTS	
Incidência da multa FGTS sobre o aviso-prévio indenizado	
Incidência da multa FGTS sobre o aviso-prévio trabalhado	
<b>Grupo E – Aprovisionamento de Casos Especiais</b>	<b>0,0000%</b>
Incidência do Grupo A sobre afastamento por licença-maternidade	
Incidência do FGTS sobre o acidente de trabalho > 15 dias	
Percentual referente ao abono pecuniário	
Percentual referente ao reflexo do aviso-prévio indenizado sobre férias e 13º salário	
Incidência do FGTS sobre reflexo do aviso-prévio indenizado sobre 13º salário	
Percentual referente a demitidos a 30 dias da data-base	
<b>Grupo F – Incidências Cumulativas</b>	<b>0,0000%</b>
Grupo A x (Grupo B + Grupo C)	
Incidência do Grupo A sobre o Grupo B	
Incidência do Grupo A sobre o Grupo C	
<b>TOTAL</b>	<b>0,0000%</b>



## **LOTE 3**

**PLANILHA A – RESUMO DOS CUSTOS;**

**PLANILHA B – CUSTOS DOS MATERIAIS DIVERSOS;**

**PLANILHA C – CUSTOS DE MÃO DE OBRA;**

**PLANILHA D – ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS e,**

**PLANILHA E – CUSTO TOTAL FIXO DE TRANSPORTE DOS SERVIÇOS.**

**Planilha A - Resumo dos Custos**

Definição de custos diretos e custos para rateio por tipo de refeição			
Tipo de Refeição	Custos Diretos por Refeição	Custos para Rateio	
	Composição	Composição	Rateio
Desjejum	Matéria-prima alimentar; recicláveis individuais e transporte	Mão de obra, recicláveis para preparo das refeições e despesas diversas	6,00%
Almoço			44,00%
Lanche da Tarde			6,00%
Jantar			44,00%

LOTE	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	FAIXA DE COMENSAIS		
		Até 70	Até 100	Até 150
		Matéria prima - Alimentar		
	Desjejum	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Almoço	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Lanche da Tarde	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Jantar	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Lanche especial - Integral	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Lanche especial - parcial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Natal	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Colação	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		Matéria prima - não alimentar		
	Recicláveis - Individuais			
	Desjejum	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Almoço	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Lanche da Tarde	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Jantar	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Recicláveis - Refeições			
	Recicláveis para preparo de refeições	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		Mão de Obra		
	Custo unitário diário/comensal	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		Despesas Diversas		
	Total com despesas diversas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Total dos Custos por Refeição	Tipo de Refeição	Valor unitário (R\$) por comensal		
		Até 70	Até 100	Até 150
	Desjejum	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Almoço	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Lanche da Tarde	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Jantar	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

BDI			
Itens	Total	Componentes	Subtotal
Despesas Indiretas	0,00%	Administração Central	
		Seguros	
Lucro	0,00%	Lucro	
Despesas Fiscais	0,00%	COFINS	
		ICMS	
		PIS	

BDI            0,00%

Valor Final por Refeição	Tipo de Refeição	Valor unitário (R\$) por comensal		
		Até 70	Até 100	Até 150
	Desjejum	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Almoço	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Lanche da Tarde	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Jantar	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Lanche especial - Integral	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Lanche especial - parcial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Natal	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Colação	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

LOTE 3 - Faixa até 70 (A)	Custos de Transporte	Custo Fixo	Custo Variável	Quantidade de KM	Valor do Y		
		SEM TRANSPORTE					
LOTE 3 - Faixa até 70 (B)	Custos de Transporte	Custo Fixo	Custo Variável	Quantidade de KM	Valor do Y		
		SEM TRANSPORTE					
LOTE 3 - Faixa até 70 (C)	Custos de Transporte	Custo Fixo	Custo Variável	Quantidade de KM	Valor do Y		
		SEM TRANSPORTE					
LOTE 3 - Faixa até 70 (D)	Custos de Transporte	Custo Fixo	Custo Variável	Quantidade de KM	Valor do Y		
		SEM TRANSPORTE					
						COM TRANSPORTE	
LOTE 3 - Faixa até 150 (E)	Custos de Transporte	Custo Fixo	Custo Variável	Quantidade de KM	Valor do Y	Desjejum e Lanche da Tarde	Almoço e Jantar
		0,0000	-0,0023	40	-0,09	-0,09	-0,09

**Planilha B - Planilha de Custos de Materiais - Diversos**

Valores da matéria-prima alimentar		Valor Total Mensal	Total de Refeições	Total diário por refeição	Total diário por comensal
	Desjejum e Lanche da Tarde		30,44	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Desjejum e Lanche - valor por Refeição	-	-	-	R\$ 0,00
	Almoço e Jantar - básico		30,44	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Almoço e Jantar - proteínas		101,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Almoço e Jantar - guarnição		88,79	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Almoço e Jantar - saladas		82,62	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Almoço e Jantar - sobremesas		115,23	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Almoço e Jantar - temperos		30,44	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Almoço e Jantar - preparações		30,44	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Almoço e Jantar - bebidas		30,44	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Almoço e Jantar	-	-	-	R\$ 0,00
	Almoço e Jantar - valor por Refeição	-	-	-	R\$ 0,00
	Lanche especial (Período Integral) - valor por Refeição		-	-	R\$ 0,00
	Lanche especial (Período Parcial) - valor por Refeição		-	-	R\$ 0,00
	Natal - valor por Refeição		-	-	R\$ 0,00
	Colação - valor por Refeição		-	-	R\$ 0,00

Valores com recipientes e recicláveis individuais para as refeições		Total diário por refeição	
		Recipientes e recicláveis individuais	Recicláveis para preparo das refeições
	Desjejum e Lanche - valor por Refeição		
	Almoço e Jantar - valor por Refeição		

Despesas Diversas		Custo Diário por Comensal		
	Comensais	Até 70	Até 100	Até 150
	Produtos para higienização e limpeza			
	Despesa com controle integrado de pragas			
	Análise microbiológica dos alimentos preparados			
	Análise de potabilidade da água			
	Equipamentos			
	Utensílios			
	Despesas com gás			
	<b>Total das Despesas por Refeição</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>

### Planilha C - Planilha de Custo de Mão de Obra

Quadro de funcionários contemplando os folguistas necessários por setor/atividade e por turno

Faixa de Comensais	Participação Funcionário (%)	Custo Mensal (R\$)	Até 70	Até 100	Até 150
Setores/Turno		Diurno	Diurno	Diurno	Diurno
<b>Nutrição</b>					
Nutricionista RT	100,00%	R\$ 0,00	1,00	1,00	1,00
<b>Pré-preparo</b>		<b>R\$ 0,00</b>			
Ajudante de cozinha	50,00%	R\$ 0,00	1,28	1,28	1,28
1/2 oficial de açougue	35,00%	R\$ 0,00			
Açougueiro	15,00%	R\$ 0,00			
<b>Cocção</b>		<b>R\$ 0,00</b>			
Cozinheiro	50,00%	R\$ 0,00	1,28	1,28	1,28
1/2 oficial de cozinha	50,00%	R\$ 0,00			
<b>Distribuição</b>		<b>R\$ 0,00</b>			
Ajudante de cozinha	100,00%	R\$ 0,00	0,00	1,28	1,28
<b>Higienização de utensílios</b>		<b>R\$ 0,00</b>			
Auxiliar de serviços gerais	100,00%	R\$ 0,00	0,00	0,00	1,28
<b>Total Mensal (R\$)</b>			<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Número de Comensais</b>			<b>60</b>	<b>100</b>	<b>120</b>
<b>Posto/Dia 30,44</b>			<b>30,44</b>	<b>30,44</b>	<b>30,44</b>
<b>Custo Diário por Comensal (R\$)</b>			<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>

### Planilha de Custos de Mão de Obra

Nutricionista / Nutricionista Responsável Técnico

Discriminação dos Custos	Diurno
<b>Remuneração</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Salário-base	
Adicional noturno	
Hora noturna adicional	
Ferido remunerado	
Reflexo sobre o repouso semanal remunerado	
<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Vale-transporte</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Parcela do trabalhador	
<b>Fornecimento de Alimentação</b>	<b>R\$ 0,00</b>

Custo mensal	
Dia da categoria (16 de maio)	
<b>Cesta básica</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Valor da Cesta Básica	
Parcela do trabalhador	
<b>Assistência médica familiar</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo com assistência médica familiar	
Parcela do trabalhador	
<b>Benefício Social Familiar</b>	
<b>Auxílio-creche</b>	
<b>Plano Odontológico</b>	
<b>Norma Regulamentadora Nº 07</b>	
<b>Insumos Diversos</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Uniforme</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Crédito PIS/COFINS	
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Encargos previdenciários e FGTS</b>	
<b>13º salário + adicional de férias</b>	
<b>Afastamento maternidade</b>	
<b>Custo de reposição do profissional ausente</b>	
<b>Custo de rescisão</b>	
<b>Outros*</b>	
<b>Total do Posto Mês</b>	<b>R\$ 0,00</b>

#### Cozinheiro

Discriminação dos Custos	Diurno
<b>Remuneração</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Salário-base</b>	
Adicional noturno	
Hora noturna adicional	
Ferido remunerado	
Reflexo sobre o repouso semanal remunerado	
<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Vale-transporte</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Parcela do trabalhador	
<b>Fornecimento de Alimentação</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Dia da categoria (16 de maio)	
<b>Cesta básica</b>	<b>R\$ 0,00</b>

Valor da Cesta Básica	
Parcela do trabalhador	
<b>Assistência médica familiar</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo com assistência médica familiar	
Parcela do trabalhador	
<b>Benefício Social Familiar</b>	
<b>Auxílio-creche</b>	
<b>Plano Odontológico</b>	
<b>Norma Regulamentadora Nº 07</b>	
<b>Insumos Diversos</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Uniforme</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Crédito PIS/COFINS	
<b>EPI</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Crédito PIS/COFINS	
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Encargos previdenciários e FGTS</b>	
<b>13º salário + adicional de férias</b>	
<b>Afastamento maternidade</b>	
<b>Custo de reposição do profissional ausente</b>	
<b>Custo de rescisão</b>	
<b>Outros*</b>	
<b>Total do Posto Mês</b>	<b>R\$ 0,00</b>

#### Meio Oficial de Cozinha

Discriminação dos Custos	Diurno
<b>Remuneração</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Salário-base</b>	
Adicional noturno	
Hora noturna adicional	
Ferido remunerado	
Reflexo sobre o repouso semanal remunerado	
<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Vale-transporte</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Parcela do trabalhador	
<b>Fornecimento de Alimentação</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Dia da categoria (16 de maio)	
<b>Cesta básica</b>	<b>R\$ 0,00</b>



Valor da Cesta Básica	
Parcela do trabalhador	
<b>Assistência médica familiar</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo com assistência médica familiar	
Parcela do trabalhador	
<b>Benefício Social Familiar</b>	
<b>Auxílio-creche</b>	
<b>Plano Odontológico</b>	
<b>Norma Regulamentadora Nº 07</b>	
<b>Insumos Diversos</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Uniforme</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Crédito PIS/COFINS	
<b>EPI</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Crédito PIS/COFINS	
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Encargos previdenciários e FGTS</b>	
<b>13º salário + adicional de férias</b>	
<b>Afastamento maternidade</b>	
<b>Custo de reposição do profissional ausente</b>	
<b>Custo de rescisão</b>	
<b>Outros*</b>	
<b>Total do Posto Mês</b>	<b>R\$ 0,00</b>

#### Ajudante de Cozinha

Discriminação dos Custos	Diurno
<b>Remuneração</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Salário-base</b>	
Adicional noturno	
Hora noturna adicional	
Ferido remunerado	
Reflexo sobre o repouso semanal remunerado	
<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Vale-transporte</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Parcela do trabalhador	
<b>Fornecimento de Alimentação</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Dia da categoria (16 de maio)	
<b>Cesta básica</b>	<b>R\$ 0,00</b>

Valor da Cesta Básica	
Parcela do trabalhador	
<b>Assistência médica familiar</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo com assistência médica familiar	
Parcela do trabalhador	
<b>Benefício Social Familiar</b>	
<b>Auxílio-creche</b>	
<b>Plano Odontológico</b>	
<b>Norma Regulamentadora Nº 07</b>	
<b>Insumos Diversos</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Uniforme</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Crédito PIS/COFINS	
<b>EPI</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Crédito PIS/COFINS	
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Encargos previdenciários e FGTS</b>	
<b>13º salário + adicional de férias</b>	
<b>Afastamento maternidade</b>	
<b>Custo de reposição do profissional ausente</b>	
<b>Custo de rescisão</b>	
<b>Outros*</b>	
<b>Total do Posto Mês</b>	<b>R\$ 0,00</b>

#### Açogueiro

<b>Discriminação dos Custos</b>	<b>Diurno</b>
<b>Remuneração</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Salário-base</b>	
Adicional noturno	
Hora noturna adicional	
Ferido remunerado	
Reflexo sobre o repouso semanal remunerado	
<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Vale-transporte</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Parcela do trabalhador	
<b>Fornecimento de Alimentação</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Dia da categoria (16 de maio)	
<b>Cesta básica</b>	<b>R\$ 0,00</b>

Valor da Cesta Básica	
Parcela do trabalhador	
<b>Assistência médica familiar</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo com assistência médica familiar	
Parcela do trabalhador	
<b>Benefício Social Familiar</b>	
<b>Auxílio-creche</b>	
<b>Plano Odontológico</b>	
<b>Norma Regulamentadora Nº 07</b>	
<b>Insumos Diversos</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Uniforme</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Crédito PIS/COFINS	
<b>EPI</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Crédito PIS/COFINS	
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Encargos previdenciários e FGTS</b>	
<b>13º salário + adicional de férias</b>	
<b>Afastamento maternidade</b>	
<b>Custo de reposição do profissional ausente</b>	
<b>Custo de rescisão</b>	
<b>Outros*</b>	
<b>Total do Posto Mês</b>	<b>R\$ 0,00</b>

#### Meio Oficial de Açougue

Discriminação dos Custos	Diurno
<b>Remuneração</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Salário-base</b>	
Adicional noturno	
Hora noturna adicional	
Ferido remunerado	
Reflexo sobre o repouso semanal remunerado	
<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Vale-transporte</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Parcela do trabalhador	
<b>Fornecimento de Alimentação</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Dia da categoria (16 de maio)	
<b>Cesta básica</b>	<b>R\$ 0,00</b>

Valor da Cesta Básica	
Parcela do trabalhador	
<b>Assistência médica familiar</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo com assistência médica familiar	
Parcela do trabalhador	
<b>Benefício Social Familiar</b>	
<b>Auxílio-creche</b>	
<b>Plano Odontológico</b>	
<b>Norma Regulamentadora N° 07</b>	
<b>Insumos Diversos</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Uniforme</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Crédito PIS/COFINS	
<b>EPI</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Crédito PIS/COFINS	
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Encargos previdenciários e FGTS</b>	
<b>13º salário + adicional de férias</b>	
<b>Afastamento maternidade</b>	
<b>Custo de reposição do profissional ausente</b>	
<b>Custo de rescisão</b>	
<b>Outros*</b>	
<b>Total do Posto Mês</b>	<b>R\$ 0,00</b>

#### Auxiliar de Serviços Gerais

Discriminação dos Custos	Diurno
<b>Remuneração</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Salário-base</b>	
Adicional noturno	
Hora noturna adicional	
Ferido remunerado	
Reflexo sobre o repouso semanal remunerado	
<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Vale-transporte</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Parcela do trabalhador	
<b>Fornecimento de Alimentação</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Dia da categoria (16 de maio)	
<b>Cesta básica</b>	<b>R\$ 0,00</b>

Valor da Cesta Básica	
Parcela do trabalhador	
<b>Assistência médica familiar</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo com assistência médica familiar	
Parcela do trabalhador	
<b>Benefício Social Familiar</b>	
<b>Auxílio-creche</b>	
<b>Plano Odontológico</b>	
<b>Norma Regulamentadora Nº 07</b>	
<b>Insumos Diversos</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Uniforme</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Crédito PIS/COFINS	
<b>EPI</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Crédito PIS/COFINS	
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Encargos previdenciários e FGTS</b>	
<b>13º salário + adicional de férias</b>	
<b>Afastamento maternidade</b>	
<b>Custo de reposição do profissional ausente</b>	
<b>Custo de rescisão</b>	
<b>Outros*</b>	
<b>Total do Posto Mês</b>	<b>R\$ 0,00</b>

**Planilha D - Encargos Sociais e Trabalhistas**

Encargos	Jornada 44 Horas
<b>Grupo A – Encargos Sociais Básicos</b>	<b>0,0000%</b>
Previdência Social	
SESI	
SENAI	
Incra	
Sebrae	
Salário-educação	
Seguro Contra Acidentes de Trabalho	
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	
<b>Grupo B – Tempo Remunerado e Não Trabalhado</b>	<b>0,0000%</b>
Férias	
Ausência por enfermidade ≤ 15 dias	
Ausências legais	
Licença-paternidade	
Acidente de trabalho	
Aviso-prévio trabalhado	
<b>Grupo C – Adicional de Férias e 13º Salário</b>	<b>0,0000%</b>
Adicional de férias	
13º salário	
<b>Grupo D – Obrigações Rescisórias</b>	<b>0,0000%</b>
Aviso-prévio indenizado	
Incidência do FGTS sobre o aviso-prévio indenizado	
Incidência da multa FGTS sobre os depósitos do FGTS	
Incidência da multa FGTS sobre o aviso-prévio indenizado	
Incidência da multa FGTS sobre o aviso-prévio trabalhado	
<b>Grupo E – Aprovisionamento de Casos Especiais</b>	<b>0,0000%</b>
Incidência do Grupo A sobre afastamento por licença-maternidade	
Incidência do FGTS sobre o acidente de trabalho > 15 dias	
Percentual referente ao abono pecuniário	
Percentual referente ao reflexo do aviso-prévio indenizado sobre férias e 13º salário	
Incidência do FGTS sobre reflexo do aviso-prévio indenizado sobre 13º salário	
Percentual referente a demitidos a 30 dias da data-base	
<b>Grupo F – Incidências Cumulativas</b>	<b>0,0000%</b>
Grupo A x (Grupo B + Grupo C)	
Incidência do Grupo A sobre o Grupo B	
Incidência do Grupo A sobre o Grupo C	
<b>TOTAL</b>	<b>0,0000%</b>

Planilha E - Custo total fixo de transporte dos Serviços B

	BDI	0,00%
Refeições Transportadas a cada viagem		26
Quantidade de viagens por dia		4

Custo Fixo	Custo Mensal	Fatores	Custo Diário
Mão de obra (motorista + auxiliar)	R\$ 0,00	30,44 - dia	R\$ 0,00
Demais Custos (Depreciação, Emplacamento, IPVA, Seguros e Outros)		30,44 - dia	R\$ 0,00
Total do Custo Fixo Mensal	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00

Custo Fixo	Custo Fixo + BDI
R\$ 0,0000	R\$ 0,0000

Custo Variável	Custo Mês	Fatores	Custo KM
Mão de obra (mecânico + auxiliar)	R\$ 0,00	0,23 / 10.000	R\$ 0,00
Demais Custos (peças, pneus, óleos, lavagens)		/45.000	R\$ 0,00
Combustível		/9KM/L - 0,06 (PIS e COFINS)	-R\$ 0,06
Custo Variável	R\$ 0,00	-	-R\$ 0,06

Custo KM	Custo KM + BDI
-R\$ 0,0023	-R\$ 0,0023

Planilha de Custos de Mão de Obra

Equipe de Transporte		
Discriminação dos Custos	Motorista	Auxiliar de Moto.
Remuneração	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Salário-base		
Ferido remunerado		
Reflexo sobre o repouso semanal remunerado		
Benefícios Mensais e Diários	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Vale-transporte	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Custo mensal		
Parcela do trabalhador		
Fornecimento de Alimentação	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Custo mensal		
Dia da categoria (16 de maio)		
Cesta básica	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Valor da Cesta Básica		
Parcela do trabalhador		
Assistência médica familiar	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Custo com assistência médica familiar		
Parcela do trabalhador		
Benefício Social Familiar		
Auxílio-creche		
Plano Odontológico		
Norma Regulamentadora Nº 07		
Exame toxicológico		
Insumos Diversos	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Uniforme	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Custo mensal		
Crédito PIS/COFINS		

<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Encargos previdenciários e FGTS		
13º salário + adicional de férias		
Afastamento maternidade		
Custo de reposição do profissional ausente		
Custo de rescisão		
Outros*		
<b>Total de Custos</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Despesas com Folguista	R\$ 1,28	R\$ 1,28
<b>Total do Posto/Mês</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>

**Equipe de Manutenção**

<b>Discriminação dos Custos</b>	<b>Mecânico</b>	<b>Ajudante de Mec.</b>
<b>Remuneração</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Salário-base		
Adicional noturno		
Hora noturna adicional		
Ferido remunerado		
Reflexo sobre o repouso semanal remunerado		
<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Vale-transporte	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Custo mensal		
Parcela do trabalhador		
<b>Fornecimento de Alimentação</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal		
Dia da categoria (16 de maio)		
<b>Cesta básica</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Valor da Cesta Básica		
Parcela do trabalhador		
<b>Assistência médica familiar</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo com assistência médica familiar		
Parcela do trabalhador		
<b>Benefício Social Familiar</b>		
Auxílio-creche		
Plano Odontológico		
Norma Regulamentadora Nº 07		
<b>Insumos Diversos</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Uniforme	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Custo mensal		
Crédito PIS/COFINS		
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Encargos previdenciários e FGTS		
13º salário + adicional de férias		
Afastamento maternidade		
Custo de reposição do profissional ausente		
Custo de rescisão		
Outros*		
<b>Total de Custos</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>



## **LOTE 4**

**PLANILHA A – RESUMO DOS CUSTOS;**

**PLANILHA B – CUSTOS DOS MATERIAIS DIVERSOS;**

**PLANILHA C – CUSTOS DE MÃO DE OBRA;**

**PLANILHA D – ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS, e**

**PLANILHA E – CUSTO TOTAL FIXO DE TRANSPORTE DOS SERVIÇOS.**

Planilha A - Resumo dos Custos

Definição de custos diretos e custos para rateio por tipo de refeição			
Tipo de Refeição	Custos Diretos por Refeição	Custos para Rateio	
	Composição	Composição	Rateio
Desjejum	Matéria-prima alimentar; recicláveis individuais e transporte	Mão de obra, recicláveis para preparo das refeições e despesas diversas	6,00%
Almoço			44,00%
Lanche da Tarde			6,00%
Jantar			44,00%

LOTE	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	FAIXA DE COMENSAIS			
		Até 70	Até 100	Até 150	Até 300
		Matéria prima - Alimentar			
	Desjejum	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Almoço	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Lanche da Tarde	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Jantar	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Lanche especial - Integral	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Lanche especial - parcial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Natal	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Colação	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		Matéria prima - não alimentar			
	Recicláveis - Individuais				
	Desjejum	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Almoço	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Lanche da Tarde	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Jantar	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Recicláveis - Refeições				
	Recicláveis para preparo de refeições	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		Mão de Obra			
	Custo unitário diário/comensal	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		Despesas Diversas			
	Total com despesas diversas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Total dos Custos por Refeição	Tipo de Refeição	Valor unitário (R\$) por comensal			
		Até 70	Até 100	Até 150	Até 300
	Desjejum	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Almoço	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Lanche da Tarde	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Jantar	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

BDI			
Itens	Total	Componentes	Subtotal
Despesas Indiretas	0,00%	Administração Central	
		Seguros	
Lucro	0,00%	Lucro	
Despesas Fiscais	0,00%	COFINS	
		ICMS	
		PIS	

BDI 0,00%

Valor Final por Refeição	Tipo de Refeição	Valor unitário (R\$) por comensal			
		Até 70	Até 100	Até 150	Até 300
	Desjejum	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Almoço	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Lanche da Tarde	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Jantar	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Lanche especial - Integral	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Lanche especial - parcial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Natal	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Colação	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

						COM TRANSPORTE	
LOTE 3 - Faixa até 300 (A)	Custos de Transporte	Custo Fixo	Custo Variável	Quantidade de KM	Valor do Y	Desjejum e Lanche da Tarde	Almoço e Jantar
		0,0000	-0,0010	70	-0,07	-0,07	-0,07

Planilha B - Planilha de Custos de Materiais - Diversos

Valores da matéria-prima alimentar		Valor Total Mensal	Total de Refeições	Total diário por refeição	Total diário por comensal
	Desjejum e Lanche da Tarde		30,44	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Desjejum e Lanche - valor por Refeição	-	-	-	R\$ 0,00
	Almoço e Jantar - básico		30,44	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Almoço e Jantar - proteínas		101,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Almoço e Jantar - guarnição		88,79	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Almoço e Jantar - saladas		82,62	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Almoço e Jantar - sobremesas		115,23	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Almoço e Jantar - temperos		30,44	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Almoço e Jantar - preparações		30,44	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Almoço e Jantar - bebidas		30,44	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Almoço e Jantar	-	-	-	R\$ 0,00
	Almoço e Jantar - valor por Refeição	-	-	-	R\$ 0,00
	Lanche especial (Período Integral) - valor por Refeição		-	-	R\$ 0,00
	Lanche especial (Período Parcial) - valor por Refeição		-	-	R\$ 0,00
	Natal - valor por Refeição		-	-	R\$ 0,00
	Colação - valor por Refeição		-	-	R\$ 0,00

Valores com recipientes e recicláveis individuais para as refeições		Total diário por refeição	
		Recipientes e recicláveis individuais	Recicláveis para preparo das refeições
	Desjejum e Lanche - valor por Refeição		
	Almoço e Jantar - valor por Refeição		

Despesas Diversas		Custo Diário por Comensal			
	Comensais	Até 70	Até 100	Até 150	Até 300
	Produtos para higienização e limpeza				
	Despesa com controle integrado de pragas				
	Análise microbiológica dos alimentos preparados				
	Análise de potabilidade da água				
	Equipamentos				
	Utensílios				
	Despesas com gás				
	Total das Despesas por Refeição	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

**Planilha C - Planilha de Custo de Mão de Obra**

**Quadro de funcionários contemplando os folguistas necessários por setor/atividade e por turno**

Faixa de Comensais	Participação	Custo Mensal (R\$)	Até 70	Até 100	Até 150	Até 300
Setores/Turno	Funcionário (%)	Diurno	Diurno	Diurno	Diurno	Diurno
<b>Nutrição</b>						
Nutricionista RT	100,00%	R\$ 0,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Nutricionista		R\$ 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Técnico em nutrição		R\$ 0,00	0,00	0,00	0,00	0,64
<b>Recebimento e estocagem</b>		<b>R\$ 0,00</b>				
Auxiliar de estoque	80,00%	R\$ 0,00	0,00	0,00	0,00	1,28
Auxiliar de expedição		R\$ 0,00				
Encargado de expedição	20,00%	R\$ 0,00				
Estoquista		R\$ 0,00				
<b>Pré-preparo</b>		<b>R\$ 0,00</b>				
Ajudante de cozinha	50,00%	R\$ 0,00	1,28	1,28	1,28	2,56
1/2 oficial de açougue	35,00%	R\$ 0,00				
Açougueiro	15,00%	R\$ 0,00				
<b>Cocção</b>		<b>R\$ 0,00</b>				
Cozinheiro	50,00%	R\$ 0,00	1,28	1,28	1,28	2,56
1/2 oficial de cozinha	50,00%	R\$ 0,00				
<b>Distribuição</b>		<b>R\$ 0,00</b>				
Ajudante de cozinha	100,00%	R\$ 0,00	0,00	1,28	1,28	2,56
<b>Higienização de utensílios</b>		<b>R\$ 0,00</b>				
Auxiliar de serviços gerais	100,00%	R\$ 0,00	0,00	0,00	1,28	1,28
<b>Total Mensal (R\$)</b>			<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Número de Comensais</b>			<b>60</b>	<b>100</b>	<b>120</b>	<b>250</b>
<b>Posto/Dia 30,44</b>			<b>30,44</b>	<b>30,44</b>	<b>30,44</b>	<b>30,44</b>
<b>Custo Diário por Comensal (R\$)</b>			<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>

**Planilha de Custos de Mão de Obra**

**Nutricionista / Nutricionista Responsável Técnico**

<b>Discriminação dos Custos</b>	<b>Diurno</b>
<b>Remuneração</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Salário-base</b>	
Adicional noturno	
Hora noturna adicional	
Ferido remunerado	
Reflexo sobre o repouso semanal remunerado	
<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Vale-transporte</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Parcela do trabalhador	
<b>Fornecimento de Alimentação</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Dia da categoria (16 de maio)	
<b>Cesta básica</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Valor da Cesta Básica	
Parcela do trabalhador	
<b>Assistência médica familiar</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo com assistência médica familiar	
Parcela do trabalhador	
<b>Benefício Social Familiar</b>	
<b>Auxílio-creche</b>	
<b>Plano Odontológico</b>	
<b>Norma Regulamentadora Nº 07</b>	
<b>Insumos Diversos</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Uniforme</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Crédito PIS/COFINS	
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Encargos previdenciários e FGTS</b>	
<b>13º salário + adicional de férias</b>	
<b>Afastamento maternidade</b>	
<b>Custo de reposição do profissional ausente</b>	
<b>Custo de rescisão</b>	
<b>Outros*</b>	

<b>Total do Posto Mês</b>	<b>R\$ 0,00</b>
---------------------------	-----------------

**Técnico em Nutrição**

<b>Discriminação dos Custos</b>	<b>Diurno</b>
<b>Remuneração</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Salário-base</b>	
Adicional noturno	
Hora noturna adicional	
Ferido remunerado	
Reflexo sobre o repouso semanal remunerado	
<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Vale-transporte</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Parcela do trabalhador	
<b>Fornecimento de Alimentação</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Dia da categoria (16 de maio)	
<b>Cesta básica</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Valor da Cesta Básica	
Parcela do trabalhador	
<b>Assistência médica familiar</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo com assistência médica familiar	
Parcela do trabalhador	
<b>Benefício Social Familiar</b>	
<b>Auxílio-creche</b>	
<b>Plano Odontológico</b>	
<b>Norma Regulamentadora Nº 07</b>	
<b>Insumos Diversos</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Uniforme</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Crédito PIS/COFINS	
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Encargos previdenciários e FGTS</b>	
<b>13º salário + adicional de férias</b>	
<b>Afastamento maternidade</b>	

<b>Custo de reposição do profissional ausente</b>	
<b>Custo de rescisão</b>	
<b>Outros*</b>	
<b>Total do Posto Mês</b>	<b>R\$ 0,00</b>

#### Cozinheiro

<b>Discriminação dos Custos</b>	<b>Diurno</b>
<b>Remuneração</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Salário-base</b>	
Adicional noturno	
Hora noturna adicional	
Ferido remunerado	
Reflexo sobre o repouso semanal remunerado	
<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Vale-transporte</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Parcela do trabalhador	
<b>Fornecimento de Alimentação</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Dia da categoria (16 de maio)	
<b>Cesta básica</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Valor da Cesta Básica	
Parcela do trabalhador	
<b>Assistência médica familiar</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo com assistência médica familiar	
Parcela do trabalhador	
<b>Benefício Social Familiar</b>	
<b>Auxílio-creche</b>	
<b>Plano Odontológico</b>	
<b>Norma Regulamentadora Nº 07</b>	
<b>Insumos Diversos</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Uniforme</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Crédito PIS/COFINS	



<b>EPI</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Crédito PIS/COFINS	
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Encargos previdenciários e FGTS</b>	
<b>13º salário + adicional de férias</b>	
<b>Afastamento maternidade</b>	
<b>Custo de reposição do profissional ausente</b>	
<b>Custo de rescisão</b>	
<b>Outros*</b>	
<b>Total do Posto Mês</b>	<b>R\$ 0,00</b>

#### Meio Oficial de Cozinha

<b>Discriminação dos Custos</b>	<b>Diurno</b>
<b>Remuneração</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Salário-base</b>	
Adicional noturno	
Hora noturna adicional	
Ferido remunerado	
Reflexo sobre o repouso semanal remunerado	
<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Vale-transporte</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Parcela do trabalhador	
<b>Fornecimento de Alimentação</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Dia da categoria (16 de maio)	
<b>Cesta básica</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Valor da Cesta Básica	
Parcela do trabalhador	
<b>Assistência médica familiar</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo com assistência médica familiar	
Parcela do trabalhador	
<b>Benefício Social Familiar</b>	
<b>Auxílio-creche</b>	

<b>Plano Odontológico</b>	
<b>Norma Regulamentadora Nº 07</b>	
<b>Insumos Diversos</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Uniforme</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Crédito PIS/COFINS	
<b>EPI</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Crédito PIS/COFINS	
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Encargos previdenciários e FGTS</b>	
<b>13º salário + adicional de férias</b>	
<b>Afastamento maternidade</b>	
<b>Custo de reposição do profissional ausente</b>	
<b>Custo de rescisão</b>	
<b>Outros*</b>	
<b>Total do Posto Mês</b>	<b>R\$ 0,00</b>

#### Ajudante de Cozinha

<b>Discriminação dos Custos</b>	<b>Diurno</b>
<b>Remuneração</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Salário-base</b>	
Adicional noturno	
Hora noturna adicional	
Ferido remunerado	
Reflexo sobre o repouso semanal remunerado	
<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Vale-transporte</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Parcela do trabalhador	
<b>Fornecimento de Alimentação</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Dia da categoria (16 de maio)	
<b>Cesta básica</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Valor da Cesta Básica	

Parcela do trabalhador	
<b>Assistência médica familiar</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo com assistência médica familiar	
Parcela do trabalhador	
<b>Benefício Social Familiar</b>	
<b>Auxílio-creche</b>	
<b>Plano Odontológico</b>	
<b>Norma Regulamentadora Nº 07</b>	
<b>Insumos Diversos</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Uniforme</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Crédito PIS/COFINS	
<b>EPI</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Crédito PIS/COFINS	
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Encargos previdenciários e FGTS</b>	
<b>13º salário + adicional de férias</b>	
<b>Afastamento maternidade</b>	
<b>Custo de reposição do profissional ausente</b>	
<b>Custo de rescisão</b>	
<b>Outros*</b>	
<b>Total do Posto Mês</b>	<b>R\$ 0,00</b>

#### Açogueiro

<b>Discriminação dos Custos</b>	<b>Diurno</b>
<b>Remuneração</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Salário-base</b>	
Adicional noturno	
Hora noturna adicional	
Ferido remunerado	
Reflexo sobre o repouso semanal remunerado	
<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Vale-transporte</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	

Parcela do trabalhador	
<b>Fornecimento de Alimentação</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Dia da categoria (16 de maio)	
<b>Cesta básica</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Valor da Cesta Básica	
Parcela do trabalhador	
<b>Assistência médica familiar</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo com assistência médica familiar	
Parcela do trabalhador	
<b>Benefício Social Familiar</b>	
<b>Auxílio-creche</b>	
<b>Plano Odontológico</b>	
<b>Norma Regulamentadora Nº 07</b>	
<b>Insumos Diversos</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Uniforme</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Crédito PIS/COFINS	
<b>EPI</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Crédito PIS/COFINS	
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Encargos previdenciários e FGTS</b>	
<b>13º salário + adicional de férias</b>	
<b>Afastamento maternidade</b>	
<b>Custo de reposição do profissional ausente</b>	
<b>Custo de rescisão</b>	
<b>Outros*</b>	
<b>Total do Posto Mês</b>	<b>R\$ 0,00</b>

#### Meio Oficial de Açougue

Discriminação dos Custos	Diurno
<b>Remuneração</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Salário-base</b>	
Adicional noturno	

Hora noturna adicional	
Ferido remunerado	
Reflexo sobre o repouso semanal remunerado	
<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Vale-transporte</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Parcela do trabalhador	
<b>Fornecimento de Alimentação</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Dia da categoria (16 de maio)	
<b>Cesta básica</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Valor da Cesta Básica	
Parcela do trabalhador	
<b>Assistência médica familiar</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo com assistência médica familiar	
Parcela do trabalhador	
<b>Benefício Social Familiar</b>	
<b>Auxílio-creche</b>	
<b>Plano Odontológico</b>	
<b>Norma Regulamentadora Nº 07</b>	
<b>Insumos Diversos</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Uniforme</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Crédito PIS/COFINS	
<b>EPI</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Crédito PIS/COFINS	
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Encargos previdenciários e FGTS</b>	
<b>13º salário + adicional de férias</b>	
<b>Afastamento maternidade</b>	
<b>Custo de reposição do profissional ausente</b>	
<b>Custo de rescisão</b>	
<b>Outros*</b>	
<b>Total do Posto Mês</b>	<b>R\$ 0,00</b>

**Auxiliar de Serviços Gerais**

<b>Discriminação dos Custos</b>	<b>Diurno</b>
<b>Remuneração</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Salário-base</b>	
Adicional noturno	
Hora noturna adicional	
Ferido remunerado	
Reflexo sobre o repouso semanal remunerado	
<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Vale-transporte</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Parcela do trabalhador	
<b>Fornecimento de Alimentação</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Dia da categoria (16 de maio)	
<b>Cesta básica</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Valor da Cesta Básica	
Parcela do trabalhador	
<b>Assistência médica familiar</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo com assistência médica familiar	
Parcela do trabalhador	
<b>Benefício Social Familiar</b>	
<b>Auxílio-creche</b>	
<b>Plano Odontológico</b>	
<b>Norma Regulamentadora Nº 07</b>	
<b>Insumos Diversos</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Uniforme</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Crédito PIS/COFINS	
<b>EPI</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Crédito PIS/COFINS	
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Encargos previdenciários e FGTS</b>	

<b>13º salário + adicional de férias</b>	
<b>Afastamento maternidade</b>	
<b>Custo de reposição do profissional ausente</b>	
<b>Custo de rescisão</b>	
<b>Outros*</b>	
<b>Total do Posto Mês</b>	<b>R\$ 0,00</b>

#### Encarregado de Expedição

<b>Discriminação dos Custos</b>	<b>Diurno</b>
<b>Remuneração</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Salário-base</b>	
Adicional noturno	
Hora noturna adicional	
Ferido remunerado	
Reflexo sobre o repouso semanal remunerado	
<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Vale-transporte</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Parcela do trabalhador	
<b>Fornecimento de Alimentação</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Dia da categoria (16 de maio)	
<b>Cesta básica</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Valor da Cesta Básica	
Parcela do trabalhador	
<b>Assistência médica familiar</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo com assistência médica familiar	
Parcela do trabalhador	
<b>Benefício Social Familiar</b>	
<b>Auxílio-creche</b>	
<b>Plano Odontológico</b>	
<b>Norma Regulamentadora Nº 07</b>	
<b>Insumos Diversos</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Uniforme</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	

Crédito PIS/COFINS	
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Encargos previdenciários e FGTS</b>	
<b>13º salário + adicional de férias</b>	
<b>Afastamento maternidade</b>	
<b>Custo de reposição do profissional ausente</b>	
<b>Custo de rescisão</b>	
<b>Outros*</b>	
<b>Total do Posto Mês</b>	<b>R\$ 0,00</b>

#### Auxiliar de Expedição

<b>Discriminação dos Custos</b>	<b>Diurno</b>
<b>Remuneração</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Salário-base</b>	
Adicional noturno	
Hora noturna adicional	
Ferido remunerado	
Reflexo sobre o repouso semanal remunerado	
<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Vale-transporte</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Parcela do trabalhador	
<b>Fornecimento de Alimentação</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Dia da categoria (16 de maio)	
<b>Cesta básica</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Valor da Cesta Básica	
Parcela do trabalhador	
<b>Assistência médica familiar</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo com assistência médica familiar	
Parcela do trabalhador	
<b>Benefício Social Familiar</b>	
<b>Auxílio-creche</b>	
<b>Plano Odontológico</b>	
<b>Norma Regulamentadora Nº 07</b>	



<b>Insumos Diversos</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Uniforme</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Crédito PIS/COFINS	
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Encargos previdenciários e FGTS</b>	
<b>13º salário + adicional de férias</b>	
<b>Afastamento maternidade</b>	
<b>Custo de reposição do profissional ausente</b>	
<b>Custo de rescisão</b>	
<b>Outros*</b>	
<b>Total do Posto Mês</b>	<b>R\$ 0,00</b>

#### Estoquista

<b>Discriminação dos Custos</b>	<b>Diurno</b>
<b>Remuneração</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Salário-base</b>	
Adicional noturno	
Hora noturna adicional	
Ferido remunerado	
Reflexo sobre o repouso semanal remunerado	
<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Vale-transporte</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Parcela do trabalhador	
<b>Fornecimento de Alimentação</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Dia da categoria (16 de maio)	
<b>Cesta básica</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Valor da Cesta Básica	
Parcela do trabalhador	
<b>Assistência médica familiar</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo com assistência médica familiar	
Parcela do trabalhador	
<b>Benefício Social Familiar</b>	

<b>Auxílio-creche</b>	
<b>Plano Odontológico</b>	
<b>Norma Regulamentadora Nº 07</b>	
<b>Insumos Diversos</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Uniforme</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Crédito PIS/COFINS	
<b>EPI</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Crédito PIS/COFINS	
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Encargos previdenciários e FGTS</b>	
<b>13º salário + adicional de férias</b>	
<b>Afastamento maternidade</b>	
<b>Custo de reposição do profissional ausente</b>	
<b>Custo de rescisão</b>	
<b>Outros*</b>	
<b>Total do Posto Mês</b>	<b>R\$ 0,00</b>

#### Auxiliar de Estoque

<b>Discriminação dos Custos</b>	<b>Diurno</b>
<b>Remuneração</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Salário-base</b>	
Adicional noturno	
Hora noturna adicional	
Ferido remunerado	
Reflexo sobre o repouso semanal remunerado	
<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Vale-transporte</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Parcela do trabalhador	
<b>Fornecimento de Alimentação</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Dia da categoria (16 de maio)	
<b>Cesta básica</b>	<b>R\$ 0,00</b>

Valor da Cesta Básica	
Parcela do trabalhador	
<b>Assistência médica familiar</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo com assistência médica familiar	
Parcela do trabalhador	
<b>Benefício Social Familiar</b>	
<b>Auxílio-creche</b>	
<b>Plano Odontológico</b>	
<b>Norma Regulamentadora Nº 07</b>	
<b>Insumos Diversos</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Uniforme</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Crédito PIS/COFINS	
<b>EPI</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Custo mensal	
Crédito PIS/COFINS	
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Encargos previdenciários e FGTS</b>	
<b>13º salário + adicional de férias</b>	
<b>Afastamento maternidade</b>	
<b>Custo de reposição do profissional ausente</b>	
<b>Custo de rescisão</b>	
<b>Outros*</b>	
<b>Total do Posto Mês</b>	<b>R\$ 0,00</b>

**Planilha D - Encargos Sociais e Trabalhistas**

Encargos	Jornada 44 Horas
<b>Grupo A – Encargos Sociais Básicos</b>	<b>0,0000%</b>
Previdência Social	
SESI	
SENAI	
Incra	
Sebrae	
Salário-educação	
Seguro Contra Acidentes de Trabalho	
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	
<b>Grupo B – Tempo Remunerado e Não Trabalhado</b>	<b>0,0000%</b>
Férias	
Ausência por enfermidade ≤ 15 dias	
Ausências legais	
Licença-paternidade	
Acidente de trabalho	
Aviso-prévio trabalhado	
<b>Grupo C – Adicional de Férias e 13º Salário</b>	<b>0,0000%</b>
Adicional de férias	
13º salário	
<b>Grupo D – Obrigações Rescisórias</b>	<b>0,0000%</b>
Aviso-prévio indenizado	
Incidência do FGTS sobre o aviso-prévio indenizado	
Incidência da multa FGTS sobre os depósitos do FGTS	
Incidência da multa FGTS sobre o aviso-prévio indenizado	
Incidência da multa FGTS sobre o aviso-prévio trabalhado	
<b>Grupo E – Aprovisionamento de Casos Especiais</b>	<b>0,0000%</b>
Incidência do Grupo A sobre afastamento por licença-maternidade	
Incidência do FGTS sobre o acidente de trabalho > 15 dias	
Percentual referente ao abono pecuniário	
Percentual referente ao reflexo do aviso-prévio indenizado sobre férias e 13º salário	
Incidência do FGTS sobre reflexo do aviso-prévio indenizado sobre 13º salário	
Percentual referente a demitidos a 30 dias da data-base	
<b>Grupo F – Incidências Cumulativas</b>	<b>0,0000%</b>
Grupo A x (Grupo B + Grupo C)	
Incidência do Grupo A sobre o Grupo B	
Incidência do Grupo A sobre o Grupo C	
<b>TOTAL</b>	<b>0,0000%</b>

Planilha E - Custo total fixo de transporte dos Serviços B

	BDI	0,00%
Refeições Transportadas a cada viagem		60
Quantidade de viagens por dia		4

Custo Fixo	Custo Mensal	Fatores	Custo Diário
Mão de obra (motorista + auxiliar)	R\$ 0,00	30,44 - dia	R\$ 0,00
Demais Custos (Depreciação, Emplacamento, IPVA, Seguros e Outros)		30,44 - dia	R\$ 0,00
Total do Custo Fixo Mensal	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00

Custo Variável	Custo Mês	Fatores	Custo KM
Mão de obra (mecânico + auxiliar)		0,23 / 10.000	R\$ 0,00
Demais Custos (peças, pneus, óleos, lavagens)		/45.000	R\$ 0,00
Combustível		/9KM/L - 0,06 (PIS e COFINS)	-R\$ 0,06
Custo Variável	R\$ 0,00	-	-R\$ 0,06

Custo Fixo	Custo Fixo + BDI
R\$ 0,0000	R\$ 0,0000

Custo KM	Custo KM + BDI
-R\$ 0,0010	-R\$ 0,0010

Planilha de Custos de Mão de Obra

Equipe de Transporte		
Discriminação dos Custos	Motorista	Auxiliar de Moto.
Remuneração	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Salário-base		
Ferido remunerado		
Reflexo sobre o repouso semanal remunerado		
Benefícios Mensais e Diários	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Vale-transporte	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Custo mensal		
Parcela do trabalhador		
Fornecimento de Alimentação	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Custo mensal		
Dia da categoria (16 de maio)		
Cesta básica	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Valor da Cesta Básica		
Parcela do trabalhador		
Assistência médica familiar	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Custo com assistência médica familiar		
Parcela do trabalhador		
Benefício Social Familiar		
Auxílio-creche		
Plano Odontológico		
Norma Regulamentadora Nº 07		
Exame toxicológico		

Insumos Diversos	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Uniforme	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Custo mensal		
Crédito PIS/COFINS		
Encargos Sociais e Trabalhistas	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Encargos previdenciários e FGTS		
13º salário + adicional de férias		
Afastamento maternidade		
Custo de reposição do profissional ausente		
Custo de rescisão		
Outros*		
Total de Custos	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Despesas com Folguista	R\$ 1,28	R\$ 1,28
Total do Posto/Mês	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Equipe de Manutenção

Discriminação dos Custos	Mecânico	Ajudante de Mec.
Remuneração	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Salário-base		
Adicional noturno		
Hora noturna adicional		
Ferido remunerado		
Reflexo sobre o repouso semanal remunerado		
Benefícios Mensais e Diários	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Vale-transporte	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Custo mensal		
Parcela do trabalhador		
Fornecimento de Alimentação	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Custo mensal		
Dia da categoria (16 de maio)		
Cesta básica	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Valor da Cesta Básica		
Parcela do trabalhador		
Assistência médica familiar	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Custo com assistência médica familiar		
Parcela do trabalhador		
Benefício Social Familiar		
Auxílio-creche		
Plano Odontológico		
Norma Regulamentadora Nº 07		
Insumos Diversos	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Uniforme	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Custo mensal		
Crédito PIS/COFINS		
Encargos Sociais e Trabalhistas	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Encargos previdenciários e FGTS		
13º salário + adicional de férias		
Afastamento maternidade		
Custo de reposição do profissional ausente		
Custo de rescisão		
Outros*		
Total de Custos	R\$ 0,00	R\$ 0,00